

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

GLAUBER LOPES XAVIER

**OS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS:
SOBRE O FENÔMENO URBANO E OS TRABALHADORES RURAIS
NA ALTA MODERNIDADE – GOIANÉSIA, GOIÁS**

Goiânia - GO,
2013

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor	Glauber Lopes Xavier		
E-mail:	glauberlx@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não			
Vínculo empregatício do autor	Universidade Estadual de Goiás		
Agência de fomento: CAPES		Sigla:	
País:	Brasil	UF:	GO
		CNPJ:	
Título:	Os Assalariados Rurais Urbanizados: Sobre o fenômeno urbano e os trabalhadores rurais na alta modernidade – Goianésia, Goiás		
Palavras-chave:	Trabalho rural. Vida cotidiana. Modernidade. Rural-urbano. Assalariados rurais urbanizados		
Título em outra língua:	The Rural Workers Urbanized: About urban phenomenon and rural workers in high modernity - Goianesia, Goiás		
Palavras-chave em outra língua:	Rural work. Everyday life. Modernity. Rural-urban. Urbanized rural workers.		
Área de concentração:	Sociedade, Política e Cultura		
Data defesa: (10/05/2013)			
Programa de Pós-Graduação:	Sociologia		
Orientador (a):	Revalino Antonio de Freitas		
E-mail:	freitas@cienciassociais.ufg.br		

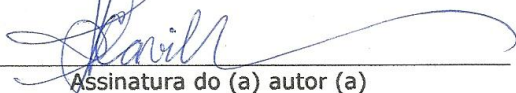
*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.


Assinatura do (a) autor (a)

Data 20 / 06 / 2013

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA



Monumento em memória das vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás, Pará, Brasil

**OS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS:
SOBRE O FENÔMENO URBANO E OS TRABALHADORES RURAIS
NA ALTA MODERNIDADE – GOIANÉSIA, GOIÁS**

Glauber Lopes Xavier

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura. Linha de pesquisa: Trabalho, Emprego e Sindicatos) da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: *Prof. Dr. Revalino Antonio de Freitas*

Goiânia - GO,
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

X3a	Xavier, Glauber Lopes. Os assalariados rurais urbanizados [manuscrito] : sobre o fenômeno urbano e os trabalhadores rurais na alta modernidade / Glauber Lopes Xavier. - 2012. 276 f. : il. Orientador: Prof. Dr. Revalino Antonio de Freitas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2013. Bibliografia. Apêndices e anexos. 1. Trabalho rural – Modernidade. 2. Rural – Urbano. 3. Assalariados rurais urbanizados – Vida cotidiana. I. Título. CDU: 316.343-058.14
-----	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA TESE DE DOUTORADO DE

GLAUBER LOPES XAVIER

Aos dez dias de maio de 2013, às 9 horas, no Miniauditório Luis Palacian da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Tese de Doutorado do doutorando **GLAUBER LOPES XAVIER**, intitulada *Os Assalariados Rurais Urbanizados: sobre o fenômeno urbano e os trabalhadores rurais na alta modernidade - Goianésia, Goiás*. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 020/2013-FCS, de 08 de maio de 2013, pelos seguintes Professores Doutores: Revalino Antonio de Freitas (Presidente/PPGS/FCS/UFG), Manuel Ferreira Lima Filho (PPGS/FCS/UFG), Cleito Pereira dos Santos (PPGS/FCS/UFG), Doralice Sátyro Maia (UFPB) e Leila de Menezes Stein (UNESP) – Suplentes: Genilda Darc Bernardes (Unievangélica) e Lucineia Scremin Martins (PPGS/FCS/UFG). O candidato apresentou o trabalho, os examinadores o arguíram e ele respondeu as arguições. Às 13 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, pela qual foram atribuídos ao mestrando os seguintes resultados:

☒ **Aprovado(a)** () Reprovado(a)

Dr. Revalino Antonio de Freitas

☒ **Aprovado(a)** () Reprovado(a)

Dr. Manuel Ferreira Lima Filho

☒ **Aprovado(a)** () Reprovado(a)

Dr. Cleito Pereira dos Santos

☒ **Aprovado(a)** () Reprovado(a)

Dra. Doralice Sátyro Maia

☒ **Aprovado(a)** () Reprovado(a)

Dra. Leila de Menezes Stein

Resultado Final

Aprovado

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano

À minha mãe, Cleunice, seiva da árvore de minha vida.

Tu és coragem, amor e doação!

AGRADECIMENTOS

A SEMENTE...

...Ao meu avô Valvino José Lopes com seus 88 anos, agradeço pela absoluta demonstração de confiança em meu sucesso pessoal e profissional.

...À minha avó Geralda Rosa da Silva, agradeço pelos dias que pude estar ao seu lado e pelas sublimes recordações das cartas que escrevíamos juntos. Agradeço, ainda, ao meu avô Anésio Xavier!

...À minha avó Gasparina Ferreira Lopes, meus agradecimentos pela ternura de sempre e pelo aconchego de seu lar, refugio para meu descanso, gabinete para minhas pesquisas nos dias ensolarados em Goianésia.

A RAÍZ...

...Agradeço aos meus pais Janio e Cleunice pelo amor a mim devotado e pelo absoluto apoio em minha jornada! Agradeço, ainda, as minhas irmãs Janaina e Luana pela atenção de sempre, pelos ouvidos sempre dispostos a escutarem minhas falas intermináveis!

AS FLORES...

...Aos meus queridos amigos e amigas, César, Mary Anne, Fátima, Elizângela, Marcelo, Helen, Nágila, Ângelo, Ana Carolina e Reycilane, fica registrada minha gratidão! Sou orgulhoso por ter amigos para além de uma mesa de bar!

O FRUTO...

...Ao meu orientador, prof. Revalino, agradeço pela confiança e pelos valiosos ensinamentos. Nossa caminhada certamente não finda por aqui!

...Ao prof. Jordão, mestre que viabilizou minha missão de estudos na Unicamp. Meu muito obrigado! Aos professores Cleito e Manuel, agradeço pelas contribuições quando da qualificação e por tê-los na banca de defesa! Às professoras Doralice Sátyro Maia e Leila de Menezes Stein, meus agradecimentos, certo de que terei valiosas contribuições!

...Às equipes da CPT Nacional e Regional, em especial à Múria, meu muito obrigado pelo auxílio nesta pesquisa! Aos trabalhadores da FETAEG, agradeço pelo material concedido! Ao professor e assessor jurídico da FETAEG, Milton Heinen, agradeço pelo rico material emprestado para o desenvolvimento desta pesquisa!

...À Daisy, secretária do PPGS, sou grato pela cordialidade e carinho de sempre! Aos meus colegas e alunos da Universidade Estadual de Goiás, agradeço pela troca de conhecimentos. Tenho crescido muito com todos vocês!

...À Universidade Federal de Goiás, agradeço pela bolsa, a qual foi fundamental para levar adiante esta pesquisa! À Funape, da UFG e à PrP, da UEG, agradeço pelos financiamentos de participação em eventos!

O SENTIDO DA TERRA...

...Aos trabalhadores rurais de todo o país, especialmente os trabalhadores rurais de Goianésia, meu profundo e sincero agradecimento! Tenho a convicção, e por isso sempre me interessei pelos estudos do mundo rural, de que estes homens e mulheres são os principais trabalhadores que temos! Ao cultivarem a terra, eles cultivam nossas vidas!

RESUMO

Nos últimos anos, as condições de reprodução da força de trabalho e das relações sociais dos proletários do campo têm passado por transformações substanciais, cuja causa se trata do fenômeno urbano que está envolto na vida cotidiana destes trabalhadores. As mudanças em curso têm engendrado, por seu turno, um *modus vivendi* de que até então não se tinha precedentes no Brasil, permitindo afirmar o aparecimento de uma nova categoria de trabalhadores rurais, os *assalariados rurais urbanizados*. Para se compreendê-la, no entanto, urge considerar este *modus vivendi* com base no conceito de espaço social, instaurado pela dialética entre as instâncias física, social e mental arvoradas pelo urbano na alta modernidade. No tocante ao espaço social, o estudo dos *assalariados rurais urbanizados* desvela uma reprodução das relações sociais distinta da que configurava o cotidiano dos trabalhadores rurais dos anos que antecederam este novo século. Demarcam esta mudança novas formas de agir, sentir e pensar destes sujeitos, emergindo, portanto, uma nova relação homem-espaço, homem-objeto, assim como entre os próprios homens, desdobrando em novas representações e seus corolários. Importa considerar que estas mudanças configuram a alta modernidade, por vezes denominada de modernidade tardia ou mesmo pós-modernidade, a qual se trata da lógica cultural de um avançado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido, o estudo em questão busca apreender as condições de *reprodução das relações sociais* dos trabalhadores temporários de Goianésia, Goiás, a partir dos aspectos culturais que permitem cunhar o conceito de *assalariados rurais urbanizados*. Com efeito, entende-se que as questões culturais emergem da ordem material da vida, de sorte que este estudo alicerça-se, ainda, na apreensão das condições de reprodução da força de trabalho, as quais são instauradas por relações precárias e até mesmo por relações de trabalho análogas à escravidão, desdobramentos de novas territorialidades que tem se estabelecido a partir de novas dinâmicas cidade-campo e rural-urbano na alta modernidade. Destarte, a tese em questão arvora-se na propositura de um conceito ao tempo que leva a cabo um esforço interpretativo do rural na contemporaneidade ou o chamado novo rural, conformado por uma dinâmica espaço-tempo que promove mudanças substanciais no cotidiano dos trabalhadores. Para tanto, metodologicamente a pesquisa sustentou-se no *materialismo histórico-dialético*, considerando que a tessitura do real se estabelece a partir do conflito de classes e que este real trata-se de uma síntese de múltiplas determinações. A pesquisa norteou-se, ainda, com base no procedimento metodológico *regressivo-progressivo*, postulado por Henri Lefebvre, o qual permite a apreensão do real a partir da junção entre a sociologia e a história, permitindo, ademais destas áreas do conhecimento, o encontro entre a geografia, a antropologia, a filosofia, dentre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho rural. Vida cotidiana. Modernidade. Rural-urbano. *Assalariados rurais urbanizados*.

ABSTRACT

In recent years, the conditions of reproduction of labor power and social relations of rural proletarians have undergone substantial transformations, whose cause it is the urban phenomenon that is wrapped in the everyday life of these workers. Ongoing changes have engendered, in turn, a *modus vivendi* that hitherto had not unprecedented in Brazil, which confirms the emergence of a new category of rural workers, rural workers urbanized. To understand it, however, it is urgent to consider this *modus vivendi* based on the concept of social space, initiated by the dialectic between instances physical, social and mental arvoradas the city in high modernity. Regarding the social space, the study of rural workers urbanized unveils a reproduction of social relations distinct from that configured the daily life of rural workers of years before this new century. Demarcate this change new ways of acting, feeling and thinking these guys, emerging, so a new relationship between man and space, man-object, as well as among men themselves, develop into new representations and their corollaries. It considers that these changes constitute the high modernity, sometimes called late modernity or post-modernity, which deals with the cultural logic of an advanced stage of development of the productive forces. In this sense, the present study seeks to apprehend the conditions of reproduction of social relations of temporary workers Goianesia, Goiás, from the cultural aspects that allow coining the concept of rural workers urbanized. Indeed, it is understood that cultural issues emerge from the material order of life, so that underpins this study is also in the apprehension of the conditions of reproduction of labor power, which are brought by poor relations and even by labor relations similar to slavery, developments of new territorialidades that has been established from new dynamic urban-rural and rural-urban in high modernity. Thus, the thesis in question flies in the filing of a concept to the time it takes out an interpretative effort of the contemporary rural or so called new country, formed by a dynamic space-time which promotes substantial changes in the daily lives of workers. Therefore, the research methodologically sustained on the historical and dialectical materialism, considering that the fabric of reality is established from class conflict and that this real it is a synthesis of multiple determinations. The research was guided also by the procedure methodological regressive-progressive, postulated by Henri Lefebvre, which allows the seizure of the real from the junction between sociology and history, allowing addition of these fields of knowledge, the encounter between geography, anthropology, philosophy, among others.

KEYWORDS: Rural work. Everyday life. Modernity. Rural-urban. *Urbanized rural workers*.

RÉSUMÉ

Au cours des dernières années, les conditions de reproduction de la force de travail et des relations sociales de prolétaires ruraux ont connu de profondes transformations, dont la cause est le phénomène urbain dans la vie quotidienne de ces travailleurs. Les changements actuels ont conduit à un mode de vie jusque-là inconnu au Brésil, ce qui confirme l'émergence d'une nouvelle catégorie de travailleurs ruraux, les travailleurs ruraux urbanisés. Pour le comprendre, cependant, vous devez tenir compte de ce mode de vie basé sur le concept d'espace social, marquée par la dialectique entre les instances physique, social et mental indiquées par la modernité urbaine élevée. En ce qui concerne l'espace social, l'étude des travailleurs ruraux caractéristiques urbanisée une reproduction des rapports sociaux distincts de celui configuré la vie quotidienne des années des travailleurs ruraux avant ce nouveau siècle. Caractériser ce changement de nouvelles façons d'agir, de sentir et de penser ces gens-là, venant ainsi une nouvelle relation entre l'homme et l'espace, l'homme-objet, ainsi que parmi les hommes eux-mêmes, apportant de nouvelles représentations et de leurs effets. Nous devons considérer que ces changements constituent la grande modernité, appelé la modernité tardive ou post-modernité, qui traite de la logique culturelle d'un stade avancé de développement des forces productives. En ce sens, la présente étude vise à appréhender les conditions de reproduction des rapports sociaux des travailleurs temporaires de Goianésia, Goiás, des aspects culturels qui permettent d'élaborer le concept de travailleurs ruraux urbanisés. En effet, il est entendu que les questions culturelles découlent de l'ordre matériel de la vie, de sorte que cette étude tient le coup, encore, dans l'appréhension des conditions de reproduction de la force de travail, qui sont prises par les mauvaises relations et même par les relations de travail analogues à l'esclavage, développements de nouveaux territorialités qui a été établi à partir de nouvelle dynamique urbaine-rurale et rurale-urbaine dans la haute modernité. Ainsi, la thèse en question vise à mettre le concept à l'époque, il propose un effort d'interprétation de la rurale contemporaine ou soi-disant nouvelle rural, composé d'un espace-temps dynamique qui favorise les changements dans la vie quotidienne des travailleurs. Par conséquent, la recherche méthodologique soutenue sur le matérialisme historique et dialectique, considérant que les vrais jeux de la lutte des classes et que ce réel, il est une synthèse de multiples déterminations. La recherche a été guidé aussi par la démarche méthodologique régressive-progressive, postulée par Henri Lefebvre, qui permet la saisie du réel à partir de la jonction entre la sociologie et de l'histoire, ce qui permet plus de ces domaines de la connaissance, la rencontre entre géographie, l'anthropologie, la philosophie, entre autres.

MOTS-CLÉS: Travail rural. La vie quotidienne. Modernité. Rurale-urbaine. *Travailleurs ruraux urbanisés.*

A filosofia não é exterior ao mundo

Os filósofos não nascem da terra como os cogumelos. São frutos da sua época, do seu povo. Daí extraem as seivas mais sutis, as mais preciosas e as menos visíveis para as exprimirem nas ideias filosóficas. O espírito que constrói os sistemas filosóficos nos cérebros dos filósofos é o mesmo que constrói as estradas de ferro com as mãos dos operários. A filosofia não é exterior ao mundo...

(Karl Marx. A gazeta renana, 14 de julho de 1842, Oeuvres, t. I, p. 242).

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CMI – Centro de Mídia Independente

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FETAEG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PT – Partido dos Trabalhadores

SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento de Goiás

SIFAEG – Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás

SRTE/GO – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Goiás

LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1 – Famílias despejadas da terra, famílias expulsas da terra e famílias em ocupações de terras	101
Gráfico 2 – Assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte e famílias em ocupações	102
Gráfico 3 – Estado de Goiás: Balança Comercial – 2000/2011	108

LISTA DE MAPAS

	Pág.
Mapa 1 – Arrendamentos e/ou compras de terras para produção de alimentos e agroenergia	88
Mapa 2 – Distribuição das usinas no território goiano – 2007	90
Mapa 3 – Estado de Goiás – produção agrícola – cana de açúcar – área colhida (ha) – 2000	92
Mapa 4 – Estado de Goiás – produção agrícola – cana de açúcar – área colhida (ha) – 2011	93
Mapa 5 – Localização de Goianésia – Goiás (2013)	117
Mapa 6 – Área urbana de Goianésia – Goiás (1998)	119

LISTA DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1 – Paradigmas do rural: Modernidade X Alta modernidade	38
Quadro 2 – Identificação de trabalho forçado na prática	78
Quadro 3 – Antiga escravidão X Nova escravidão	97

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1 – Trabalho escravo em Goiás – 2008	81
Tabela 2 – Trabalho escravo em Goiás – 2009	82
Tabela 3 – Trabalho escravo em Goiás – 2010	83
Tabela 4 – Trabalho escravo em Goiás – 2011	84
Tabela 5 – Trabalho escravo no Mato Grosso do Sul – 2011	85
Tabela 6 – Área total pertencente às empresas estrangeiras – por estado – 2010	89
Tabela 7 – Goiás – Estrutura fundiária, 2003	104

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I DA CONDIÇÃO PROLETÁRIA À CONDIÇÃO SALARIAL: SOBRE O <i>ETHOS</i> DOS TRABALHADORES RURAIS NA ALTA MODERNIDADE	24
CAPÍTULO II DO RURAL AO URBANO: UM NOVO <i>SENTIDO DA TERRA</i>	45
2.1 1948-1958: Uma década de críticas e novos questionamentos	47
2.2 O procedimento metodológico <i>regressivo-progressivo</i>	49
2.3 Breves notas sobre a sociologia rural de José de Souza Martins	52
2.4 O pensamento de Henri Lefebvre e as bases de um tratado de sociologia rural	54
2.5 Um novo <i>sentido da terra</i>	60
CAPÍTULO III O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO E OS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS: A TERRA SEM SENTIDO	64
3.1 A modernização dos processos de produção e a degradação das condições de trabalho nos canaviais goianos	71
3.2 A recente expansão da monocultura canavieira em Goiás e o recrudescimento das relações de trabalho análogas à escravidão	77
3.3 “Inglórias do Progresso”: O trabalho análogo à escravidão, o território e as conclusões do anômalo	94
CAPÍTULO IV O ESPAÇO SOCIAL E OS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS	113
4.1 A tríade trabalho-memória-cotidiano e o espaço social dos assalariados rurais urbanizados	116
4.2 O trabalho estranhado, as representações e a memória manipulada	124
4.3 “... <i>tinha alegria, tinha alegria</i> ”: Memórias do vivido e a insurreição do uso no espaço social dos assalariados rurais urbanizados	132

4.4	Dez anos longe de casa: Nas tramas da memória, as experiências territoriais de Seu Salvador	139
4.5	Os microfundamentos das relações de poder no agronegócio	147
4.6	As condições da alta modernidade, as contradições do cotidiano e as novas formas de luta	151
CAPÍTULO V	O HABITAT E OS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS: A VIDA COTIDIANA	155
5.1	Cultura, território e alta modernidade: A <i>sociedade de consumo</i> periférica brasileira	156
5.2	O habitat e a vida cotidiana dos <i>assalariados rurais urbanizados</i>	170
5.3	O habitat como dimensão dialético-antropológica	180
CAPÍTULO VI	O SEGREDO DAS MÃOS: SOBRE O TRABALHO COMO POIÈSIS E UM NOVO SENTIDO DA TERRA	190
6.1	O segredo das mãos	192
6.2	O trabalho como <i>poièsis</i> , o urbano e o <i>sentido da terra</i>	202
	DAS ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES: OS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS E UM NOVO SENTIDO DA TERRA	210
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219
	APÊNDICES	234
	Apêndice A – Galeria de imagens	235
	Apêndice B – TCLE/Roteiro de entrevistas/Questionário	242
	ANEXOS	246
	Anexo A – PEC 438/2001	247
	Anexo B – Notícias	250
	Anexo C – Notícias sobre a usina Jalles Machado S/A	272

INTRODUÇÃO

O avanço das forças produtivas *pari passu* as transformações no plano da vida cotidiana condicionaram as atuais circunstâncias da alta modernidade¹. Bem entendido, este processo repercutiu em alterações substantivas no campo da estética, da política e, fundamentalmente, da cultura após a década de 1970. A tese em questão tem como pedra de toque este processo ainda em gestação, o qual tem engendrado novas dinâmicas espaciais, bem como ressignificando o modo de vida das populações rurais. Os esforços teóricos e empíricos realizados se ocupam especialmente de um agrupamento de trabalhadores rurais, os trabalhadores temporários da atividade canavieira, comumente denominados de “boias-frias”², a fim de se postular um conceito que permita apreender os desdobramentos deste processo sobre o meio rural e a *re-produção das relações sociais* destes trabalhadores. Postula-se, aqui, o conceito de *assalariados rurais urbanizados*, entendendo que as mudanças atinentes ao cotidiano e ao trabalho dos “boias-frias” advêm do urbano e da urbanidade, a qual tem estabelecido uma relação espaço-tempo própria à alta modernidade e de cuja relação estes tem sofrido influência.

Conforme antecipado, trabalha-se com um processo, de sorte que se distanciam as afirmações conclusivas no sentido de encerrar as possibilidades. Pelo contrário, ao se considerar que a problemática apontada é prenhe em contradições, em uma multiplicidade de determinações, aumentam as chances de novas sistematizações e, portanto, de assegurar os pilares de um conceito, neste caso de

¹ Decidiu-se apreender as condições de vida e trabalho dos *assalariados rurais urbanizados* a partir da noção de alta modernidade, a qual aponta não para o fim da modernidade, mas para o acirramento de suas condições, inaugurando um momento histórico no qual a cultura ocupa centralidade.

² Denominação que se utiliza para identificar o trabalhador temporário, volante, sobremaneira àqueles empregados na atividade canavieira. Decorre do fato de que muitos desses trabalhadores transportam suas marmitas para os canaviais, sendo que se alimentam de comidas frias, por vezes azedas. Esta denominação é eivada de um valor depreciativo quanto aos trabalhadores. Segundo Moraes Silva (1999, p. 66): “*Imprimem-lhe a denominação de “bóia-fria”, sentida como vergonha, humilhação [...].*”

assalariados rurais urbanizados, pois que o conceito é, segundo Gilles Deleuze e Felix Guattari (2010, p. 46), “o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir.” Neste caso, de um porvir tanto em termos práticos quanto em termos teóricos, daí o fato das atenções se voltarem por um lado para um agrupamento de trabalhadores cujo cotidiano é desafiador, porque anacrônico e vertiginosamente contraditório, e por outro, para as insustentabilidades do pensamento estruturalista, porque frágil diante da fluidez paradoxal da alta modernidade.

Assim, ora recorrer-se-á à realidade destes trabalhadores para se animar as investidas teóricas, ora será feito o movimento inverso com o intento de se colocar esta realidade sob o crivo do pensamento marxista e das elaborações sociológicas sobre a modernidade e a alta modernidade no mundo contemporâneo. Ambos os esforços terão como alvo o encadeamento de elementos em torno da construção do conceito de *assalariados rurais urbanizados*. Metodologicamente, a tese em questão se sustenta no *materialismo histórico dialético*, postulado por Karl Marx, bem como no procedimento *regressivo-progressivo*, elaborado por Henri Lefebvre, na medida em que busca apreender as questões atinentes à cultura enquanto desdobramento da ordem material da vida. Destarte, as reflexões teóricas empreendidas dar-se-ão a partir das contribuições teóricas de pensadores neomarxistas, principalmente a partir dos postulados de Henri Lefebvre, na medida em que estes autores conferiram relevância às condições de reprodução social na alta modernidade, as quais tem conformatado a cultura e invadido o cotidiano dos *assalariados rurais urbanizados*.

Assim, os esforços aqui empreendidos se deram na seguinte perspectiva: a apreensão da cultura, do modo de vida, do cotidiano, das subjetividades, dentre outras questões, a partir das condições reais e como estas dimensões da vida reproduzem a história dos sujeitos da pesquisa. Para tanto, tal apreensão fora realizada com base no procedimento metodológico *regressivo-progressivo*, na medida em que foram exploradas as condições do presente *pari passu* sua problematização com base na história e, finalmente, o retorno ao presente a partir de um exercício prospectivo, calcado nas possibilidades encetadas, no devir. Isto pode ser verificado na disposição dos capítulos, sendo que os dois capítulos iniciais versam principalmente sobre questões teórico-metodológicas, bem como sobre

questões atinentes às transformações que ensejaram a alta modernidade. Em ambos são lançados os fundamentos teóricos e os procedimentos analíticos perscrutados nos capítulos subsequentes.

É assim que o trabalho análogo à escravidão será investigado à luz do procedimento metodológico *regressivo-progressivo*, pois que correlato à contemporaneidade. Do mesmo modo, o espaço social dos trabalhadores de Goianésia e, finalmente, o habitat no qual é reproduzida a vida cotidiana e a condição *de assalariados rurais urbanizados*. Estes três capítulos consistem no movimento do presente ao passado e do passado ao presente a fim de elucidá-lo e ainda fornecer elementos para um movimento progressivo do pensamento. Este movimento progressivo consiste na tentativa de se apreender um real que é também devir, o anúncio do possível e da possibilidade revolucionária. Neste sentido é que apresentamos os dois últimos capítulos. Desta sorte, postular o trabalho como poiësis consoante a insurreição do uso e o imperativo do vivido é uma tentativa de se contemplar o residual, aquilo que enceta a diferença e aponta para outra relação homem-natureza, qualificando, pois, o *sentido da terra*.

Este desiderato consiste, por seu turno, na superação de um presente marcado pela ausência de *sentido da terra*, pelo divórcio entre o homem e a natureza, pela violência física, mas também simbólica. Seria o anúncio de um período no qual homens e mulheres pudessem se apropriar plenamente do fruto do trabalho, do tempo, do espaço, da vida, da terra. Não mais tantos trabalhadores, para os quais a terra é o sentido da vida, teriam suas vidas cruelmente ceifadas. Alguns destes trabalhadores foram aqui mencionados, dando nomes aos sujeitos pesquisados. Esta foi uma singela homenagem a homens e mulheres cuja coragem os levou até o limite da luta. Morrer pela terra é a manifestação mais sublime de que a terra foi para estes trabalhadores o sentido pleno da vida. É assim que os *assalariados rurais urbanizados* receberam os nomes de trabalhadores rurais, extrativistas, líderes sindicais, missionários e trabalhadores rurais sem terra cujo sangue foi derramado por vários tiros ou mesmo por pauladas e até mesmo pela carbonização do corpo. São eles e elas: Dorothy³, Flaviano⁴, Maria⁵, Cristina⁶,

³ Dorothy Mae Stang foi uma missionária norte-americana naturalizada brasileira. A Irmã Dorothy Stang foi brutalmente assassinada no dia 12 de fevereiro de 2005 às sete horas e trinta minutos da

Chico⁷, Nativo⁸, Toinzinho⁹, Salvador¹⁰, Maurício¹¹, Elisney¹², Fábio¹³, Creuza¹⁴, Valdemar¹⁵, Wilson¹⁶, Margarida¹⁷ e João¹⁸.

manhã em uma estrada de difícil acesso a 53 quilômetros da sede do município de Anapu, no Estado do Pará, Brasil. Esta corajosa missionária foi assassinada com seis tiros, um na cabeça e cinco ao redor do corpo, aos 73 anos de idade, no dia 12 de fevereiro de 2005, às sete horas e trinta minutos da manhã, em uma estrada de terra de difícil acesso, a 53 quilômetros da sede do município de Anapu, localizado no Estado do Pará, Brasil.

⁴ Flaviano Pinto Neto era o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Charco, no município de São Vicente Ferrer, Maranhão. Foi assassinado aos 45 anos com oito tiros na cabeça disparados por uma pistola calibre 38. O crime foi encomendado por um influente fazendeiro da região.

⁵ Maria do Espírito Santo foi uma ambientalista e líder extrativista no estado do Pará. Ela e seu marido, José Cláudio Ribeiro da Silva, foram assassinados na cidade de Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, no dia 24 de maio de 2011. A suspeita é de que o crime tenha ocorrido a mando de madeireiros da região.

⁶ Cristina Fernandes dos Santos morreu aos 49 anos no dia 29 de setembro de 2009 por volta das 08h e 30 min. A cortadora de cana foi carbonizada no canavial em que trabalhava, localizado no município de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro.

⁷ Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, foi um seringueiro, sindicalista e ativista ambiental. Ficou conhecido mundialmente pela defesa da floresta Amazônica e dos extrativistas. Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988 com tiros de escopeta no peito.

⁸ Nativo da Natividade, líder sindical brutalmente assassinado com cinco tiros de revólver calibre 38, disparados à queima roupa no dia 23 de outubro de 1985 em Carmo do Rio Verde. Membro da CUT-Nacional, do Partido dos Trabalhadores e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, Nativo da Natividade foi assassinado a mando do então prefeito Roberto Pascoal Liégio, o qual foi absolvido pela justiça.

⁹ Toinzinho era o apelido do Sr. Antonio Nascimento da Silva, líder de um assentamento de trabalhadores rurais em Luziânia, Goiás, assassinado aos 45 anos de idade no dia 31 de julho de 2005.

¹⁰ Salvador Gomes de Souza, trabalhador rural sem terra, assassinado no município de Formosa, Goiás, em 14 de junho de 1996.

¹¹ Maurício Batista da Silva, trabalhador rural assassinado em Silvânia, Goiás, no dia 22 de março de 1995.

¹² Elisney Ferreira Carvalho, trabalhador rural assassinado no dia 23 de setembro de 1994 em Jataí, Goiás.

¹³ Fábio dos Santos Silva, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na Bahia, foi brutalmente assassinado com quinze tiros em frente sua mulher e uma criança. O crime foi realizado por pistoleiros na manhã do dia 2 de abril de 2013.

¹⁴ Creuza Cardoso de Oliveira foi uma trabalhadora rural posseira assassinada no dia 15 de outubro de 1990 no município de Terra Nova do Norte, no Mato Grosso.

¹⁵ Valdemar Oliveira Barbosa era integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, tendo sido assassinado às 10 horas da manhã do dia 25 de agosto de 2011. Ele foi responsável, por vários anos, pela ocupação de uma grande fazenda da região.

¹⁶ Wilson da Silva, trabalhador rural assassinado no dia 30 de janeiro de 1989 no município de Itaberaí, Goiás.

¹⁷ Margarida Maria Alves foi uma sindicalista paraibana reconhecida pela sua coragem na luta pelos direitos dos trabalhadores. Foi a primeira mulher no estado da Paraíba a lutar pelos direitos dos trabalhadores, tendo levado a frente mais de cem ações trabalhistas durante o período em que liderou o Sindicato dos trabalhadores rurais da Paraíba.

¹⁸ João Carlos Francisco, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doverlândia, Goiás, assassinado no dia 5 de fevereiro de 1989.

Na tentativa de se cumprir tal desiderato é que a tese contemplará o urbano e o rural, o presente e o passado em capítulos cuja interlocução dar-se-á da seguinte forma: No primeiro capítulo, intitulado *Da condição proletária à condição salarial: sobre o ethos dos trabalhadores rurais na alta modernidade*, é realizado um esforço de apreensão do *ethos* social dos trabalhadores rurais na contemporaneidade. Para tanto, são consideradas as transformações econômicas, técnico-científicas e socioculturais ocorridas a partir da década de 1970, as quais permitiram uma transição da condição proletária para a condição salarial segundo Robert Castel. A apreensão desse *ethos* parte das condições encetadas por um mundo globalizado, no qual é inaugurada uma nova dinâmica espaço-tempo e que incorreu em profundas transformações no mundo rural, ensejando novos processos de produção, de acumulação de capital, bem como de novas relações sociais. Tais mudanças têm sido promovidas pelo primado de um paradigma sociocultural, conforme o sociólogo francês Alain Touraine.

No segundo capítulo, intitulado *Do rural ao urbano: Um novo sentido da Terra*, são abordadas as pesquisas realizadas por Henri Lefebvre que o levaram à elaboração das bases de um tratado de sociologia rural, no qual o pensador postula o seu reconhecido procedimento metodológico *regressivo-progressivo*. Em que pese as bases desse tratado, é central a importância apontada pela relação campo-cidade na modernidade. Conforme poderá ser notado, o urbano se esboroa, interferindo direta ou indiretamente no cotidiano das pessoas, mesmo daquelas que vivem em áreas consideradas rurais. Esta interferência se estabelece, por sua vez, a partir de uma nova dinâmica de reprodução das relações sociais, assentada em processos originais tanto de trabalho quanto de reprodução da própria força de trabalho. Do concreto, portanto, é que este pensador saltou para a teoria, tecendo considerações de extrema relevância para a construção argumentativa que exige a tese apresentada. Com efeito, a argumentação de que o fenômeno urbano em um avançado estágio do capital insurgiu, no campo, em um novo tipo de trabalhador, os *assalariados rurais urbanizados*.

Esta problemática conduzirá o terceiro capítulo, intitulado *O trabalho análogo à escravidão e os assalariados rurais urbanizados: A terra sem sentido*, no qual são apresentados os efeitos deletérios de uma alta modernidade por sobre a vida dos

assalariados rurais que, neste caso, podem ser considerados urbanizados por serem eivados por representações que remetem a vida citadina e, fundamentalmente, pelo fato de que a condição a qual são submetidos se deve a uma dinâmica de acumulação e reprodução que se volta para urbano, para os grandes centros comerciais e industriais de todo o mundo, dadas as configurações do capitalismo contemporâneo. Neste capítulo, considera-se, ademais, a atual ofensiva dos países mais ricos sobre territórios de países pobres ou em desenvolvimento, configurando a chamada acumulação por espoliação, a qual promove processos de *desterritorialização* resultando em uma terra *ausente de sentido*.

No quarto capítulo, nomeado *O espaço social e os assalariados rurais urbanizados*, são realizados estudos de memória a fim de se apreender as alterações no cotidiano dos trabalhadores rurais, as quais sobrevieram após meados da década de 1990 e que impuseram novas formas de organização enquanto classe social. Neste capítulo a ênfase é direcionada aos elementos da alta modernidade e o que eles desvelam de contraditório, de sorte que são consideradas as representações dos trabalhadores sobre o patronato, bem como sobre as resistências e as formas de luta. Ainda neste capítulo, é apresentada a urbanidade envolta no cotidiano dos trabalhadores e como ela promoveu alterações originais do ponto de vista das sociabilidades forjadas por estes. O urbano enquanto processualidade permite vislumbrar novas possibilidades naquilo que encerra em termos ideológicos e naquilo que enceta em termos emancipatórios, levando a um *novo sentido da terra*.

No quinto capítulo, que tem como título: *O habitat e os assalariados rurais urbanizados: A vida cotidiana*, tem-se por objetivo analisar esta instância viva que denuncia a relação homem-mundo hodiernamente, o habitat a partir de observações realizadas em moradias e bairros de trabalhadores rurais de Goianésia, Goiás. Nele é que se reproduz a vida cotidiana, os costumes, as condutas, as representações, enfim, as práticas sociais de um período histórico. O habitat, por sua vez, é o invólucro tanto da *ordem próxima*, ligada ao que a vida desvela em termos de relações entre grupos sociais e uma ordem distante, constituída pelo poder das instituições, da técnica e das ideologias. (LEFEBVRE, 1999). Destarte, o habitat se nos apresenta enquanto um fecundo território de enigmas sociais, povoado de

signos, símbolos e sinais, por isso elemento para estudos a partir de uma antropologia dialética, fragmento do capítulo em questão. Ele provavelmente seja o elemento que melhor deslinda a condição dos *assalariados rurais urbanizados*, permitindo a elaboração e a defesa do conceito.

Numa perspectiva ensaística, o sexto e penúltimo capítulo da tese, *O segredo das mãos: Sobre o trabalho como poièsis e um novo sentido da terra*, novamente remete as reflexões à centralidade do corpo e do trabalho. As mãos, neste caso, ocupam primazia em meio a discussões que não cessam de apresentar fenômenos de degenerescência da condição humana, bem como fenômenos que prenunciam sua emancipação. Mediação da relação homem-natureza, as mãos edificam o espaço, assim como o pensamento e tudo que deles se desdobra: as relações de poder, as representações, a consciência do real. Doravante, é pelas mãos que foi gestado o urbano, *lócus* por excelência de manifestação da alta modernidade, plano no qual se instauram as possibilidades de uma revolução cultural, a que se opõe a toda forma de poder, a que tem como limite um *novo sentido da terra*. Dialética, posto que operadas em territórios vigorosamente contraditórios, as mãos dos *assalariados rurais urbanizados* descortinam elementos profícuos para a presente tese. Ora conduzem a mais genuína relação homem-natureza, essencial a qualquer projeto de revolução que subverta o *sentido da terra*, ora deflagram o porvir no cotidiano do urbano, demarcado pelo avanço da modernidade.

Das últimas considerações: Os assalariados rurais urbanizados e um novo sentido da terra, se trata de um momento que almeja a confluência entre vida cotidiana e trabalho a fim de sustentar, uma vez mais, o conceito de *assalariados rurais urbanizados*. Levando a termo as transformações imprimidas pela alta modernidade no cotidiano destes trabalhadores é que se confere relevância à reprodução das relações sociais mais que a produção *per si*. Esta reprodução determinará, por seu turno, as relações sociais de trabalho em múltiplas dimensões, como a subjetiva. Por outro lado, uma investigação das temporalidades, no que possuem de mimético, permite vislumbrar rupturas com a cotidianidade¹⁹ e o

¹⁹ Embora em Lefebvre a perspectiva de cotidiano seja distinta da perspectiva de Ágnes Heller, na medida em que para o primeiro o cotidiano se instaura na modernidade e para a segunda ele já configurava o modo de vida de sociedades pregressas, ambos entram em acordo ao considerarem a miséria da cotidianidade, do que é mimético e ordinário. Segundo Heller: “O homem da cotidianidade

anúncio de uma *terra com sentido*, uma terra em que vida cotidiana e trabalho sejam inseparáveis e na qual o trabalho seja plenamente emancipatório, inaugurando outra relação homem-natureza, edificando um modo de vida em que o pensar, o agir e o sentir sejam voltados para a plena emancipação humana.

é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguça-los em toda sua intensidade.” (HELLER, 2008, p. 31).

CAPÍTULO I

DA CONDIÇÃO PROLETÁRIA À CONDIÇÃO SALARIAL: SOBRE O *ETHOS*²⁰ DOS TRABALHADORES RURAIS NA ALTA MODERNIDADE

“A classe operária não surgiu tal como o sol, numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se.”

(E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*).

Admite-se que, desde mais ou menos 1970, o mundo tem passado por transformações cruciais em praticamente todas as dimensões da vida (BAUDRILLARD, 2001, 2011; JAMESON, 2006, 2007; HARVEY, 2004, 2007), como a econômica, a política, a cultural e a estética e, no estudo em questão, que estas transformações encetaram novas dinâmicas no rural, estabelecendo rearranjos socioespaciais que interferiram diretamente na reprodução das relações sociais. Especialmente sobre o rural e as novas ruralidades, Moreira aquiesce que:

Se reconhecermos que a existência de processos recentes de resignificação do rural é de tal ordem que nos leve a falar em um novo rural e em novas ruralidades, tais processos estariam indicando tensões no núcleo de poder hegemônico da indústria e da cidade da modernidade. A passagem para, ou a vivência da pós-modernidade, da alta modernidade ou da sociedade globalizada nos rearranjos desse poder hegemônico poderiam ser visualizados nas novas posições que assumem o capital financeiro, as indústrias da informação, da propaganda e cultural, as empresas transnacionais e as instituições econômicas, políticas e culturais transnacionais. As ressignificações de rural de que falamos emergiriam dessas tensões no polo hegemônico. (MOREIRA, 2005, p. 20)

²⁰ *Ethos* consiste no modo de ser de um determinado agrupamento populacional. Refere-se aos costumes, às práticas e aos valores. Ele é conformado, portanto, pelos aspectos culturais e sociais que são reproduzidos nas relações entre os indivíduos pertencentes a este agrupamento.

Partindo desta admissão, é que postulamos a tese da emergência de um agrupamento de trabalhadores rurais que compartilham as mesmas condições materiais de existência, ademais das relações sociais, do modo de vida, portanto, entendendo que, conforme Thompson (2011, p. 10): “*A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si [...].*” A apreensão desta classe permite descortinar, além de aspectos de sua subjetividade, um complexo tecido social forjado pela dinâmica rural-urbano no capitalismo tardio, cujos desdobramentos estão relacionados a uma lógica de acumulação de capital e, portanto, de subsunção do trabalho pelo capital.

Assim, entende-se que não é apenas o rural que tem entrado na alta modernidade ou que por seus efeitos tem passado por profundas transformações, mas também as relações sociais que dele se desdobram e que de alguma forma conferem a este rural um novo sentido. Não se trata mais de investigar um rural divorciado da cidade e, caso contrário, não apenas um rural que a ela se submete e que tem como destino suas mercadorias, mas um rural que se se amalgama à cidade em decorrência de um fenômeno planetário, o fenômeno urbano. A história da humanidade é por seu turno a história do homem a partir de determinadas temporalidades e espacialidades. Neste sentido, a alta modernidade não é senão a vida que se elabora e se reproduz enquanto urbanidade. É de fato pouco tempo, mas um intervalo prenhe de mudanças de toda sorte, como nas relações de trabalho, nas sociabilidades, nas identidades sociais, dentre tantos outros aspectos.

É assim que uma nova dinâmica de cidade se estrutura e se configura *pari passu* as alterações no campo das relações sociais, mediadas por signos, símbolos, imagens que induzem a determinadas práticas. Esse fenômeno ocorrera na França durante os anos 1960 e 1970 e é relativamente recente no Brasil. O advento do urbano consistiu no “*transbordamento das cidades para um meio rural cheio de ‘massas informes de resíduos urbanos’ (Lewis Mumford) é diretamente regido pelos imperativos do consumo.*” (DEBORD, 1997, p. 115). Alteram-se, portanto, as práticas de consumo daqueles que outrora eram apenas proletários rurais. Ao mesmo tempo, o campo no qual despendem sua força de trabalho torna-se paulatinamente um *pseudocampo*. Um novo campesinato artificial é recriado pelas

condições de hábitat e de controle espetacular no atual território planificado.” (DEBORD, 1997, p. 116). Este transito do rural para o urbano é mais que uma nova dinâmica espacial, é o alvorecer de um novo *sentido da terra*²¹.

Não mais que duas décadas separam os proletários rurais do que aqui se postula enquanto *assalariados rurais urbanizados*. Tem-se que estas alterações descortinaram um novo *modus vivendi* por parte dos trabalhadores, o que exige apreender não apenas questões atinentes ao trabalho, mas fundamentalmente aquelas ligadas ao modo de vida, a cultura, aos valores, aos referenciais, bem como a um sistema simbólico de reprodução deste *modus vivendi*²². São, pois, as condições encetadas pela urbanidade que incitam a uma reflexão sobre a revisão não apenas para efeitos tipológicos da categoria de proletários rurais, permitindo argumentar que estes trabalhadores ensejam, na contemporaneidade, um novo *ethos* social. Explorá-lo, investiga-lo, questioná-lo em suas minúcias é um exercício que se apresenta indispensável a fim de se compreender este novo rural, seus sujeitos sociais, seus dilemas, suas contradições, partindo-se da seguinte perspectiva de classes sociais segundo Thompson (2011, p. 9):

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.

Para tal esforço, uma saraivada de conceitos e categorias devem ser perscrutados: trabalho, cultura, espaço social, território, territorialidades, vida cotidiana. Todos abarcados pela noção de alta modernidade e pela captura do que

²¹ O urbano, por seu turno, descortina esse novo *sentido da terra*, o qual exige um esforço de transdução a fim de se apreender sua virtualidade, sua possibilidade transformadora. A transdução, segundo Henri Lefebvre (1999, p. 16), se trata da “*reflexão sobre o objeto possível*.” Portanto, com base no passado e no presente, o exercício intelectual transdutivo busca apreender a virtualidade, o possível. A transdução se trata, pois, do movimento do pensamento imerso no procedimento metodológico *regressivo-progressivo* postulado por Henri Lefebvre.

²² Especialmente no tocante aos sistemas simbólicos, são valiosas as contribuições de Clifford Geertz para o entendimento de cultura. Segundo Geertz (1973, p. 15): “*O conceito de cultura que eu defendo, (...) é essencialmente semiótico [...] Portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado*.” Na tese em questão, o estudo da cultura na alta modernidade, demarcada pelo consumo, pelo individualismo e seus corolários apresenta-se fundamental. Amiúde complexo, os grilhões da alta modernidade estão incrustados no campo semiótico e seus discursos, nas roupas, automóveis, eletrodomésticos. Este estudo cumpre um primeiro momento do procedimento metodológico *regressivo-progressivo*, o qual será explorado adiante. Neste primeiro momento, um exercício antropológico é indispensável.

vem a ser o chamado fenômeno urbano, cujo despontar remete à Europa de meados do século XX. A tese dos *assalariados rurais urbanizados* é, *per si*, uma iniciativa antropológica na medida em que assentada na cultura destes homens e mulheres. É a um só tempo, um esforço sociológico, histórico, geográfico e antropológico. É assim que a condição de proletário, à luz de uma perspectiva dialético-material da história, desvela um determinado *ethos social*, sendo que o assalariamento concorre para a redefinição deste *ethos*, questão fartamente discutida por Robert Castel em seu clássico *As metamorfoses da questão social*. No caso dos trabalhadores rurais assalariados do Brasil, estas metamorfoses tem sido recentes e amiúde nos tem imposto uma infinidade de problemáticas, considerando que “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura.” (THOMPSON, 2011, p. 10).

Durante a década de 1980 até princípios da década de 2000, mesmo sendo assalariados, o consumo não era prática entre os trabalhadores, exceto das mercadorias básicas para a reprodução da força de trabalho e da família, como atestam várias pesquisas. No entanto, mudanças bastante recentes tem promovido consumo de variadas mercadorias, o que tem permitido a inserção destes trabalhadores em um modo de vida tipicamente urbano. Há, por outro lado, transformações ainda mais complexas, como o processo de exacerbação do comportamento individualista. A naturalização do mercado invadiu as instâncias mais subjetivas do ser social, incitando um comportamento hedonista, avesso à solidariedade, um comportamento cujo imperativo é a troca ao invés do uso, da satisfação individual, da aparência em lugar da essência, do concebido ao invés de um vivido verdadeiramente humano e plenamente emancipador.

Resta apreender o emoliente desse mercado na alta modernidade, o consumo. Baudrillard (2010) apreendeu a *sociedade de consumo* gestada na segunda metade do século XX, uma sociedade devotada ao consumo de signos, cujo valor é a prestação social da mercadoria, o distintivo que ela promove entre os integrantes dos grupos sociais. Na medida em que este consumo espraia por sobre os mais longínquos territórios e fornece substância ao cotidiano de indivíduos sob quaisquer condições, ele torna-se o que aparentemente equaliza as classes sociais.

Trata-se, pois, de mais um elemento na seara dos instrumentos ideológicos, de um mecanismo de domínio de classe. Sobre isto Marcuse (1967, p. 29) elucida que:

Aí, a chamada igualação das distinções de classe revela sua função ideológica. Se o trabalhador e seu patrão assistem ao mesmo programa de televisão e visitam os mesmos pontos pitorescos, se a datilógrafa se apresenta tão atraentemente pintada quanto a filha do patrão, se o negro possui um Cadillac, se todos lêem o mesmo jornal, essa assimilação não indica o desaparecimento de classes, mas a extensão com que as necessidades e satisfações que servem à preservação do Estabelecimento é compartilhada pela população subjacente.

O certo é que o consumo traz à tona problemas que não se encerram com esse argumento. Ele é, numa perspectiva mais abrangente, a manifestação incisiva da força que emana dos objetos. Portanto, dos signos, dos símbolos e dos sinais que estes exprimem. Princípio ativo da chamada globalização, o consumo integra/desintegra povos e culturas a partir dos ditames do mercado. Encampado pelas grandes corporações e suas estratégias geopolítico-territoriais, esta vigorosa luz transcendental, o mercado, cujos feixes percorrem de norte a sul e de leste a oeste o universo, encarrega-se de *desterritorializar* a filosofia²³ e requalificar o espaço, assim como o pensamento, cavando um buraco no qual são soterradas não apenas o homem enquanto produtor de obras, mas também o homem produtor de sua história e, portanto, capaz de problematizar sua vida e os acontecimentos. Com efeito, o mercado a tudo invade, sobrepujando, o mundo da vida. Assim, infere-se que as mudanças atinentes ao plano material, o das experiências, têm promovido transformações na consciência dos trabalhadores enquanto classe. A seguinte passagem de Thompson (2011, p. 10) elucida esta questão:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.

Este processo é atestado quando da comparação entre as redes de sociabilidade dos antigos e dos atuais trabalhadores. É nítido o distanciamento, promovido por uma série de fatores, dentre eles a melhoria da renda, entre os

²³ Deleuze e Guattari postularam uma geofilosofia, a qual tem que “*Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra.*” (Deleuze e Guattari, 2010, p. 103).

trabalhadores, o que arrefeceu consideravelmente os laços de solidariedade. É certo que o *ethos* social dos proletários rurais era conformado por uma relação de maior proximidade entre os trabalhadores, havendo outra configuração do espaço social, bastando considerar que atualmente é significativamente menor a quantidade de botecos e que a partilha de momentos de sociabilidade tem sido rara entre eles. Durante a pesquisa, ficou claro que a melhoria das condições materiais fora acompanhada por um enfraquecimento dos laços de solidariedade e mesmo das redes de sociabilidades entre os trabalhadores.

Não se pode afirmar que esta seja a principal causa, mas certamente tem concorrido para a transformação do comportamento dos trabalhadores em relação a seus pares. Por outro lado, mesmo com estas transformações é inegável que se comparados aos indivíduos pertencentes às camadas sociais superiores, estes trabalhadores mantêm indelével esta liga que de alguma forma os torna uma unidade, a liga do trabalho. Nos bairros, aqueles que não se conhecem já ouviram falar ou tem amigos em comum. Eles se cumprimentam, conhecem as famílias, já compartilharam muitas histórias, o que é muito forte se confrontado à fluidez das relações contemporâneas.

O individualismo é próprio da alta modernidade, resultado de um acirramento do comportamento narcisista, do culto a própria imagem. Ele tem se instaurado com toda força em todo o mundo após os anos 1970, resultado de um intenso processo de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Ele é, no plano da subjetividade, o anseio da ofensiva globalizante dos mercados sob a batuta do chamado neoliberalismo. Com as devidas reservas, é possível inferir que parte das mudanças operadas no cotidiano dos *assalariados rurais urbanizados* se deve às premissas de uma sociedade salarial que, segundo Castel, pratica o consumo em demasia. “*O consumo comanda um sistema de relações entre as categorias sociais, segundo o qual os objetos possuídos são os marcadores das posições sociais [...]*” (CASTEL, 1998, p. 475). Ou, ainda, correlacionando consumo e neoliberalismo, Anderson (2006, p. 375) menciona que: “*A base prática da hegemonia neoliberal encontra-se hoje na primazia do consumo - de bens e serviços mercantilizados - na vida diária de sociedades capitalistas contemporâneas.*”

Outro aspecto que deslinda a transição desse *ethos* social de proletários para *assalariados rurais urbanizados* consiste nas mudanças referentes à organização dos trabalhadores rurais no confronto entre capital e trabalho. Notou-se, a partir da pesquisa, um claro enfraquecimento da organização sindical, o que muito se deve a falta de credibilidade do sindicato junto aos trabalhadores. Na medida em que a luta dos trabalhadores se institucionalizou muitos trabalhadores passaram a ter uma representação bastante depreciada acerca dos dirigentes sindicais. Muitos disseram ter perdido a confiança nos companheiros de luta, o que difere substancialmente das organizações durante os anos 1980, pautadas nos laços de solidariedade e comprometimento por parte da maioria dos trabalhadores.

É inquestionável que as condições impostas pelas relações de trabalho, firmadas a partir de um contrato, redefiniram todos os arcanos da vida no meio rural. De proletários que despendiam a força de trabalho em troca de um salário que atendia somente as necessidades da ordem da reprodução da força de trabalho, estes homens e mulheres passaram a receber quantias que permitem o acesso a uma gama de mercadorias, mas o que é fundamental aqui se trata justamente da autonomia que é conferida ao trabalhador e que acirra o individualismo. Neste particular, o contrato descortina uma nova questão social no campo e que, segundo Castel, com base nas contribuições do antropólogo Louis Dumont, “*é um acordo de vontade entre seres independentes e autônomos.*” (CASTEL, 1998, p. 598).

Todavia, há que se ter em conta que esta independência e autonomia reside no campo da aparência, elas só existem enquanto prevalece o interesse por parte de outrem de realizar o pagamento pela força de trabalho alheia. “*Essas prerrogativas do individualismo vão, assim, se aplicar a indivíduos que, da liberdade, conhecem sobretudo a falta de vínculos e, da autonomia, a ausência de suportes.*” (CASTEL, 1998, p. 598). As relações de trabalho mediadas pela contratualidade se desdobram numa individualidade pela supressão das relações de pertença a uma coletividade. No tocante aos trabalhadores rurais, estas mudanças obviamente não acompanham as mudanças operadas a partir do processo de assalariamento da população trabalhadora europeia. São as particularidades históricas que imprimem um sentido peculiar deste recente fenômeno, mas que de algum modo tangencia experiências outras.

Especialmente sobre o individualismo, dada a complexidade de nossa formação socioeconômica e cultural, não é possível ocupar as análises apenas de premissas teóricas forjadas na academia européia. É preciso considerá-las à luz das especificidades que demarcam a sociedade brasileira. Entende-se que seria equivocada a inferência de que as mutações nas relações de trabalho no meio rural, bem como no cotidiano dos trabalhadores tem dado surgimento a uma exacerbada cultura da individualidade tal qual a experiência francesa pós a década de 1970. Seria um absurdo pensar os assalariados rurais brasileiros com base nas relações de assalariamento na Europa conforme problematizado por Castel. Um ponto que atesta esse equívoco seria concordar com os seguintes dizeres de Castel (1998, p. 602) ao tratarmos da condição dos *assalariados rurais urbanizados*: “É enunciar um lugar-comum da sociologia lembrar que alguns grupos, que pertencem às classes médias, têm uma relação de familiaridade, até mesmo uma relação complacente, com uma cultura da individualidade [...]”

Ora, sequer pode-se afirmar que estes trabalhadores integram as camadas médias²⁴. No que se refere à individualidade, seria mais coerente afirmar que estes trabalhadores por vezes a tem exercido sem, no entanto, terem consciência dela, até mesmo porque a solidariedade, ainda que arrefecida, sempre foi uma tônica na vida destes trabalhadores. Ademais, sequer fora constituída no Brasil uma *sociedade de consumo* como naquele país. Esta sociedade recentemente tem sido gestada e já apresenta uma profusão de questões a serem estudadas, como a relação entre consumo e economia periférica, consumo e cidadania. É assim que ora as elaborações teóricas advindas da academia estrangeira se nos apresentam válidas, ora distante de nossa realidade histórica.

O fenômeno de constituição dos *assalariados rurais urbanizados* é particular a uma dada temporalidade, ele é especificamente brasileiro, não possuindo similaridade com o processo de industrialização na Europa e consequente alteração de seu campesinato. Se por um lado esta constatação não nos confere a posição

²⁴ Sobre a chamada *nova classe média brasileira*, é com reservas que se deve tratar esta questão. A melhoria de renda *per se* não assegura uma série de conquistas que as camadas médias obtiveram na França, país das análises de Robert Castel. Daí que o caso brasileiro requer estudos aprofundados a fim de que não sejam cometidos equívocos nas interpretações dos fenômenos em curso.

confortável de construir modelos explicativos com base num relativismo generalizado, por outro não se pode importar as teorias e forçosamente encaixá-las à nossa realidade. O ponto de partida desse esforço é a admissão de que a sociedade brasileira tem passado por profundas transformações, de tal sorte que as condições da alta modernidade se fazem presentes ainda que a própria modernidade não tenha sido concluída ou que pelo menos suas bases não tenham sido suficientemente assentadas.

Daí a existência de uma *modernidade anômala* segundo José de Souza Martins (2008). A condição de *assalariados rurais urbanizados* está eivada de elementos que corroboram para sua existência. No tocante ao *ethos* destes trabalhadores, a urbanidade que conduz os modos de agir, sentir e pensar não se apresenta genuína, mas repleta de ambivalências, sendo a principal a ausência dos atributos que conferem cidadania a estes sujeitos sociais. O modo de vida urbano é engendrado no tecido social das cidades, é a *territorialização* de um *socius*²⁵. Neste sentido, embora estes trabalhadores sejam cidadãos, não podem ser considerados cidadãos. Eles são, e isto decorre de um mesmo processo, desprovidos das bases econômicas e sociais que permitiriam o exercício da cidadania seja enquanto camponeses seja enquanto cidadãos.

São trabalhadores que vivenciam a desproteção social, conforme Castel (1998). Assim, são trabalhadores urbanizados sem a cidadania que qualifica esse

²⁵ “*Simplesmente, as formas de produção social implicam elas também uma pausa improdutiva inengendrada, um elemento de antiprodução acoplado com o processo, um corpo pelo determinado como socius. Pode ser o corpo da terra, ou o corpo despótico, ou então o capital. É dele que Marx diz: não é o produto, mas aparece como seu pressuposto natural ou divino. [...] O socius como corpo pleno forma uma superfície onde toda a produção se registra e parece emanar da superfície de registro. A sociedade constrói seu próprio delírio, registrando o processo de produção; mas não é um delírio da consciência, ou melhor, a falsa consciência é consciência verdadeira de um falso movimento, verdadeira percepção de um movimento objetivo aparente, verdadeira percepção do movimento que se produz na superfície de registro.*” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 25). Embora tal apreensão tenha sido levada a cabo noutra perspectiva teórico-metodológica, *mutatis mutandis*, as análises atinentes à cultura, a ideologia, bem como às representações é ponto comum entre Deleuze e Guattari e Herbert Marcuse, como atesta a seguinte passagem do pensador da Escola de Frankfurt: “*Acabo de sugerir que o conceito de alienação parece tornar-se questionável quando os indivíduos se identificam com a existência que lhes é imposta e têm nela seu próprio desenvolvimento e satisfação. Essa identificação não é uma ilusão, mas uma realidade. Contudo, a realidade constitui uma etapa mais progressiva de alienação. Esta se tornou inteiramente objetiva. O sujeito que é alienado é engolfado por sua existência alienada. Há apenas uma dimensão. Que está em toda parte e tem todas as formas. As conquistas do progresso desafiam tanto a condenação como a justificação ideológicas; perante o tribunal dessas conquistas, a “falsa consciência” de sua racionalidade se torna a verdadeira consciência.*” (MARCUSE. 1967, p; 31).

urbano e, ao mesmo tempo, trabalhadores rurais desruralizados na medida em que o rural se manifesta apenas enquanto *lócus* de trabalho e não de reprodução da vida. Noutros países, *mutatis mutandis*, essa condição de rurais desruralizados também se faz presente, como os jovens na China que, segundo Touraine (2005, p. 22):

Encontram nas cidades o meio de sobrevivência – ou mesmo a forma de entrar num novo tipo de vida social. Mas esses ‘rurais desruralizados’, como lhes chama Farhad Khosrokhavar, todos esses jovens sem emprego e atraídos pelos reflexos do consumo urbano mas que não podem integrar as classes médias protegidas por Estados redistribuidores, e, com eles, tantos outros que dependem de diversas categorias do alto à base da escala social e de todos os continentes, vivem mudanças geográficas e socioculturais que os destroem mais do que os fazem entrar na modernidade.

Ao contrário dos países europeus, a inserção dos países pertencentes à periferia do capitalismo global na alta modernidade não cumpre determinados processos, conformando uma realidade social extremamente complexa. Os países latino-americanos, conforme interpretou Canclini (2000) são marcados pelo *hibridismo cultural*, o que advém além da confluência de diversas culturas provenientes de várias partes do mundo, mas também do que este pensador entende por entrada na modernidade. É, portanto, uma questão tanto geográfica, quanto histórica e fundamentalmente sociológica. Daí a relevância de se concebê-la com base no conceito de território, de territorialidades e suas desinências.

São estas especificidades históricas que conferem, aos países latino-americanos e, sobretudo, ao Brasil uma riqueza de elemento culturais que se amalgamam, um emaranhado de fios que se entrelaçam e dão origem a um componente novo, por vezes paradoxal, o qual deve ser pacientemente desvelado. Se por um lado esse caldo cultural é disseminado por processos de *desterritorialização*²⁶, por outro, ele reforça limites territoriais, relações de poder, exercidas sobretudo a partir do consumo. “*Hoje concebemos a América Latina como uma articulação mais complexa de tradições e modernidades (diversas, desiguais),*

²⁶ É importante registrar que a tríade conceitual *território-desterritorialização-reterritorialização* foi cunhada e sistematizada por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Segundo os filósofos, “A *desterritorialização de um tal plano não exclui uma reterritorialização, mas a afirma como a criação de uma nova terra por vir. Resta que a desterritorialização absoluta só pode ser pensada segundo certas relações, por determinar, com as desterritorializações relativas, não somente cósmicas, mas geográficas, históricas e psicossociais.*” (2010, p. 107). (DELEUZE, GUATTARI, 2010, p. 107).

um continente heterogêneo formado por países onde, em cada um, coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento.” (CANCLINI, 2000, p. 28).

Na esteira dos pressupostos apontados por Canclini é que se vislumbra apreender o nosso rural, o qual é verdadeiramente intrigante. Se por um lado ele apresenta uma tessitura inerente à alta modernidade, como a tecnologia imersa na produção e a negociação das *commodities* no mercado internacional, por outro ele ressignifica práticas de subsunção da força de trabalho que resgatam a acumulação primitiva de capital durante o período colonial, como o trabalho análogo à escravidão. “*A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.*” (MARX, 1968, p. 830). É preciso, no entanto, ter-se em conta que estes processos são coetâneos, partícipes de uma lógica comum, cuja matriz é o modelo global de acumulação de capital e que dissemina, nos mais diversos territórios, suas territorialidades.

Voltemos, pois, a questão cultural. Se o assalariamento no campo e seu fortalecimento observado nas últimas décadas por um lado engendra um novo *ethos* social dos trabalhadores rurais, orientado por sua vez pelo consumo e pelo comportamento pautado no individualismo, por outro é a sua ausência que permite o recrudescimento do trabalho análogo à escravidão, partícipe de uma dinâmica global que reúne o que há de mais avançado em termos econômicos ao que se pode considerar mais arcaico em termos humanos. É assim que os supranumerários de Castel (1998) ou os refugos humanos de Bauman (2005) são inseridos nesta lógica perversa de desfiliação completa, de desenraizamento, de espoliação da terra em seu sentido lato, homens e mulheres que retratam uma terra que se volta para o capital e que reserva, ao humano, a completa despossessão, a *desterritorialização* em sua expressão mais cruel. Sobre esta questão, são valiosas as palavras de Lipovetsky e Serroy (2011, p. 15-16) em recente estudo sobre a era da cultura-mundo:

Se a cultura global difunde em toda parte, via mercado e redes, normas e imagens comuns, ela funciona ao mesmo tempo como uma poderosa alavanca de arranque dos limites culturais dos territórios, de desterritorialização generalizada, de individualização dos seres e dos modos de vida.

Cumpra investigar essa *desterritorialização* com base no processo de globalização sobre os países pobres, o qual espolia tanto recursos humanos quanto naturais e se apresenta, pautado na reprodução de um discurso, enquanto uma via necessária e altamente positiva, sinônimo de “progresso”. É por estas vias que tem se dado a expansão da atividade canavieira no Brasil, especialmente no caso do centro-oeste do país. No que tange a concepção teórico-metodológica que sustenta essa crença, não é demais retomar as bases epistemológicas da chamada extensão rural. Ocorre que seus princípios são discursivamente ocupados como aportes de uma legitimação da noção de “progresso” econômico e social.

De fundo ortodoxo, estas premissas já compunham o cabedal teórico do pensamento liberal, o qual por seu turno tributava às livres forças de mercado o progresso da sociedade e da história. Segundo Le Goff (2003, p. 253): “*O inglês Adam Smith expõe, por sua vez [...], a história de um gradual progresso econômico da sociedade humana cujos principais aspectos são a liberdade de comércio e a solidariedade econômica.*” No entanto, há que se ter em conta que a noção de “progresso” aponta para o fato de que a alta modernidade brasileira é prenhe de contradições.

A alta modernidade implica, ademais de outras questões, a crise das narrativas da história. Segundo Giddens (1991, p. 19): “*A perda de crença no progresso, é claro, é um dos fatores que fundamentam a dissolução de ‘narrativas’ da história.*” Ocorre que nas economias periféricas a alta modernidade está sendo gestada às avessas, ora anunciando o novo, ora resgatando o passado. Neste sentido, a noção de “progresso” é indispensável para uma globalização que se apresenta como fábula. É oportuno dar alguns exemplos desta globalização como fábula, do que nos apoiamos nos escritos do geógrafo brasileiro Milton Santos (2003, p. 18-19):

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias - para aqueles que realmente podem viajar - também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. [...] Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado.

Embora não seja consenso a noção de aldeia global²⁷ no pensamento de Milton Santos e de Octavio Ianni, ambos entram em acordo ao perscrutarem a globalização numa perspectiva crítica, contrária ao otimismo exacerbado de muitos apologetas da nova ordem mundial. Orientada pela batuta do mercado e promotora de uma transformação econômica, social, política e cultural sem precedentes, esta nova ordem tem como pilares o desenvolvimento da técnica e da informação, alicerces de uma nova dinâmica de acumulação de capital e que traz à baila os princípios básicos do liberalismo, inaugurando o regime denominado de neoliberal. *“É assim que a metáfora da ‘mão invisível’, idealizada pelo liberalismo clássico nos horizontes do Estado-nação, ressurge idealizada pelo neoliberalismo nos horizontes da globalização.”* (IANNI, 2003, p. 133).

As premissas do chamado neoliberalismo, mormente a redução do papel desempenhado pelo Estado, aliado à desregulamentação dos mercados, irão promover profundas mudanças no campo brasileiro. É a partir destas mudanças que se tem o advento do chamado agronegócio. O agronegócio seria menos o aperfeiçoamento da comercialização de *commodities* agrícolas do que a “tirania do dinheiro”, terminologia cunhada por Milton Santos (2003), tendo o campo como vetor de irradiação. Acompanhando a tirania do dinheiro, encontra-se a tirania da informação, cujo despotismo, em se tratando do chamado agronegócio, é patente, bastando considerar o sistema ideológico que o rodeia. Os jornais, escritos ou televisivos, frequentemente trazem informações que aliam o agronegócio ao “progresso” e a melhoria de condições de vida das populações. Pouco se fala sobre os efeitos deletérios, sejam eles humanos ou ambientais. *“Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições homogeneizadas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia.”* (SANTOS, 2003, p. 39). Ou ainda, conforme elucida Ianni (2003, p. 132): *“Por isso é*

²⁷ Convém, no entanto, elucidar que esta noção não se encontrava totalmente enfeixada nas interpretações do sociólogo brasileiro Octavio Ianni, conforme suas próprias palavras: *“A aldeia global pode ser uma metáfora e uma realidade, uma configuração histórica e uma utopia.”* (IANNI, 2003, p. 124). Desta sorte, é possível minimizar o papel das críticas realizadas por Milton Santos ao sociólogo brasileiro em sua obra *Por uma outra globalização*. Nesta, Milton Santos afirma que: *“Uma destas fabulações é a tão repetida idéia de aldeia global (Octavio Ianni, Teorias da globalização, 1996).”* (SANTOS, 2003, p. 40). Ao que nos consta, o próprio Ianni dera-se conta de que essa noção aponta para a ambivalência da globalização, de tal modo que ela tanto pode direcionar para o plano da realidade, enquanto perversidade, quanto pode limitar-se a uma utopia, porquanto uma fábula.

que os meios de comunicação colocam-se diretamente no âmago do mundo da cultura, das condições e possibilidades de representação e imaginação.”

É assim que a globalização invade praticamente todos os territórios e impõe, em nome da acumulação de mais-valia global, um *modus vivendi* em geral anacrônico à realidade dos povos, uma cultura-mundo que desfaz as relações de pertença com os lugares e engendra toda sorte de *desterritorializações*. A questão atinente aos mercados é apenas um dos aspectos da globalização. Este fenômeno é de complexidade ainda maior, pois que engendra práticas sociais, representações, conjuntos simbólicos e matrizes discursivas. “*Cultura-mundo significa o fim da heterogeneidade tradicional da esfera cultural e a universalização da cultura mercantil, apoderando-se das esferas da vida social, dos modos de existência, da quase totalidade das atividades humanas.*” (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 9).

No tocante aos *assalariados rurais urbanizados*, a globalização, para além das alterações no campo do consumo, tem conferido um *sentido da terra* ainda por se desvelar. Este sentido é o que tomamos enquanto cultura, reprodução de um *ethos* em formação. Cultura em sua acepção embrionária, a de cultivo, portanto, o *sentido da terra* para homens e mulheres que foram sendo paulatinamente divorciados do cultivo para subsistência e que, por isto, encontram-se na condição de assalariados, mas também de *desterritorializados* e, por conseguinte, de *reteritorializados*, conclamados a um *modus vivendi* qualificado pela urbanidade. Esta *reteritorialização* se dá num determinado período histórico, a alta modernidade, no qual o urbano extrapola a cisão campo-cidade e se esboroa por sobre ambos, redefinindo o sentido do espaço e das relações sociais.

O quadro a seguir, ao confrontar o rural da modernidade e o que poderíamos denominar rural da alta modernidade, ainda que esta terminologia evoque às antigas antinomias, aponta para as transformações em curso com base em três paradigmas, o econômico, o técnico-científico-informacional e o sociocultural. Importa compreender que os três paradigmas compõem uma totalidade indissociável e que pode ser melhor apreendida com base nas seguintes passagens de Santos, dispostas em sua obra *A natureza do espaço*. “*Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global.*” (SANTOS, 2008, p. 238). Santos acrescenta

que: “Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema internacionalidade de sua produção e sua localização, eles já surgem como informação.” (SANTOS, 2008, p. 238). E, finalmente, o geógrafo aquiesce que:

Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização. (SANTOS, 2008, p. 239).

QUADRO 1 – PARADIGMAS DO RURAL: MODERNIDADE X ALTA MODERNIDADE

PARADIGMAS	O RURAL NA MODERNIDADE	O RURAL NA ALTA MODERNIDADE
Paradigma Econômico	Agroindústria Capital Produtivo Mercado Interno Regulamentado	Agronegócio Capital Financeiro Mercado Global Desregulamentado
Paradigma Técnico-Científico-Informacional	Motor informático Engenharia Computacional	Motor Demográfico Engenharia Genética
Paradigma Sociocultural	Relação campo-cidade Condição proletária Ações coletivas Trabalho	Vida Urbana Condição salarial Individualismo Consumo

Fonte: XAVIER, Glauber Lopes, 2013.

As transformações atinentes ao paradigma econômico foram, como mencionado, arroladas no bojo do regime neoliberal, o qual marca o imperativo do capital financeiro em termos globais e a livre atuação do mercado. (PAULANI, 2005). Estas transformações imprimiram mudanças substanciais na produção econômica

agrícola, sendo que, sobremaneira a partir da década de 1990, o setor rural brasileiro sofreu uma profunda desregulamentação, acompanhada da redefinição do papel exercido pelo Estado. Estas mudanças foram basilares para o fortalecimento do chamado agronegócio, cujos interesses se voltam para o mercado externo, seja pelo comércio das *commodities* ou pelos mecanismos de negociação dos capitais por meio das bolsas de valores. É importante considerar que as transformações operadas no paradigma econômico não se deram divorciadas das mudanças nos demais paradigmas.

É assim que uma engenharia genética, com o fito de promover o aumento expressivo da produção, pode permitir vultosos ganhos na comercialização de milho, soja, cana-de-açúcar, dentre outros cultivares. Parte das mudanças no campo técnico-científico-informacional, a engenharia genética, ao se aliar a uma engenharia da computação aponta para o fato de que as preocupações científicas e de desenvolvimento de tecnológicas contemporâneas residem mais na criação em si do que propriamente na comercialização. Ou seja, que o financiamento de pesquisas no campo da engenharia genética pode significar a manipulação da vida, de todo um tecido de regulação e controle da vida preconizado pela natureza. Isto vai além da mera quantificação, seleção, ordenamento permitidos por uma engenharia da computação. Depreende-se, pois, com base nos motores de Paul Virilio (1996), que o motor demográfico²⁸, ligado à operação da vida no planeta, ao controle das populações, incorpora e ultrapassa um motor informático, mais ligado ao desenvolvimento de equipamentos e de aparelhos com o intuito de servirem a produção e ao comércio.

Por fim, as alterações acima mencionadas foram acompanhadas por alterações de um terceiro paradigma, o qual interessa diretamente à postulação da presente tese, o paradigma sociocultural. Um novo modelo de acumulação de

²⁸ Em sua interessante obra *A arte do motor*, o filósofo e urbanista francês Paul Virilio apreende a relação homem-natureza a partir do que ele denomina de cinco motores da história, são eles: o motor a vapor, que permitiu a invenção das primeiras máquinas, o motor de explosão, do qual originou o automóvel, o motor elétrico, o das turbinas, possibilitando a eletrificação, o motor foguete, o qual permitiu a conquista do espaço e, finalmente, o motor informático, sendo este o motor da contemporaneidade, o qual tem promovido transformações sem precedentes na relação homem-natureza. Este motor, na perspectiva de Virilio, deve ser exaustivamente questionado na medida em que seus resultados podem ser altamente danosos à população, como a perda da noção do real. (Virilio, 1996).

capital, pautado em termos globais, assentado na supremacia dos mercados e das grandes corporações empresariais, reproduzido a partir de uma *sociedade de consumo* em vertiginoso crescimento, tem, no urbano, seu caldo cultural e ideológico de sustentação. Um modo de vida que ultrapassa velhas antinomias, não apenas ressignifica, mas em determinados pontos descortina um modo de vida para além do da oposição entre campo e cidade, um híbrido de múltiplas e complexas determinações. Segundo Henri Lefebvre (1999, P. 15): “*O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária.*” Ou, segundo Froehlich e Braida (2010, p. 634): “*Essa nova temporalidade homogeneizadora teria, no urbano, sua matriz de produção da pós-naturalidade, o que estaria hoje também a redefinir a própria noção de urbanidade [...].*” Ainda Segundo Froehlich; Braida (2010, p. 635): “*Jameson (1997) vê a agricultura sofrer a ‘desnaturalização’ via homogeneização tecnointustrial, processo emblemático da artificialização, ‘fim da natureza’.*”

Estas transformações já ocupavam as reflexões de Lefebvre desde os anos 1970, o que pode ser atestado com base no seguinte fragmento: “*A indústria, por sua vez, captura a natureza e não a respeita, dispende suas energias, ela a desventra para apoderar-se de seus recursos em energia e em matéria.*” (LEFEBVRE, 1999, p. 108). É a partir destas mudanças, no caso brasileiro embrionárias, mas que já despertam inquietações de toda sorte, que são gestadas as condições de *assalariados rurais urbanizados*. Este novo paradigma, o sociocultural, ao incitar o consumo - elemento hoje tão relevante quanto o trabalho para sem apreender o *ethos* social destes trabalhadores - reverbera comportamentos que primam mais pelo individualismo do que pelas ações coletivas como outrora.

A condição de assalariamento é um elemento fundante desse novo paradigma sociocultural quando se trata especificamente dos trabalhadores rurais na contemporaneidade. Numa análise antropológica acerca da percepção do salário entre estes trabalhadores, Lygia Sigaud (1979) já observara que enquanto unidade de medida para os trabalhadores, no que diz respeito ao mercado, tratava-se da medida de suas possibilidades de consumo. À mesma conclusão chegou a antropóloga Eunice Durham em seus estudos sobre a migração de trabalhadores rurais para a cidade de São Paulo durante os anos 1960. Segundo Durham (1984, p.

217-218): “O modo de participação na estrutura de consumo é crucial para a análise porque constitui a referência básica através da qual o migrante toma consciência de sua situação [...]”. Em tempos hodiernos, contudo, não basta apenas apreender o aumento das possibilidades de consumo, permitido pela melhoria dos níveis salariais, mas, e isto é imprescindível, sob quais bases este consumo passa a ser exercido e quais mudanças ele induz, levando-se em conta que “essa ruptura ideológica que se manifesta através da representação do salário se articula com a ruptura no próprio esquema de reprodução do trabalhador.” (SIGAUD, 1979, p. 65).

Portanto, as mudanças culturais residem por seu turno em mudanças promovidas na reprodução da vida, de modo que o salário, mais que unidade de medida constitui um aspecto essencial na conformação desse *ethos* social, pois que referência para a relação trabalho-consumo-cultura. Há aspectos da vida humana que somente a antropologia pode fornecer as bases explicativas para sua devida compreensão. É preocupação de uma antropologia contemporânea a relação entre os três paradigmas apontados, uma vez que a produção material da vida implica determinada relação homem-natureza, da qual se desdobram as interpretações sobre o real, os conhecimentos e suas aplicações. Ainda que não concordemos com a noção de pós-modernidade, é inegável que alguns estudiosos que admitem sua existência têm fornecido inúmeros subsídios para a apreensão das atuais condições econômicas, sociais, políticas e culturais. Em linhas gerais, estes estudiosos buscam compreender o homem e a natureza a partir da admissão das seguintes transformações “[...] a programação tecnocientífica do cotidiano, o advento da sociedade de consumo e da informação, a arte pop, o suposto pós-fordismo no mundo do trabalho, a globalização financeira e dos mercados e a decadência das grandes narrativas filosóficas (Deus, Razão, Verdade...)”. (FROEHLICH, BRAIDA, 2010, p. 630).

Os rumos tomados pela sociedade contemporânea, brevemente expostos na citação precedente, decorrem por sua vez de um paradigma de conhecimento que a um só tempo é produto desta realidade e a reproduz ao manipulá-la. Este conhecimento não surge *ex nihilo*, mas resulta de uma determinada *atitude*²⁹ do

²⁹ “A atitude em relação à terra, a terra como propriedade do indivíduo que trabalha, significa que o homem mostra-se, desde o princípio, como algo mais do que a abstração do “indivíduo que trabalha”,

homem em relação à terra, em relação à natureza. Assim, tanto o pensamento quanto as formas de ser são desdobramentos dessa *atitude* em relação à terra. O conhecimento à contramão do real assim o é não apenas por equívoco, mas como aparato ideológico, como conhecimento que legitima a história. Sobre isto, Marx (2007, p. 27) diz que:

Como en general en toda ciencia histórica, social, al observar el desarrollo de las categorías económicas hay que tener siempre en cuenta que el sujeto – la moderna sociedad burguesa en este caso – es algo dado tanto en la realidad como en la mente, y que las categorías expresan por lo tanto formas de ser, determinaciones de existencia, a menudo simples aspectos, de esta sociedad determinada, de este sujeto, y que por lo tanto, aun desde el punto de vista científico, su existencia de ningún modo comienza en el momento en que se comienza a hablar de ella como tal.

A instrumentalização do conhecimento parte da ideia mecanicista de natureza, cujos efeitos podem ser altamente deletérios às populações. Segundo Froehlich; Braidia (2010, 632-633) *“Reeditando-se aspectos do atomismo grego, reduz-se a natureza a uma máquina, da qual se podem descobrir as leis de funcionamento e, então, geri-la e colocá-la em funcionamento a serviço dos fins humanos.”* Esta perspectiva técnico-científica-informacional, quando aplicada ao campo, engendra um sentido peculiar da terra, distante das possibilidades de emancipação humana na promoção de condições dignas de trabalho e vida para os povos.

O paradigma do conhecimento atual nos apresenta a *atitude* não raras vezes destrutiva do homem em relação à sua morada, a qual é orientada pelo mecanicismo cego e desvairado. Em seu clássico *História da ideia de natureza*, Lenoble (1990, p.260) assevera que o mecanicismo *“comporta uma nova definição do conhecimento, que já não é contemplação, mas utilização, uma nova atitude do homem perante a Natureza”*. Daí decorre a preocupação de alguns estudiosos acerca das pesquisas que têm sido levadas a cabo, sobretudo nas duas últimas décadas. A que interesses elas atendem? A partir de quais premissas é legitimado um discurso da ciência que se volta para a vida humana com o intento de manipulá-

tendo um modo objetivo de existência na propriedade da terra , que antecede sua atividade e não surge como simples consequência dela, sendo tanto uma pré-condição de sua atividade, como é sua própria pele, como são os seus órgãos sensoriais, pois toda a pele, e todos os órgãos dos sentidos são, também, desenvolvidos, reproduzidos, etc., no processo da vida, quanto pressupostos deste processo de reprodução.” (MARX, 1985, p. 77-78).

la? Estas são questões cruciais nos debates contemporâneos sobre os rumos do conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico.

Em seu livro *Politizar as novas tecnologias: O impacto sociotécnico da informação digital e da genética* (2003), Laymert Garcia dos Santos apresenta uma esclarecedora entrevista realizada com a estudiosa indiana Vandana Shiva. Ao ser questionada sobre os desdobramentos da Revolução biológica, a qual tem a engenharia genética como principal campo de investigações, Shiva (2003, p. 75) diz que: “*Visto que as novas biotecnologias baseadas na engenharia genética lidam com a manipulação da própria vida, os impactos serão muito dramáticos e serão irreversíveis.*” Para Shiva, somente um novo paradigma poderia afastar as ameaças humanas e ecológicas do atual modelo econômico. É premente a necessidade de frear esse movimento que alia conhecimento, economia e cultura segundo os ditames do capital transnacional. “*Só um paradigma não reducionista pode apreender a complexidade dos sistemas biológicos e só ele pode antecipar e considerar o impacto ecológico de organismos geneticamente modificados.*” (SHIVA, 2003, p. 77).

Esse novo paradigma consistiria, portanto, numa nova lógica de produção econômica, pautada no atendimento dos interesses da coletividade e não na sanha de acumulação de capital por parte das empresas. Seria acompanhado por uma pluriepistemologia, num exercício de alteridade e reconhecimento dos saberes locais e, finalmente, ancorado no respeito às diferenças, sejam elas étnico-raciais, sexuais ou religiosas. Significaria, destarte, um novo *sentido da terra*, um novo modo de agir, sentir e pensar. “*Essa luta intelectual baseada na diversidade é um modo de pensar, um modo de vida, e o modo como a natureza se encontra no coração dos debates sobre engenharia genética e patenteamento da vida.*” (SHIVA, 2003, p. 79). Ou seja, mais que uma agenda de questões a serem perscrutadas no âmbito da produção do conhecimento, esta luta intelectual engendraria um novo *ethos* social, uma nova cultura. Tem-se que *práxis* e abstração não são instâncias fragmentadas, do que se depreende que são as condições que descortinam as potencialidades de uma revolução urbana, isto é, uma nova relação homem-espaco, que abririam a via de superação do caráter dicotômico entre o homem e o seu habitat. Daí que o fenômeno urbano, emoliente desse novo paradigma, nos desvela um novo sentido

da terra. A fim de se apreendê-lo, importa elucidar a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, problemática que ocupou o pensamento de Henri Lefebvre e o levou a elaboração de algumas teorias, bem como do procedimento metodológico *regressivo-progressivo*. Estas questões, dentre outras, são tratadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

DO RURAL AO URBANO: UM NOVO *SENTIDO DA TERRA*

“A sociedade urbana só pode ser definida como planetária. Virtualmente, ela cobre o planeta recriando a natureza, anulada pela exploração industrial de todos os recursos naturais (materiais e “humanos”), pela destruição de todas as particularidades ditas naturais.”

(Henri Lefebvre, *A revolução urbana*).

O *sentido da terra*, em Nietzsche, reside no super-homem, no preciso instante em que irrompe a vontade de potência, pondo fim ao sem-sentido. *“Ainda combatemos palmo a palmo com o gigante Acaso, e sobre a humanidade inteira reinou até agora a insensatez, o sem-sentido.”* (Nietzsche, p. 233, 1983). É sabido que com o avanço das condições da modernidade esta ausência de sentido tem tomado novos contornos. Especificamente no meio rural, as mudanças em curso não tem levado em conta a relação homem-natureza, aliás, tudo se passa como se nesta terra não houvesse homens e mulheres. A busca pelo *sentido da terra* é, antes de qualquer coisa, a tentativa histórica de plena apropriação da vida, a insurreição do uso, o que se desdobra de uma *atitude* em relação à terra que ponha fim ao sentido que lhe foi historicamente conferido. Este é, pois, o seu sentido sociológico e antropológico.

Destarte, compreende-se assim que a ausência de sentido redunde, em primeira instância, da separação entre o homem e a terra, entre a cidade e o campo, quando da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. (MARX, 1996). Neste sentido, toda a compreensão da condição humana deve levar em conta sua organização no espaço, pois que nele é exercida a materialidade das relações, constituindo noutros planos a compreensão do real e seus desdobramentos. Segundo Williams (2011, p. 495):

A divisão e oposição entre cidade e campo, indústria e agricultura, em suas formas modernas, representa a culminação crítica do processo de divisão e especialização do trabalho que, embora não tivesse início com o capitalismo, foi desenvolvido dentro do capitalismo a um grau extraordinário e transformador. Essa divisão fundamental se manifesta sob outras formas: a separação entre trabalho mental e trabalho braçal, entre administração e execução, entre política e vida social. Os sintomas dessa divisão podem ser encontrados em todos os setores da vida que, agora, é comum a todos nós: na ideia e na prática das classes sociais; nas definições convencionais de trabalho e educação; na distribuição física de comunidades; e na organização temporal do dia, da semana, do ano e da existência.

A perda do *sentido da terra* resultou em um planeta enfermo segundo Debord, no qual presenciamos o “*desarrollo de la miseria, que ha invadido y arruinado el medio mismo de la vida.*” (DEBORD, 2006, p. 81). Especialmente no caso do meio rural, esta perda de sentido é patente no tocante ao emprego da técnica que se volta para os processos de produção. Ao passo que elas permitem aumento de produtividade, espoliam cada vez mais o homem tanto de sua propriedade quanto de condições humanamente dignas de trabalho, a exemplo das máquinas de corte nos canaviais, as quais se tornam parâmetro de concorrência para os trabalhadores e ainda estão relacionadas a uma representação em torno do que vem a ser “progresso”, assegurando as bases ideológicas de sustentação da propriedade privada.

Desta sorte, a ausência de sentido incrusta-se tanto no plano material, pelo divórcio homem-natureza, quanto no plano das representações na medida em que as monoculturas passam a ser, também, como apontou Vandana Shiva (2003b), monoculturas da mente. Segundo Shiva (2003b, p. 15): “*As monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente do mundo.*” Assim é que a monocultura enquanto instância física é precedida pela monocultura enquanto instância mental, o que se estabelece por um paradigma de pensamento dominante e por uma estratégia de colonização das mentes. Assim, importa apreender a ausência de *sentido da terra* no espaço rural enquanto desdobramento das determinações do urbano, donde advêm as imposições da técnica, produto de um saber especializado que tem, na cidade moderna, seu território ideal, *lócus* de elaboração da ciência moderna e que instaura imperiosa no campo e na cidade.

Doravante, é preciso atentar para o sentido da ocupação do solo no Brasil contemporâneo, e aí são de grande relevância os estudos sobre fronteira, como produto da ausência de *sentido da terra*, não havendo, pois, sentido efetivamente

humano pelo modo como se produz e mesmo pelo que se produz, bem como pelo que se propala midiaticamente. Neste particular, interessa explorar a matriz discursiva que esteia os interesses e a dominação da burguesia, conformando a total ausência de sentido desta terra. De antemão, é oportuno considerar as seguintes palavras de Friedrich Engels ao elaborar um esboço de uma crítica da economia política. *“Antes de nos colocarmos a nós mesmos em leilão, havia que vender a terra, a terra que é tudo para nós, a condição primeira da nossa existência; isso foi e é até hoje uma imoralidade, só ultrapassada pela alienação de si mesmo.”* (ENGELS, 1978, p. 19).

Partindo do princípio de que a terra se trata da condição primeira de nossa existência, conforme coloca Engels, é que Henri Lefebvre se interessou pelos estudos sobre a relação homem-espço, dando enorme contribuição para os estudos tanto sobre o campo, quanto sobre a cidade. A partir dessa premissa que Lefebvre elaborou, ainda, sua crítica ao conhecimento especializado e voltado para os interesses do capital, engendrado num espaço fragmentado e submetido à lógica da propriedade privada, a cidade contemporânea. Desta sorte, as pesquisas a serem empreendidas tendo como intento a apreensão da relação homem-espço na alta modernidade devem partir da premissa de que campo e cidade compõem uma unidade, dialética por natureza, posto que conflituosas no que tange as relações entre suas instâncias físicas, sociais e mentais do espaço. Henri Lefebvre dera conta dessas conflitualidades, justamente em um período no qual a quantidade de cidades se expandia vertiginosamente e a população urbana aos poucos ultrapassava a rural.

2.1 1948-1958: UMA DÉCADA DE CRÍTICAS E NOVOS QUESTIONAMENTOS

Da vasta produção teórica de Henri Lefebvre, há um momento pouco discutido pelos seus intérpretes: uma década na qual o filósofo e sociólogo francês se dedicou aos estudos de processos agrários e fundamentou as bases de seu tratado de sociologia rural (1948-1958). A riqueza deste momento está em que significou o transito, segundo o próprio Lefebvre, do mundo filosófico para o mundo

não filosófico. Após 1948³⁰, no *Centre National de la Recherche Scientifique*, sob influência de Georges Gurvitch, Lefebvre passou a ter como preocupação “*al estudio de la práctica social y la cotidianidad*.” (LEFEBVRE, 1975, p. 7). Esta transição, porém, não é facilmente compreensível, pois que se deu no bojo de uma perspectiva metafilosófica, ou seja, de superação da própria filosofia e não de seu abandono. (LEFEBVRE, 1967). O espaço em mutação a explica. O rural, que aos poucos cedia corpo ao urbano despertou, em Lefebvre, uma série de questionamentos que resultaram em magistral contribuição à Sociologia rural, dando origem, inclusive, à sua tese de doutorado sobre o campesinato nos montes pirenaicos da França.

Era o despontar de uma nova relação homem-natureza, conformada por novas representações. A princípio, eram do interesse de Lefebvre temas como a reforma agrária na América Latina, na China e na própria União Soviética. Segundo ele, estes temas gravitavam em torno da teoria marxista da *renda da terra* e precisavam, naquele momento, de investigações aprofundadas. Marx dera-se conta da relevância das questões atinentes à produção para se compreender outras instâncias da vida. Neste particular, a renda da terra é um aspecto crucial. Segundo Marx (2007, p. 27):

Nada parece más natural, por ejemplo, que comenzar por la renta del suelo, la propiedad de la tierra, desde el momento que se halla ligada a la tierra, fuente de toda producción y de toda existencia, así como a ala primera forma de producción de todas las sociedades más o menos estabilizadas: la agricultura.

Aos poucos, contudo, Lefebvre percebia que o campesinato, a despeito de seus vários moldes, se desfazia em boa parte do mundo, restando alguns casos que requeriam maiores esforços, a exemplo do caso cubano e da potencialidade revolucionária de seu campesinato. Ocupado com suas pesquisas sobre o campesinato ao sul da França, Lefebvre deparou-se, então, com um problema cuja complexidade exigia um cuidado lógico inestimável. Seu objeto “escapolia”, o campesinato dava lugar à indústria e toda uma dinâmica de vida sofria transformações abissais. No centro de seus esforços teóricos encontrava-se:

La relación campo-ciudad, relación dialéctica, oposición conflictual que tiende a trascenderse cuando en el tejido urbano realizado se reabsorben

³⁰ Até 1948 as obras de Henri Lefebvre eram puramente filosóficas, cunhadas a partir das influências dos três maiores filósofos da modernidade: Hegel, Marx e Nietzsche. Obras como *Nietzsche*, 1940 e *L'Existentialisme*, 1946 marcam este período.

simultáneamente el antiguo campo y la antigua ciudad. Lo que define la sociedad urbana va acompañado de una lenta degradación y desaparición del campo, de los campesinos, del pueblo, así como de um estallido, una dispersión, una proliferación desmesurada de lo que antaño fue la ciudad. (LEFEBVRE, 1975, p. 15).

Conforme consta das palavras de Lefebvre, esta transição para uma sociedade totalmente urbana seria lenta, exigindo processos históricos, bem como modelos explicativos, de enorme complexidade, conforme detalharemos logo em seguida. Neste sentido, passado meio século, vários questionamentos feitos pelo pensador francês prevalecem nos debates contemporâneos, não sendo, todavia, contemplados por uma sociologia rural com o devido rigor metodológico. Este era, aliás, o principal entrave observado por Lefebvre no tocante aos estudos sobre o campesinato: uma variedade de métodos que desprezavam a história. Este entrave teria permitido o “rapto ideológico” da sociologia, bem como de outras ciências, no sentido de que ao destituí-la da crítica e de uma real análise dos fenômenos, atenderia aos interesses da burguesia³¹.

2.2 O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO *REGRESSIVO-PROGRESSIVO*

Diante de tal inquietude com os rumos da sociologia rural, corajosamente Lefebvre postulou, com base no *materialismo histórico-dialético*, um procedimento metodológico que pudesse amalgamar a sociologia e a história na apreensão dos fenômenos agrários, o procedimento metodológico *regressivo-progressivo*. A princípio, contudo, é fundamental expor as premissas do *materialismo histórico-dialético*. Foi com base nos postulados de Hegel que Marx elaborou tal método. Por dialética, apropriamos das seguintes palavras de Hegel (1981, p. 56):

³¹ Foi alvo de suas críticas a *rural sociology* estadunidense, a qual segundo ele “se há convertido recientemente em ciencia especializada, una rama de la sociología general.” (1975, p. 24). Imediatista, pragmática e aplicada, esta sociologia abandonava a história, a formação social e econômica da população do campo, de sorte que na seara da teoria propugnava velhas dicotomias, como a oposição entre o arcaico e o moderno, porquanto não tinha o alcance do real, possível apenas a partir da reunião entre a sociologia e a história. O problema era, para Lefebvre, de método. “De ahí el carácter a la vez difícil y reciente de la sociología rural, ciencia de lo actual, que no puede olvidar a la Historia, pues en Ella como en otras partes y más que en otras partes, lo histórico persiste y actúa en lo actual.” (LEFEBVRE, 1975, p. 20).

Chamo dialética o princípio motor do conceito enquanto não apenas resolve as particularizações do universal, mas as produz. Não se trata de uma dialética concebida como uma maneira de dissolver, de tornar confuso ou manipular em todos os sentidos um objeto, uma proposição, etc. dados ao sentimento, à consciência imediata, procurando produzir o seu contrário. [...] O que caracteriza a dialética superior do conceito é não limitar-se a produzir uma determinação como simples limitação ou contrário, mas, a partir dessa determinação, engendrar e apreender o conteúdo e o resultado positivo.

Marx, por seu turno, se apropria das contribuições da filosofia hegeliana, cuja dialética repousa na operação do pensamento e, ao concebê-la enquanto movimento do real, portanto, operada a partir do concreto, Marx postula uma dialética que se funda no plano material e que se instaura pelo conflito de classes no decurso da história. Marx tributa à história o movimento desse conteúdo, depreende destas condições uma cosmovisão cujo método de análise e apreensão denominou materialismo dialético em oposição à dialética idealista de base hegeliana. Segundo Marx (2007, p. 21):

Lo concreto es concreto porque es la síntese de múltiples determinaciones, por lo tanto, unidad de lo diverso. Aparece en el pensamiento como proceso de síntesis, como resultado, no como punto de partida, aunque sea el verdadero punto de partida, y, en consecuencia el punto de partida también de la intuición y de la representación.

Fundamentado no materialismo histórico-dialético é que o procedimento regressivo-progressivo fora postulado, o qual obteve o reconhecimento de Sartre que, em sua obra *Questão de Método* registrou, numa nota de rodapé, as seguintes palavras: “*Foi um marxista, entretanto, Henri Lefebvre, que deu um método, na minha opinião, simples e irreprochável pra integrar a sociologia e a história na perspectiva da dialética materialista.*” (SARTRE, 1966, p. 46). Por ora, daremos ênfase aos elementos deste procedimento. Partindo da premissa de que a realidade camponesa possui uma dupla complexidade, são elas a complexidade horizontal e a complexidade vertical, Lefebvre teceu um método urdido pela reunião entre descrição e datação.

À primeira complexidade, a horizontal, interessa o que ele chamou de conjunto das *condições*, ou seja, ocupam o pesquisador questões como a técnica e a relação com o agrupamento humano e social, a produtividade do trabalho agrícola e os descolamentos das populações. (LEFEBVRE, 1975). Preocupações que vão à direção do que Paul Vidal de La Blache (1954), fundador da geografia moderna francesa, denominou *gênero de vida*, com a ressalva, todavia, de que a própria

geografia tenha considerado, assim como a antropologia, as realidades como dadas, estáticas e, portanto, independentes das contradições históricas. À segunda complexidade, a vertical, interessa a coexistência de períodos históricos distintos. Conforme aduz Lefebvre (1975, p. 64): “*Las dos complejidades [...] se entrecruzan, se entrecortan, actúan una sobre otra. De ahí una maraña de hechos que solo una buena metodología puede esclarecer.*” Ao seu procedimento metodológico Lefebvre denominou de *regressivo-progressivo*, tendo como principais momentos:

- a) *Descriptivo*. Observación, pero informada por la experiencia y una teoría general. En primer plano: la observación sobre el terreno. Utilización prudente de las técnicas de encuesta (entrevistas, cuestionarios, estadísticas).
- b) *Analítico-regressivo*. Análisis de la realidad escrita. Intento de fecharla exactamente (para no contentarse con una relación de arcaísmos sin fecha, sin comparación unos con otros).
- c) *Histórico-genético*. Estudio de las modificaciones aportadas a la estructura en cuestión, una vez fechada, por el desarrollo ulterior (interno o externo) y por su subordinación a estructuras de conjunto. Intento de una clasificación genética de las formaciones y estructuras, en el marco del proceso de conjunto. Intento, por tanto, de regresar a lo actual precedentemente descrito, para reencontrar lo presente, pero elucidado y comprendido: *explicado*. (LEFEBVRE 1975, p. 71).

Ainda a propósito do procedimento metodológico *regressivo-progressivo*, em *Questão de método* Sartre aquiesce que: “*A este texto tão claro e tão rico, nada temos a acrescentar senão que este método, com sua fase de descrição fenomenológica e seu duplo movimento de regressão depois de progressão, nós o cremos válido [...] Só ele pode ser heurístico. Resta lamentar que Lefebvre não tenha encontrado imitadores entre os outros intelectuais marxistas.*” (SARTRE, 1966, p. 47). Do ponto de vista epistemológico, a riqueza deste procedimento metodológico está ancorada na ruptura com o conhecimento parcelado, o dos especialistas. Ao seu primeiro momento - o *Descritivo* - procedimentos de pesquisa caros à antropologia são fundamentais. Ao segundo - o momento *Analítico-regressivo* - somente a história pode ser aplicada de modo a permitir comparações em profundidade e, finalmente, ao terceiro momento - o *Histórico-genético* - a sociologia ocupa primazia, tornando o presente elucidado, ao que o sociólogo “*utiliza a história como uma ciência subordinada e auxiliar para o estudo do processo social em seu conjunto.*” (LEFEBVRE, 1975, p. 171).

2.3 BREVES NOTAS SOBRE A SOCIOLOGIA RURAL DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS

No caso brasileiro, em particular, Lefebvre encontrou um interlocutor de seu pensamento na figura de José de Souza Martins, o qual publicou alguns de seus textos e com quem eventualmente trocava correspondências³². Pode se considerar que, no Brasil, Martins é um dos poucos sociólogos contemporâneos que levou a cabo o procedimento metodológico *regressivo-progressivo* em seus estudos, tendo nos legado uma sociologia rural que trilha caminho oposto ao dogmatismo de um marxismo que hipostasia a superestrutura em suas análises ao tempo que relega as particularidades históricas de cada país ao total abandono. Isto explica o êxito obtido pelas interpretações de Martins sobre a questão agrária no Brasil, seja ao negar a existência de traços ou resquícios de um feudalismo e nos apresentar uma tese condizente com a realidade sobre as relações de trabalho no campo, seja em sua capacidade de aliar estudos sobre a subjetividade do homem do campo a uma instância cultural-ideológica hegemônica, a qual Lefebvre denominou ordem distante.³³

Em ambas as obras, Martins foi além dos esquemas dualistas, não os tendo negado apenas, porquanto seus esforços foram direcionados na tentativa de superá-los. Suas investigações acerca da passagem do trabalho escravo para o assalariado nos fornecem um entendimento mais claro destes esforços. Ao questionar a tese da passagem direta de um regime de trabalho para o outro, Martins contestou o caráter etapista, evolucionista e dogmático do marxismo em voga, como a seguinte passagem em sua obra *Os camponeses e a política no Brasil*:

³² Em dois livros organizados por Martins, sendo um deles em parceria com Marialice Mencarini Foracchi, algumas dezenas de páginas foram reservadas à textos de Henri Lefebvre. No livro *Introdução crítica à sociologia rural*, organizado apenas por Martins, foram publicados os textos: *Problemas de sociologia rural* e *Perspectivas da Sociologia rural*, extraídos dos *Cahiers Internationaux de Sociologie* e reproduzidos na obra *De lo rural a lo urbano*, por nós aqui utilizada. Em livro organizado em parceria com Marialice M. Foracchi foram publicados os textos: *A "práxis": a relação social como processo* e *Estrutura social: a reprodução das relações sociais*. O primeiro, extraído do livro *Sociologia de Marx*. Companhia Editora Forense. Rio de Janeiro-São Paulo, 1968. O segundo, extraído do livro *La survie du capitalism*. Éditions Anthropos, Paris, 1973.

³³ Os referidos estudos empreendidos por Martins foram publicados em seus livros: *O cativo da terra*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

O transplante da concepção de camponês de outras realidades históricas, particularmente da realidade russa dos fins do século XIX e do começo do século XX, para enquadrar e explicar a situação e as lutas no meio rural brasileiro, destes tempos recentes, é procedimento que apresenta suas dificuldades. O destino do camponês brasileiro passa a ser concebido através de um entendimento estrangeiro de destino do camponês (como estranha é a própria palavra nova que o designa) e que não corresponde à sua realidade, às contradições que vive, ao destino real que nasce de fato dessas contradições e não da imaginação política. (MARTINS, 1986b, p. 23)

Não lhe bastou compreender que a referida tese foi elaborada à contramão dos acontecimentos, mas que constituía um produto histórico que atendia determinadas finalidades, ou seja, que era produto de um projeto político com objetivos a serem alcançados. *“É que o dualismo não pode ser ingenuamente reduzido a um engano, a uma imperfeição teórica, a um viés. Assim como a análise dialética, ele também tem a sua razão, que é uma razão anti-histórica, mas historicamente determinada.”* (MARTINS, 1986, p. 12).

Em seus estudos mais recentes, Martins tem dado significativa contribuição teórica à sociologia rural, como é o caso da compreensão da relação campo-cidade e da existência de relações de trabalho análogo à escravidão, nas quais o sociólogo não enxerga o atraso, mas o que há de racional do ponto de vista dos interesses da acumulação de capital³⁴. Na esteira do procedimento metodológico *regressivo-progressivo*, Martins tem se dedicado ao estudo de uma modernidade às avessas, ou, como o próprio autor identifica, uma modernidade anômala, a qual converge elementos considerados arcaicos a outros considerados avançados. A base destes estudos tem sido o tempo, o espaço e a vida cotidiana, temas exaustivamente trabalhados por Lefebvre³⁵, os quais residem no primeiro momento do procedimento metodológico *regressivo-progressivo*.

Ao empreender estudos sobre o rural brasileiro a partir do pensamento lefebvriano, Martins contrariou muitas análises e ainda desconstruiu a história na medida em que colocou no centro das discussões a posição social da vítima dos processos agrários. No tocante ao espaço, seus conceitos de *frente de expansão* e *frente pioneira* abriram caminho a uma investigação do espaço social. No tocante ao

³⁴ Sobre esta questão, ver: MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre pobreza, exclusão e classes sociais*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

³⁵ Sobre a vida cotidiana, Henri Lefebvre escreveu, em três tomos, a obra: *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L'Arche Éditeur, 1961.

tempo e a vida cotidiana, seus estudos sobre a *sociabilidade do homem simples* contribuíram sobremaneira para uma reflexão acerca de um olhar sociológico diante dos fenômenos sociais rurais. “*Não raro, o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de interesse dos sociólogos rurais pelo “lado negativo” [...]. Não por aquilo que as populações rurais eram e sim pelo que os sociólogos gostariam que elas fossem.*” (MARTINS, 2001, p. 32).

2.4 O PENSAMENTO DE HENRI LEFEBVRE E AS BASES DE UM TRATADO DE SOCIOLOGIA RURAL

Antes do apontamento das bases de um tratado de sociologia rural segundo o pensamento de Lefebvre, importa apresentar uma espécie de inventário do que temos herdado empírica e teoricamente da produção científica sobre as questões da vida no campo. Neste sentido, este momento da tese reúne as discussões iniciais na medida em que retoma as constatações expostas nos primeiros parágrafos e busca apreendê-las a partir das premissas do procedimento metodológico *regressivo-progressivo*. Este é, pois, o fundamento de um tratado de sociologia rural coroado pela metafilosofia de Henri Lefebvre: compreender as transformações em curso, confrontando-as com as bases do conhecimento sociológico. Noutras palavras, considerar a dialética do pensamento, pois que produto do real. “*La logique dialectique est donc en même temps une méthode d’analyse, et une recreation du mouvement du réel, par un mouvement de pensée capable de suivre le devenir créateur dans ses sinuosités [...].*” (LEFEBVRE, p. 21, 1949).

No centro destas reflexões está o que se entende por modernidade, impondo desafios teóricos e metodológicos alcançados somente por uma lógica dialética. Henri Lefebvre, durante a década que compreende o intervalo entre 1948-1958, logrou a superação da filosofia graças à fecunda e atenta análise do movimento do real. Esta superação, a contramão da lógica formal (lógica que sustentava e era reproduzida pelos estudos de então), tomava o espaço concomitantemente como *locus* e *produto* de relações sociais. Desta sorte, a sociologia rural lefebvriana teve o mérito de pensar o fenômeno urbano em ascensão não como negação do rural, mas como uma nova forma de vida instaurada no encontro ente tempos históricos

distintos. Neste sentido, Lefebvre superou posições dicotômicas tais como campo e cidade, moderno e arcaico, apresentadas nas análises interpretativas de uma sociologia rural exacerbadamente empirista e aplicada. Esta superação, contudo, recebeu contribuições que Lefebvre fez questão de registrar, sendo a principal a teoria marxista da *renda da terra*, determinante, aliás, na constituição de sua sociologia rural.

A partir da *teoria da renda da terra*, Lefebvre examinou aspectos da questão agrária de países como Cuba e China. Segundo o pensador: “*La sociologia rural, al internase en los hechos sociológicos e históricos, se encuentra ante hechos e leyes económicas, finalmente ante una teoría de economía política, la teoría de la renta de la tierra [...].*” (LEFEBVRE, 1975, p. 78). Ao permitir o deslindamento da relação entre o homem e o meio numa perspectiva dialético-material da história, a teoria da *renda da terra* havia permitido, até então, a compreensão do *sentido da terra*, das relações sociais, das representações, do próprio sentido da vida. Profundas transformações na relação entre o homem e o meio decorrentes de um processo ainda em curso, o fenômeno urbano, trouxeram à filosofia, no entanto, novos problemas, causando uma verdadeira incompreensão do *sentido da terra*.

É pertinente indagar, portanto, se a sociologia rural comportava relevância dada a irrupção de um novo modelo de sociedade. E Lefebvre (1975, p. 77) nos responde: “*De todas las ramas de la sociología, la sociologia rural posiblemente esté, más que ninguna otra, mazclada a la vida, la acción práctica, la eficacia.*” Eis que Lefebvre apostou na importância da sociologia rural, tendo, todavia, revisto suas bases e apresentado um tratado inovador no tocante à apreensão dos problemas de seu tempo. Não bastava mais somente teorizar, algo ocorria de novo, do que Lefebvre se deu conta apenas na vida prática, ao integrar a Délégation à l’Aménagement du Territoire et à l’Action Régionale (DATAR). Esta experiência pode ser resumida nas seguintes palavras do próprio pensador: “*Algo novo acontecia, uma idéia de planejamento espacial e prática estava nascendo [...].*” (LEFEBVRE, 1990, p. 62).

A partir de uma experiência que se propunha reorganizar a França, a do DATAR, Lefebvre não temeu em afirmar que existiam lacunas no pensamento de Marx e que estas não haviam sido suficientemente preenchidas pelo pensamento

marxista contemporâneo, contaminado pelo estruturalismo e pelo funcionalismo. Dentre estas lacunas, encontrava-se o espaço, o que levou Lefebvre a releitura dos textos de Hegel a fim de compreender a união entre tempo e espaço. Tal lacuna no pensamento marxista não decorria, no entanto, de uma inconsistência teórica ou mesmo de um erro metodológico. Apenas consistia na ausência do trato de determinados aspectos que não conformavam o tempo histórico investigado por Marx. Neste sentido, ao aprofundar as leituras das obras de Marx, Lefebvre tomou nota do conceito de “segunda natureza” disposto nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (MARX, 2004). Para Lefebvre, a “segunda natureza” era o urbano. Neste sentido, ainda que na obra de Marx não se tenha qualquer reflexão no que toca a produção do espaço, é inquestionável que ela dera luz às proposições de Lefebvre.

Diante da contraditória, confusa e complexa produção do espaço, residiam as incompreensões do *sentido da terra*. Espaços manipulados pelo homem, *antrópicos*³⁶ por excelência, as cidades foram humanamente moldadas, invólucros da reprodução da vida. A cidade é o teto do homem, posto que um “*sem-teto ecológico*” (HECK, 2003). Sob os ditames de um modo de produção instituído pela propriedade privada, as cidades tornam-se *lócus* de reprodução dos interesses burgueses, separando o espaço de morar do espaço de trabalhar (HARVEY, 1980, 1982). Na emergência destes novos espaços, impondo transformações que ora levaram à deflagração de movimentos antiurbanos, ora causaram conflitos no próprio campo, estava em jogo os rumos da humanidade.

Diante da apreensão destes problemas, não é exagero afirmar que, com a transição do rural para o urbano, novas relações sociais foram gestadas a ponto de darem origem a um novo *sentido da terra*. Era isto que intrigava Lefebvre e que apontava a necessidade de novos conceitos e categorias. Desta sorte, o real motivando a teoria dá provas da dialética que engendrou o pensamento lefebvriano. Ademais, atestando que as bases de seu tratado de sociologia rural não negavam a existência do fenômeno urbano, porquanto buscava apreendê-lo para melhor decifrar a história e as contradições a ela subjacentes. Um aspecto que corrobora esta afirmação tratou-se da análise que Lefebvre realizou sobre o movimento antiurbano. Tomemos o caso cubano. Segundo Lefebvre, este movimento continuou

³⁶ Resultantes da ação humana.

em ação mesmo depois que Fidel Castro chegara ao poder. O intento maior era destruir Havana, a qual representava, nas palavras do pensador, a corrupção, a burguesia e o imperialismo. (LEFEBVRE, 1990).

A despeito do estruturalismo, Lefebvre incorporou a seus estudos uma espécie de *antropologia dialética*, elemento de sua crítica da vida cotidiana e uma das bases de um verdadeiro tratado de sociologia rural. Seu objetivo era justamente o de compreender o sentido da vida e da terra a partir de investigações acerca da relação homem-natureza. Observando o quão complexa é a dinâmica instaurada na relação entre campo-cidade, Lefebvre percebeu que urgia considerar que o conflito entre as classes de ambas as configurações territoriais transpunham as condições materiais. Eram, pois, valores, referenciais, costumes, tradições que estavam em jogo, os quais, com o tempo, foram ressignificados e incorporados por novas dinâmicas espaciais, conturbando as análises e exigindo novos cânones ao pensamento sociológico. Lefebvre, em síntese, considerava importante a cultura camponesa, seja a tradicional, seja em como ela engendrou uma urbanidade complexa. Claro estava, para o pensador, que as transformações em curso decorriam da mercantilização do espaço.

Em que pese esta mercantilização, Lefebvre apontou a necessidade de se investigar o arrendamento das terras e o aumento exponencial do emprego dos *braccianti*, “*proletarios agrícolas, braceros, que no poseen más que sus brazos*” (LEFEBVRE, 1975, p. 46). Segundo Lefebvre, estes trabalhadores integravam a categoria mais miserável de toda a população rural. Alguns fatores relacionados à cotidiana reprodução desta força de trabalho foram ressaltados por Lefebvre, como o fato de que habitavam alguns povoados ou cidades. Por outro lado, interessou ao pensador francês a permanência de elementos culturais tidos como mortos e de como isto significava resistência à capitalização em múltiplas dimensões. Esta é, sem dúvida, mais uma importante base de seu tratado de sociologia rural: “*En el mundo rural, más claramente aún que en el artesano, nada ha desaparecido por entero.*” (LEFEBVRE, 1975, p. 64).

Ainda na esteira de uma reflexão sobre a mercantilização do campo, Lefebvre definiu como bases de um tratado de sociologia rural os seguintes problemas: “*La industrialización de la agricultura, la introducción del maquinismo, la gran producción*

agrícola y el incremento de la productividad evolucionan hoy en dos sentidos opuestos: capitalismo y socialismo.” (LEFEBVRE, 1975, p. 74). Oriundos da chamada capitalização da agricultura, estes problemas impuseram esforços teóricos de distintas perspectivas na medida em que em cada país tais processos se davam de formas bastante particulares. Lefebvre tinha consciência disto, tanto é que ressaltou a existência de divergências entre modalidades como cooperação agrícola, cidades agrícolas, comunidade agrária, entre outras. Segundo ele, a compreensão destas diferenças permitiria chegar a uma visão de conjunto das realidades camponesas. (LEFEBVRE, 1975). Importa registrar que somente a partir do procedimento metodológico *regressivo-progressivo* isto é possível, na medida em que este procedimento confere importância às peculiaridades históricas e, principalmente, a realização da história. “*Podríamos compararlas a un abanico, extendiendo y yuxtaponiendo formas de diferentes épocas [...]*” (LEFEBVRE, 1975, p. 75). Mais uma das bases de um tratado de sociologia rural que fora desconsiderada.

Malgrado as bases de um tratado de tamanha envergadura, alguns países foram alvos de erros históricos que partiram de projetos considerados de esquerda, muitos deles herdeiros de um marxismo vulgar de orientação estalinista. Na América Latina, a incompreensão da questão agrária se deu, a nosso ver, pelos mesmos motivos que ameaçaram o pensamento marxista no continente, da seguinte forma apresentados por Löwy (2006, p. 10): “*o excepecionalismo indo-americano e o eurocentrismo.*” Segundo Löwy, enquanto o excepecionalismo indo-americano tomava como absoluta a especificidade da América Latina e de sua cultura, história ou estrutura social, o eurocentrismo transplantava de forma mecânica para a América Latina os modelos que explicavam o desenvolvimento socioeconômico da Europa no decurso do século XX. Deve-se ao segundo motivo – o eurocentrismo – a afirmação de que, no Brasil, havia resquícios de um feudalismo a ser superado, o que asseguraria o desenvolvimento das forças produtivas e o assento do capitalismo.

No tocante ao simbólico e o imaginário, Lefebvre considerava que estes campos permitiriam o desvelo das contradições históricas. Sua proposta de tratado tinha, ademais, os aspectos ideológicos como base, o que exigia um esforço

interpretativo sobre os mitos e o folclore do mundo rural. No que ele nominava de domínio estrutural, levantava a importância de se pesquisar a organização familiar. Somente a partir da cultura seria possível apreender certas características dos agrupamentos humanos num horizonte temporal de longa duração. Os mitos, assim como o folclore, em suas entranhas descortinam o cotidiano das populações rurais, o que preconiza acuidade e dedicação por parte de quem se propõe a investigar, ao nível mais profundo, a reprodução da vida nas comunidades rurais.

A centralidade ocupada pela cultura reside fundamentalmente no fato de que um olhar apurado permite a datação, de certo modo a reconstrução da história a partir de fragmentos que num olhar desatento nada tem que se permita associar. Signos, símbolos e sinais despontam de contextos históricos materialmente determinados, de relações sociais de poder. Marx reflete sobre esta questão, confere importância às relações sociais subjacentes aos processos, ao afirmar, por exemplo, ao considerar que *“no existe posesión antes de la familia o de las relaciones de do minación y servidumbre, que son relaciones mucho más concretas.”* (MARX, 2007, p. 23). Ao negar as manifestações culturais tomando-as simplesmente como expressões ideológicas uma sociologia desta estirpe em nada contribui para a compreensão da questão agrária e da reprodução de relações no seio do mundo rural. Não admitem seus representantes que já se perderam numa ideologia (a do dogmatismo) de que são produtos e produtores a um só tempo. Ora, segundo Lefebvre:

En la medida en que el campesinato produce una cultura, o una aportación a la cultura, no podemos hablar de ideología, propiamente dicha (pese al contenido ideológico que pueda tener esta aportación campesina, contenido que sólo los filósofos o teóricos procedentes de otra estructura social más desarrollada pueden poner de manifiesto). Es esta una cultura sin conceptos, transmitida oralmente, comprendiendo sobre todo anécdotas, relatos, interpretaciones de rito e magias, y ejemplos que sirven para orientar la práctica, para conservar o adaptar las costumbres, para dirigir las emociones y las acciones actuando directamente sobre ellas. (LEFEBVRE, 1975, p. 76):

Retomando a importância da pesquisa sobre organização familiar, é válido reproduzir os seguintes dizeres de Lefebvre (1975, p. 75): *“La familia campesina merecerá importantes capítulos: condición de la mujer, de los hijos (primogênitos o cadetes), de los ancianos y viejos, en los diferentes tipos de pueblos y familias.”* Assim como o simbólico e o imaginário, a família desvela tempos históricos e, mais

do que isto, a relação entre o homem e seu meio a partir da forma como se organiza. Neste sentido, ela constitui uma espécie de microcosmo, cujas hierarquias, papéis desempenhados pela mulher, quantidade de filhos, dentre outros fatores, contém os valores, representações e manifestações ideológicas de uma determinada sociedade. Colocar a organização dos homens no centro das reflexões é negar a autonomia de uma ordem econômica que paira sobre nossas cabeças. E, principalmente, pressupor o contraditório movimento do real nas suas mais diversas instâncias, como são a simbólica e a familiar. *“Si es cierto que la comunidad campesina puede renacer en la actualidad, em función de exigencias modernas y sobre bases modernas, nada más interesante que este renacimiento; quizá de él pueda surgir un sentido nuevo de la tierra”* (LEFEBVRE, 1975, p. 58).

2.5 UM NOVO SENTIDO DA TERRA

Não há fragmentação de espaços no fecundo pensamento de Lefebvre, isto porque não há fragmentação de seu saber. Sua metafilosofia, no constante esforço da superação, prescinde da existência desta separação no real. (LEFEBVRE 1967). No entanto, no seio do pensar pressupõe a totalidade que emana de seu método. Destarte, no tocante ao espaço, o campo confunde-se com a cidade e a cidade com o campo, pois que convergências de tempos históricos distintos. De modo perspicaz Lefebvre percebera, todavia, transformações que dariam um novo sentido a terra, advogando uma sociologia rural ativa e aberta. Seu trânsito para uma sociologia urbana não se tratou do abandono de uma sociologia rural, mas decorreu do afã de compreender como o capitalismo avançava e incorporava o espaço em seus processos de acumulação e reprodução. Neste sentido, Lefebvre havia dado conta, antecipadamente, que o capital imprimira no campo a indústria, da qual emergira a cidade e seus corolários.

Devemos admitir, contudo, que mesmo tendo postulado as bases de um tratado de sociologia rural, não houve em boa parte dos países, exceto na França, quem tenha dado continuidade às suas investigações. No Brasil, José de Souza Martins é digno de nosso reconhecimento, cuja contribuição superou os entraves analíticos da questão agrária brasileira. Somente a dialética, o que nos convence

cada vez mais, permite apreender de forma coerente os problemas sociais. A dialética contém o devir. Foi neste devir que Lefebvre vislumbrou um novo *sentido da terra*. Estamos, passados cinquenta anos dos escritos sobre o rural de Henri Lefebvre, perante os mesmos problemas. Talvez mais agudos no que toca a opressão sobre os trabalhadores rurais e mais ofensivos quanto à incorporação de novas áreas, o que não retira daquela década (1948-1958) a marca histórica da transição do rural para o urbano na Europa e da irrupção de conflitos no campo em todo o mundo.

Considerando a permanência destes problemas, carece evocar por uma sociologia rural. Ora, o rural está dado. Seja sobre o agronegócio, sobre a agricultura familiar ou sobre o cotidiano dos trabalhadores *assalariados rurais urbanizados*, ele exige novos estudos. José de Souza Martins estava pleno em razão ao ter dito, no X Congresso Mundial de Sociologia Rural, que “*a sociologia foi por muito tempo mais uma sociologia da ocupação agrícola e da produtividade do que uma sociologia propriamente rural*” (MARTINS, 2001, p. 32). Ademais, nota-se que o estudo dos processos sociais agrários têm ficado mais nas mãos da sociologia do trabalho do que da sociologia rural, o que corrobora o dito de Martins. Basta uma rápida consulta sobre as linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação e raramente nos deparamos com alguma que contemple os problemas rurais.

Neste sentido, esta tese descortina as bases de um importante tratado de sociologia rural para se pensar os processos que demarcam o campo na contemporaneidade. O real conclama este exercício de pensamento, sendo que o procedimento metodológico *regressivo-progressivo*, o qual permite reunir a história à sociologia numa *démarche* de pesquisa empírica e teórica, se apresenta extremamente relevante. Ademais, é preciso compreender que seu uso deve partir da totalidade, cuja constituição vai desde um momento psicossocial, chegando até uma ordem distante. Neste sentido, de nada é válida uma sociologia rural que dê as costas para os aspectos culturais das populações. Ora, a cultura é a manifestação de condições materiais históricas. Abandoná-la é negar a própria dialética, como já foi dito. É temeroso ter que o abandono da sociologia rural seja resultado de uma sociedade tão urbanizada a ponto de se esquecer que os alimentos que come, assim como o álcool que move seus veículos, foram produzidos na terra, por

trabalhadores rurais geralmente superexplorados. Sabiamente Henri Lefebvre dissera que os homens dos meios e classes dominantes não prestavam a menor atenção aos camponeses, não se pensava neles mais do que se pensa no nosso estômago e no nosso fígado enquanto estamos bem.

É oportuna a defesa de um pensamento acima de tudo ativo, que vise a melhoria das condições de suas populações e permita transformações substanciais. Para tanto, não se pretende uma ciência “neutra”, pois que, como disse Florestan Fernandes (1980, p. 20): “*Não se pode nem se deve ignorar a dimensão burguesa da ciência, em geral, e da sociologia, em particular.*” Feita esta consideração, convém, no entanto, admitir que as mudanças históricas exigem estratégias diferenciadas no que diz respeito ao viés político da ciência. Mais precisamente, uma sociologia contemporânea ativa difere da sociologia ativa outrora propugnada por pensadores da relevância de Florestan Fernandes. A rigor, as atuais condições de reprodução do capitalismo reservam aos estudiosos um novo conjunto de problemas a serem enfrentados, como a configuração das classes sociais na alta modernidade levando-se em conta a relevância do paradigma sociocultural em um mundo globalizado.

Com efeito, este esforço deve voltar-se para uma análise das atuais formas de subordinação humana aos desígnios do capital e, por conseguinte, munir a sociologia de um arcabouço conceitual que permita a proposição de estudos prospectivos e cuja direção política seja circunscrita à estratégia da emancipação humana. Não obstante as confusões que podem ser cometidas, considerar as mudanças políticas, estéticas e culturais decorrentes de uma nova etapa de acumulação capitalista é imprescindível para qualquer estudo que almeje não apenas a crítica, mas também o seu papel efetivo enquanto conhecimento voltado para os interesses dos grupos sociais subalternos, dentre estes os trabalhadores rurais. Nesta perspectiva é que a tese em questão procura apreender o rural na contemporaneidade. Ao se partir da premissa de que as condições materiais e culturais compõem uma síntese de contradições e que este rural é marcado por ambivalências de toda sorte, a tese intenta analisar o rural tanto a partir das condições que apontam para um novo *sentido da terra*, ensejadas por uma original relação homem-natureza a partir do fenômeno urbano, quanto por condições que

apontam para uma terra ausente de sentido, considerando a existência de relações de trabalho que submetem homens e mulheres à uma realidade extremamente perversa.

Neste particular, o recrudescimento do trabalho análogo à escravidão, ao contrário do atraso, deslinda o sentido contraditório do fenômeno urbano e da alta modernidade. Ele é resultante de um modelo de acumulação de capital em nível global e que tem promovido a *desterritorialização*, em sua forma mais degradante, de milhares de trabalhadores em todo o mundo, sobremaneira nos países pobres ou em desenvolvimento, como é o caso brasileiro. Em todo o território nacional o trabalho análogo à escravidão tem sido prática recorrente, especialmente no centro-oeste do país durante a última década. Importa apreendê-lo, suas bases e em quais condições tem se manifestado este fenômeno, dada a importância ocupada pela monocultura da cana-de-açúcar no território goiano. Este esforço de apreensão deu origem ao próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO E OS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS: A TERRA SEM SENTIDO

“Baixemos nossos olhos e nossos pensamentos para aquilo que nos cerca. Não deixemos mais que nossos olhares se percam. Voltemos à superfície, à superfície da terra, à superfície de nosso corpo. E daí desçamos não para as profundezas abissais mas para a carne e o sangue. Fiquemos sóbrios. Nada de ficção-humanidade (ainda que a ficção-científica tenha muita coisa a nos ensinar). Consideremos nosso microcosmo. Ele vai mal. Debaixo de uma aparência brilhante, ele se arruína. Não apenas na Ásia e na África, mas à nossa volta e debaixo de nossa pele. Tudo se passa como se os senhores do Cosmos devessem um dia, não muito longe, abandonar este navio perdido, a Terra, por um planeta mais bem sucedido, e isso sob o aplauso dos náufragos. Tudo se passa como se a espécie humana confessasse seu fracasso e, junto com sua morada, se confessasse definitivamente fracassada. Se a humanidade aborta, se os indícios do grande Fracasso se multiplicam, cabe ao pensamento lúcido tirar daí as devidas lições.”

(Henri Lefebvre, *As recaídas da técnica*, em
Posição: contra os tecnocratas).

Esta forma de violência no campo, a qual a princípio pode ser considerada manifestação do atraso, possui intrínseca relação com o que há de mais avançado economicamente. É a partir de relações de trabalho extremamente precárias que se estabelece a extração de mais valia, conferindo valor às mercadorias, como o etanol, açúcar e crédito de carbono que são negociados em diversos países do mundo. Portanto, os grilhões do trabalho escravo constituem, juntamente com as maravilhas do capital, o mesmo processo. Assim, o urbano instaurado na condição

dos *assalariados rurais urbanizados* não se trata tão somente do *lócus* de moradia, mas de um dos pólos orientadores da dinâmica de reprodução do capital.

Com efeito, este urbano vem a ser, pelos fluxos, as cidades globais, nas quais são transacionados os capitais advindos do agronegócio sucroalcooleiro e, pelos fixos, o que ocorre nas primeiras em demasia, o consumo de combustível requerido pelos automóveis, mas principalmente a produção da mercadoria. (SANTOS, 2008) Cumpre, assim, pensá-lo a partir da lógica dialética, posto que uma lógica formal toma o espaço por sua forma e não por seu conteúdo. Em detalhes, consiste em apreender o rural pelas estruturas que emanam dos processos, bem como as formas que se materializam pelos conteúdos. Isto exige uma noção original do mundo rural e das ruralidades, conforme aduz Moreira:

Nossa argumentação em favor da compreensão de uma nova noção de ruralidade procura tematizar o mundo rural nas sociedades contemporâneas. Postula a existência de um processo de resignificação – ou, como diriam outros, de desconstrução-construção – do rural construído por aquelas antigas oposições sociedades tradicionais-modernas, rural-urbano, campo-cidade e agricultura-indústria. Essa compreensão está associada aos processos recentes da globalização e do exercício da hegemonia das políticas neoliberais, de abertura dos mercados, de constituições de mercados supranacionais, de redimensionamento do papel do Estado, de descentralizações política e de desformalização das relações de trabalho herdadas. (MOREIRA, 2003, p. 113).

Neste sentido, o urbano está relacionado no que diz respeito, principalmente, aos aspectos ideológicos por múltiplas determinações. Primeiro, pelo fato de que o que é produzido, em especial o etanol, é consumido sobremaneira nos centros urbanos. Com efeito, a representação em torno do automóvel, conforme pontua Lefebvre (1976) quando trata deste como um subsistema próprio da cotidianidade programada em *A vida quotidiana no mundo moderno*, extrapola o âmbito da cidade e determina, por seu turno, aspectos ligados às relações de trabalho atinentes ao campo. Neste sentido, as condições precárias de trabalho desvelam, na outra ponta do pensamento, a complexidade que configura esta modernidade. Complexidade esta que arvora da contraditória relação entre o urbano e o rural com o avanço das forças produtivas, de sorte que a apreensão do rural contemporâneo requer estudos que não partam do divórcio campo-cidade, mas do imbricado convívio entre estas dimensões, entendendo que “a cidade torna-se o *lócus* da regulação do que se faz

no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola [...]” (SANTOS, 1994, p. 52).

Ademais das questões atinentes às relações de trabalho, é fundamental considerar o urbano naquilo que conserva de ideológico. Ora, cabe considerar que boa parte dos trabalhadores rurais residem em cidades. Estão, pois, eivados por representações que remetem à urbanidade e, portanto, anseiam mercadorias e serviços que a ela são inerentes. *“Poderíamos argumentar que complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade [...]”* (MOREIRA, 2005, p. 21). Não são poucos os trabalhadores que possuem ou anseiam a posse de automóveis. Especialmente sobre este subsistema, Lefebvre (1972, p. 195-196) elucida que:

Ao uso prático sobrepõe-se o consumo dos sinais. O objecto torna-se mágico. Entra no reino do sonho. O discurso a seu respeito alimenta-se de retórica e envolve-se de imaginário. É um objecto signifiante num conjunto signifiante (com a sua linguagem, discursos e retórica). Sinal do consumo e consumo de sinais; sinais de felicidade e felicidade pelos sinais, eles confundem-se, intensificam-se ou neutralizam-se reciprocamente. A viatura automóvel acumula várias funções. Resume os constrangimentos da quotidianidade. Dirige-se ao extremo do privilégio social cordado, ao intermediário ou ao médio. Ao mesmo tempo, condensa os esforços para sair do quotidiano, reintegrando nele o jogo, o risco, o sentido.³⁷

Há que se atentar, ainda, para o fato de que os trabalhadores migrantes³⁸ saem de suas regiões de origem em busca de melhores condições de vida. Para estes, melhores condições de vida tornam-se possíveis por meio do acesso a eletrodomésticos, como máquinas de lavar, fogões, geladeiras ou até mesmo em veículos, como motocicletas e automóveis. Neste sentido, o processo de subsunção destes trabalhadores a condições análogas à escravidão está ligado à modernidade apresentada pela técnica que demarca a vida cotidiana no urbano naquilo que encerra de dialético em torno da necessidade. Cabe, nesta problemática, pensar a

³⁷ Trad. do original: “A l’usage pratique se superpose la consommation des signes. L’objet devient magique. Il entre dans le rêve. Le discours à son propos se nourrit de rhétorique et enveloppe l’imaginaire. C’est un objet signifiant dans un ensemble signifiant (avec son langage, ses discours, sa rhétorique). Signe de la consommation et consommation de signes, signes du bonheur et bonheur par les signes, s’enchevêtrent, s’intensifient ou se neutralisent réciproquement. La voiture automobile cumule les rôles. Elle résume les contraintes de la quotidienneté. Elle pousse à l’extrême le privilège social accordé à l’intermédiaire, au moyen. En même temps, elle condense les efforts pour sortir du quotidien, y réintégrant le jeu, le risque, le sens.”

³⁸ Moraes Silva (2011) mostrou que, em termos nacionais, as rotas migratórias são de trabalhadores que saem das regiões mais pobres do país para o sudeste, principalmente. Estes trabalhadores saem sobretudo dos estados da região nordeste e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

relação entre a necessidade e as representações demarcadas pelo acesso as mercadorias. Ou seja, que estas não possuem apenas valor de uso e de troca, mas, dadas as condições de avanço da modernidade – numa lógica tardia do capital, estas possuem *valor de signo*, o qual se ancora na prestação social e distinção possibilitados pelo consumo a elas dirigido. (Baudrillard, 1995).

É fundamental, ainda, levar a termo o fato de que o discurso oficial, o qual propugna o agronegócio como emoliente do “progresso”, é gestado na *pólis*, na cidade, engendrando disputas políticas e coalizões de forças. Este aspecto em torno do agronegócio deslinda a cidade como força social de produção. Portanto, permite compreender o urbano e a urbanidade que por ele se instaura como fenômeno indispensável à dinâmica hodierna de reprodução das condições gerais de produção no campo. O reconhecimento desta essencialidade apontada pela cidade, cujos vetores explicativos da vida cotidiana no mundo moderno não cessam de brotar nas análises aqui propostas, elucida os meios pelos quais os detentores do poder econômico legitimam este poder e fazem valer seus interesses.

Destarte, pensar o Estado é, aqui, fundamental. Especialmente no tocante às relações de trabalho análogas à escravidão, o poder econômico dos proprietários das monoculturas de todo o Brasil é traduzido politicamente na reiterada tentativa de impedir a aprovação da PEC do Trabalho escravo, como é popularmente conhecida a 438/2011³⁹ (Proposta de Emenda Constitucional), a qual prevê, dentre outras penalidades, o confisco de terras daqueles que mantém trabalhadores em condições análogas a de escravos. Esta Proposta de Emenda Constitucional tramita no Congresso Nacional há mais de dez anos e é alvo de forte oposição da bancada ruralista⁴⁰, do que se pode concluir, à luz dos estudos de José de Souza Martins (1994), como reflexo do “poder do atraso” no país. Este “poder do atraso” resulta de um histórico processo de alijamento do direito a posse da terra por parte dos

³⁹ *"As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observando, no que couber, o disposto no Artigo 5º da Constituição Federal."*

⁴⁰ Segundo Sakamoto (2011, p. 32-33): *"Aprovada pelo Senado em 2003, ela passou em primeiro turno na Câmara dos Deputados e aguarda a segunda votação. Porém, não há previsão para que isso aconteça, devido à forte pressão do grupo formado por representantes do setor agropecuário no Congresso Nacional."*

trabalhadores rurais brasileiros, o que remonta ao período colonial e, portanto, à formação econômica do Brasil.

Neste particular, e com as devidas reservas, as reflexões tecidas por Caio Prado Jr. elucidam este processo. Em seus esforços teóricos sempre apontou para o fato de que a concentração fundiária no Brasil se trata de um elemento indispensável no cumprimento dos desígnios da burguesia agrária nacional. “*O primeiro desses fatores, e sem dúvida o mais importante e decisivo, é a concentração da propriedade fundiária, que cria um monopólio virtual da terra em favor do relativamente reduzido número de grandes proprietários.*” (CAIO PRADO JR., 2000, p. 58). É importante considerar que esta importância nos remete aos primórdios da ocupação das terras brasileiras, no sentido de que a grande propriedade se apresentou como um dos aspectos que constituiu a empresa colonial canavieira, acompanhada da monocultura e do trabalho escravo. Doravante, conferir centralidade a estes elementos na análise proposta permite apreender o *sentido da terra* a partir da relação entre o homem e o meio a partir, por seu turno, do trabalho. Evidentemente que a relação homem-terra no período Brasil colônia permite desvelar a organização social e política do país, de tal modo que é preciso tomar isto como fundamento numa análise que se pretende contemporânea no sentido de se lançar luzes por sobre a complexa relação hoje existente entre o campo e a cidade a partir da figura representada pelo trabalhador rural temporário.

Retomando as contribuições de Caio Prado Jr., nos é de grande valia suas reflexões atinentes ao fato de que a burguesia agrária nacional sempre se valeu da força de trabalho de migrantes no cumprimento de seus interesses em grandes lavouras de todo o país. “*Essa insuficiência de mão-de-obra, prejudicial aos interesses dos grandes proprietários e empregadores, deu mesmo origem a certas formas de escravidão disfarçada.*” (CAIO PRADO Jr., 2000, p. 59). Este trabalhador, conforme já enunciado, está no epicentro das elaborações aqui empreendidas. Apreendê-lo consiste, ademais, em apreender o *sentido da terra*. Daí a relevância dos estudos contemporâneos em torno da *fronteira*. Ora, com efeito, é a dinâmica de ocupação e relação com a terra que interessa ao estudo proposto. O trabalho análogo à escravidão que, ano após ano é acrescido às estatísticas, não apenas desvela a absoluta mazela social de que ainda muitos padecem no país, como

também a complexa relação entre nosso passado e um fenômeno relativamente recente que se desdobra preme em desafios teóricos aos que se proponham estudá-lo. Faz-se, aqui, referência a uma modernidade às avessas, que coaduna o que há de mais avançado, a exemplo das tecnologias aplicadas no campo, ao que pode ser considerado mais arcaico, como as relações de trabalho.

Neste particular, além dos estudos de José de Souza Martins, os esforços interpretativos de Roberto José Moreira, levados a cabo por uma perspectiva teórico-metodológica em alguns aspectos divergente da do primeiro, tem contribuído significativamente para a compreensão de caráter anômalo da modernidade. A seguinte passagem de Moreira deslinda essa questão ao considerar a formação social e econômica do Brasil, a qual, conforme já apontamos, imprime o sentido das fronteiras, bem como das condições de trabalho e sobrevivência dos homens e mulheres do campo. Conforme segue:

Penso ser necessário trabalhar com a hipótese de que o surgimento de um novo mundo rural e de novas ruralidades no Brasil carrega a reprodução das desigualdades históricas e pode não representar a cidadania, a democracia e o bem-estar vivenciados nos países avançados. Nossas análises do rural necessitariam também incorporar os processos, ainda em curso, de construção social da cidadania, da democracia e do próprio bem-estar, distinto das sociedades avançadas. (MOREIRA, 2005, p. 24).

Tomando as considerações acima é que se advoga a necessidade de se apreender, desse novo rural, as condições de trabalho e vida de seus trabalhadores. Neste particular, importa investigar questões como a superexploração dos trabalhadores rurais, bem como relações de trabalho análogas à escravidão, portanto a ausência de *sentido da terra*, produto de uma terra em que campo e cidade encontram-se dominados pelos mecanismos despóticos da técnica e do capital. Isto leva a que os homens e mulheres sejam espoliados tanto da cidade quanto do campo. Destarte, trabalhadores que não se apropriam nem do território rural e tampouco do urbano. Por isso, também, *assalariados rurais urbanizados*. Homens e mulheres cujas condições a que estão submetidos exprimem, por excelência, a *terra sem sentido*. Historicamente, pela ausência que se manifesta na concentração de terras, contemporaneamente, pela ausência que se engendra na fronteira.

É neste sentido, na medida em que os homens são *desterritorializados*, que a filosofia se *territorializa* num Estado que tem como papel mediar os conflitos sociais

em benefício da burguesia, conforme apontado outrora. Conforme elucida Deleuze; Guattari (2010, p. 129): *“Que social-democracia não dá a ordem de atirar quando a miséria sai de seu território ou gueto? Os direitos não salvam nem os homens, nem uma filosofia que se reterritorializa sobre o Estado democrático.”* O Estado, ao ancorar o domínio da burguesia sobre o território, gesta uma ideologia tecnocraticamente veiculada e assegurada, cujo verniz da neutralidade escamoteia seu fundamento. Especialmente no caso brasileiro, esse Estado nacional moderno tem, segundo Moreira (2005, p. 33), *“[...] seu fundamento no domínio de um dado território e no direito burguês da propriedade privada, o Estado brasileiro ainda tem fortes raízes agrárias”*.

Tomando os postulados de autores como José de Souza Martins⁴¹ é que são realizados esforços com o intento de apreender, principalmente, a escravidão contemporânea. Para tanto, é fundamental levar em conta os esforços interpretativos acerca da formação econômica e social brasileira a fim de se apreender as atuais relações de trabalho no campo. Neste sentido, a superexploração, bem como as relações de trabalho análogas à escravidão, remete aos processos de ocupação do território e subsunção do trabalho ao capital no meio rural, conforme poderemos observar nas linhas que seguem. Em síntese, é possível afirmar que a estrutura agrária altamente concentradora favoreceu a exploração da força de trabalho a partir de relações extremamente precárias e, ademais disto, que esta estrutura propiciou processos de modernização altamente deletérios aos trabalhadores, repercutindo em processos violentos de ocupação das terras e de extração de mais-valia. Um estudo do território goiano é emblemático neste sentido, permitindo, inclusive, a compreensão de fenômenos em curso, quais sejam, o recente interesse de outros países por terras em Goiás e o recrudescimento do trabalho análogo à escravidão em atividades agrícolas, como a cultura da cana e da soja.

⁴¹ Sobre a obra de José de Souza Martins, o renomado historiador Ciro Flamarion Santana Cardoso fez o seguinte comentário: *“A obra de José de Souza Martins é um exemplo, pois, em lugar de repetir-se incansavelmente de um trabalho ao seguinte, apresenta visões renovadas ou aperfeiçoadas.”* (CARDOSO, 2004, p. 15).

3.1 A MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO E A DEGRADAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS CANAVIAIS GOIANOS

Neste primeiro momento os esforços recaem sobre a compreensão das condições de trabalho de homens e mulheres que são considerados como partícipes de relações não análogas à escravidão. Considerar tais relações é fundamental, pois é tênue a fronteira entre o trabalho degradante e a escravidão. Segundo Martins (2002, p. 156): “*Já não tem força coativa o capataz ideológico e invisível que o trabalhador regular, no processo racional de produção e de trabalho, carrega em sua consciência.*” Para tanto, qualquer reflexão sobre o trabalho na cultura canavieira em Goiás deve levar em consideração o paulatino crescimento do número de máquinas colheitadeiras nos processos de produção, entendendo que “*no limite, a superexploração se manifesta sob a forma de escravidão.*” (MARTINS, 2002, p. 156). Grosso modo, existe um eixo explicativo comum tanto da emergência de relações de trabalho análogas à escravidão quanto da situação vivenciada pelos *assalariados rurais urbanizados*.

Eis que nos deparamos com um fenômeno *analisador-revelador* postulado por Lefebvre (1973). Quando não expropriados da própria condição humana, como os trabalhadores em regime forçado, muitos homens e mulheres são submetidos à superexploração da força de trabalho em garantia de míseros salários. As condições de trabalho nos canaviais goianos parecem reproduzir aquelas que marcam os canaviais paulistas. Com o passar dos anos, tem ocorrido o recrudescimento da precarização de tais condições. Reflexo disso tem sido a própria quantidade de cana cortada. Conforme Alves (2006, p. 92):

Na década de 1950 a produtividade do trabalho era de 3 toneladas de cana cortadas por dia de trabalho; na década de 1980, a produtividade média passou para 6 toneladas de cana por dia/homem ocupado e, no final da década de 1990 e início da presente década, atingiu 12 toneladas de cana por dia.

Alves baseou-se em dados referentes ao Estado de São Paulo, onde se tem a maior produção de cana-de-açúcar no Brasil. De modo geral, as pesquisas têm tributado expressivo aumento da produtividade média diária ao fato de que a mecanização tem ocupado a maior e melhor parte dos canaviais. Ou seja, a máquina tem se tornado a principal concorrente do trabalhador, o levando a um

brutal desgaste físico a fim de garantir seu trabalho ou, ainda, o seu deslocamento para centros urbanos em busca de condições para o sustento de suas famílias. Há que se levar em conta, ainda, as inovações biotecnológicas que tem permitido a obtenção de variedades de cana com maior produtividade e resistência a pragas e outras intempéries.

No que toca esta questão, a Universidade Federal de Goiás, a partir de suas pesquisas em genética e melhoramento de plantas, tem oferecido aporte às usinas sucroalcooleiras em Goiás, a exemplo da importância representada pela Universidade Federal de São Carlos para o progresso tecnológico, biológico, físico e químico na produção canavieira paulista. (MORAES SILVA, 2004b). Tais inovações, conforme Moraes Silva (2004b, p. 33): *“aumentaram a produtividade do trabalho e diminuíram a quantidade de trabalhadores empregados.”* Para uma noção mais precisa da problemática, vale o registro de que apenas uma máquina é capaz de substituir até oitenta trabalhadores.

Ademais, *“segundo cálculos existentes, para cada cem demissões, são abertas doze vagas para funções especializadas [...]”* (MORAES SILVA, 2004, p. 31). O Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (SIFAEG) estimou em 60% o percentual de cana-de-açúcar colhida por máquinas durante a safra 2009/2010 neste Estado. Em Goianésia, obtive de sua principal usina a informação de que 85% da cana já está sendo colhida por meio de máquinas. A mais clara expressão dos desastrosos efeitos da mecanização sobre as relações de trabalho está contida nas falas de quem vive o drama social, os *assalariados rurais urbanizados*. Exatamente por isso Maria Aparecida de Moraes Silva (2004, p. 75) deu ênfase, num de seus textos, na seguinte frase de uma cortadora de cana: *“se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas.”* Ainda sobre esta questão, e pensando nas possibilidades de trabalho que tem surgido para os *assalariados rurais urbanizados*, concorda-se com Freitas (2006, p. 129) ao afirmar que:

Pelas condições em que se desenvolve, pelas possibilidades efetivas de sua substituição por máquinas capazes de realizá-lo — independente da maior ou menor produtividade —, este é, seguramente um dos trabalhos que deveriam ser extintos o mais rapidamente possível. A humanidade só teria a agradecer.

Não por coincidência, mas por força do poder disseminador daquilo que se considera “progresso”, vê-se, no cerrado, destruída uma diversidade de riquezas

naturais, somada ao que nos interessa neste debate: a miséria de milhares de homens e mulheres, ou porque expropriados do direito à venda da força de trabalho ou porque submetidos a uma lógica de exploração que remonta a situação da classe trabalhadora durante a revolução industrial. Posto que semelhantes em diversos aspectos, ambas as circunstâncias torna difícil classificar estes trabalhadores ora como cativos, ora como livres, de sorte que o próprio conceito de liberdade passa a entrar em discussão.

Liberdade que é paulatinamente tolhida pelo tempo destinado ao trabalho, mas também pela própria intensidade deste. Conforme mencionado outrora, o principal concorrente dos trabalhadores agora tem sido as máquinas. Contradição do próprio capital, o qual, como disse Marx (2006), ao passo que produz maravilhas, também produz miséria, miséria para os trabalhadores que, conforme as entrevistas que realizei, enxergam na máquina a ameaça aos seus empregos, como atesta o relato de Dorothy (branca, 33 anos, moradora do Jardim Esperança, no corte de cana há cinco anos): *“Eu acho assim que a mecanização vai trazer mais desemprego, porque nem todo mundo tem estudo e essas máquina também num vai dá emprego pra todo mundo. Aí quer dizer, vai ter mais desemprego do que já tem.”*⁴² (XAVIER, 2012, p. 128).

Noutra perspectiva, o relato de Flaviano (outro jovem cortador de cana de 34 anos, negro, morador do Jardim Primavera, no corte de cana há 7 anos) corrobora nossos argumentos, acompanhe: *“A máquina atrapalha muito, pra nós foi um grande prejuízo. Pra eles pode ser um bom lucro, mas pra nós trabalhador foi um grande prejuízo, porque as áreas melhor que rendia mais né já ficou pra ela. E nós cortava todos os dias e, com elas trabalhando a gente corta num dia, faia outro, num dia sai mais cedo.”* (XAVIER, 2012, p. 128).

As palavras deste cortador de cana, cuja idade não destoa da maioria, uma vez que a atividade passa a ser insuportável aos que ultrapassam os quarenta e cinco anos em média⁴³, revelam sua consciência acerca da contradição entre os

⁴² As entrevistas com Dorothy e Flaviano foram recuperadas da dissertação de mestrado do autor, publicada em 2012 pela Editora da Universidade Federal de Goiás.

⁴³ Segundo Novaes (2007, p. 171): *“A força física e a destreza são critérios imprescindíveis para assegurar o aumento da produtividade nesse sistema de corte que supõe a intensificação do ritmo de trabalho.”*

lucros que as máquinas reservam ao patronato e sua realidade. De uma forma ou de outra, todos os trabalhadores que entrevistei manifestaram insatisfação e mesmo indignação quanto à mecanização da colheita da cana-de-açúcar. A distância entre o lucro obtido pelos patrões e os prejuízos dos trabalhadores, apontada na fala de Flaviano atesta as inglórias do “progresso”. Conforme Martins (2004, p. 16):

Na melhor das hipóteses, o capitalismo globalizado trouxe enormes benefícios às elites, à classe média e a elite da classe trabalhadora. Mas, abandonou na beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados e formas perversas de sobrevivência. São os indevidamente chamados de excluídos, porque incluídos foram nas funções residuais e subalternas da cloaca de um sistema econômico que não parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidades e injustiças.

A burguesia agrária nacional reluta em afirmar a pujança da atividade canavieira e sua importância para o país quando, na verdade, reproduz uma estrutura econômica que aniquila qualquer possibilidade de promoção da cidadania. O “bóia-fria”, segundo Santos (2007), ao mesmo tempo em que é alijado do direito à terra para plantar, é alijado do direito à cidade, porque morador das periferias, em geral de pequenos municípios que sustentam a atividade canavieira. Essa dinâmica de dupla espoliação se o exclui do acesso à cidadania, o inclui na lógica de acumulação de capital, cuja exploração torna-se bastante lucrativa, decorrência das condições de sua reprodução. Isso aponta que a superexploração do trabalho não vem a ser uma irracionalidade do capital, sendo que, em termos ideológicos, ela é resultado da própria ideologia do *agronegócio* que, segundo Moraes Silva (2006, p. 1):

A partir da década de 1990, solidifica-se cada vez mais a ideologia do agronegócio no Brasil, que consiste em demonstrar que a aplicabilidade da ciência na agricultura, por meio de tecnologias cada vez mais sofisticadas, por grandes empresas nacionais e internacionais, é o modelo de progresso associado ao desenvolvimento econômico.

Pode-se dizer que esta ideologia é o emoliente de reprodução do *status quo*. Teoricamente, o trabalho degradante dos *assalariados rurais urbanizados* e a correlação com as relações de trabalho análogas à escravidão têm levado, ainda, a algumas ciladas de indefinição. Ou seja, são relações de trabalho assalariadas, mas, do ponto de vista da intensidade do trabalho e da remuneração, pode-se inferir que há uma superacumulação de capital sem precedentes. Se, por um lado, isto não permite dizer que se trata da reprodução de formas de trabalho análogas à escravidão, por outro, não admite concluir que se trate do simples assalariamento

como qualquer outra atividade. Tanto é que a burguesia canavieira torna legítimos seus interesses, mesmo que à custa da miséria alheia, por meio de artimanhas do Estado mais que qualquer outro grupo econômico nacional.

Ora, somente durante o século passado, os usineiros tiveram, durante sessenta anos, um instituto estatal que assegurava seus interesses, o Instituto do Açúcar e do Alcool, além de uma série de leis ao seu favor como o Estatuto do Trabalhador Rural, criado em 1963. No tocante ao Estatuto, se por um lado ele representou melhoria das condições de trabalho para os trabalhadores rurais permanentes, exatamente por isso ele resultou numa séria contradição. Na medida em que a manutenção dos trabalhadores permanentes tornava-se onerosa, os usineiros recorriam ao trabalho temporário, não sendo esta modalidade de emprego contemplada pelo referido Estatuto. (MORAES SILVA, 2004; CAIO PRADO Jr., 2000).

A importância do Estado no coroamento dos interesses da burguesia agrária brasileira passa, ainda, pelos vultosos créditos destinados à atividade canavieira, como empréstimos a baixos juros para a aquisição de máquinas para a colheita da cana. Qualquer análise não pode, portanto, dissociar o capital e o Estado. A título de exemplo, é oportuno relacionar a mecanização no processo de produção do açúcar e álcool aos desígnios do Estado brasileiro. O aumento de seu *superávit* na balança comercial advindo da exportação dos derivados da cana, especialmente do etanol, o leva ao progressivo subsídio à atividade, conformando um ciclo vicioso. O substrato desse ciclo consiste, para o capital, no fato de que *“o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é. Se este puder ser executado pela maquinaria ou, mesmo, pela água ou pelo ar, tanto melhor.”* (MARX, 1985, p. 93).

Não é demais voltar a mencionar que este processo tem resultado, para o trabalhador, na deterioração de suas parcas condições de sobrevivência. Principalmente quando se trata do trabalhador migrante, *errante*, nas palavras de Moraes Silva (1999), sem falar nas dificuldades ainda maiores para a mulher “bóia-fria”, cuja lida não encerra nos canaviais, o que pude constatar em pesquisas que realizei. Em Goiás, a maior parte dos trabalhadores migrantes provém dos seguintes Estados: Maranhão, Piauí e Pernambuco. Não obstante, estes Estados são citados em praticamente todas as reportagens que noticiam a detecção de trabalho análogo

à escravidão. Diferentemente da intervenção que se fez necessária por parte do Estado a fim de conter o extermínio dos trabalhadores pelo capital na Inglaterra, conforme registrou Marx, nada tem sido feito pelo Estado brasileiro em benefício dos trabalhadores superexplorados nos canaviais (MORAES SILVA, 2004b).

Enquanto isso, centenas de homens e mulheres morrem a cada ano em decorrência da exaustão física por excesso de trabalho nos canaviais. Descartados pelo capital, muitos são acometidos por doenças respiratórias, vários tipos de câncer, contaminações por veneno, etc. A seguinte frase de Martins (2004, p. 163) elucida a realidade do trabalhador na contemporaneidade: *“Ao tornar o trabalho supérfluo, o capital tornou o trabalhador descartável. Em muitos lugares do mundo esse é o drama maior.”* Tamanha é a descartabilidade humana a que se refere Martins que muitas vezes ainda é lucrativo manter certa quantidade de trabalhadores a substituí-los por máquinas, até mesmo porque há locais que, devido à condição topográfica, a máquina não consegue realizar o corte da cana.

Ademais dessa questão, são alarmantes as informações disponíveis em pesquisas acerca das condições de trabalho nos canaviais, sobretudo em São Paulo, onde já se tem o conhecimento do uso do crack pelos trabalhadores a fim de que consigam cumprir a meta de cana cortada durante o dia de trabalho (ANDRADE, 2003). O resultado disto são as cifras, a perder de vista, referentes aos lucros do setor, muito se devendo ao papel do Estado em benefício dos usineiros. É sempre oportuno lembrar que, em 2007, o presidente Luís Inácio Lula da Silva se referiu aos usineiros como “heróis nacionais e internacionais” porque, segundo ele, “todo mundo estava de olho no álcool.” (FOLHA, 2007)⁴⁴.

Marx (2004) asseverou que o trabalho alienado oculta a lógica da produção do valor, impedindo a consciência de que ele é sua única fonte. Carece apreender que a extração desse valor tem se dado, cada vez mais, a partir de relações de trabalho que cerceiam, inclusive, o direito de ir e vir de muitos trabalhadores. Fazemos alusão ao trabalho análogo à escravidão que tem marcado muitos canaviais de todo o país. Não sendo diferente em Goiás, Estado que tem passado por um processo de expansão da atividade canavieira em seu território, urge

⁴⁴ Ver: Notícia 1 nos anexos.

considerar as atuais metamorfoses de seu rural a partir das relações de trabalho. Sobre esta questão, versam as próximas páginas da tese.

3.2 A RECENTE EXPANSÃO DA MONOCULTURA CANAVIEIRA EM GOIÁS E O RECRUDESCIMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO

Neste ponto da tese objetiva-se discutir um importante aspecto das atuais metamorfoses do rural em Goiás, qual seja, a relação entre a recente expansão da monocultura canavieira em seu território e o recrudescimento de relações de trabalho análogas à escravidão⁴⁵. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) revelam Goiás como um dos Estados onde mais se tem flagrado a exploração de trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Correlacioná-la à recente expansão do cultivo da cana requer que façamos algumas considerações, são elas: abundância de força de trabalho, o processo de ocupação das fronteiras e a própria dinâmica da economia internacional, as quais têm como fundamento o caráter do processo de colonização das terras brasileiras, o

⁴⁵ Denomina-se trabalho análogo à escravidão pelo fato de que, embora a forma de exploração da força de trabalho contenha similitudes, o estatuto social do trabalhador escravo possui uma diferença fundamental do estatuto social do trabalhador a que fazemos referência neste trabalho. O fundamento está em que a sociedade contemporânea não baliza suas relações sociais a partir daquela distinção, a qual imprimia no escravo uma condição subumana, necessária em sua mercantilização. Exatamente por isso, as relações de trabalho análogas à escravidão são geralmente denominadas de trabalho forçado, podendo assumir as seguintes formas segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT): “O trabalho forçado pode estar relacionado com o tráfico de pessoas, que cresce rapidamente no mundo todo. Ele pode surgir de práticas abusivas de recrutamento que levam à escravidão por dívidas; pode envolver a imposição de obrigações militares a civis; pode estar ligado a práticas tradicionais; pode envolver a punição por opiniões políticas através do trabalho forçado e, em alguns casos, pode adquirir as características da escravidão e o tráfico de escravos de tempos passados.” (OIT, 2010). Ver quadro 2. Ainda, conforme Bicudo (2008, p. 32): “Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Na conceituação do trabalho escravo não se consideram as condições degradantes a que são submetidos os trabalhadores. Somente o trabalho sujeito à discricção do empresário (fazendeiro, industrial ou comerciante), sem qualquer vínculo empregatício, é considerado, por esse órgão, trabalho escravo.” O código Penal Brasileiro também trata desta questão no Art. 149: *Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).* No tocante às pesquisas, o trabalho análogo à escravidão tem sido amplamente abordado, o que se deve a sua relevância tanto política, quanto histórica. Segundo Figueira e Prado (2009, 79-82): “A literatura sobre o tema aumentou a partir de 1995, como aumentou a sensibilidade sobre o problema em um público mais vasto e cresceram as ações do estado contra o crime, mesmo se o problema persiste na cidade e no campo; em regiões distantes do Norte brasileiro e em áreas metropolitanas do Sudeste.”

que remonta, portanto, as bases desse processo: a monocultura, a grande propriedade e o trabalho escravo como elementos indispensáveis a uma economia exportadora. Nas palavras de Plassat (2008, p. 74), “Escravidão e concentração latifundiária andam juntas, a serviço de um modelo predador de exploração baseado em monocultura de exportação, hoje rebatizado de agronegócio.”

QUADRO 2 – IDENTIFICAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO NA PRÁTICA

Quadro 1.1 Identificação de Trabalho Forçado na Prática	
<i>Falta de consentimento</i> (natureza involuntária do trabalho) (“itinerário” do trabalho forçado) ✍ Escravidão por nascimento ou por descendência de escravo / servidão por dívida ✍ Rapto ou seqüestro ✍ Venda de pessoa a outra ✍ Confinamento no local de trabalho – em prisão ou em cárcere privado ✍ Coação psicológica, isto é, ordem para trabalhar, apoiada em ameaça real de punição por desobediência ✍ Dívida induzida (por falsificação de contas, preços inflacionados, redução do valor de bens ou serviços produzidos, taxas de juros exorbitantes, etc.) ✍ Engano ou falsas promessas sobre tipos e condições de trabalho ✍ Retenção ou não pagamento de salários ✍ Retenção de documentos de identidade ou de pertences pessoais de valor	<i>Ameaça de punição</i> (meios de manter alguém em regime de trabalho forçado) ✍ Violência física contra o trabalhador ou sua família ou pessoas próximas ✍ Violência sexual ✍ (Ameaça de) represálias sobrenaturais ✍ Prisão ou confinamento ✍ Punições financeiras ✍ Denúncia a autoridades (polícia, autoridades de imigração, etc.) e deportação ✍ Demissão do emprego atual ✍ Exclusão de empregos futuros ✍ Exclusão da comunidade e da vida social ✍ Supressão de direitos ou privilégios ✍ Privação de alimento, habitação ou de outras necessidades ✍ Mudança para condições de trabalho ainda piores ✍ Perda de <i>status</i> social

Fonte: Organização Internacional do trabalho, 2005.

Nesta perspectiva, a compreensão da economia nacional requer o entendimento da dinâmica comercial externa, dada a estreita relação entre ambas a

partir do advento do chamado *agronegócio*⁴⁶. Depreende-se disto que a apreensão das relações de trabalho incita preocupação de mesmo nível. Ou seja, que a manutenção do trabalho análogo à escravidão no Brasil possui ligação com a lógica da economia internacional, senão com a própria lógica de acumulação de capital no mundo contemporâneo. Especialmente no caso da atividade agrícola, esta questão conclama a um urgente debate, sobretudo no caso brasileiro. Primeiro, pelo fato de que na agricultura o emprego do capital orgânico possui um sentido diverso de seu emprego na indústria. Segundo, pelo papel que a atividade agrícola representa nos termos de uma economia internacional.

Desta sorte, a configuração das relações de trabalho no campo brasileiro encontra-se submetida a duas ordens: uma interna e outra externa, sendo que ambas convergem na replicação do modelo noutras economias periféricas ao centro dinâmico da economia mundial. Segundo Moraes Silva (2006, p. 2):

No que tange ao aspecto político, o agronegócio tem sido o símbolo do desenvolvimento econômico do país, por meio do saldo positivo do comércio exterior, graças ao aumento das exportações, sobretudo de produtos agrícolas, que vêm garantindo, sobretudo nos últimos anos, o pagamento dos juros da dívida externa e permitindo que as taxas do superávit primário sejam aumentadas pelo atual governo. Vale a pena ainda indicar as *grandes vitórias* logradas pelo Ministério das Relações Exteriores em relação ao comércio de algodão para os Estados Unidos e de açúcar para a União Européia.

Convivendo com o que há de mais avançado em termos tecnológicos no espaço da usina, o trabalho análogo à escravidão não tem o significado do atraso ou do oposto, mas do moderno e complementar, perspectiva analítica que contraria boa parte das conclusões a que se tem chegado sobre o problema. Segundo Sakamoto (2008, p. 61): “O *padrão de empreendimento que utiliza esse tipo de mão-de-obra continua sendo o de fazendas com grandes áreas monocultoras voltadas para a exportação.*” Nesta direção, acenam os estudos empreendidos por José de Souza Martins (2002, 2004, 2009, 2010) cuja fundamentação teórica encontra-se no

⁴⁶ Entende-se por agronegócio a seguinte definição de Heredia, Palmeira e Leite (2009, p. 4): “O gerenciamento de um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas é uma das tônicas da ideia de ‘agronegócio’”

pensamento de Rosa Luxemburgo⁴⁷ (1985) no que diz respeito à acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada do capital.

Ademais, compôs as preocupações de Martins o aspecto espacial desse processo no Brasil em seus estudos sobre fronteira. Ainda que as análises deste autor tenham sido feitas com base principalmente no caso da fronteira amazônica, o fato é que o modelo se reproduz diante da recente expansão da atividade canavieira em Goiás, considerando que (MARTINS, 2002, p. 155):

A forma de acumulação originária pode ser outra, mas sua função permanece, recria-se nos setores e territórios em que o capital se expande de modo insuficiente, onde a expansão capitalista significa criar as condições de reprodução ampliada do capital a partir de relações não capitalistas de produção. É nesse plano que tem lugar o reaparecimento da escravidão ou a recriação de formas não-contratuais de emprego da força de trabalho.

A disponibilidade de terras, bem como de força de trabalho, tem permitido a integração econômica de Goiás a partir da monocultura canavieira se estabeleça com perversos resultados no tocante às relações de trabalho, além da expulsão de pequenos agricultores e da destruição de saberes tradicionais, considerados arcaicos. Segundo Sakamoto (2008, p. 62), pode-se inferir que *“quem escraviza no Brasil não são proprietários desinformados, escondidos em fazendas atrasadas. Pelo contrário, são latifundiários, muitos utilizando alta tecnologia.”* Relatório do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), abrangendo o intervalo de 2006 a 2008, revela que em Goiás a fiscalização resgatou 303 trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Todos, em fazendas localizadas próximas ao cultivo de cana-de-açúcar, sendo que das 15 fazendas inspecionadas, duas pertenciam às usinas Agrocana JFS LTDA, localizada em Ceres, e Energética do Cerrado Açúcar e Álcool LTDA, localizada em Itarumã, responsáveis pela submissão de 113 dos 303 trabalhadores em condições análogas à escravidão. Ainda segundo relatórios de fiscalização para erradicação do trabalho escravo do MTE, disponibilizados nos cadernos da Comissão Pastoral da Terra – CPT, somente em 2008 um total de 867 trabalhadores foram resgatados de condições de trabalho análogas à escravidão, em sete fazendas de Goiás (Tabela 1).

⁴⁷ Rosa Luxemburgo trata da produção de relações de produção não capitalistas em sua principal obra A acumulação de capital: contribuição do estudo do imperialismo.

Desse total, 777 trabalhadores eram da atividade canavieira, sendo que 17 trabalhadores pertenciam à Usina Brenco, localizada em Campo Alegre de Goiás; 95 trabalhadores pertenciam à Usina Elcana Goiás, localizada em Jataí; 244 trabalhadores pertenciam à Usina Fortaleza, localizada no município de Porteirão e 421 trabalhadores pertenciam à Usina São Francisco, em Quirinópolis⁴⁸. Este Estado registrou o maior quantitativo de trabalhadores nestas condições em todo o país no referido ano, seguido de Alagoas com 656 trabalhadores, Pará com 592 e Mato Grosso com 407. Sakamoto (2008, p. 61), tece o seguinte argumento ao refletir sobre os dados disponibilizados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM): *“A relação dessas plantations contemporâneas com a manutenção do trabalho escravo pode ser verificada com os dados de libertações de escravizados pelo GEFM, ligado ao governo federal.”*

TABELA 1 – TRABALHO ESCRAVO EM GOIÁS - 2008

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Campo Alegre de Goiás	Usina Brenco	14/03/2008	17	17		Cana de açúcar
Cristalina	Fazenda Cerro Largo	20/05/2008	78	78		Cultivo de soja
Jataí	Usina Elcana Goiás	10/05/2008	95	95		Cana de açúcar
Montes Claros de Goiás	Faz. Bebedouro do Sertãozinho	10/09/2008	12	12		Carvoaria
Porteirão	Usina Fortaleza	30/06/2008	244	244		Cana de açúcar
Quirinópolis	Usina São Francisco	15/03/2008	421	421		Cana de açúcar
Subtotal:		6	867	867		

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2009.

No ano de 2009, foram libertos em Goiás 328 trabalhadores em condições de trabalho análogas à escravidão. Desse total, 130 trabalhadores pertenciam a atividade canavieira. Do total, 115 trabalhadores pertenciam à Alambique Ipê Agro-Milho Industrial, localizada em Inhumas e 15 trabalhadores pertenciam à Fazenda

⁴⁸ Considerada *“A sertãozinho de Goiás”*, em alusão ao município de Sertãozinho em São Paulo, o qual é considerada a capital mundial do setor sucroalcooleiro, o município de Quirinópolis, localizado no sul de Goiás a 285 Km de Goiânia, tem passado por um intenso processo de ocupação dos solos pela atividade canavieira. Nos últimos anos, o noticiário tem dado destaque a este processo, considerado extremamente positivo e propiciador de “progresso”. A Notícia 2, nos anexos, é bastante elucidativa sobre esta questão, a começar por seu título: *Cana leva progresso e esperança ao Centro-oeste*.

Bandeirantes, localizada no município de Joviânia. (Tabela 2). Goiás foi, em 2009, a sexta Unidade federativa com a maior quantidade de trabalhadores submetidos a tais condições, sendo que as principais foram: Pará, com 1657 trabalhadores, Maranhão, com 486 trabalhadores, Minas Gerais, com 421 trabalhadores, Pernambuco, com 419 trabalhadores e Espírito Santo, em quinto lugar, com 387 trabalhadores em relações de trabalho análogas à escravidão.

TABELA 2 – TRABALHO ESCRAVO EM GOIÁS – 2009

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Ana Terra	20/03/2009	2	2		Cultivo de soja
Catalão	Agropastoril	20/03/2009	10	10		Cultivo de eucalipto
Inhumas	Alambique Ipê Agro-Milho Industrial	20/07/2009	115	115		Cultivo de cana-de-açúcar
Itaguaru	Engenho de São João	24/11/2009	1			Serviços Gerais
Itarumã	Construtora Lima e Cerávolo Ltda/UHE Salto do Rio Verdinho	31/08/2009	96	96		Desmatamento para construção de barragem
Joviânia	Fazenda Bandeirantes	20/07/2009	15	15		Cultivo de cana-de-açúcar
Minaçu	Fazenda Barbosa	20/08/2009	38	38	2	Rocagem de juquirá e pecuária
Serranópolis	Fazenda Kargil	15/04/2009	2	2		Carvoaria
Serranópolis	Fazenda Pedra Azul	15/04/2009	3	3		Carvoaria
Vianópolis	Fazenda Santana	13/11/2009	23	23		Colheita de batatas
Vila Propício	Faz. São João/Assent. Dandara	15/11/2009	7	7		Carvoaria
Vila Propício	Fazenda Cachoeirinha	15/11/2009	4	4		Pecuária
Vila Propício	Fazenda HP	15/11/2009	4	4		Pecuária
Vila Propício	Fazenda Recanto	15/11/2009	9	9		Pecuária
Subtotal:		14	329	328	2	

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2010.

No ano de 2010, foram libertos em Goiás 435 trabalhadores em condições de trabalho análogas à escravidão. Desse total, 143 pertenciam a atividade canavieira, todos pertencentes à Fazenda Funil e Veredas/BERC Etanol, localizada

no município de Aragarças. Neste ano, Goiás ocupou a segunda posição, sendo liderado apenas pelo Estado do Pará, com 1522 casos de trabalhadores submetidos às relações de trabalho análogas à escravidão. Em terceiro lugar ficou o Estado de Minas Gerais, com 511 trabalhadores nestas condições, sendo acompanhado por Maranhão e Rio de Janeiro, com 282 e 204 trabalhadores, respectivamente. (Tabela 3).

TABELA 3 – TRABALHO ESCRAVO EM GOIÁS – 2010

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Aragarças	Faz. Funil e Veredas/BERC Etanol	10/3/2010	143	143		Cana-de-açúcar
Aragoiânia	Chácara Campos Dourados	9/9/2010	1	1		Serviços gerais
Britânia	Fazenda Água Limpa do Araguaia	25/2/2010	29	29		Carvoaria
Britânia	Fazenda Chaparral	25/2/2010	17	17		Carvoaria
Britânia	Fazenda do Cleber Carlos de Brito	25/2/2010	5	5		Carvoaria
Britânia	Fazenda Nossa Senhora da Aparecida	25/2/2010	13	13		Carvoaria
Britânia	Fazenda Pompéia	25/2/2010	8	8		Carvoaria
Britânia	Fazenda Santa Rosa	25/2/2010	10	10		Carvoaria
Inhumas	Fábrica de Farinha	6/5/2010	11	11		Farinha
Ipameri	Fazenda Buriti	21/6/2010	8	8		Carvoaria
Joviânia	Fazenda da Pioner US Du Pont	30/5/2010	99	99		Milho
Jussara	Catorze Carvoarias em 5 Fazendas	15/3/2010	81	81		Carvoaria
Mineiros	Fazenda Rio Verde do Monte Alto	15/6/2010	2	2		Mineração
Monte Alegre de Goiás	Fazenda João Luiz	25/1/2010	3	3		Pecuária
Monte Alegre de Goiás	Fazenda Olho d' Água	25/1/2010	5	5	2	Pecuária
Subtotal:		15	435	435	2	

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

Em 2011, foram denunciados em Goiás 541 casos de trabalhadores em condições de trabalho análogas à escravidão, sendo que desse total, 239 trabalhadores pertenciam à atividade canavieira. (Tabela 4). No município de Vicentinópolis, na fazenda Santa Rita da Estalagem, foram detectados 39 casos de trabalhadores nestas condições. No município de Goianésia, nos canaviais pertencentes ao Grupo Otávio Lage, foram denunciados 200 casos, o que se contrapõe a imagem criada pela burguesia local de que as usinas pertencentes ao Grupo são modelo para todo o país. É importante trazer a informação de que esse grupo captou R\$ 230 milhões pelo BNDES com o objetivo de construir um Complexo

Industrial com previsão inicial de moagem de um milhão de toneladas⁴⁹. Esse conjunto de elementos, apoio do Estado, uso do trabalho análogo à escravidão, poder político local, domínio da imprensa local⁵⁰, dentre outros, é que conformam o que Martins (1994) denominou de “poder do atraso”, o qual se mostra imperioso no município de Goianésia.

TABELA 4 – TRABALHO ESCRAVO EM GOIÁS - 2011

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Anicuns	Fazenda Barreiro Preto	5/5/2011	22	22		Desmatamento
Aporé	Fazenda Agrório	3/6/2011	20			Laranja
Araguapaz	Fazenda Tesouras	11/11/2011	8	8		Carvoaria
Crixás	Fazenda Dois Córregos	20/6/2011	9	9		Carvoaria
Goianésia	Canavial do Grupo Otávio Lage	10/5/2011	200			Cana-de-açúcar
Gouvelândia	Olaria do Dilcelani Silva do Prado	30/3/2011	2	2		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Edilson Lopes de Araújo	30/3/2011	1	1		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Edson Malaquias da Silva	30/3/2011	3	3		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Idércio Lemes do Prado	30/3/2011	3	3		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Joaquim Gonçalves Rodrigues	30/3/2011	9	9		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Manoel Diniz	30/3/2011	8	8		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Márcio Adriano Pereira da Silva	30/3/2011	9	9		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Marcos de Moura Henrique	30/3/2011	8	8		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Marcos Roberto Pereira da Silva	30/3/2011	4	4		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Nivaldo de Oliveira Paracatu	30/3/2011	4	4		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Renato Sérgio de Moura Henrique	30/3/2011	7	7		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Sebastião Ribeiro do Prado	30/3/2011	3	3		Olaria
Gouvelândia	Olaria do Sílvio da Silva	30/3/2011	4	4		Olaria
Itajá	Carvoaria da MG Transportadora Ltda	9/9/2011	19	19		Carvoaria
Montes Claros de Goiás	Fazenda do Edson Ragagnin	30/8/2011	26	26		Soja
Novo Planalto	Faz. Rancharia/Carvoaria do Antônio	20/6/2011	5	5		Carvoaria
Paraúna	Faz. Vale do Sonho/São Domingos	14/4/2011	30	10		Eucalipto
Santa Rita do Novo Destino	Fazenda Boa Sorte	2/6/2011	2			Serviços gerais
Santa Terezinha de Goiás	Carvoaria da Família Cavalcante	27/6/2011	69	69		Carvoaria
São Miguel do Araguaia	Faz. Araponda/Carvoaria do Antônio	20/6/2011	11	11		Carvoaria
Vicentinópolis	Faz. Santa Laura/Usina Bom Sucesso/Grupo Vrec	30/9/2011	39	39		Cana-de-açúcar
Subtotal:		27	541	299		

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2012.

⁴⁹ Ver: Notícia 3, nos anexos.

⁵⁰ É importante mencionar que a família Lage de Siqueira possui duas emissoras de rádio no município, o que é fundamental para a reprodução ideológica consoante os interesses econômicos da família.

Em 2011, o Estado do Mato Grosso do Sul liderou o ranking do trabalho análogo à escravidão, totalizando 1293 casos, sendo 1282 somente na atividade canavieira. (Tabela 5). Goiás novamente ocupou a segunda posição, com 541 trabalhadores em tais condições, seguido pelo Pará, com 495 trabalhadores, o Maranhão e o Tocantins, com 259 e 256 trabalhadores, respectivamente. Assim como Goiás, o Mato Grosso do Sul compõe a nova fronteira⁵¹ agrícola brasileira, sendo que os 1282 trabalhadores submetidos ao trabalho análogo à escravidão apontam para o mesmo processo em Goiás. Corroborando a tese de que estas relações estão ligadas a grandes corporações empresariais e fazem parte de uma dinâmica global de acumulação de capital, essa expressiva quantidade de trabalhadores pertencia a apenas duas usinas, localizadas no município de Naviraí, sudoeste do Mato Grosso do Sul, na divisa com São Paulo. São elas: Faz. Cruzeiro do Sul/Infinity Agrícola S/A⁵² e Faz. Cruzeiro do Sul/Usina Naviraí Açúcar e Alcool.

TABELA 5 – TRABALHO ESCRAVO NO MATO GROSSO DO SUL - 2011

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Dourados	Nantes Lenhadora Ltda	4/8/2011	7	7		Cargas
Naviraí	Faz. Cruzeiro do Sul/Infinity Agrícola S/A	30/6/2011	827	368		Cana-de-açúcar
Naviraí	Faz. Cruzeiro do Sul/Usina Naviraí Açúcar e Alcool	30/6/2011	455			Cana-de-açúcar
Rio Verde de Mato Grosso	Fazenda São Domingos	25/10/2011	4	4		Desmatamento
Subtotal:		4	1293	379		

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2012.

A hipótese de que um catastrófico diagnóstico local tem direta correlação com uma ordem global tem se apresentado contundente. Assim como várias outras

⁵¹ Ao analisar as transformações socioespaciais oriundas do agronegócio no Mato Grosso, Arruda (2007, p. 179) afirma que: “No momento atual, a fronteira do agronegócio, sob a égide da globalização produtiva, apresenta nova configuração espacial com maior densidade técnica-científica-informacional, com a corporatização do território pelas corporações agroindustriais em rede, bem como, por uma nova integração regional sob a égide do capital financeiro.”

⁵² Esta usina é uma das seis que são controladas pela empresa Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A. Esta empresa tem 100% de capital aberto na Bolsa de Londres. As usinas controladas pela empresa são: Duas no Espírito Santo (Cridasa e Disa), duas em Minas Gerais (Alcana e Paraíso), uma em Mato Grosso do Sul (Usinavi) e uma no sul da Bahia, a Usina Ibirálcool. (O Estado de São Paulo).

empresas, durante a crise financeira recente as ações da Infinity despencaram. Em 2009 a Infinity entrou com pedido de recuperação judicial. *“Com uma dívida estimada em R\$ 1 bilhão e ativos de R\$ 1,2 bilhão, a empresa, que tem 100% do capital aberto na Bolsa de Londres, tomou a decisão para se preservar de pedidos de falência feitos na Justiça, informou o presidente da Infinity, Sérgio Thompson-Flores.”*⁵³ (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

Ora, a escravidão que marca consideravelmente as relações de trabalho no campo em Goiás provém de uma dinâmica concorrencial no mercado de açúcar e etanol e principalmente no mercado de ações, que impõe, evidentemente, a garantia do lucro a qualquer custo, atestando que *“[...] são claras as evidências de que o revigoração e a manutenção do trabalho escravo estão integrados na própria lógica essencial de funcionamento do sistema econômico moderno e atual.”* (MARTINS, 2002, p. 154). É assim que a empresa, no afã de acumular capital e se manter imune as oscilações do capital financeiro superexplora, como no caso da Infinity, os seus 5 mil trabalhadores durante a safra, além de fazer uso do trabalho análogo à escravidão. Submeter mais de mil trabalhadores a condições de trabalho análogas à escravidão certamente se apresenta enquanto um mecanismo fundamental por parte da empresa para se recuperar dos problemas decorrentes do mercado financeiro.

Para cumprir seus desígnios, a empresa Infinity submeteu ao trabalho análogo à escravidão *“além de 542 trabalhadores provenientes de Minas Gerais e de estados no nordeste, 285 indígenas pertencentes aos povos Guarani-Kaiowa, Guarani-Nhandeva e Terena”*⁵⁴. (REPORTER BRASIL, 2011). No alvorecer de um novo século as bases de uma economia colonial se manifestam. Vê-se a escravização dos índios como quando estes extraíam o pau-brasil ou quando participaram dos primórdios da empresa colonial canavieira nas terras brasileiras. Este triste acontecimento reporta a seguinte narrativa realizada por Gilberto Freyre acerca da invasão da monocultura da cana na mata nordestina: *“[...] entrou aqui como um conquistador em terra inimiga: matando as árvores, secando o mato,*

⁵³ Ver: Notícia 4, nos anexos.

⁵⁴ Ver: Notícia 5, nos anexos.

afugentando e destruindo os animais e até os índios, querendo para si toda a força da terra.” (FREYRE, 1951, p. 95).

Diferentemente das décadas de 1970 e 1980, em que a economia canavieira do centro-oeste e especialmente a goiana conformava-se, sobremaneira, pela complementaridade da economia do sudeste e sul do país, neste limiar de século ela se encontra tão dependente do comércio externo quanto a própria economia paulista. Alude-se, pois, ao valor. Daí a natureza da divisão internacional do trabalho em sua composição. *“Em regiões ou estados onde a agricultura está em um processo de inserção em uma economia moderna de mercado é que se encontra a maior incidência de trabalho escravo.”* (SAKAMOTO, 2008, p. 62).

Goiás já é um importante Estado exportador de açúcar e etanol, assim como do crédito de carbono, além da recente geração de energia a partir da biomassa e da negociação de ações nas principais bolsas de valores. Contudo, não são apenas estes fatores que conduzem ao reconhecimento de sua integração a uma economia externa, mas também o fator trabalho. Noutros termos, esta integração é percebida a partir da relação de trabalho que tipifica a modernidade às avessas. Este é o primeiro ponto; Tornar claro o fato de que a escravidão não significa ausência de integração, mas sim o oposto e, ainda, que esta integração extrapola os limites do território nacional. Exatamente por isso, a emergência de relações de trabalho análogas à escravidão constitui um fenômeno *analisador-revelador* que, conforme Henri Lefebvre (1973), permite pensar as contradições na *re-produção das relações de produção* do capitalismo contemporâneo. (LEFEBVRE, 1976).

Assim apreendeu Martins (1994), para quem a lógica da crise social reside no encontro entre temporalidades distintas. Esta é a explicação acerca da assimetria entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das relações sociais, bastando considerar o hiato entre o que a usina representa de moderno em termos técnicos e tecnológicos e a figura daquele que detém sua posse, o usineiro. Em Goiás, quase sempre este usineiro é herdeiro do coronelismo, do que há de mais arcaico em termos de representação política. Um segundo ponto consiste na importância de se pensar o Estado de Goiás nestes quadros. Isto é, em que medida o processo de acumulação de capital tem se ancorado seja na riqueza natural do bioma cerrado, em suas vastas glebas de terras, seja na força de trabalho de

homens e mulheres vitimados por um ordenamento fundiário cada vez mais concentrador.

Uma importante constatação é a de um intenso processo de ocupação das terras goianas pela cultura canavieira via estabelecimento de novas usinas sucroalcooleiras, o que é acompanhado pela estrangeirização das terras, conforme Fernandes (2011). Essa estrangeirização se dá por meio da compra ou do arrendamento de terras localizadas nos países pobres (Mapa 1). Em geral, os compradores são países ricos que tentam obter terras para a produção de alimentos e agrocombustíveis. Segundo Fernandes (2011, p. 78), em artigo recentemente publicados nos Cadernos da CPT, no Brasil, “segundo registros do INCRA, no primeiro semestre de 2010 em torno de 4,2 milhões de hectares eram propriedade de estrangeiros.”

MAPA 1 – ARRENDAMENTOS E/OU COMPRAS DE TERRAS PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROENERGIA



Fonte: Grain – Via Campesina – The Economist.
Elaboração: Bernardo Mançano Fernandes (2011).

Ainda segundo Fernandes (2011, p. 78), “69% das terras sob controle de estrangeiros estão concentradas nos Estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, formando a faixa de estrangeirização.” Acompanhe a tabela abaixo e note que 20% das terras localizadas no Mato Grosso já se encontram nas mãos de empresas pertencentes a outros países. Em Goiás, 5% das terras, o que equivale a 230 mil hectares já foram vendidas para empresas estrangeiras. O Estado, neste particular, tem um papel extremamente relevante na medida em que facilitador dos processos de aquisição dessas terras por parte de empresas estrangeiras. Além disso, “os recursos disponibilizados pelo BNDES, nos últimos anos, têm favorecido a expansão das atividades dessa agroindústria para além das regiões tradicionalmente produtoras e impulsionado a modernização tecnológica, as fusões e à internacionalização da produção.” (ALVES, NOVAES, 2011, p. 101). Segundo próprio relatório do BNDES (2013, p. 236):

Para atender à demanda espontânea de crescimento dos próximos anos, considerando o aumento do mercado externo de açúcar, em função da decisão da OMC sobre o açúcar subsidiado europeu, e a demanda interna de álcool, em função dos motores flexíveis, o Brasil conta com 89 projetos de novas unidades industriais, 51 deles já em andamento e assim distribuídos pelo país: 31 em São Paulo, 3 em Mato Grosso do Sul, 9 em Minas Gerais, 1 no Paraná, 6 em Goiás e 1 no Rio de Janeiro. Dessas novas unidades, 22 estão com projetos de financiamento no BNDES, que correspondem a um valor total de R\$ 1.666 milhões. (VIEIRA, 2013, p. 236)

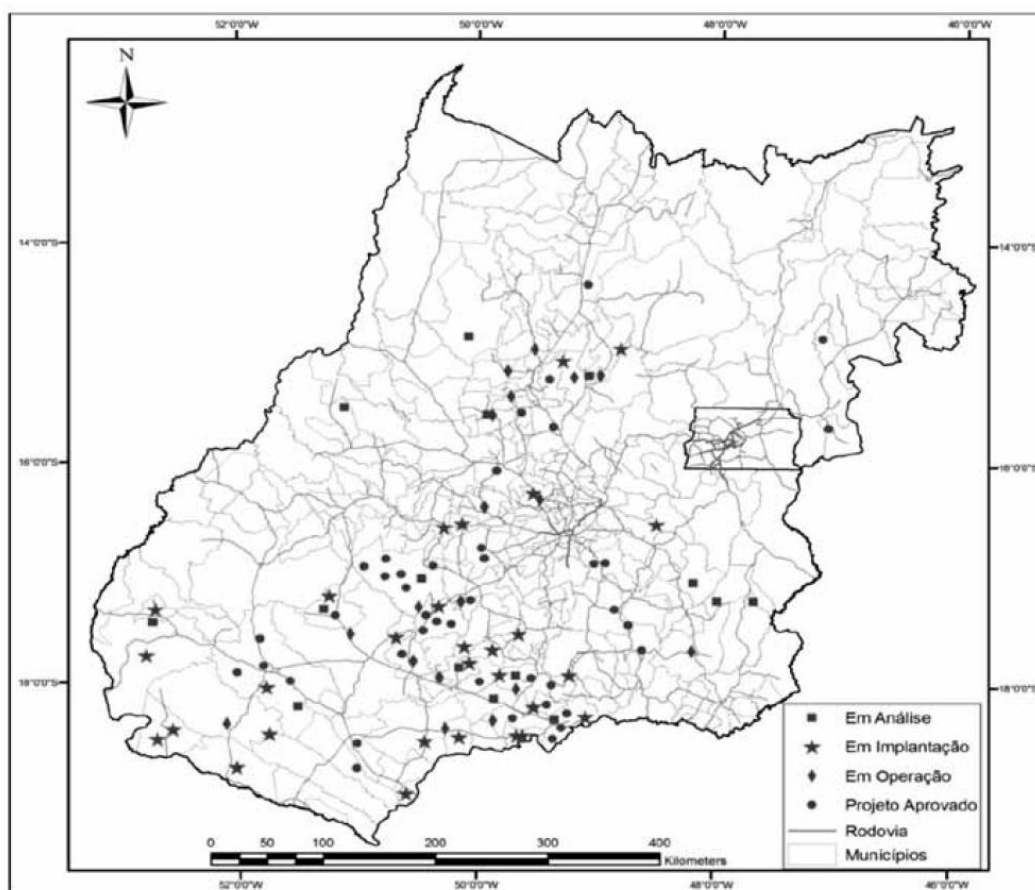
TABELA 6 – ÁREA TOTAL PERTENCENTE ÀS EMPRESAS ESTRANGEIRAS – POR ESTADO - 2010

Estado	Área/ha (mil)	%
Mato Grosso	844	20
São Paulo	491	12
Minas Gerais	491	12
Mato Grosso do Sul	473	11
Bahia	368	09
Paraná	299	07
Pará	235	06
Amazonas	232	06
Goiás	230	05
Rio Grande do Sul	113	03
Outros estados	408	09
Brasil	4184	100

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Dados recolhidos por reportagem do Correio Braziliense. Brasília, junho 2010

No tocante ao quantitativo de usinas, em 2007 Goiás possuía o total de 100 usinas, sendo 48 em operação ou implantação e as 52 restantes em análise (Mapa 2). Levando em consideração que em 2005 o Estado possuía menos de 20 usinas e que em 2006 possuía 34, somadas a mais 4 usinas em fase de licenciamento, conclui-se que tal expansão concentrou-se em apenas dois anos, com crescimento superior a 100% no quantitativo de usinas. (SEPLAN, 2010). Além dos impactos no tocante às relações de trabalho, é premente considerar os impactos do ponto de vista ambiental. Estudo realizado por pesquisadores do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás, sobre a expansão da cultura canavieira no Estado chegou à seguinte conclusão: *“Considerando-se o uso dos solos, 26% das usinas em operação e em implantação, e 33% das demais (em análise, em cadastro e não definidas) concentram-se em áreas agrícolas. Ou seja, aproximadamente 60% das usinas estarão instaladas em áreas de uso agrícola.”* (CASTRO; BORGES; AMARAL, 2007, p. 11).

MAPA 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS USINAS NO TERRITÓRIO GOIANO – 2007



Fonte: Castro et al., com base em dados da Agência Ambiental de Goiás e Ministério Público do Estado de Goiás em 2007.

Esta conclusão converge com os dados apresentados em relatório divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab, 2009) referente à safra de cana-de-açúcar 2009/2010. No tocante à área, houve um aumento de 401,8 mil ha. para 520,3 mil ha. em relação à safra 2008/2009, o que representa uma variação de 29,5%. No tocante à produtividade, para o mesmo período o salto foi de 73.781 Kg/ha. para 85.507 Kg/ha., variação de 15,90% e, finalmente, no tocante à produção o aumento registrado foi, para o mesmo período, de 29.645,2 mil l. para 44.491,9 mil l., o que significou uma variação de 50,10%. Em comparação com os índices das demais unidades federativas do Brasil, Goiás foi àquela que obteve maior aumento em área ocupada, bem como em produção de cana-de-açúcar⁵⁵. Compare os mapas 3 e 4, referentes às áreas de cultivo de cana-de-açúcar no Estado de Goiás em 2000 e em 2011. É preciso considerar, ainda, os impactos da expansão da atividade canavieira sobre a produção de alimentos em Goiás. Segundo estimativa de Geraldine (2009, p. 39), até o ano 2012:

A expansão conjunta de lavouras temporárias e da cultura da cana-de-açúcar exigirá transferência de aproximadamente 1,04 milhão de ha, advindos de áreas de pastagens na mesma proporção dessas atividades, à taxa média geométrica de 1,8% a.a., totalizando redução de 7,03% da área relativa ao ano de 2008.

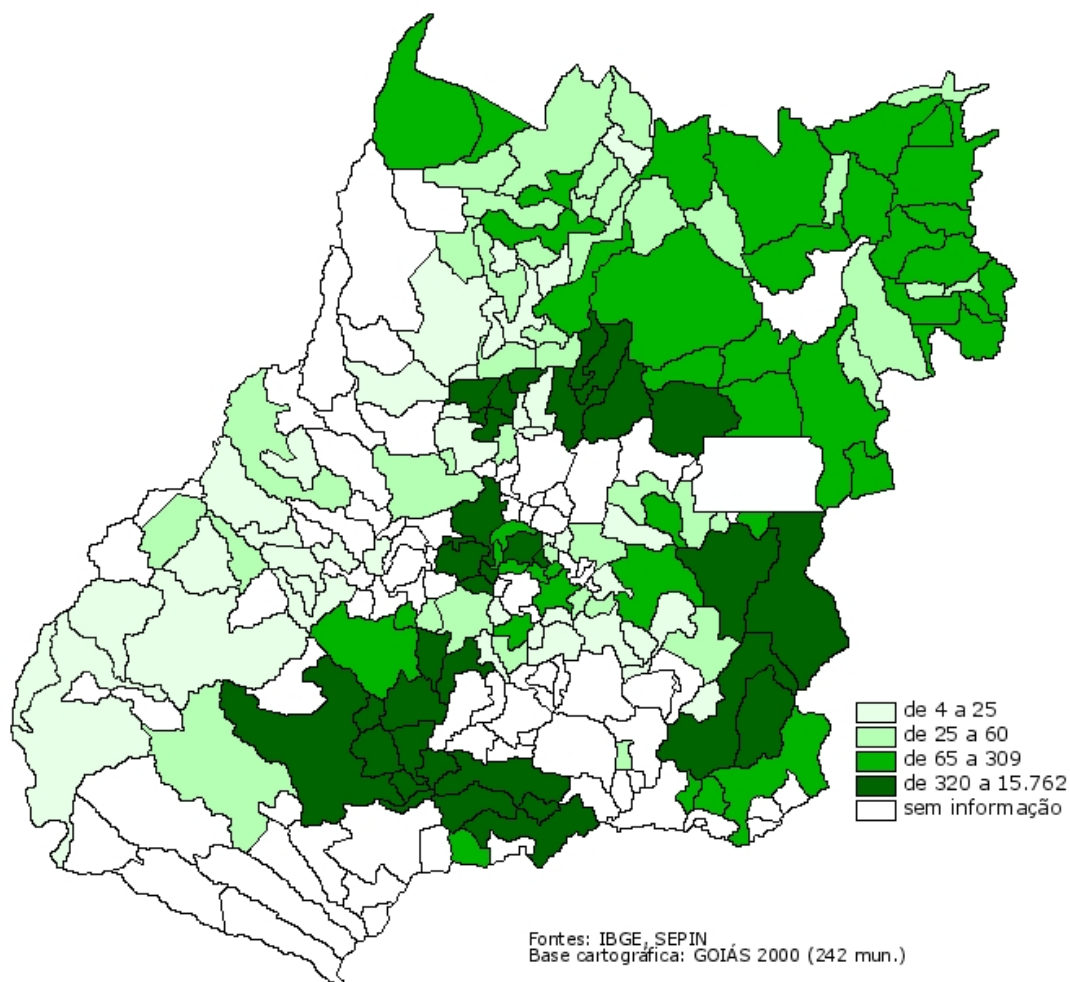
Os valores apresentados atestam que as preocupações de boa parte dos estudiosos possuem fundamentos bastante sólidos, principalmente no que tange os impactos ambientais sobre o bioma cerrado, uma vez que as plantas de novas usinas terão como alvo as mesmas regiões que têm sido ocupadas pela cultura canavieira. Conforme estudos acerca da expansão da cana-de-açúcar sobre o bioma cerrado, por volta 35% da área que vem sendo ocupada pela atividade consiste em remanescentes de vegetação nativa. (RIBEIRO; FERREIRA; CLEMENTINO FERREIRA, 2009).

⁵⁵ Sobre a dinâmica de ocupação dos solos e a lógica investida na produção canavieira, Alves e Novaes (2011, p 103) mencionam que: *“O complexo agroindustrial canavieiro brasileiro tem uma antiga forma própria de se expandir, que é através do processo de expansão extensiva do capital instalado, que consiste nas usinas expandirem sua produção de açúcar e álcool através da área plantada de cana. A expansão da área plantada se dá pela compra de novas terras pelas usinas já instaladas e pela conversão de áreas próximas em áreas de cana sem mexer na propriedade da terra, tornando seus proprietários em arrendatários de terras para as usinas ou fornecedores. O projeto de zoneamento aprovado pelo governo não apresenta nenhum mecanismo legal para impedir tal prática, a não ser a ameaça de corte de financiamentos pelo BNDES, o que não se sabe se ele irá cumprir, já que não vem cumprindo a determinação de não financiamento público para unidades que estejam na Lista Suja do trabalho escravo.”*

**MAPA 3 – ESTADO DE GOIÁS – PRODUÇÃO AGRÍCOLA – CANA DE
AÇÚCAR – ÁREA COLHIDA (HA) – 2000**

ESTADO DE GOIÁS

Produção Agrícola - Cana-de-açúcar - Área Colhida (ha) - 2000

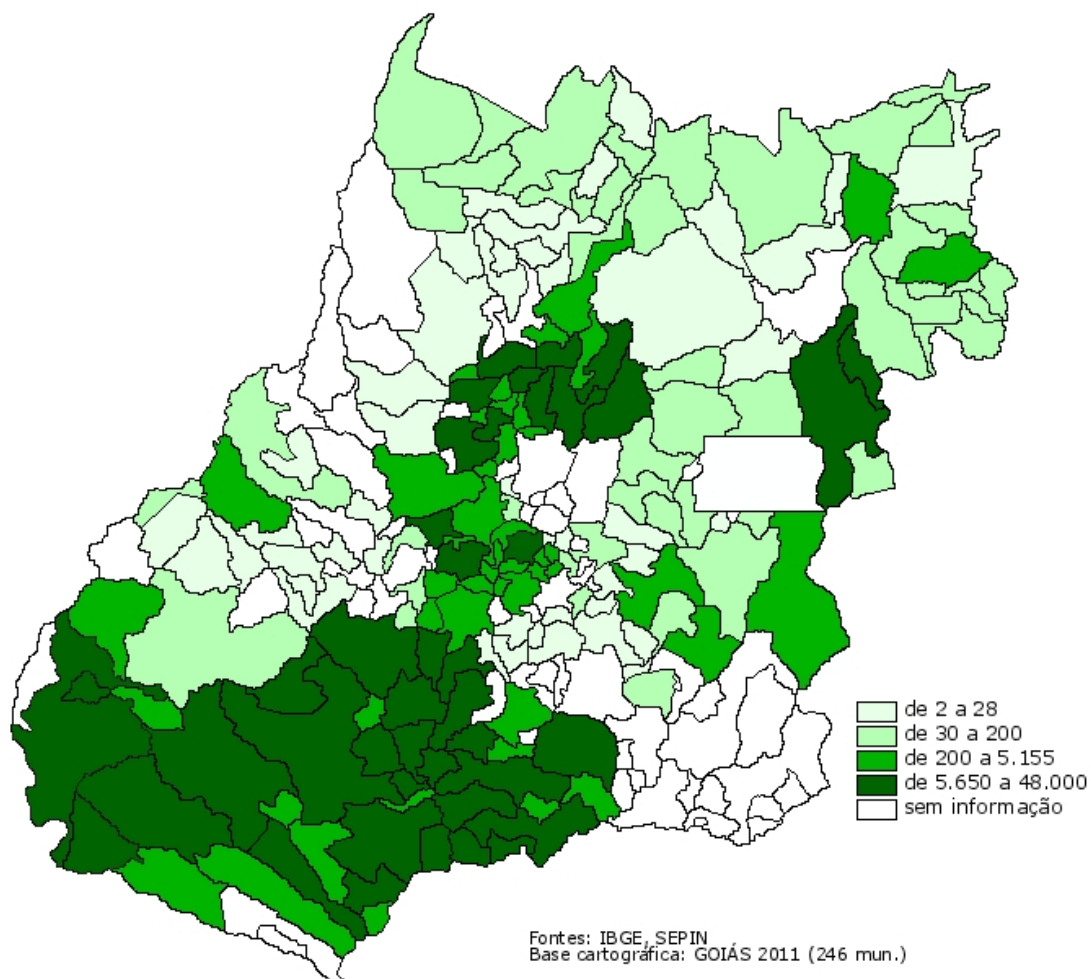


Fonte: IBGE, SEPIN/Base cartográfica: Goiás 2011 (246 mun.)

**MAPA 4 – ESTADO DE GOIÁS – PRODUÇÃO AGRÍCOLA – CANA DE
AÇÚCAR – ÁREA COLHIDA (HA) – 2011**

ESTADO DE GOIÁS

Produção Agrícola - Cana-de-açúcar - Área Colhida (ha) - 2011



Fonte: IBGE, SEPIN/Base cartográfica: Goiás 2011 (246 mun.)

Preocupação não menos importante é aquela atinente a ocupação de áreas agricultáveis pela cultura canavieira. Ambas as argumentações compõem, com as relações de trabalho, o tripé que origina a crítica à expansão da atividade em Goiás. Os números, não restam dúvidas, corroboram os argumentos da maioria dos estudiosos sobre o tema. Todavia, especialmente sobre as relações de trabalho, a expansão da atividade canavieira em Goiás não tem sido abordada. Alves e Novaes (2011, p. 102): fornecem uma síntese bastante elucidativa acerca deste processo:

Na questão ambiental, o problema é sobre o efeito da expansão da cana sobre os biomas amazônicos, sobre a queima da cana, o uso dos agrotóxicos e sobre o que resta de cerrado. A expansão da cana em áreas ocupadas por outras culturas, especialmente gado e alimentos, como a soja, deverá empurrar estas culturas para áreas de florestas e para áreas de pequena produção familiar. Isto provocará efeitos deletérios sobre o meio ambiente e sobre as condições de vida de trabalhadores ligados à agricultura familiar, que tornar-se-ão força de trabalho barata para as áreas de expansão da cana, ou para as frentes de trabalho escravo contemporâneo. Por outro lado, as condições de trabalho dos cortadores de cana vem se deteriorando significativamente entre a década de 80, período de grande expansão da atividade e a presente década, com aumentos expressivos da intensidade do trabalho.

3.3 “INGLÓRIAS DO PROGRESSO”: O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO, O TERRITÓRIO E AS CONCLUSÕES DO ANÔMALO

No mês de junho de 2010, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Goiás - SRTE⁵⁶ noticiou que cerca de 250 trabalhadores provenientes do Nordeste foram resgatados pela fiscalização móvel do Ministério do Trabalho no município goiano de Porteirão. A maioria era de maranhenses e foram agenciados por “gatos” que, segundo a notícia, contrataram os trabalhadores para o plantio e corte de cana por meio de proposta enganosa. Cabia a estes gatos, ainda, o controle da alimentação dos trabalhadores e os respectivos descontos nos salários. O mesmo jornal noticiou, ainda, que vinte e duas propriedades compõem o Cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego de empregadores que fizeram uso do trabalho análogo à escravidão. (SRTE, 2008).

Em março de 2010, 143 trabalhadores foram libertados do trabalho análogo à escravidão nos canaviais do município de Aragarças, Goiás. Segundo a notícia da

⁵⁶ Ver: Notícia 6, nos anexos.

Agência Repórter Brasil (2010)⁵⁷, os trabalhadores tinham vínculo com a prestadora de serviços Cana Barro, que era subcontratada pela Berc Etanol e Agricultura Ltda., integrante do conglomerado mineiro Sada, dedicado ao agronegócio. Ainda conforme a notícia, os trabalhadores foram aliciados por “gatos” em janeiro de 2010 e provinham dos seguintes Estados: Maranhão, Piauí, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Ao chegarem a Goiás, foram colocados em barracos em péssimas condições, sem instalações sanitárias e água potável, nos municípios de Aragarças, Montes Claros de Goiás e no povoado de Ponte Alta do Araguaia. Alguns trabalhadores receberam colchões, sendo que a maioria dormia no chão. Estes trabalhadores pagavam pelo aluguel, pela alimentação, além dos equipamentos de proteção individual que eram cobrados pelos “gatos”. (REPÓRTER BRASIL, 2010).

O modo como estas relações de trabalho se conformam na contemporaneidade exige um esforço teórico para definição e conceitualização. Para Martins (1999) a figura do “gato” simboliza a lógica da empresa capitalista moderna, como é o caso do conglomerado mineiro Sada. *“Não por acaso, um grande número de empresas denunciadas está entre as mais modernas dos respectivos setores, algumas delas multinacionais. [...]”* (MARTINS, 1999, p. 137). Frei Xavier Plassat, coordenador da Campanha da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Combate ao Trabalho Escravo, fornece a seguinte explicação para o fenômeno do trabalho análogo à escravidão, conforme segue (PLASSAT, 2008, p. 74):

Os procedimentos da escravização moderna não devem nada ao acaso: são metodicamente padronizados de Alagoas a Mato Grosso, do Rio de Janeiro ao Pará, da Bahia a Rondônia, do Maranhão e do Piauí ao Tocantins e a Goiás, a ponto de se poder falar em sistema de escravidão moderna. Na ponta da linha, temos uma população vulnerável, sem acesso à educação, à terra e a oportunidades de trabalho; no seu caminho, vários intermediários, agenciadores ou “gatos”, transportadores, donos de pensão, corroborando a ilusão de uma promessa mirabolante, passando para frente uma dívida que só começará a ser cobrada lá no mato, na outra ponta da linha, principalmente neste arco do desmatamento, onde ocorrem cerca de 80% dos casos desvendados: Maranhão, Tocantins, Pará, Mato Grosso.

As condições dos acampamentos flagrados pela fiscalização de combate ao trabalho análogo à escravidão em geral são estarrecedoras, conforme descrevem os noticiários. Atestando o caráter anômalo da modernidade que se instaura em muitos

⁵⁷ Ver: Notícia 7, nos anexos.

países e, em especial, o Brasil, as relações de trabalho que integram complexos empresariais de capital muitas vezes transnacional são as mais precárias possíveis. Assegurando as devidas especificidades, uma comparação entre o escravo do período colonial e o escravo da alta modernidade leva à conclusão de que a situação deste é mais perversa do que a do primeiro, conforme relatório global da Organização Internacional do Trabalho divulgado em 2005. Sobre isto, sopesa Vasconcelos (2011, p. 182-183):

Nesse paralelo entre o escravo antigo e o escravo contemporâneo, há também uma diferença. Não seria errôneo dizer que, como objeto de propriedade, a integridade física do escravo romano era mais poupada que a do escravo contemporâneo. Em Roma, qualquer dano ao escravo significava igualmente um dano ao senhor. A morte do escravo, tal como a morte de um boi, de um cavalo, significava prejuízo de capital para o senhor. Assim, não interessava ao proprietário submeter seu escravo a condições de vida e trabalho que danificassem tal patrimônio ou o pusessem a perder: nesse caso, seria melhor usar mão de obra não escrava. Tanto é que, geralmente, os trabalhos extremamente pesados (como a mineração) eram executados não raro por trabalhadores livres ou semilivres – os escravos sendo aí empregados, via de regra, para cumprir penalidades por terem cometido algum crime grave. [...] Nesse particular, a condição do escravo contemporâneo é pior.

Acrescente-se à isto as conclusões de um estudo desenvolvido por Kevin Bales, no qual o pesquisador compara a antiga à nova escravidão. O quadro a seguir ilustra, com detalhes, essa comparação, permitindo compreender porque se pode considerar que são ainda mais parcas as condições de sobrevivência dos trabalhadores submetidos à moderna escravidão. Os elementos que tipificam o trabalho análogo à escravidão no Brasil contemporâneo conduzem Kevin Bales (1999) à afirmação de que o homem, neste regime de trabalho, tornou-se descartável. Importa, contudo, apreender esta descartabilidade na lógica de reprodução do capitalismo atual. Neste particular, nos valem de um estudo empreendido por Martina Burberi, da Universidade de Florence, na Itália, acerca do trabalho análogo à escravidão no Brasil contemporâneo.

De partida, a pesquisadora coloca que: *“Em particular, os fatores que permitem o surgimento e a insistência dessas práticas são analisados juntamente com o nexos existente entre a escravidão contemporânea no Brasil e o*

processo neoliberal de globalização [...]”⁵⁸ (BURBERI, 2007, p. 2). Do mesmo modo, são esclarecedoras as palavras de Phillips (2011, p. 166) ao também considerar a escravidão contemporânea com base nos desdobramentos da globalização: “Mais precisamente, habilitamo-nos a traçar um quadro do trabalho forçado como um fenômeno global – ou ‘globalizado’ – no qual empresa, produtores, trabalhadores e consumidores de diferentes territórios se interligam por meio dessas cadeias.

QUADRO 3 – ANTIGA ESCRAVIDÃO X NOVA ESCRAVIDÃO

	Antiga escravidão	Nova escravidão
Propriedade legal	Permitida	Proibida
Custo de recrutamento de mão de obra	Alto. A riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravos	Muito baixo. Não há compra e, muitas vezes, gasta-se apenas com o transporte.
Lucros	Baixos. Havia altos custos com a manutenção dos escravos	Altos. Se alguém fica doente ou velho pode ser mandado embora, sem nenhum direito.
Mão de obra	Escassa. Dependia do tráfico negreiro, prisão de índios ou dos novos escravos nascidos nas fazendas.	Descartável, dado o grande contingente de trabalhadores desempregados.
Relacionamento	Longo período. O dono cuidava dos escravos pela vida inteira.	Curto período. Terminado o serviço, não é mais necessário prover o sustento do empregado.
Diferenças étnicas	Relevantes para a escravização.	Pouco relevantes. Qualquer pessoa pobre e miserável pode se tornar escravo, independente da etnia.
Manutenção da ordem	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.

Fonte: Extraído de *Disposable people: New slavery in the global economy*, Kevin Bales, 1999.

⁵⁸ Trad. do autor: “In particular the factors which allow for the emergence and insistence of these practices are analysed together with the existing link between contemporary slavery in Brazil and the neoliberal process of globalization [...]”

Neste sentido, importa considerar a lógica de acumulação de capital que subjaz estes processos de trabalho. Logo, sua racionalidade no tocante à necessidade do emprego do trabalho análogo à escravidão, conforme observado por Martins (2002). Somada a esta questão, é premente levar a termo o fato de que o Brasil possui uma estrutura agrária que sustenta a dinâmica de exploração e dominação de sua força de trabalho. Estes elementos, inseridos numa lógica global de acumulação de capital, se apresentam vertiginosamente favoráveis aos desígnios econômicos das grandes empresas. Sobre essa questão, é válida a seguinte conclusão de Burberi em suas investigações sobre o recrudescimento de trabalho análogo à escravidão no território brasileiro:

Essa dinâmica levou o país a ser apanhado pelas garras de mecanismos econômicos globais, mantendo-se uma vítima das forças de mercado fragmentado e injusto. De facto, as multinacionais iniciaram a ocupação de terras, tornando-se os únicos proprietários de grandes áreas e monopolizando setores importantes da economia (como a pecuária), impondo suas normas sobre a produção e distribuição de mercadorias⁵⁹. (BURBERI, 2007, p. 41).

Este processo de ocupação de terras em vários países pobres ou em vias de desenvolvimento tem causado inúmeras preocupações, as quais vão desde a exploração dos recursos naturais disponíveis, passando pela questão da produção de alimentos e das alterações nas relações de trabalho. Neste particular, os estudos sobre a Amazônia e o cerrado atestam os motivos de tais preocupações, posto que o território tem se tornado alvo das determinações atinentes aos processos econômicos de um capitalismo globalizado. Neste sentido, conforme fora apontado, os estudos sobre fronteira se apresentam de grande valia, assim como estudos recentes que se ocupam da apreensão das mudanças no território implicadas pela dinâmica de acumulação de capital. No caso brasileiro, estas mudanças estão no bojo de um paulatino processo de posse estrangeira dos recursos naturais, aliado à expropriação de terras e a acumulação primitiva do capital. Cabe, aqui, considerar a acumulação primitiva inerente ao trabalho análogo à escravidão a partir

⁵⁹ Trad da autora: “*These dynamics led to the country being caught in the grip of global economic mechanisms, remaining a victim of the fragmented and unjust market forces. In fact, the multinationals started to take up the land, becoming the sole owners of huge areas and monopolising important sectors of the economy (such as cattle farming), imposing their standards on both the production and distribution of goods.*”

da seguinte perspectiva, claramente apontada por Antonio de Paula (2010, p. 10): *“Mesmo na análise clássica de Marx, a ‘acumulação primitiva de capital’ está longe de ser, apenas, processo estritamente econômico: contempla aspectos políticos, sociais, institucionais [...]”*

Destarte, a apreensão desta problemática requer atenção para sua complexidade. Nesta perspectiva, o estudo do território goiano, enquanto *lócus* de processos de acumulação de capital, requer que se considere, principalmente ao longo das últimas décadas, a violência extraeconômica na realização dos interesses ligados às atividades econômicas rurais. *“É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência.”* (MARX, 1968, p. 829). Para tanto, as elaborações teóricas realizadas por David Harvey (2004) acerca do que ele denominou como acumulação por espoliação elucida o recente processo ocorrido no centro-oeste brasileiro, particularmente o caso de Goiás a partir da atividade canavieira. Levando em conta que *“O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)”* (HARVEY, 2004, p. 124), seria pertinente afirmar que Goiás passa por um processo de acumulação por espoliação considerando as atuais relações de trabalho, bem como as reconfigurações territoriais arvorados por uma economia global.

Neste sentido, a acumulação por espoliação se estabeleceria enquanto *desterritorialização*, resultado da ausência de *sentido da terra*. *“No uso geopolítico do território, a descartabilidade (de territórios, pessoas, instituições, etc.) foi a marca maior da experiência brasileira de rápido crescimento econômico.”* (BRANDÃO, 2010, p. 50). No tocante às relações de trabalho, importa considerar que a proletarianização dos trabalhadores resulta de processos históricos de acumulação primitiva, obtidos a partir da expulsão ou alijamento destes da propriedade da terra. Remete-se as reflexões aqui engendradas ao *sentido da terra*, pelo fato de que este desiderato do capital ressoa em todas as instâncias da vida, incorrendo em um *“[...] conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas da parte dos que são proletarizados.”* (HARVEY, 2004, p. 122). Um notável exemplo de hábito de

pensamento e crença pré-capitalista dos proletários da terra vem a ser o fato de que, quando encontrados em condições de trabalho análogas à escravidão, forjadas por meio da contração de dívida por parte dos trabalhadores, estes alegam a inexistência da intencionalidade do patrão com base em princípios cristãos de obrigatoriedade de honrar o pagamento da dívida.

Ainda no que tange o uso geopolítico do território, é candente o interesse da China por terras no norte goiano, o que chegou a ser noticiado pelo *The New York Times* em maio de 2011⁶⁰. Segundo a notícia, os chineses visitaram fazendas na região de Uruaçu, onde atualmente está em construção uma ferrovia para levar soja até um porto, de onde será embarcado para a China. Este país compra, atualmente, 70% da soja produzida em Goiás. A ofensiva capitalista sobre estas terras levaria a expropriação de pequenos produtores agrícolas da região, deslindando, assim, a essência da acumulação por espoliação e cujo emoliente vem a ser as formas primitivas de acumulação, apreendidas por Marx, conforme citação a seguir: *“Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos.”* (MARX, 1968, p. 831). Partilhando do pensamento de Marx, Harvey (2004, p. 118) acrescenta que:

Ora, em todos esses casos, o capitalismo requer efetivamente algo “fora de si mesmo” para acumular, mas neste último ele expulsa de fato trabalhadores do sistema num dado ponto de tempo a fim de tê-los à mão para propósitos de acumulação num período posterior de tempo.

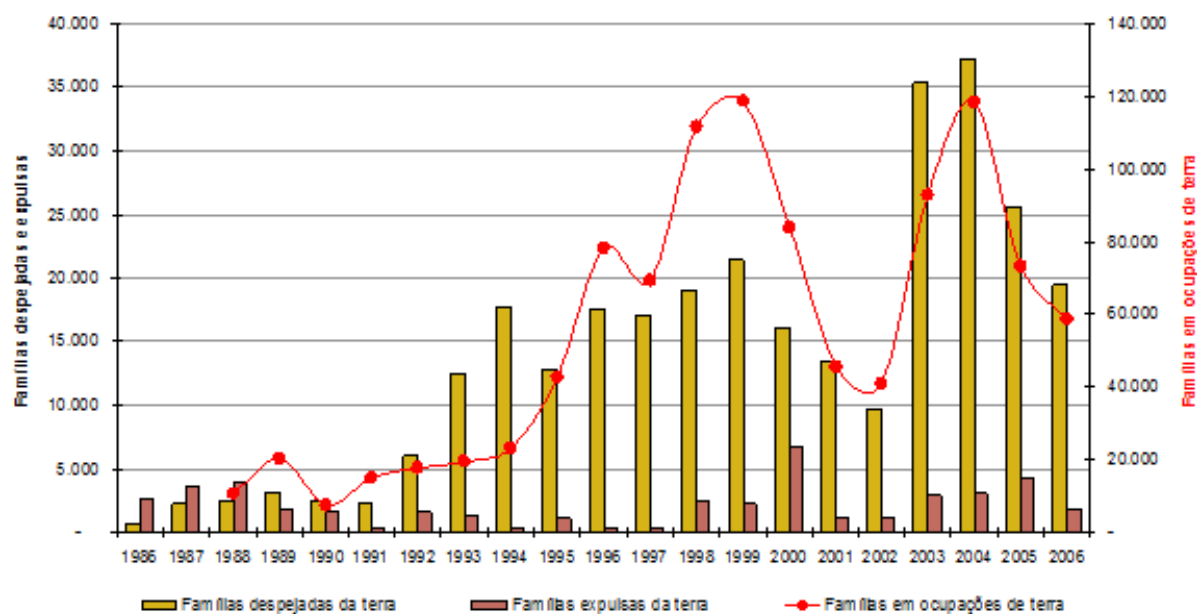
Desta sorte, importa compreender que os processos de expropriação se estabelecem, em primeira instância, por mecanismos de violência, ou seja, seu caráter é extraeconômico. Nesta perspectiva, investigações contemporâneas, seja sobre o trabalho análogo à escravidão, seja sobre a superexploração de trabalhadores rurais, remete as reflexões aos processos violentos que instauraram imperiosos por sobre o território rural brasileiro e especialmente no Estado de Goiás durante as últimas três décadas. Os dados sobre assassinatos e perseguições à trabalhadores rurais, fornecidos pela CPT, clarificam o fenômeno da violência no

⁶⁰ Ver: Notícia 8, nos anexos.

campo e, por sua vez, a questão territorial subjacente. O gráfico 1 apresenta o número de famílias despejadas e expulsas de suas terras no território brasileiro entre os anos de 1986 e 2006. Pode-se observar que sobretudo na última década houve um aumento considerável no número de casos. Corroborando as hipóteses levantadas, esse aumento possui correlação com a dinâmica global de acumulação de capital. No tocante à análise sociológica, é imprescindível considerar esta dinâmica, conforme observara Tavares dos Santos (2002, p. 16-17):

Uma sociologia das conflitualidades, no tempo atual, deve ser situada no contexto dos efeitos do processo de globalização da sociedade e da economia, os quais produzem transformações na estrutura e no espaço social das diversas regiões do planeta, desencadeando novos conflitos sociais e novas formas de conflitualidades.

GRÁFICO 1 – FAMÍLIAS DESPEJADAS DA TERRA, FAMÍLIAS EXPULSAS DA TERRA E FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES DE TERRAS – 1986-2006



Dados: CPT e DATALUTA - Org.: Eduardo Paulon Girardi

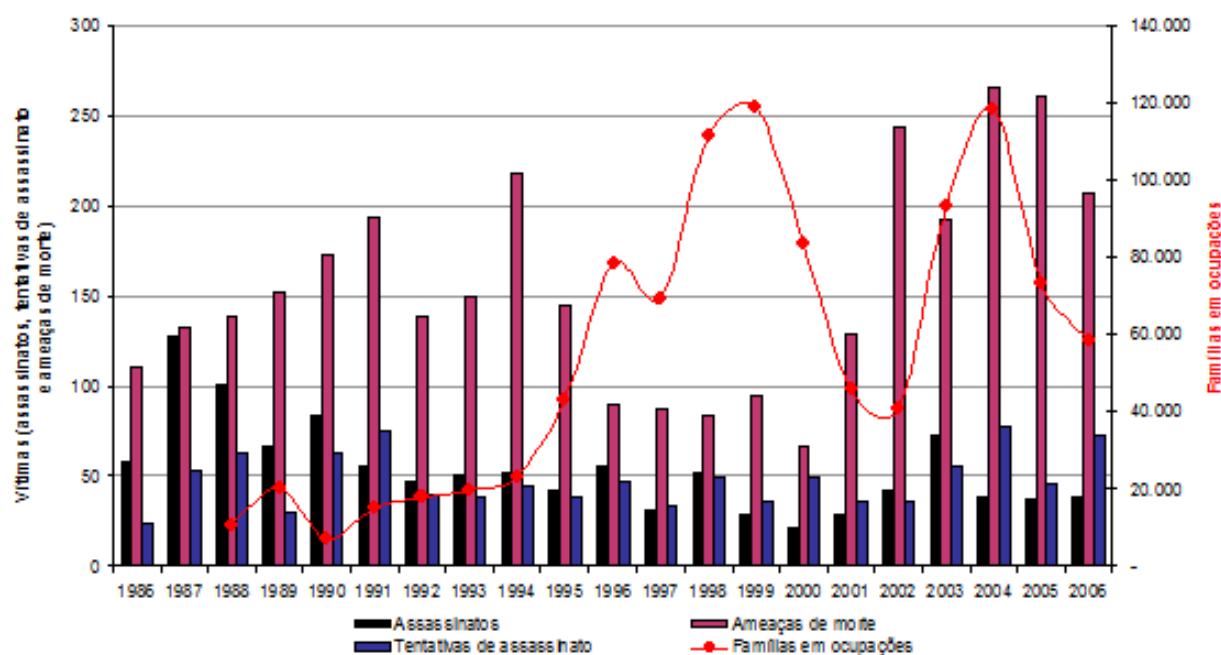
Fonte: CPT e DATALUTA. Elaborado por Eduardo Paulo Girardi. Atlas da questão agrária brasileira. 2012.

Conforme já dito, este doloroso processo de expropriação de pequenos produtores se estabelece a partir de formas as mais perversas possíveis. Com efeito, a gana capitalista pela apropriação de novas terras resulta, não raramente, em muitos casos de ameaças de morte, tentativas de assassinato ou até mesmo

assassinatos, instaurando uma verdadeira barbárie no campo (Gráfico 2). Tem-se, no estudo em questão, que o conceito que melhor elucida estes processos porque mais próximo do plano da realidade vem a ser o de *violência*, o que denota a expropriação da terra enquanto expropriação da vida, o retrato mais fiel de uma terra *ausente de sentido*, de um território relegado à sanha predatória do capitalismo. Com efeito, um território cujos povos que nele trabalhariam numa relação mediada pela vida são, por seu turno, *desterritorializados*, tornando-se reféns dos efeitos mais cruéis de um fenômeno por excelência *desenraizador* no sentido límpido e profundo colocado por Sinome Weil sobre o que é o enraizamento:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. (WEIL, 1979, 347).

GRÁFICO 2 – ASSASSINATOS, TENTATIVAS DE ASSASSINATOS, AMEAÇAS DE MORTE E FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES – 1986-2006



Dados: CPT e DATALUTA - Org.: Eduardo Paulo Girardi

Fonte: CPT e DATALUTA. Elaborado por Eduardo Paulo Girardi. Atlas da questão agrária brasileira. 2012.

As palavras de Weil expressam o cerne da problemática em questão, o divórcio entre o homem e a terra, cujos efeitos maléficos da ordem da subjetividade são amiúde terríveis. Homens e mulheres que perdem não apenas os meios para sobrevivência, mas também seus referenciais, instaurando uma crise de representações, de manifestações simbólicas, pois que é no e pelo território que se estabelece o *sentido da terra*. Estes processos são frequentes na história do capitalismo e tem assolado o território goiano não apenas dizimando cultivares, mas também, e isto é fundamental, aniquilando culturas, oprimindo valores, devastando saberes. Conforme pode ser notado, assim como os casos de despejos e expulsões de famílias de suas terras, houve, nos últimos anos, um aumento significativo no quantitativo de conflitos no campo, resultando em muitos casos de ameaça e até mesmo assassinatos⁶¹. É premente ater para o fato de que tais ocorrências constituíram um modelo de agricultura que permite, nos dias de hoje, vultosos lucros por parte dos empresários do campo.

Para a análise desses conflitos, são valiosos os estudos tipológicos da violência no campo brasileiro empreendidos por Tavares dos Santos. Segundo o pesquisador, uma das dimensões da violência agrária consiste na violência costumeira, a qual, segundo ele: “*aparece na dinâmica das relações de dominação entre as classes e os grupos sociais, incorporada às relações de trabalho na agricultura desde o período escravocrata [...]*” (TAVARES DOS SANTOS, 2000, p. 2). Atestando nossas investigações sobre o trabalho análogo à escravidão, o pesquisador acrescenta que:

Na atualidade, a violência costumeira está presente em diferentes modalidades de relações sociais. Por um lado, a violência presente nos conflitos agrários que envolvem a participação de empresas privadas, nacionais e estrangeiras. Localizamos cerca de 380 conflitos, no período 1964-1994, em todo o País, nos quais há 18 empresas estrangeiras envolvidas diretamente, cerca de 14 bancos, e 348 empresas nacionais. Portanto, a presença de empresas capitalistas no campo brasileiro também se manifesta por seu envolvimento em conflitos sociais. (TAVARES DOS SANTOS, 2000, p. 3).

⁶¹ Um episódio extremamente triste ocorrido no ano de 1996, o qual deslinda a absoluta ausência de *sentido da terra*, se tratou do massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. Neste massacre a polícia assassinou friamente dezenove trabalhadores sem-terra. O Brasil perfila entre os países cuja ausência de *sentido da terra* é candente. Nele, a *desterritorialização* dos sujeitos se estabelece, em muitos casos, pela interrupção de vidas. Nele, historicamente uma legião de homens e mulheres foi alijada do direito a terra para trabalhar e subsistir.

É preciso levar em conta, ainda, a desigual estrutura fundiária de Goiás decorrente de um processo de espoliação que se amplia consideravelmente. Em termos nacionais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 2009, áreas com 100 ou mais hectares representavam somente 9,6% do total de estabelecimentos agrícolas, ocupando, no entanto, 78,6% da área de atividade agrícola, enquanto que os estabelecimentos com menos de 10 hectares somavam mais de 50% dos estabelecimentos, ocupando somente 2,4% da área total. (IBGE, 2009). No caso do Estado de Goiás, em particular, enquanto em 2006 as pequenas propriedades ocupavam apenas 16,1% do território, para o mesmo período as médias e grandes propriedades somavam 83,8% do território, comprovando que a estrutura fundiária do Estado é extremamente concentradora. (Tabela 7). Ainda apresentam-se atuais os estudos levados a cabo por José de Souza Martins no final dos anos 1970 sobre o conflito entre o que ele denominou como terra de negócio e terra de trabalho. Valemo-nos, aqui, de uma importante passagem do sociólogo rural brasileiro em sua obra *Expropriação e violência*:

O principal é que a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. O capital só pode crescer, só pode se reproduzir à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. (MARTINS, 1982, p. 54).

TABELA 7 – GOIÁS – ESTRUTURA FUNDIÁRIA, 2003.

Propriedades		Pequena propriedade				Média propriedade				Grande propriedade			
(QT)	Área (ha)	(QT)	(%)	Área (ha)	(%)	(QT)	(%)	Área (ha)	(%)	(QT)	(%)	Área (ha)	(%)
146.476	30.916.554	103.035	70,34	4.995.048	16,1	31.195	21,29	9.102.739	29,4	12.087	8,25	6.818.767	54,4

Fonte: INCRA, 2003.

Cabe, aqui, compreender que este processo de acumulação muitas vezes é ancorado no Estado e pelas instituições que o constituem e cujas políticas se voltam

para o atendimento das demandas dos grandes negócios, por vezes denominados estratégicos para os rumos da nação. No tocante à atividade canavieira, é explícito o apoio do Estado brasileiro aos empreendimentos sucroalcooleiros, o que vai desde financiamentos de construções de novas usinas até a flexibilização da legislação ambiental no sentido de permitir a expansão dessa atividade, somados ao suporte de infraestrutura promovido, em sua maioria, por meio de verbas públicas, como portos, ferrovias, etc. *“Estes e muitos outros são mecanismos permanentes de expropriação, sustentados muitas vezes por Estados e organismos internacionais.”* (BRANDÃO, 2010 p. 48).

No caso de Goiás, a inserção no arco do desmatamento, tratado por Plassat é relativamente recente. Uma inserção que, contudo, tem sido extremamente rápida e profundamente danosa à sua população mais pobre e à sua biodiversidade. Neste sentido, é premente a necessidade de que sejam criados instrumentos tanto para contenção⁶² do processo de avanço do *agronegócio* em Goiás quanto de fiscalização de empreendimentos com a devida punição quando da violação das leis ambientais e trabalhistas. São inegáveis os avanços obtidos a partir da fiscalização móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Contudo, é fundamental que o Estado regulamente e fiscalize a expansão destas atividades sobre o território, bem como as instituições que operam fundos constitucionais se unam no sentido de não concederem crédito ou financiamentos de outra natureza aos que fazem uso do trabalho análogo à escravidão. Esta é a diretriz recomendada pela Portaria n.º 1.150, de 18/07/2003, do Ministério da Integração Nacional. Exemplificam os avanços obtidos a partir da Portaria o caso do Banco do Brasil que, segundo Kaipper (2008, p. 161): *“[...] já incorporou esta prática como política estratégica na análise de concessão de créditos. [...] Precisamos cada vez mais de instrumentos que façam com que a exploração de trabalho escravo deixe de parecer, sob o aspecto econômico, um “negócio lucrativo”!”*

Certamente os cortes de créditos e financiamentos trarão sérios problemas aos que fazem uso do trabalho análogo à escravidão. Afinal, o trabalho análogo à

⁶² Segundo Ribeiro; Ferreira e Clementino Ferreira (2008, p. 6), estudiosos da expansão da atividade canavieira em Goiás e dos impactos ambientais decorrentes: *“Da mesma forma, e tendo em vista a expansão já em curso, é imprescindível o monitoramento sistemático, através de dados orbitais, cartográficos e censitários das áreas já ocupadas, ou em processo de ocupação.”*

escravidão não incide em setores marginais da economia, mas em setores altamente desenvolvidos. Só para se ter uma ideia, 20% de toda a produção sucroalcooleira em Goiás já é controlada pelo capital internacional. Ideologicamente, este modelo está ancorado nos cânones do capitalismo liberal, dentro do qual os meios de produção devem ser criados pela exploração não capitalista da força-de-trabalho (MARTINS, 1994; BUCLET, 2008). Infelizmente o patronato brasileiro busca camuflar suas ações, a exemplo de usinas signatárias do compromisso de combate ao trabalho análogo à escravidão. Conforme noticiou o Centro de Mídia Independente (CMI), em 25/02/2010:

Muitas usinas foram flagradas com trabalho escravo em suas plantações. A Usina Santa Cruz, do Grupo José Pessoa, foi flagrada três vezes no ano de 2009. Em 15 de maio, foram encontrados/as 150 trabalhadores/as escravizados/as; em 6 de junho, 324; e em 11 de novembro, 122. Essa e outras empresas são signatárias de um Compromisso pela erradicação do trabalho escravo. Entretanto, mesmo sendo flagradas nessa situação, continuam signatárias do Compromisso e utilizam isso como marketing empresarial.

Esta ideologia é facilmente perceptível nas tentativas por parte da Confederação Nacional da Agricultura de alteração da legislação ambiental brasileira, tornando-a mais flexível. Segundo a mesma notícia do CMI (2010). *“Em Goiás, muitas dessas áreas, geralmente mananciais e cursos d’água, já estão afetadas e sofrem as consequências da expansão da cana.”* Isto significa que áreas e povos até então preservados foram integrados à lógica predatória do capitalismo contemporâneo. Importa dizer que esta integração não se dá apenas no campo econômico, na medida em que partícipe de uma ordem mundial que inculca saberes por parte de organizações e instituições dos chamados “países do norte” (SHIVA, 2003b). Conforme elucida Buclet (2008. P. 273):

O conceito de desenvolvimento foi o objeto da construção pensada e planejada por um conjunto de organizações e instituições, cujo objetivo inicial era manter a ordem mundial e assegurar a preeminência do pensamento ocidental sobre o processo de globalização.

A emergência de relações de trabalho análogas à escravidão, somada a depauperação das condições de vida e trabalho dos *assalariados rurais urbanizados* no Brasil apontam para a distância entre as forças produtivas e as condições sociais. Desta sorte, lidamos também com um problema que impõe questionamentos sobre o conhecimento das condições sociais da modernidade e da alta modernidade. Pois que *analisador-revelador*, nunca é bastante repetir, porque engendrado por uma

crise, a qual tem como essência as transformações no seio das relações de trabalho, advindas de processos ampliados de acumulação de capital. Eis as manifestações da *modernidade anômala* no mundo do trabalho. Moraes Silva e Costante Martins (2006, p. 103) elucidam esse fenômeno ao mencionarem que:

No que tange aos casos de reincidentes de trabalho escravo, o retorno à mesma situação ocorre em virtude da ausência de alternativas, portanto de liberdade. O conteúdo latente das duas relações é o mesmo. O elemento mascarador é justamente o conteúdo manifesto, pelo qual há visibilidade nas relações escravistas, em função da imobilização da força de trabalho e da coerção física ou moral. No que concerne aos trabalhadores assalariados e membros do contrato jurídico, estes fatores são camuflados pelas relações livres de compra e venda da força de trabalho.

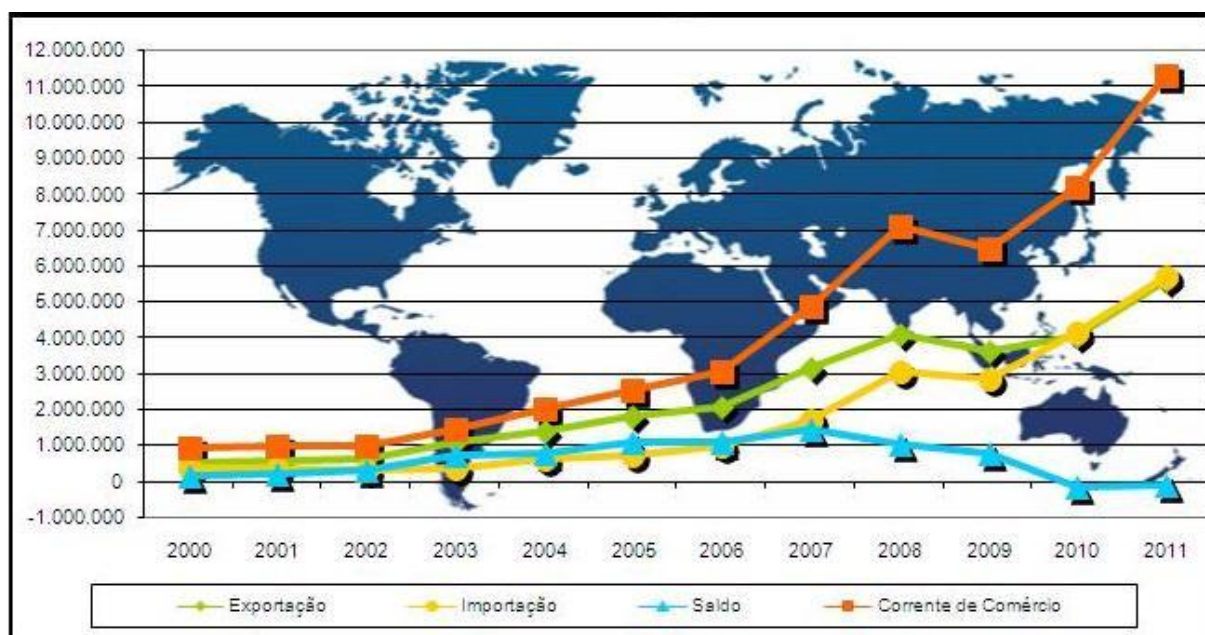
Desta sorte, em termos econômicos, como já foi dito, se torna difícil identificar o que é ou deixa de ser trabalho análogo à escravidão. Afinal, quando se considera a inexistência de alternativas para os *assalariados rurais urbanizados*, cuja força de trabalho é superexplorada pelos usineiros, entende-se que se manifesta a ausência de liberdade. Graças ao trabalho de milhares de *assalariados rurais urbanizados*, não cabendo precisar se escravos ou não, Goiás, um Estado até os anos 1980 considerado pouco integrado à economia nacional, tem sido palco de uma dinâmica econômica que extrapola os limites do país, firmando estreita relação com o comércio mundial. Daí decorre a propalada necessidade de se promover o fortalecimento das exportações dos produtos goianos oriundos do chamado *agronegócio*. No que toca esta questão, os dados atestam os rumos perseguidos em busca de uma maior integração da economia goiana com as economias do centro sul do país e com as economias de outros países. É oportuno informar que, segundo informações da própria Secretaria de Planejamento de Goiás (SEPLAN, 2012), os itens do agronegócio responderam por 65% do total de exportações para o ano de 2011. Acompanhe, no gráfico 3, os dados que revelam a trajetória da balança comercial goiana, comprovando o vertiginoso crescimento das exportações entre 2000 e 2011.

Como dito outrora, é fundamental considerar que o processo de maior integração da economia goiana às demais economias tem como fulcro a sua inserção na divisão internacional do trabalho. Ou seja, de participação econômica no sistema global consoante os imperativos da produção de valor. Para tanto, o trabalho análogo a escravidão passa a ser uma prerrogativa desta dinâmica. As

indefinições em torno desta questão desembocaram em análises bastante equivocadas durante os anos 1970 e 1980 acerca do trabalho análogo à escravidão em outras regiões do Brasil, como atesta a seguinte observação de Martins (1999, p. 130): “[...] como me disse um dirigente de um dos vários partidos clandestinos, meu colega na Universidade, era o preço a pagar pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, etapa preliminar do socialismo.”

GRÁFICO 3 – ESTADO DE GOIÁS: BALANÇA COMERCIAL – 2000/2011

(US\$ 1.000 FOB)



Fonte: MDIC.

Elaboração: SEGPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2012.

Ora, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, não se viu chegar o fim do trabalho análogo à escravidão. Uma análise como a do dirigente partidário, relatada por Martins, é produto da tese de que existiam resquícios do feudalismo no Brasil. Trata-se de uma distorção da realidade, o que é praticamente inconcebível na apreensão do trabalho análogo à escravidão na contemporaneidade. Compartilha-se da ideia de Martins (2002) de que o trabalho análogo à escravidão consiste numa expressão das contradições do capitalismo em sua fase tardia. Tal fenômeno se manifesta, segundo o autor, em condições econômicas, sociais e culturais.

No Brasil, por exemplo, tais relações de trabalho são muitas vezes explicadas como inerentes ao comportamento de seu patronato, assim como o próprio trabalhador enxerga na escravidão por dívida um compromisso que cabe a ele cumprir em nome de sua honra. As artimanhas de consentimento destas contradições do capital são as mais diversas tendo, como ponto comum, a disseminação de valores sociais muito peculiares. Ilustram o caso brasileiro: a importância da subserviência do empregado ao patrão, o trabalho como elemento que dignifica o indivíduo, assim como a eterna gratidão de alguns empregados por patrões que, segundo eles, fizeram favores inestimáveis. Em suma, estas artimanhas têm como objetivo “[...] *transformar o trabalhador em cúmplice da ideologia da ascensão social pelo trabalho* [...]” (MARTINS, 2010, p. 200).

A ideologia de que “*só o trabalho redime*” (MARTINS, 2010), introjetada pela classe trabalhadora brasileira, tem levado a que muitas vítimas do trabalho análogo à escravidão, principalmente por meio da chamada escravidão por dívida, não se considerem nestas condições, mas somente em um momento difícil de suas vidas que logo será alterado. Isto torna a realidade bem mais cômoda para os empregadores que submetem homens, mulheres e, muitas vezes famílias inteiras, ao regime de trabalho análogo à escravidão. Um problema que deve ser enfrentando do ponto de vista da totalidade, levando-se em consideração sua natureza econômica e sociocultural.

Pode-se inferir que este enfrentamento está longe na medida em que o denunciamento ocupa lugar privilegiado em seu tratamento. Trata-lo assim, como denunciamento, em que a denúncia é mais importante que o fato denunciado, é compartilhar indiretamente com a lógica do patronato, a qual tributa a existência do fenômeno a causas ignóbeis, geralmente vinculadas ao recorrente maniqueísmo patrão bondoso/malvado; patrão moderno/à moda antiga, etc. A fim de tornar mais lúcida esta questão, toma-se de empréstimo as seguintes palavras de Martins (1999, p. 147): “*Quem mistura e confunde essas categorias confunde, também, quadros de referência histórica e acaba pensando o presente capitalista com referências e conceitos morais do passado escravista.*”

Representante do verdadeiro “*poder do atraso*” de que trata Martins (1994), este patronato propugna a “ideologia do progresso”. Estas são as conclusões do

anômalo: a distância entre a prática e o discurso, entre as condições econômicas e as sociais e, finalmente, entre tempos históricos. Exatamente por isso, Goiás, assim como o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul e muitos Estados brasileiros tem, como governantes, indivíduos cujo discurso é calcado na modernidade quando, na verdade, agem no sentido de assegurar que estes Estados se integrem à dinâmica econômica nacional e internacional em benefício dos interesses do patronato que representam ou de que fazem parte, ainda que às expensas de suas populações e riquezas naturais. São estes mesmos indivíduos que, não poucas vezes, quando questionados acerca da existência de trabalho análogo à escravidão, tributam o fenômeno a questões de ordem cultural, do tipo: *“há padrões à moda antiga, que tratam seus empregados com mais rigidez”* ou, ainda, que *“os peões são preguiçosos, não trabalhavam senão mediante coação.”* (FIGUEIRA, 2000, p. 43). No tocante a mídia, esta “ideologia do progresso” atribui a expansão do agronegócio *“à capacidade empreendedora dos empresários brasileiros, que souberam articular a indústria com a agricultura, a mão de obra qualificada com a braçal, a tecnologia com a produtividade.”* (ALVES, NOVAES, 2011, p. 100).

Emanados do poder político, movem todos os veículos disponíveis a fim de ecoarem a “ideologia do progresso”. Para tanto, é gestada cotidianamente uma matriz discursiva, a qual incorpora rápida e constantemente novas terminologias, a fim de orientar as construções semânticas em torno do promissor agronegócio. Tomemos o caso de Goianésia e o domínio exercido pela família Lage de Siqueira. No que tange o uso do poder político e dos mecanismos de transmissão de informações a fim de propugnarem a “ideologia do progresso”, a família o faz com primazia. Com a morte de Otávio Lage de Siqueira, a câmara de vereadores do município de Goianésia instituiu a honraria *Comenda do Mérito do Agronegócio Otávio Lage de Siqueira*.

Segundo consta na página da empresa Jalles Machado, de propriedade da família: *“A honraria é uma forma de relembrar e homenagear o ex-governador de Goiás. Ele não se destacou apenas como político, mas também como empreendedor, principalmente no setor do agronegócio. Hoje, os agropecuaristas e produtores de Goianésia são homenageados com a Comenda que leva o nome daquele que foi uma das pessoas que mais trabalharam pelo desenvolvimento da*

região”.⁶³ Estas palavras, conforme consta na página da empresa, foram mencionadas pelo filho de Otávio Lage, Otávio Lage de Siqueira Filho. Sobre estas artimanhas da burguesia, Almeida (2010, p. 103) elucida que: *“Elas compõem uma complexa coalizão de interesses, agrupando figuras da mídia, como jornalistas, editorialistas e comentadores regionais, que escrevem para um público amplo e difuso nas colunas de ‘opinião’ [...]”*

Ainda sobre a “ideologia do progresso” e o domínio exercido pela família Lage de Siqueira em Goianésia, pode-se afirmar que o conteúdo e a forma de reprodução ideológica sofreram mudanças ao longo do tempo. A partir do seguinte trecho extraído da página virtual da empresa Jalles Machado sobre o histórico desta, é possível tecer algumas considerações. Na página consta que: *“O empreendedor e ex-governador de Goiás, Otávio Lage de Siqueira, sempre atento ao bem estar social e ao progresso da região, iniciou, em 1980, articulações para aquecer a economia rural de Goianésia, com a produção de cana-de-açúcar. Na época, a agricultura e a pecuária não ofereceriam postos de trabalho suficientes para os moradores do município.”*⁶⁴ Ora, esta justificativa se apresenta profundamente eficaz quando o intento é engendrar algumas representações, dentre as quais a de que o emprego dos trabalhadores deve-se à benevolência de Otávio Lage, ou ainda a de que este personagem político fora o responsável maior pela conquista do “progresso” naquela região.

Confrontada à história real e contrariando a história oficial de que se vale a burguesia canavieira goianesiense, as informações veiculadas pela empresa sobre os motivos pelos quais ela se estabeleceu na região provocam risos. É sabido que a família aproveitou de uma série de benefícios advindos da orientação política nacional no tocante ao cultivo da cana-de-açúcar para a produção de álcool. O estabelecimento da usina se deu no bojo da criação do Programa Nacional do Álcool, o Proálcool, em 14 de Novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, o qual tinha como objetivo a substituição dos combustíveis advindos do petróleo pelo etanol extraído da cana-de-açúcar, considerando os desajustes de preços provocados pela primeira crise do petróleo em 1973. Aproveitando-se dos financiamentos obtidos via

⁶³ Ver: Anexo C.

⁶⁴ Ver: Anexo C.

Estado, além da força de trabalho disponível e da fecundidade do solo, é que a família Lage de Siqueira direcionou o acúmulo de capital para a atividade canavieira.

À época Jales Fontoura, filho de Otávio Lage, era prefeito de Goianésia, o que contribuiu significativamente para os desígnios da família. Há que se levar em conta, ainda, que se a agricultura e a pecuária não ofereciam postos de trabalho suficientes, isto se devia ao fato de que, no processo de ocupação das terras durante os anos 1940, capitaneado pela família na figura de Jales Machado de Siqueira (pai de Otávio Lage), centenas de produtores rurais foram alijados do direito à propriedade da terra a fim de que pudessem cultivá-las para subsistência de suas famílias. Em 2000, a família investiu na criação de uma empresa de produtos derivados do tomate, denominada Goialli.

Conforme mencionado por alguns trabalhadores entrevistados, a família decidiu criar a empresa com o objetivo de empregar a força de trabalho que tem sido dispensada dos canaviais em decorrência da mecanização da colheita. Uma vez mais a burguesia local aproveita-se da mesma estratégia discursiva a fim de que se construir uma representação positiva do patronato e de seus negócios. No capítulo seguinte são aprofundadas as reflexões acerca do conflito entre trabalhadores rurais e usineiros no espaço social de Goianésia, Goiás. Ademais, são perscrutados, a partir das memórias dos trabalhadores, os elementos que conformaram/conformam o espaço social destes sujeitos sociais, os *assalariados rurais urbanizados*.

CAPÍTULO IV

O ESPAÇO SOCIAL E OS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS

“Mnemosyne, a recordadora, era divindade no panteão grego. Qual o poder de Mnemosyne? Irmã de Cronos e de Okeanós, do tempo e do aceano, mãe das musas cujo coro conduz, ela preside à função poética que exige intervenção sobrenatural. É uma forma de possessão e delírio divinos, o entusiasmo. O intérprete de Mnemosyne é possuído pelas musas assim como o profeta o é por Apolo. Vernant, quando estuda os aspectos míticos da memória e do tempo, coteja sempre a vidência do futuro com a do passado, as revelações do que aconteceu outrora e do que ainda não o é. Mnemosyne dispensa a seus eleitos uma onisciência do tipo divinatório, não de seu passado individual, mas do passado em geral, do tempo antigo. Qual a função da memória? Não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma evocação: o apelo dos vivos, a vinda à luz do dia, por um momento, de um defunto. É também a viagem que o oráculo pode fazer, descende, ser vivo, ao país dos mortos para aprender a ver o que quer saber. A anamnesis (reminiscência) é uma espécie de iniciação, como a revelação de um mistério. A visão dos tempos antigos libera-o, de certa forma, dos males de hoje. Vernant, descrevendo o ritual no oráculo de Lebadéia, conta que antes de entrar no país dos mortos o consultante bebia de duas fontes: no Lethe, e esquecia sua vida humana; na Mnemosyne, para lembrar o que havia visto no outro mundo. Quem guarda a memória no Hades transcende a condição mortal, não vê mais oposição entre a vida e a morte. O privilégio pertence a todos aqueles cuja memória sabe discernir para além do presente o que está enterrado no mais profundo passado e amadurece em segredo para os tempos que virão.”

(Bosi, Ecléa, *Memória e Sociedade*).

Nos capítulos seguintes buscaremos apreender esse agrupamento de trabalhadores rurais, os *assalariados rurais urbanizados*, a partir do procedimento metodológico *regressivo-progressivo*, o qual permite elucidar este novo *sentido da terra*, materializado em reprodução de relações sociais que demarcam o cotidiano destes trabalhadores. Por ora, nosso objetivo é tecer alguns apontamentos sobre a relação entre o método e as condições que permitiram o surgimento desta classe de trabalhadores. A reprodução da força de trabalho e das próprias relações de produção dos *assalariados rurais urbanizados*, diferentemente dos trabalhadores rurais de décadas passadas, se estabelece numa original relação com a terra, desdobrando em representações também originais. Como já foi dito, a relação campo-cidade, rural-urbano, propiciou tais transformações. A questão fundamental é, pois, o espaço em suas múltiplas dimensões, social, física e mental. (LEFEBVRE, 2000). A dinâmica espacial está no centro das mudanças atinentes à reprodução das relações sociais dos trabalhadores rurais.

A cidade, desta sorte, não figura-se apenas força social de produção para o campo, mas *lócus* de uma cultura que, com o passar do tempo, impeliu novas formas de luta e estratégias de resistência encampadas pelos *assalariados rurais urbanizados* na medida em que trouxe mudanças cruciais no espaço social. Neste tocante, cabe considerar a relevância do conceito de espaço social e sua relação com o de cultura. Neste sentido, as mudanças das condições materiais de sobrevivência dos trabalhadores rurais, advindas da vida na cidade, conformaram um modo de vida diferente, o qual requer esforços teóricos e empíricos a fim de que seja não apenas compreendido enquanto algo inerte, mas considerado naquilo que impõe em termos de alterações nas estratégias de luta, nas formas de agir, sentir e pensar. Uma cultura, portanto, que não paira autônoma sobre a matéria, mas que é gestada a partir de uma relação social, mediada por uma técnica, impondo comportamentos, desvelando sensações e engendrando pensamentos e formas de pensar. Uma cultura que não apenas representa, mas que dá *sentido a terra*.

Tem-se que o espaço social dos *assalariados rurais urbanizados* agrega uma gama de elementos que denotam este novo *sentido da terra*, preenhe em conflitualidades de toda ordem, como a tecnologia, as sociabilidades urbanas, o consumo, dentre outros. Ora retomando o que é considerado velho, ultrapassado,

ora ensejando a novidade, o inesperado, este espaço social converge forças que, a despeito de se repelirem, se amalgamam e tomam de assalto o arcabouço teórico de que temos posse. A fim de decifrar o enigma forjado pelo espaço social destes trabalhadores, o procedimento metodológico *regressivo-progressivo* apresenta-se relevante pela considerável envergadura que possui, conforme os apontamentos do segundo capítulo. Este procedimento permite que a história se una à análise sociológica. No mais das vezes, ele permite a reunião entre antropologia, filosofia, sociologia, economia, geografia e história e, o que é primordial, o encontro entre estas áreas pela dialética.

Neste sentido, interessa cumprir o primeiro momento do procedimento, o momento descritivo, por meio de uma investigação em minúcias do cotidiano dos *assalariados rurais urbanizados*. Significa, portanto, apreender como vivem, a relação entre os corpos e os objetos, os corpos e as representações, ademais de outros aspectos que constituem a *ordem próxima* da vida (LEFEBVRE, 1999), entendendo que, segundo Harvey (2006, p. 178):

O estudo do corpo tem de basear-se na compreensão das relações espaço-temporais concretas entre práticas materiais, representações, imaginários, instituições, relações sociais e estruturas vigentes de poder político-econômico. Pode-se então ver o corpo como um nexos por meio do qual abordar possibilidades de uma política emancipadora.

Num segundo momento, postulado como *analítico-regressivo*, é necessário direcionar os esforços para as estruturas que outrora sustentavam as condições de reprodução da vida e do trabalho dos proletários rurais, ou seja, uma ordem distante orientada por ideologias, tradições, costumes e valores. E, finalmente, num terceiro momento, o *histórico-genético*, é requerida a reunião dos momentos anteriores numa apreensão do presente, o qual tornar-se-ia, segundo Lefebvre, elucidado, explicado. (LEFEBVRE, 1975). Alguns conceitos e categorias, no entanto, far-se-ão indispensáveis no exercício deste procedimento metodológico, seja no sentido de tomar os fenômenos dialeticamente, seja no sentido de ordená-los, orientá-los a partir do que significam no âmbito do fenômeno humano total *necessidade-trabalho-fruição*, conceito antropológico apresentado por Henri Lefebvre (1961) em seus estudos sobre a vida cotidiana.

Com efeito, a tese dos *assalariados rurais urbanizados* parte da centralidade do trabalho no fenômeno humano total. A apreensão do trabalho desfralda, por sua

vez, o *sentido da vida*. Por si só, todavia, não contempla as demais instâncias da vida, do que emerge a importância de se considerar o espaço-tempo fora do trabalho, o cotidiano. Destarte, como privilegiar estes conceitos a partir das premissas do procedimento metodológico *regressivo-progressivo*, isto é, reportar à história, mas não a uma história factual em que os acontecimentos não podem ser apreendidos pela contradição que os demarca? Pela memória, porquanto produto do vivido, manifestação subjetiva da dialética instaurada no movimento do real.

A memória desvela o novo que emerge do repetitivo, ela apresenta as fissuras da história pela experiência que evoca a partir das sensações. “*O repetitivo revela-se ainda na memória. Portanto, em todo e qualquer conhecimento, pois conhecer é reconhecer.*” (LEFEBVRE, 1976, p. 221) Contrariando a perspectiva eminentemente linear da história, o tecido mnêmico é cingido por fios partidos, o que não quer dizer que não haja sentido nas narrativas. O sentido, por sua vez, está em que a realidade é cíclica, uma história linear não é desproposita, assim como não o são as análises binaristas da realidade, as que propugnam a oposição entre o moderno e o atrasado, por exemplo. No limite, estas análises possuem um viés político: legitimar os interesses de determinados grupos sociais.

4.1 A TRÍADE TRABALHO-MEMÓRIA-COTIDIANO E O ESPAÇO SOCIAL DOS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS

Na *démarche* do pensamento lefebvriano, a relação entre o homem e o espaço expressa a realização do ser social, de sorte que o espaço é constituído por três instâncias, a física, a social e a mental (LEFEBVRE, 2000). Tem-se, neste trabalho, a pretensão de se apreendê-lo a partir das formas de dominação e dos prenúncios de resistência deflagrados no espaço reprodutivo dos trabalhadores. O espaço reprodutivo se trata do município de Goianésia, *lócus* de reprodução da vida cotidiana dos *assalariados rurais urbanizados*. Este município está localizado no Território Rural do Vale do São Patrício, mesorregião do centro goiano e microrregião de Ceres, popularmente conhecido como a *princesinha do Vale*. (Mapa 5).

MAPA 5 – LOCALIZAÇÃO DE GOIANÉSIA – GOIÁS (2013)



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Goias_Municip_Goianesia.svg.

Fundada em 1953, Goianésia dista 168 km de Goiânia, capital de Goiás, e ocupa, segundo dados da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, uma área de 1.547,3 km². A população total de Goianésia para o ano de 2010 é de 59.549 habitantes, sendo a população urbana de 55.660 habitantes e a população rural de 3.889 habitantes. (IBGE, 2013). Goianésia produziu, em 2010, 1.161.000 toneladas de cana-de-açúcar, em uma área de 13.500 hectares (SEPLAN, 2010). (Mapa 6). Os primórdios do município remetem à constituição do povoado Calção de couro durante o início da década de 1940,

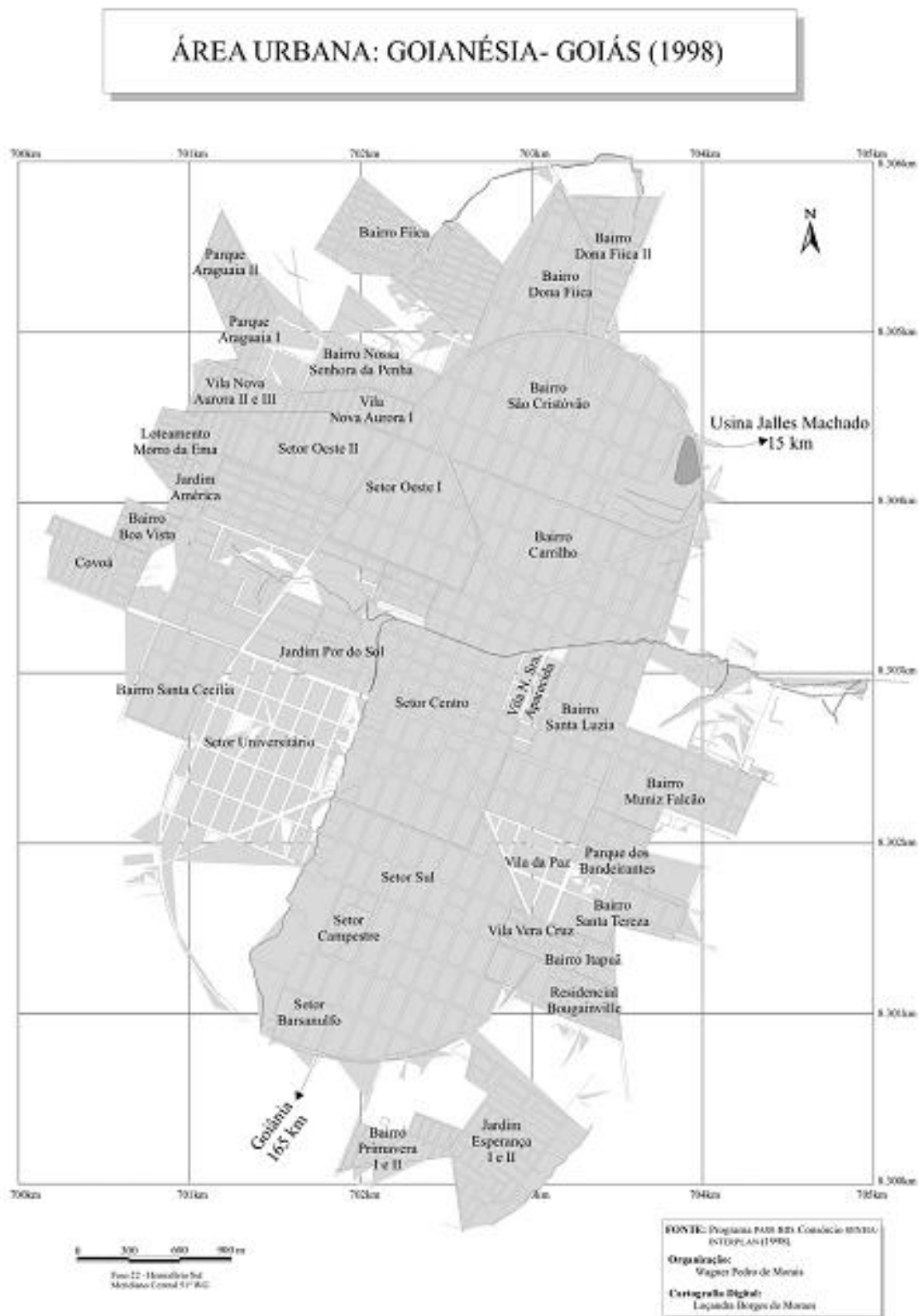
período no qual Jalles Machado de Siqueira, pai de Otávio Lage, estabelece a fazenda Itajá a fim de promover o plantio de café do tipo *Coffea arábica*. Durante esse período, a empresa Monteiro de Barros, cuja sede era em São Paulo, compra terras com o intento de também cultivar café. Paulatinamente a população aumenta em decorrência da chegada de trabalhadores provenientes de outras regiões do Goiás e de diversos estados do país, principalmente Minas Gerais e Bahia. (MENEZES, 2000).

Em 1948, por decisão do prefeito de Jaraguá, município localizado a 50 Km de Goianésia, o povoado é elevado à condição de distrito e, em 1953, Goianésia torna-se município.⁶⁵ A cafeicultura será a principal atividade econômica do município durante toda a década de 1950, sendo que a partir dos anos 1960 esta atividade entra em declínio em virtude das condições do solo e do aparecimento de fungos na lavoura. Durante os anos 1960 o plantio da cana-de-açúcar será realizado em escala reduzida⁶⁶, voltada apenas para a produção de rapadura e cachaça. Aliada a esta atividade, terá destaque o plantio de arroz e capim para a formação de pastagens. A pecuária torna-se uma importante atividade econômica e, a partir da década de 1980, devido a criação da Usina Jalles Machado S/A, a monocultura canavieira torna-se, definitivamente, a principal atividade econômica. (MENEZES, 2000).

⁶⁵ “A 3 de julho de 1953, foi publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás a Lei Estadual n.º 747, de 24 de junho de 1953, que emancipava o distrito de Goianésia, e que se tornava autônomo, conservando a mesma denominação.” (MENEZES, 2000, p. 67).

⁶⁶ Segundo Menezes (2000, p. 87): “Marcos Monteiro de Barros, temendo novas invasões, vendeu a fazenda São Carlos aos Jayme e Belmiro Fernandes que ali implantaram a primeira usina de açúcar do Estado de Goiás, a Sociedade Açucareira Monteiro de Barros, inaugurando o ciclo da cana-de-açúcar; paralelamente à construção da usina foi iniciado em 1961, o plantio da cana-de-açúcar por Jayme Fernandes, ou seja, a soberba cafeicultura foi substituída pelos canaviais [...]”

MAPA 6 – ÁREA URBANA DE GOIANÉSIA – GOIÁS (1998)



Fonte: Programa PASS-BID. Consórcio SENHA-INTERPLAN (1998). Org.: Wagner Pedro de Moraes. Cartografia digital: Loçandra Borges de Moraes.

Este breve histórico foi realizado com o intuito de elucidar não apenas a formação econômica do município, mas fundamentalmente evidenciar que a história do município foi conformada pelo domínio econômico da família Lage de Siqueira, cujo poder ao longo do tempo extrapolou os canaviais e engendrou-se pelos meandros da cidade de Goianésia. Desta sorte, importa explorar mais que a produção em si, a produção das relações sociais, portanto, a produção da vida, dos costumes, dos valores, dos códigos sociais, dos comportamentos, os quais estejam toda uma dinâmica de reprodução da força de trabalho e de reprodução das relações de produção alienadas e alienantes. Para tanto, é a partir de uma tríade que tal esforço será empreendido: a tríade conformada pela relação entre *trabalho, memória e cotidiano*, pois que a dialética é fundamentalmente triádica.

Quant à l'analyse dialectique, longtemps hésitante même après Hegel et Marx, elle décèle trois termes en interaction: thèse-antithèse-synthèse chez Hegel, ou chez Marx: économique-social-politique. Ou depuis peu: temps-espace-énergie. (LEFEBVRE, 1992, p. 22).

De partida, considera-se que o trabalho ocupa centralidade no fenômeno humano total *necessidade-trabalho-gozo*, tratando-se, pois, de seu princípio teleológico⁶⁷ (LUKÁCS, 1981). “*Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza.*” (LUKÁCS, 1981, p. 3). Ademais, que é pela memória que os sujeitos reportam a este espaço social e o elaboram conforme o sentido que imprimem à cotidianidade e, finalmente, que é no/pelo cotidiano que são gestadas e se reproduzem as relações sociais. Portanto, é nele e por ele que o espaço social é engendrado. Há que se considerar, todavia, que este espaço se constitui no bojo de processos permeados por contradições, as quais são advindas fundamentalmente dos conflitos entre classes sociais, isto é, entre os *assalariados rurais urbanizados* e a burguesia canavieira, os usineiros.

Destarte, interessa-nos apreender o liame entre o exercício da dominação e a irrupção da resistência, o ponto que demarca a diacronia entre o tempo-espaço despótico que configura a miséria da cotidianidade e o tempo-espaço do gozo, em que impera o uso e a ruptura com a *mimèsis* em nome de uma *poièsis* cujo substrato

⁶⁷ “*Todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece um fim.*” (LUKÁCS, 1981, p. 7).

é o vivido. Interessa-nos, então, o vivido acima de tudo, anunciado no exato momento em que todo um conjunto de práticas rotineiras de submissão é posto em segundo plano, dando vazão ao lúdico pelo uso do corpo como valor de uso e não como instância de realização do trabalho estranhado. Com efeito, este vivido reside nas narrativas de trabalhadores acerca dos momentos de conflitos travados com os usineiros. Ele é extraeconômico e tem, no corpo, sua instância elementar. A memória desvela, por seu turno, sensações, provocando um imbricado, contraditório e complexo emaranho de presenças-ausências que se justapõem conforme os episódios são evocados. “*O corpo, desconhecido, ignorado, faculta as suas riquezas sem limites: os ritmos, as repetições (cíclicas e lineares), as diferenças.*” (LEFEBVRE, 1976, p. 235)

Cabe, assim, explorar os momentos marcados pela ruptura da tênue fronteira entre a violência sutil e a possibilidade da plena apropriação da vida. Este momento se estabelece num determinado espaço a partir de seu uso, na medida em que os espaços são relações sociais, ora mediadas pela ordem, pelo ritmo impositivo do tempo cronológico, ora mediadas pela insurreição do gozo, numa temporalidade que resulta da cisão entre o concebido e o percebido, descortinando as condições para a presença do vivido em demasia. Falamos de *ritmanálise*⁶⁸, o que descortina a relação espaço-tempo em seu plano fenomênico, o das energias, das pulsões, das circulações, das repetições que encetam o diferencial. “[...] *cette phénoménologie passe à côté de ce qui justement relie l’espace et le temps et les énergies qui se déploient ici et là: les rythmes.*” (LEFEBVRE, 1992, p. 30). Henri Lefebvre toma de empréstimo os estudos de *ritmanálise* de Gastón Bachelard (1994).

Neste sentido, ao tempo em que se pretende evocar alguns dos principais momentos em que o domínio se fez exercido sobre os *assalariados rurais urbanizados* de Goianésia, vislumbra-se capturar, dos próprios momentos, os prenúncios⁶⁹ de resistência, engendrados no seio do espaço reprodutivo, ou seja, de

⁶⁸ Modelo de conhecimento concebido pelo físico e filósofo português Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos (1889-1950), divulgado na Europa pelo filósofo francês Gaston Bachelard a partir de sua obra *A dialética da duração*. Bachelard, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

⁶⁹ Prenúncios pelo fato de que, ainda que estes momentos consistam na ruptura com a dominação, nos quais são gotejados instantes de vivido, eles não são tradicionalmente considerados enquanto resistência como as ações que são deflagradas a partir de determinados moldes, como barricadas, greves, além de outras.

um espaço cuja natureza é social e que ancora a dinâmica de subsunção dos *assalariados rurais urbanizados* pelos usineiros. “O espaço é onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como *violência desapercebida*.” (BOURDIEU, 1997, p. 163). Isto aponta para a necessidade de se considerar que nos acontecimentos existem processos de continuidades e descontinuidades, o que requer a apreensão da história e da própria memória a partir de perspectivas bem distintas da linear. Esse é o sentido de uma *ritmanálise*, a dialética que está contida nos eventos históricos e, principalmente, nos fenômenos de memória. À contramão de uma dialética, esta perspectiva linear, a da sucessão dos acontecimentos, leva à que sejam ignoradas as fissuras no plano da vida cotidiana, dando a entender que a resistência se estabelece tão somente nos atos claramente voltados para a reivindicação de melhorias salariais, de condições de trabalho ou coisa que o valha, maculando a subjetividade e o plano *prático-sensível* da vida.

Disto, podem se desdobrar duas inferências profundamente equivocadas: primeiro, que a luta entre capital x trabalho é de natureza essencialmente econômica e, segundo, de que a vida cotidiana não é mais que a simples repetição de acontecimentos. Para os que assim pensam tudo se passa como se a história pudesse se transformar em determinados dias em que os indivíduos, por um lampejo de consciência ou coisa similar, fossem tomados pelo desejo de mudança e dissolução de alguns elementos de suas vidas. E, ainda, que para tal fossem necessárias apenas modificações no processo de produção das mercadorias, ou seja, que fosse eliminado o trabalho estranhado e a propriedade privada dos meios de produção.

Tomando estas considerações, somos impelidos a mencionar que: a luta entre capital x trabalho não se estabelece desprovida de homens e mulheres. Contrário a esta perspectiva é que Lefebvre busca conferir importância aos sujeitos da história. E, ademais, que: além dos aspectos econômicos, esta luta muitas vezes é travada como contestação de uma ordem cultural e ideológica hegemônica ou, como diria Henri Lefebvre em suas reflexões sobre a vida cotidiana no mundo moderno, de uma *sociedade burocrática de consumo dirigida* (LEFEBVRE, 1972). Neste sentido:

Les temps sociaux montrent des possibilités diverses, contradictoires: des retards et des avances des réapparitions (répétitions) d'un passé riche (apparemment), et de révolutions qui introduisent brusquement un contenu nouveau et parfois changent la forme de la société. (LEFEBVRE, 1992, p. 25).

Pois bem. Na esteira de um entendimento que confere relevância aos aspectos culturais, cabe, em última instância, considerar que de duas décadas para o período atual, abissais transformações ocorreram no cotidiano dos *assalariados rurais urbanizados*, o que se deve predominantemente pela inserção em uma sociedade *técnico-científico-informacional*. Ao passo que isto exige um repensar sobre as estratégias de resistência operadas pelos trabalhadores, obriga a um exercício de reflexão no tocante às novas formas de dominação. Cabe, novamente, retomar a tríade trabalho, memória e cotidiano na tentativa de se fundamentar de forma mais acurada este apontamento. Durante a década de 1980, até meados da década de 1990, eram absolutamente precárias as condições de vida, portanto, de reprodução da própria força de trabalho dos *assalariados rurais urbanizados* em Goianésia. A partir desse período, sobretudo na última década, o cotidiano destes trabalhadores foi alterado, o que se deu em virtude do acesso às tecnologias, determinados bens e equipamentos, como geladeiras, fogões, micro-ondas, máquinas de lavar, televisores, aparelhos de som e DVDs. O que estas transformações significaram em termos de alterações nas resistências dos *assalariados rurais urbanizados*? E quanto à dominação, como ela tem se dado?

Aqui, trabalho, memória e cotidiano são conceitos vivos, compondo uma justaposição de feixes que ora irão se coadunar na apreensão de certos aspectos da pesquisa, ora irão caminhar solitariamente a fim de permitir que se busque elementos substanciais à pesquisa, servindo, então, não mais como conceitos, mas como categorias. Trabalho como conceito é o ato de se produzir a vida, uma ética, uma estética, uma linguagem, uma retórica, pois que segundo Williams (2011b, p. 48-49): “[...] a coisa mais importante que um trabalhador produz é sempre ele mesmo, tanto na condição específica de seu trabalho quanto na ênfase histórica mais ampla dos homens produzindo-se a si mesmos e a sua história.” Enquanto categoria, ele remete aos trabalhadores e as atividades que desempenham, além de outros fatores.

Conceitualmente, memória é também trabalho, sendo o ato de existir a partir das modulações das experiências do passado. É um existir a partir de múltiplos arranjos entre temporalidades. Como categoria, seria o ato de recordar e as recordações provenientes deste ato. Finalmente, como conceito, o cotidiano é o sentido espaço-tempo da modernidade. Nele reside o devir, o diferencial que emerge do repetitivo. Como categoria, ele é empobrecido, tornando-se cotidianidade, ou seja, o rotineiro, entediante e sempre esperado mover do tempo.

Cabe, aqui, a tentativa de se promover o encontro do acaso, do novo, do diferencial que está no trabalho de se produzir a vida, pela memória, num dado cotidiano. O que aparentemente transmite a sensação de um concatenado entrelace de idéias, significa a tentativa de se unir empiria e abstração em torno de um pensamento conceitual. Na esteira desta proposta, iniciemos por uma reflexão sobre a relação trabalho e memória. Vislumbramos, por ora, estabelecer um *élan* entre a apreensão do trabalho como princípio ontológico do ser social e seus desdobramentos por sobre a memória e a vida cotidiana. Para tanto, levaremos a cabo reflexões em torno dos conflitos entre *usineiros* e *assalariados rurais urbanizados* a partir das formas de dominação, bem como das estratégias de resistência, as quais conformam o que se entende como espaço social.

4.2 O TRABALHO ESTRANHADO, AS REPRESENTAÇÕES E A MEMÓRIA MANIPULADA

Ao considerar o trabalho, Marx nos legou o entendimento de que não há criação sem a natureza e, ainda, que o trabalhador produz a si mesmo. “*O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e as sua consciência.*” (MARX, 2004, p. 84). Sob o primado do trabalho estranhado, esta produção *desefetiva* o homem, de sorte que, na medida em que o trabalho é sua essência ontológica, pois que a partir dele o trabalhador produz mercadorias, mas também obras, relações sociais e seus corolários, podendo, portanto, se falar de uma memória *desefetivada*. Esta, produto subjetivo que, dominada pela burguesia, não manifesta a fala da vítima, dos trabalhadores. Como bem mostrou Marx (2004, p.

87), “através do trabalho estranhado o homem engendra a sua própria produção para a sua desefetivação, para o seu castigo [...]”

No campo da memória, a “*memória oficial celebrativa*” (CHAUÍ, 1987), de interesse da burguesia, se trata do domínio subjetivo de quem não produz sobre os trabalhadores, cuja memória jamais se valeu para qualquer escrito sobre a história local. A violência promovida pelo interdito das memórias talvez seja aquela que mais benefício traz a quem domina. Ao ser manipulado, é como se folhas em branco fossem postas diante daqueles cujo domínio ideológico se lhes apresenta como uma estratégia essencial, na medida em que repassada e assimilada pelas gerações vindouras. É por meio dela que são reproduzidos valores e principalmente reconhecimento de determinado personagem histórico, o que é fundamental para a submissão dos trabalhadores aos ditames da burguesia local. Não é, pois, sem propósito que se dá o esquecimento das memórias dos *assalariados rurais urbanizados*. “*Está em ação aqui uma forma artilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos.*” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Neste sentido, a tese vislumbra, ademais de outros objetivos, tornar públicas narrativas emitidas pelos próprios *assalariados rurais urbanizados* e não negar ou mesmo reconstruir uma história que, por premissa, poderia ser tomada como distante do plano da realidade. É sabido que a realidade é por essência contraditória, de sorte que várias versões de um fato são exequíveis, o que não retira, de nós cientistas sociais, o dever de considerar as relações de poder que estão imersas nos processos de registros históricos, bem como nas decisões valorativas em torno deste ou daquele aspecto de determinados eventos.

No tocante a esta questão, importa considerar que três livros⁷⁰ sobre a história de Goianésia fornecem elementos que nos levam às seguintes conclusões: 1) Por não haver qualquer publicação sobre os *assalariados rurais urbanizados* enquanto atores sociais que fizeram/fazem parte da história do município, mas apenas considerações acerca de ilustres pioneiros que contribuíram para o

⁷⁰ São eles: *A História de Goianésia*, de autoria de Moacir Lázaro de Melo, 1981; *Goianésia: Seu povo, sua história*, de autoria de Ana Maria Godinho de Menezes, José Carvalho, Maria Ivony Corrêa Guimarães e Usleína de Oliveira Mota, 2000 e *Jalles Machado: Utopia e modernidade*, de autoria de Clever Luiz Fernandes e Reginaldo Lima de Aquino, 2001.

“progresso” local, considera-se que a história fora efetivamente manipulada. “A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes.” (MARTINS, 1986, p. 26). É válido considerar que a representação positiva em torno destes personagens interessa tanto à dominação ideológica dos trabalhadores, quanto à própria dinâmica de operação das forças sociais econômicas ligadas ao agronegócio, tido como atividade moderna, propiciadora do desenvolvimento⁷¹; 2) Nas mesmas obras, fica patente o enaltecimento de dois integrantes da família Lage de Siqueira, detentora do poder político e econômico local desde a emancipação de Goianésia à condição de município, em 1953.

O primeiro, Jalles Machado de Siqueira (1894-1975), nomeado secretário da viação e obras públicas do Estado em 1928 e deputado federal por três mandatos (1946-1955/1962-1966/1966-1971), tendo atuando ativamente durante o regime militar como colaborador na elaboração do Estatuto da Terra durante o governo do general Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), teve sua imagem vinculada à de um homem sonhador, utópico, protagonista de um projeto de modernidade. Ainda que a atuação de Jalles Machado tenha sido anterior ao estabelecimento da atividade sucroalcooleira em Goianésia, é percuciente considerá-la na medida em que resultou em transformações socioespaciais, portanto geográficas, econômicas e políticas, tendo incorrido em um modelo específico de ocupação das terras, aliado a um projeto ideológico sustentado na figura do “desbravador”, aquele enceta as bases de um projeto de colonização.

O segundo, Otávio Lage de Siqueira (1924-2006), filho de Jalles Machado de Siqueira, foi prefeito de Goianésia e governador de Goiás durante os pleitos de 1962-1965 e 1966-1968, respectivamente. No contexto sociopolítico local, impera a representação de Otávio Lage como homem trabalhador, dotado de princípios nobres como a honestidade e a simplicidade, modelo de cidadão que deveria/deve ser perseguido por todos, sobremaneira pelos trabalhadores de suas empresas. Importa elucidar que a elaboração de representações coletivas em torno de

⁷¹ Sobre o mito do desenvolvimento, ver: Furtado, Celso. O mito do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

determinados personagens é crucial para os desígnios de manutenção e reprodução das relações de poder.

Desta sorte, se outrora, quando importava o projeto de ocupação das terras do Vale do São Patrício, a figura de Jalles Machado enquanto “*sonhador*” e “*fomentador*” atendia às premissas ideológicas requeridas, agora é a figura de Otávio Lage como homem cumpridor de seus deveres e dedicado ao trabalho árduo que fornece o emoliente ideológico para a subsunção dos trabalhadores, principalmente os *assalariados rurais urbanizados*, a um projeto de dominação e exploração propalado como vetor do “progresso”. Tomemos os seguintes dizeres de Le Goff (1997, p. 13) a fim de deslindar esta questão: “*Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.*” A seguinte passagem do livro *Goianésia: seu povo, sua história* é emblemática de como a Otávio Lage tornara-se senhor da memória para muitos trabalhadores:

Um jovem engenheiro recém-formado torna-se administrador dessa próspera fazenda que, sob sol escaldante ou encharcado pela chuva que caía por meses a fio, lá estava ele, forte e vigoroso, num trator quando o tempo estava bom, ou a cavalo, fazendo reparos nas cercas, conduzindo o rebanho de gado na mudança de pastos, ou mesmo curando frieiras dos animais. Era Otávio Lage, que seguia as pegadas do seu pai Jalles Machado. Amigo do trabalho, madrugador, com tempo para semear e colher, ajudava a construir um patrimônio invejável, às duras penas das lides no campo, que faz lembrar as palavras do Salmo de Davi: “Tu visitas a terra e a regas, tu a enriqueces copiosamente; os ribeiros de Deus são abundantes de água, preparas o cereal, porque para isso a dispões” Sl 65:9

Disto, depreende-se que a memória é viva na medida em que gestada pelas representações e que, ademais disto, ela é trabalho, seja pelo próprio ato de se recordar, seja pelos conteúdos a partir dos quais ela se processa, ou seja, ela é trabalho posto que vida e trabalho não se dissociam, sendo o trabalho a mediação entre o homem e a natureza. O que ensinamos aqui é uma relação entre o trabalhar e o rememorar, tendo em conta que o substrato de uma memória manipulada é o divórcio entre o homem e a matéria, isto é, entre o homem e o produto de seu trabalho. Neste caso, desfeitas as condições materiais que resultam no domínio dos usineiros sobre os *assalariados rurais urbanizados*, rompidas seriam as estruturas de poder que permitem a manipulação das memórias e da própria história. Desfeita seria, pois, a grandeza que é atribuída a estes personagens da história local, o que nos conduz, asseguradas as devidas divergências entre as situações analisadas, às

considerações de Ricoeur sobre a perenidade do tema do poder e a persistência da retórica do louvor:

Nessa imagem, juntam-se o político e o antropológico. Ao mesmo tempo, desvenda-se o segredo das representações em simulação que sustentam essas grandezas carnavais às quais pertencem o rei e todos aqueles que são chamados de grandes. (RICOEUR, 2007, p. 285).

Note-se que a representação enaltecadora destes personagens se estabeleceu em torno da ideologia do trabalho. Esta representação tem sido, pode-se afirmar, central na reprodução da cotidianidade. No primeiro caso, a partir da representação forjada na figura de Jalles Machado como “*aventureiro*” e “*desbravador*” e, no segundo, pela representação da figura de Otávio Lage enquanto homem honesto e trabalhador, podemos verificar aspectos semelhantes com a ideologia do trabalho pesquisada por José de Souza Martins (1975) no tocante à submissão dos trabalhadores imigrantes italianos nas fazendas de café e, ainda, a representação em torno da figura de Francisco Matarazzo, imigrante italiano que “*pelo trabalho alcançou vultosa fortuna*”. Tal semelhança está tanto na noção, durante os anos 1940, de que pelo trabalho os trabalhadores que tiveram Goianésia como destino poderiam, um dia, adquirir suas terras e se tornarem patrões, quanto na de que, ao se comportarem como Otávio Lage, os cortadores de cana poderiam se tornar ricos.

Consta no imaginário de muitos trabalhadores, conforme pude observar a partir de relatos, que Otávio Lage era homem pobre, cuja riqueza adveio de muito trabalho. A partir de trabalho de campo realizado em julho de 2011⁷², nos foi dito que “*Ele era de família pobre né e ficou rico pelo trabalho*”, Maria⁷³ (branca, 37 anos,

⁷² Essa foi a primeira etapa do trabalho de campo da tese, na qual foram entrevistados oito trabalhadores (os trabalhadores pesquisados são moradores dos bairros: Dona Fíica I, Jardim Esperança, Nova Aurora, Primavera e São Cristóvão,) e realizado um estudo de memória, o qual será apresentado nos itens que seguem. Nesta etapa do trabalho de campo, foram exploradas questões como a representação política de Otávio Lage de Siqueira, a mecanização da colheita da cana, dentre outros assuntos como as manifestações dos trabalhadores e as reações dos usineiros diante destas manifestações.

⁷³ Cabe informar que todos os nomes são fictícios a fim de assegurar sigilo absoluto dos sujeitos desta pesquisa. Os nomes fictícios, no entanto, de algum modo remetem a uma realidade de bastante dor e sofrimento. A fim de se realizar o registro de trabalhadores rurais, bem como homens e mulheres ligados à luta pela terra que foram assassinados, decidiu-se por adotar seus nomes. Tem-se que este registro é muito importante para que, de alguma forma, a história de tantos homens e mulheres que lutaram e lutam pela terra não seja relegada ao abandono. Ver: pág. 16 e 17.

moradora do Jardim Esperança⁷⁴, natural de Pirenópolis, Goiás, está no corte de cana há 12 anos) ao falar de Otávio Lage, “*exemplo de pessoa né, ele teve muita garra pra chegar onde chegou*”, conforme me disse Cristina (trabalhadora negra, 36 anos, natural de Itapaci, Goiás, moradora do bairro Primavera) ou ainda, “*era um trabalhador, um exemplo pra Goianésia*”, disse Francisco, conhecido como Chico, (trabalhador negro⁷⁵, 39 anos, natural de Correntina, Bahia, morador do bairro Nova Aurora, está no corte de cana há 18 anos), ao falarem do mesmo personagem político.

Assim como nos primórdios da ocupação do oeste paulista, a principal atividade agrícola no processo de ocupação das terras do Vale do São Patrício se tratou da cafeeira por meio do emprego do trabalho migrante. Neste caso, não de italianos, mas de brasileiros oriundos de outros Estados, como Minas Gerais, Bahia e o próprio estado de São Paulo. (MENEZES, 2000). No limite, a semelhança advém do fato de que nos processos de ocupação de novas terras é basilar uma ideologia assentada no trabalho como meio para a conquista da riqueza. Segundo Martins:

O trabalhador, no contexto aqui analisado, concebe o trabalho como o veículo da libertação, não só como meio de exploração. A libertação do trabalhador seria, assim, um resultado necessário do trabalho penoso. A essência dessa ideia é a de que só o trabalho redime. (MARTINS, 2010, p. 204).

A redenção de que trata Martins, poder-se-ia obtê-la apenas o trabalhador que lutasse incansavelmente para adquirir a propriedade de sua terra. Voltamos,

⁷⁴ Dona Fíica I, Dina Fíica II, Nova Aurora, São Cristóvão, Jardim Esperança e Primavera são bairros com expressiva parcela dos habitantes ocupada por *assalariados rurais urbanizados*. Conforme pode ser observado no mapa da página 119, estes bairros se localizam fora da Avenida Contorno, a qual circunscreve os demais bairros conforme a Planta original da cidade. Assim, é possível inferir que a ocupação do espaço por parte destes trabalhadores rurais conformou um determinado modelo de produção social do espaço, o qual os alijou do fácil acesso aos equipamentos urbanos localizados no centro da cidade. Esta questão foi amplamente discutida na dissertação de mestrado do autor. (XAVIER, 2010).

⁷⁵ Embora as questões atinentes à raça/etnia, bem como àquelas atinentes a gênero não sejam preocupação da presente tese, considera-se que estas devem ser consideradas, ainda que brevemente. Neste particular, entende-se que as relações de trabalho no campo brasileiro, sobremaneira as relações de trabalho dos *assalariados rurais urbanizados*, se constituem a partir da simbiose entre raça/etnia, gênero e classes sociais. É nesta perspectiva que Maria Aparecida de Moraes Silva tem empreendido seus estudos sobre os trabalhadores temporários do estado de São Paulo. Fundamentada na ideia de nó, postulada por Heleieth Saffioti, é que Moraes Silva apreendeu tais relações de trabalho em sua tese de livre-docência (*Errantes do fim do século*), em cujo prefácio Saffioti menciona que: “*A figura do nó foi usada por mim para mostrar, simultaneamente, a simbiose entre o racismo, o sexismo e as classes sociais, assim como deixar aberta a possibilidade de se puxar uma ou outra ponta dos eixos que o formam, para se realizar um escrutínio mais acurado.*”

pois, à relação homem-natureza e seus colorários por sobre a memória e outros aspectos do *fenômeno humano total*. Em *As formações econômicas pré-capitalistas*, ao afirmar que “*de um lado, temos o indivíduo vivo, do outro a terra como a condição objetiva de sua reprodução*”, Marx (1985, p. 77) busca evidenciar que a instância prático-sensível da vida resulta desta complexa interação metabólica entre o ser e seu espaço. Aqui, ele trata do que chama *atitude* em relação à terra, a fim de apontar como se instaura sua existência. Retomemos nossos apontamentos acerca da memória com base em Paul Ricoer: a manipulação da memória sobre Goianésia, a qual brevemente nos propusemos apreender, desdobra-se de relações de poder que tem como essência o divórcio entre o homem e a terra.

Voltamos, portanto, à defesa do que denominamos como uma *memória desefetivada*. É por considerar que os homens não produzem apenas mercadorias, mas também obras, sensações, imaginários, representações, que partimos do seguinte raciocínio: Na medida em que as relações de trabalho, no modo de produção capitalista, são estranhadas, ao transformar a natureza, os colorários desta relação serão, por sua vez, produtos de um processo denominado como estranhamento. Desta sorte, ao se objetivar em mercadorias, o homem torna-se desefetivado de sua humanidade, sendo que esta desefetivação realiza-se nas múltiplas dimensões de sua existência: nos símbolos, signos, sinais, nas memórias e, fundamentalmente, em suas representações. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx considera o estranhamento como expressão fenomênica da alienação. Acompanhe:

Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens. (MARX, 2004, p. 87).

Estamos, aqui, ancorando as noções de uma memória manipulada a um processo de *desefetivação da memória*, o qual extirpa do trabalhador o direito de materializá-la, seja por meio de registros escritos ou de objetos como monumentos e instituições como museus. Prova disto é que quando se implementa e se inaugura um museu ou qualquer outro espaço para retratar a história de operários ou outros grupos sociais subalternizados, a iniciativa é quase sempre institucionalizada, cumprindo os desideratos de um Estado-nação, e não pelos/para os próprios

sujeitos portadores destas memórias e que, portanto, vivenciaram efetivamente os eventos históricos. Parafraseando Lima Filho (2010, p. 201): “*Totens patrimoniais emblemando classificações sociais.*” Neste sentido, é como se a uma memória do vivido se opusesse uma memória do concebido, a memória do patronato, cujo domínio econômico extrapola a dimensão das relações de trabalho e se instaura no plano da reprodução da vida, na cotidianidade. A isto se devem as representações que maculam a essência das coisas.

Poder-se-ia afirmar que a memória do concebido é, por seu turno, a memória das representações fetichizadas, pois que resultante de relações essencialmente estranhadas em que o cerne é a cisão entre o homem e o meio. Contrária a ela, a memória do vivido consiste na superação destas representações, é a memória do uso, a memória do gozo em plenitude. O pensamento lefebvriano, sustentação teórica de nossos apontamentos e reflexões, é metafilosófico, ou seja, vislumbra a superação da própria filosofia tentando subvertê-la por meio de um projeto em que pensamento, sensação e ação seriam inseparáveis. Como já foi dito, ele é triádico; No que tange a relação entre o homem e a natureza, ela se dá a partir de três instâncias: a social, a mental e a física, cujos correspondentes metafilosóficos são o concebido, o percebido e o vivido (LEFEBVRE, 2000). Enquanto representações, essas três instâncias se tratam das representações do espaço, espaços de representação e práticas espaciais, sendo que a prática espacial se trata efetivamente da insurreição do uso (LEFEBVRE, 2006).

A TRÍADE NA METAFILOSOFIA DE HENRI LEFEBVRE

Instância Social	Instância Mental	Instância Física
Concebido	Percebido	Vivido
Pensamento	Sensação	Ação
Representações do espaço	Espaços de representação	Prática-espacial
Valor de Troca	—	Valor de Uso

Fonte: XAVIER, Glauber Lopes (2011).

Partindo destes pressupostos teórico-filosóficos e metodológicos, é que trilharemos um percurso um tanto sinuoso no sentido de apreender uma memória do vivido, do uso, da prática espacial, engendrada pelos *assalariados rurais urbanizados*. Muito já se tratou, no âmbito da sociologia rural, sobre relações de exploração-dominação vivenciadas pelos trabalhadores rurais. Não se pode negá-las, mas é oportuno enveredar por caminhos pouco visitados, na tentativa de se decifrar as estratégias de resistência elaboradas no plano da vida cotidiana destes trabalhadores.

4.3 “...TINHA ALEGRIA, TINHA ALEGRIA”⁷⁶: MEMÓRIAS DO VIVIDO E A INSURREIÇÃO DO USO NO ESPAÇO SOCIAL DOS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS

Sentia a reação de animação, teve até sanfona, dançava, era...tinha alegria, tinha alegria, tocava, dançava na pista. O pessoal num era assim tristonho porque tava reivindicando o deles. Tinha fogos também, até foguetes soltava.[...] Levava sanfona pra festa, era uma alegria enorme do pessoal, tinha gente que as vezes ia só por conta daquela festa, fazer o povo farrear. (Entrevista com Sr. Nativo)

Foi com enorme entusiasmo que o Sr. Nativo (trabalhador negro de 49 anos, morador do bairro Dona Fíica I, natural de Barro Alto, o qual cortou cana durante 28 anos) disse estas palavras. Seus olhos reluziam ao narrar como eram os momentos festivos promovidos pelos trabalhadores durante as manifestações, as quais, segundo ele, não foram poucas no decurso dos anos 80. Era como se ao narrar, Nativo estivesse experienciando as mesmas sensações de outrora, considerando que o corpo fora e é o invólucro das representações pelas sensações que percebia e percebe. Neste sentido, aponta Bosi (1987, p.9), “*a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações.*”

Com vasta experiência no corte de cana, tendo trabalhado durante 28 anos ininterruptos, este *assalariado rural urbanizado* presenciou diversos conflitos entre usineiros e trabalhadores. Como fica claro na fala do Sr. Nativo, as reivindicações

⁷⁶ Palavras ditas pelo Sr. Nativo.

não impediam a festa, a animação, a alegria, o gozo. Eram momentos cuja energia da liberdade se contrapunha ao domínio de um cotidiano perverso. Os trabalhadores, movidos pela música, compartilhavam o riso, o devaneio. Ali, os corpos não cumpriam os ritmos intermitentes do trabalho exaustivo, mas o ritmo do prazer, não o ritmo de um tempo concebido com a finalidade de se extrair mais-valia, mas o ritmo do vivido, não a repetição, mas o diferencial, a *poièsis* que toma de assalto as pulsões demasiadamente humanas, a presença de um gozo até então ausente. “Assim, a alegria e o prazer são uma presença, enquanto que a dor resulta de uma falha (aquela de uma função, órgão ou uma pessoa, objeto, um ser).”⁷⁷ (LEFEBVRE, 1992, p. 22).

São estes momentos que, conforme os postulados lefebvrianos, anunciam o novo, o inesperado. Eles não cumprem, por sua vez, uma perspectiva linear dos acontecimentos. A teoria dos momentos, propugnada por Lefebvre, coloca-se, segundo o próprio pensador, “[...] *contra o bergsonismo e informa o continuum psicológico defendido pela filosofia de Bergson.*” (LEFEBVRE, 1961, p. 342). Mais pormenorizadamente, os momentos se descortinam no vivido, cujo movimento não é linear, mas descontínuo e dialético. A seguinte passagem de José de Souza Martins (2008, p. 125), extraída de uma entrevista⁷⁸ sobre história e memória concedida pelo sociólogo brasileiro, elucida muito bem esta crítica:

As ciências humanas só agora estão descobrindo o nexo desse resíduo da Filosofia, que é a vida cotidiana, com a História propriamente dita. Essa descoberta, porém, para se firmar, depende ainda de um minucioso trabalho de reatamento das manifestações imediatas e aparentes das relações sociais com os seus resultados e significações duradouros e históricos. Ela passa, portanto, pelo vivido, mas o vivido com significado. O vivido, porém, é contraditório: a intenção muitas vezes equivocada do fazer está numa relação de desencontro com aquilo que é feito. A história real se desenrola, pois, no claro-escuro do percebido e do concebido, por meio do vivido, como sugere Henri Lefebvre. Isto é, o cotidiano não é o meramente residual, como pensavam os filósofos, mas sim a mediação que edifica as grandes construções históricas, que levam adiante a humanização do homem.

Destarte, contemplar as ações dos sujeitos é contemplar o plano da vida cotidiana, preche de *enigmas* e *revelações*, como coloca o sociólogo português

⁷⁷ Trad. do autor: “*Pourtant, la joie et le plaisir ont une présence, alors que la douleur résulte d’une absence (celle d’une fonction, d’un organe, ou d’une personne, d’un objet, d’un être.*”

⁷⁸ Esta entrevista compõe a 2ª parte da obra de José de Souza Martins intitulada: *A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2008.

Machado Pais (2003, p. 29): “*Ora é nestas rotas – caminhos de encruzilhada entre a rotina e a ruptura – que se passeia a sociologia do quotidiano, passando a paisagem social a pente fino, procurando os significantes mais do que os significados [...]*.” A ruptura é, como anunciamos, o ensejo do vivido, o qual se volta em oposição ao concebido. Quando apenas prenunciada, esta ruptura reside nas franjas de um concebido em crise latente. O vivido demarcado pelo corpo que dança, que emite os sons do riso, que é tomado pela vibração dos instrumentos musicais opõe-se ao corpo esfalfado pelo trabalho extenuante, um corpo concebido em sua forma e conteúdo conforme as estratégias do capital. Com efeito, um corpo concebido para atender o ritmo das máquinas, as atuais concorrentes dos postos de trabalho dos cortadores de cana⁷⁹.

Especialmente na última década, foram inseridas centenas de máquinas colheitadeiras nos canaviais goianos, o que tem levado à intensificação dos processos de trabalho dos cortadores de cana, uma vez que estas máquinas passaram a representar uma forte ameaça aos empregos. Assim, se durante os anos 80 um trabalhador cortava em média 6 toneladas de cana durante um dia de trabalho, atualmente este trabalhador tem cortado entre média 12 toneladas de cana em apenas um dia. (ALVES, 2006). Há, no entanto, áreas cujo terreno é acidentado, sendo que as máquinas não conseguem adentrar. Desta sorte, aos trabalhadores têm restado as piores canas para o corte, conforme fica patente na fala do Sr. Toinzinho, negro, 47 anos, natural de Pirenópolis, morador do Jardim Esperança e que trabalhou nesta atividade durante dez anos: “*O trabalhador só corta o que é sobra, o que a máquina não consegue cortar, o que é ralera.*” Esta realidade, somada à concorrência pelo trabalho explica, por sua vez, porque estes corpos têm sido paulatinamente esfalfados e muitas vezes movidos pelo uso de repositores hidroeletrólitos⁸⁰ e injeções de glicose, o que ocorre com os *assalariados rurais urbanizados* de Goianésia, conforme nos relatou o Sr. Nativo:

⁷⁹ Este mesmo processo foi averiguado por pesquisadores de outros Estados, como no Estado de São Paulo, maior produtor de cana-de-açúcar do país. Sobre este assunto, ver: Moras Silva, Maria Aparecida. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

⁸⁰ Produtos formulados a partir de concentração variada de eletrólitos, associada a concentrações variadas de carboidratos, com o objetivo de reposição hídrica e eletrolítica decorrente da prática de atividade física.

Tem uma injeção lá que eles toma né., sei nem o nome dela não que eu nunca usei. Acha nas farmácia mesmo, vai lá compra a injeção fica bom de serviço, corta muita cana. Aí muita gente da o nome dela de formol que aplica em defunto né, pra reagir né, muita gente brinca às vezes com essa brincadeira. Só que muitos num guenta ela né. (Entrevista com o Sr. Nativo).

Noutros casos, como no Estado de São Paulo, um corpo que chega a ser movido pelo uso do crack (ANDRADE, 2003), atestando a situação de penúria que padecem milhares de trabalhadores rurais de todo o país, geralmente migrantes que saem de seus estados de origem em busca por dias melhores. Nosso intuito, aqui, é, ainda, o de demonstrar que estas reflexões podem partir de dimensões que merecem ser exploradas com mais profundidade por algumas áreas do conhecimento, como a questão do corpo pela sociologia rural. Se por um lado o uso do corpo no momento da festa deslinda o vivido, por outro, suas marcas permitem a apreensão dos processos de dominação a que este corpo foi ou é submetido. Uma dominação que contemporaneamente remete a alguns elementos da alta modernidade, como o corpo movido por drogas, uma das críticas de Paul Virilio (1996, p. 93) ao tratar do homem superexcitado.

Depois da ingestão de alimentos reconstituintes, frutos da agricultura, preparam para nos fazer digerir, nos alimentarmos de produtos dopantes de todas as origens, não somente químicos com a voga dos excitantes modernos – como o álcool, o café, o fumo, a droga ou os anabolizantes – mas também técnicos com os produtos da biotecnologia [...].

Assim, não há de nos assustar se em breve forem noticiados resultados de pesquisas no campo da biotecnologia que permitam, com base em informações genéticas, a produção de trabalhadores mais eficientes, resistentes às intempéries desta atividade laboral. Por enquanto, não cessam de serem apresentadas pesquisas sobre o desenvolvimento de equipamentos que possam ser acoplados aos corpos dos trabalhadores para a obtenção de maior produtividade. Consumo do corpo para acumulação de capital, eis a lei de extração de mais-valia. Como notara Foucault (2008, p. 182):

Na verdade os dois processos, acumulação de homens e acumulação de capital, não podem ser separados; não teria sido possível resolver o problema da acumulação de homens sem o crescimento de um aparelho de produção capaz ao mesmo tempo de mantê-los e de utilizá-los; inversamente, as técnicas que tornam útil a multiplicidade cumulativa de homens aceleram o movimento de acumulação de capital. A um nível menos geral, as mutações tecnológicas do aparelho de produção, a divisão do trabalho, e a elaboração das maneiras de proceder disciplinares mantiveram um conjunto de relações muito próximas.

Isto aponta para os possíveis efeitos danosos das novas tecnologias. É necessidade premente questionar os rumos das pesquisas e suas aplicabilidades. Retomando os resultados danosos à saúde dos trabalhadores em decorrências dos processos de trabalho na atividade canavieira, os relatos do Sr. Nativo são bastante esclarecedores. Questionado se já tivera algum acidente de trabalho, Nativo nos disse:

Já tive. Já tive uma quebradura nesse dedo, alejado pelo podão. Tinha muitos casos assim, furadura no olho né...ficou cego. Colega meu mesmo, Zé Maria, ele hoje anda de muletas, a idade eu num sei, mas é um cara novo... (Entrevista com o Sr. Nativo).

Assim, os processos de exploração-dominação ficam incrustados por toda a vida nos corpos e nas memórias destes trabalhadores. A perda de um membro do corpo, ou sua debilidade total ou parcial, consiste na instância primeira da espoliação destes homens e mulheres das possibilidades de sua emancipação, na medida em que o corpo é “[...] *a referência revolucionária da universalidade do homem no contraponto crítico e contestador à coisificação da pessoa e à exploração do homem pelo homem [...]*” (MARTINS, 1999b, p. 53). Deste modo, os olhos que se tornaram cegos e as pernas que passaram a depender das muletas expõem a desefetivação destes trabalhadores através de um trabalho que desumaniza, tornando mais fácil compreender porque suas histórias nunca foram consideradas.

Se elas não foram consideradas, é pelo fato de que os *assalariados rurais urbanizados*, na sua instância elementar (o corpo), não o foram. São trabalhadores que convivem com uma série de sintomas e que por eles tem a definição de “borrados”, o que segundo Moraes Silva (2011, p. 18), ocorre quando são “*acometidos por câimbras, desmaios, diarreias, dores fortes na coluna, impossibilitados de qualquer movimento corporal. Há também que se considerar aqueles mutilados, os que foram descartados do trabalho antes de completarem o tempo regulamentado pela legislação para obtenção de aposentadoria.*” A negação de suas memórias, de suas histórias remete, inadvertidamente, à negação de seus corpos.

Ainda sobre os relatos do Sr. Nativo, além destes acontecimentos, ele nos contou sobre mortes decorrentes de enfartes, além de vários casos de queimaduras, segundo ele “horríveis”, que trouxeram sérios danos à saúde de muitos

trabalhadores. Mas as adversidades do corte de cana não param por aí. Recordando sobre os acidentes de trabalhadores em caminhões durante os anos 1980, o que acontecia com bastante frequência, bem como mortes por choques elétricos, o Sr. Nativo nos fez a seguinte descrição:

Era tudo fininho, embaixo era aquelas gradinha de ferro mesmo, ferradinha né. Então geralmente a gente pisava ali o caminhão tava meio estragado aquela coisa, saia uma parte daqueles ferrinho aí a gente batia o pé dentro ali, machucava, quebrava, já quebrou o pé ou só machuca...Teve mortes com energia elétrica já teve...Eu tive um problema, eu num lembro, nois jogava cana, trabaiaava plantando a cana, ele pegou e ergueu a cana pra cima, hora que levantou a cana pegou no fio de energia, 200 num sei quantos lá, quilowatts, aí ele caiu, caiu, aí um irmão meu foi inda tacou a mão na boca dele, mas já tava na ânsia da morte, queimou...aqueles preguinho da botina dele foi queimado tudo, então geralmente já teve esse tipo de acidente sim, horrível com certeza...(Entrevista com o Sr. Nativo).

Indubitavelmente, esta realidade remete aos períodos mais perversos da revolução industrial. Nos dizeres de Moraes Silva (1999), ela é a realidade dos “*corpos frágeis*”. Nas andanças que tenho feito pelos canaviais e pelos bairros predominantemente habitados por *assalariados rurais urbanizados*, é trivial o contato com trabalhadores que aparentam ter entre 45 e 50 anos quando aos 30, ou 70 anos ou mais quando aos 50. É, portanto, nos mesmos corpos que são treinados para que o corte da cana seja realizado com maior habilidade que são instauradas as marcas dos processos de exploração advindos do trabalho árduo. Corpos que são disciplinados para o melhor uso do podão, que passam por um período de adaptação e adestramento tendo em vista a assimilação das etapas requeridas pela atividade “*No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido.*” (FOUCAULT, 2008, p. 130). Estes mesmos corpos, quando não mais se apresentam com o mesmo vigor e habilidade tornam-se peças de descarte, como que ferramentas carcomidas pela ferrugem. As causas de uma precoce inutilidade destes corpos para o corte de cana ficam evidenciadas pela descrição que Alves realizou acerca do trabalho nos canaviais, conforme segue:

Um trabalhador que corta 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho realiza as seguintes atividades no dia: Caminha 8.800 metros; Despende 133.332 golpes de podão; Carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média; portanto, faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros; Faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicas para golpear a cana; Perde, em média, 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte do interior de São Paulo, sob os efeitos da poeira, da fuligem

expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal. (ALVES, 2006, p. 96)

Estes números revelam as atrocidades atinentes ao corte de cana. Em decorrência de processos tão desumanos, a que muitos trabalhadores foram submetidos por mais de duas décadas, é que seus corpos, já aos 40 anos, não interessavam mais às usinas. Nas memórias do Sr. Nativo, são recorrentes vários casos de trabalhadores que foram pressionados pelas usinas para que pedissem demissão. Em suas palavras: *“Eles ia deixando a pessoa, até a pessoa resolver pedir conta, que a conta cê sabe, tem uns quarenta por cento a menos né. Aí o trabalhador tava perdeno, então o que eles fazia era dessa maneira.”* (Entrevista com o Sr. Nativo).

Note, portanto, a ardileza do patronato no sentido de “*deixarem de lado*” os trabalhadores considerados inúteis até que estes pedissem demissão, o que significava redução de custos em direitos trabalhistas. Este era, pois, o mecanismo mais cômodo a quem sempre deteve o poder político coadunado ao poder econômico, um mecanismo típico dos representantes do “*poder do atraso*”. Conforme definição de José de Souza Martins (1994), o “*poder do atraso*” consiste na manifestação de temporalidades históricas distintas. É assim que mesmo nos tempos hodiernos a política brasileira é caracterizada pelo domínio de grandes proprietários de terras, remetendo ao domínio exercido pelo coronelismo. *“Os antigos coronéis e fazendeiros foram substituídos pelos usineiros e fazendeiros via novos mediadores, sob a égide do Estado e dos aparatos jurídicos.”* (MORAES SILVA, 1999, p. 19).

É oportuno compreender que a reunião entre estas esferas de poder constituem a base deste microcosmo de dominação, o espaço social, sobre o qual muito os trabalhadores têm a nos dizer. Por exemplo, sobre a perseguição a trabalhadores que participavam ativamente das greves, bem como de outras manifestações por melhorias salariais e de condições de trabalho. No que concerne este assunto, as memórias do Seu Salvador (negro, morador do Jardim Esperança, 53 anos e cortador de cana há mais de 20) são preciosas por denotarem processos vividos e, como nos demais casos, mediados pelo trabalho, pois que *“o que rege, em última instância, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra.”* (BOSI, 1987, p. 23). Esta função social ocupa considerável

importância nas memórias do Sr. Salvador, mas não pelo que ela resultou em termos de ganhos, mas de perdas, materiais e principalmente simbólicas.

4.4 DEZ ANOS LONGE DE CASA: NAS TRAMAS DA MEMÓRIA, AS EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS DE SEU SALVADOR

O primeiro contato com Seu Salvador, trabalhador rural negro, morador do bairro São Cristóvão, natural de Vila Propício, Goiás, se deu em 2011 quando da realização parcial da pesquisa de doutoramento. Sua trajetória de vida, suas experiências subjetivas, bem como outros elementos atinentes aos processos nos quais este trabalhador estivera envolvido, incitaram o interesse em produzir um fragmento da tese com base em suas memórias. Seu Salvador é daqueles sujeitos sociais cujas experiências descortinam um vertiginoso campo de temporalidades e espacialidades, portanto, de *territorialidades*. Do mesmo modo, de conflitualidades, as quais permeiam boa parte de suas narrativas e desvelam clivagens de toda sorte. Sua história de vida, pode se dizer, retrata a história de muitas vidas outras. Suas particularidades, nalgum ponto, tocam particularidades outras, suas singularidades e diferenças encerram identidades. E assim, as experiências de Seu Salvador conformam um mundo de experiências, de relações espaço-temporais.

As *territorialidades*, com efeito, se instauram enquanto materialização das experiências espaço-temporais, o engendramento de um *socius*, de modos de agir, sentir e pensar. “*A máquina territorial primitiva codifica os fluxos, investe os órgãos, marca os corpos.*” (DELEUZE, GUATTARI, 1976, p. 191). Ou, ainda, conforme Certeau (2008, p. 231): “*A pele do empregado é o pergaminho onde a mão do patrão escreve.*” (CERTEAU, 2008, p. 231). Sendo, portanto, o corpo uma territorialidade, é possível apreender os processos de *territorialização*, de *desterritorialização* e de *reterritorialização* a partir dele. Ademais, a inscrição territorial nos corpos é que, segundo Deleuze e Guattari produz a memória. Acompanhe:

O signo é posição de desejo; mas os primeiros signos são signos territoriais que fincam suas bandeiras nos corpos. E se quisermos chamar ‘escrita’ a esta inscrição em plena carne, então, é preciso dizer, com efeito, que a palavra falada supõe a escrita, e que é este sistema cruel de signos

inscritos que leva o homem a ser capaz de linguagem, e lhe dá uma memória de palavras. (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 184).

Interessa, aqui, privilegiar o drama social de muitos *assalariados rurais urbanizados* a partir das experiências de *desterritorialização* vivenciadas pelo Seu Salvador. Para tanto, valemo-nos de suas memórias sobre tais processos. O ano era 1989. À época contando apenas 31 anos de idade, Seu Salvador trabalhava, como cortador de cana, em uma grande usina do município de Goianésia. Considerado um importante líder grevista, este trabalhador intensificou sua participação nos movimentos durante o período, o que resultou em um processo de perseguição levado a cabo pela usina na qual trabalhava, eclodindo em sua demissão e, por conseguinte, no que segundo ele próprio denominou como “marcação” por parte de todos os empregadores da cidade. Neste caso, o trabalhador foi impedido de trabalhar em outra usina ali localizada, uma vez que sua atuação nos movimentos grevistas tornara-se do conhecimento de todos. Conforme suas palavras: “*As firma é ligada umas com a outra. Se ocê tive um problema numa, num precisa nem tentar, só se sair pra fora...*” Esse mecanismo persecutório utilizado pelas usinas foi destacado por Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) em pesquisa realizada no Estado de São Paulo. Trata-se das chamadas “listas negras”, uma prática antiga das usinas para coibir as ações de greve.

Por conta disso, restou ao Seu Salvador a decisão de mudar de cidade, sendo que este só retornou para Goianésia no ano de 1999, portanto dez anos após o ocorrido. Ao comentar sobre este fato, ele disse: “*Eu entrei em 89....Aí depois saí, sabe, fiquei dez anos afastado, por causa disso aí, ser grevista...*” O questioneei, ainda, se neste ínterim ele havia feito tentativas de se empregar novamente em uma das usinas da cidade, do que este me respondeu: “*Fiquei dez anos trabaiano nas outras usina pra fora...Tinha vez que eu fazia cinco ficha, mandava pra lá, minhas ficha acho que nem lá ia...*” Este lá à que se refere Salvador se trata dos escritórios das Usinas, nos quais seu nome já havia passado a fazer parte das chamadas “listas negras”. Conforme o próprio Seu Salvador havia me dito, ele foi vítima de uma “marcação”, marcado para sofrer todas as agruras de um processo ultrajante de *desterritorialização*. Ser marcado é, simbolicamente, ser destinado a uma nova *territorialidade*, distante dos referenciais, dos códigos de pertença, dos laços

identitários com o lugar. É, no limite, a absoluta ausência de *sentido da vida*, porque ausente o *sentido da terra*. (NIETZSCHE, 1983).

É pelo fato de não ter, em seu corpo e mente, assimilado o *socius* requerido pela ofensiva *territorializante* da usina, que este trabalhador tornara-se um *desterritorializado*. Assim, o *socius* engendrado no plano da vida cotidiana não foi forte o bastante para capturar, por completo, suas idiossincrasias. De alguma forma suas convicções, seus valores e costumes se opunham ao esperado, de sorte que este não se assemelhava ao chamado “bom” cortador de cana. Conforme elucida Moraes Silva (1999, p. 84):

No que tange aos trabalhadores “bóias-frias”, além da diferenciação sexual, há outras relativas aos aspectos valorativos: o “bom” trabalhador cuja qualificação não passa apenas pelo maior dispêndio de força, energia (“bom” cortador de cana), maior habilidade com as mãos (“bom” apanhador de café ou laranja), mas também pelos caracteres pessoais impregnados de valores morais [...]

Conforme me disse o Seu Salvador, além de organizar greves, era habitual sua ida aos botecos e às festas, comportamento que não era aprovado pelos fiscais das usinas. Durante os anos 1980 era comum o chamado “toque de recolher”, o qual, em nome da ordem pública, buscava coibir os momentos de alegria dos trabalhadores, marcados pela insurreição do uso e o imperativo do gozo. Cumpre compreender que a tessitura das memórias do Seu Salvador são urdidas a partir de experiências territoriais, a partir da cultura, do modo de vida, das representações, do imaginário que estão investidos em processualidades históricas. Nesse particular, as temporalidades deslindam os sentidos da *desterritorialização*.

As condições que destituíram Seu Salvador do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) foram gestadas noutros processos de despossessão. Destarte, a *desterritorialização* imbuída na saída do Seu Salvador de Goianésia consistiu num desdobramento de processos de *desterritorialização* no Brasil colônia. Por isso, é fundamental registrar que este trabalhador se trata de um homem negro assim como tantos outros *assalariados rurais urbanizados*, o que remete a todos os elementos que conformaram o regime escravocrata no país. Assim, a primeira *desterritorialização* foi a da diáspora, a da saída forçada de aproximadamente quatro milhões de africanos de seu continente para o território brasileiro. Para além do aspecto econômico com a submissão de homens e mulheres ao trabalho escravo,

foi promovida uma violência cultural, demarcada pela imposição de valores, referenciais, sistemas simbólicos, enfim, um processo de *desenraizamento* para fazer uso do termo empregado por Simone Weil (1979). A *desterritorialização* de que se ocuparam Deleuze e Guattari envolve o processo de desenraizamento. A violência cultural, neste sentido, reside no binarismo constituído pelo confronto entre o “civilizado” e o “bárbaro”. Ela é, ipso facto, territorial na medida em que operada a partir da relação de domínio da metrópole sobre a colônia.

Desta sorte, *territorializar* os processos vai além de circunscrevê-los geograficamente, embora esta seja uma condição indispensável de toda e qualquer empresa de *territorialização*. Levando em conta as múltiplas determinantes da identidade do Seu Salvador, especialmente sua cor e a atividade laborativa na qual este despende sua força de trabalho, é basilar esse exercício histórico. Trata-se de um homem negro submetido a precárias relações de trabalho, espoliado do direito a terra para plantar e viver. É nesse processo de datação, de apreensão da história, que compreendemos o entrelace entre raça/etnia e classes sociais no campo brasileiro. Além do processo diaspórico, a *desterritorialização* vivenciada pelos negros no Brasil se estabeleceu quando estes foram aliados do acesso a terra. Neste particular a Lei de Terras, promulgada em 1850, firmou-se enquanto um instrumento fundamental na manutenção da estrutura agrária altamente concentradora, reprodutora das mazelas no campo brasileiro. Do mesmo modo, uma série de leis voltadas para o campo, como o Estatuto do trabalhador rural que contribuiu para a proletarização no campo. (CAIO PRADO Jr., 2000).

Assim, a *desterritorialização* de outrora clarifica processos de *desterritorialização* mais recentes na história do Brasil. Importa compreender que tais processos, a despeito de suas clivagens, possuem um ponto nodal, qual seja o elemento cultural e, assim, sua dinâmica de produção e reprodução, o aspecto territorial a partir do qual a cultura é engendrada e um *socius* é *territorializado*. Há, portanto, uma ligação entre a escravidão dos antepassados e a condição dos “bóias-frias” em tempos hodiernos. Apreendê-la requer profunda sutileza de análise. É nas filigranas da história que são reproduzidos e ressignificados os mecanismos de poder, de tal sorte que as explicações centradas apenas no campo econômico não fornecem subsídios para uma explicação de maior envergadura.

Conquanto explorados e espoliados em múltiplas dimensões da vida, os trabalhadores rurais de algum modo assimilaram novas condutas requeridas pelo patronato e passaram a desempenhar as atividades atinentes a novas formas de acumulação de capital no campo. Há que se considerar que a modulação de um *ethos* social é condição *sine qua non* para que determinados processos de exploração da força de trabalho possam se instaurar. Depreende-se disto que no decurso do tempo o patronato valeu-se de instrumentos de coerção da força de trabalho com base em fenômenos passados, como o do trabalho escravo. Infere-se, aqui, que processos de ressignificação das relações de poder permitiram que novas *territorialidades* fossem constituídas e, por seu turno, que *reterritorializações* pudessem se estabelecer.

Assim, não basta mencionar que a manutenção de relações de trabalho não capitalistas em empreendimentos capitalistas de produção, como a parceria, a terça e a meia encontra explicação em nosso passado escravocrata. (MARTINS, 2010). É preciso levar a termo o fato de que estas relações de trabalho de algum modo recuperam o tecido social de um país submerso por quatro séculos na escravidão. Portanto, que elementos de uma identidade social conformada durante o período escravocrata entoaram as relações sociais e de trabalho pós-abolicionismo. O processo de subalternização dos negros no Brasil pode, por sua vez, ser iluminado levando-se em conta o mosaico cultural que fora elaborado ao longo dos séculos e que reluta em se manifestar nos dias de hoje. Assim como muitos trabalhadores, é na cidade que a população negra se *reterritorializa* a partir da primeira metade do século XX. Agora, na condição de trabalhadores assalariados em relações tipicamente capitalistas. Daí o recrudescimento do emprego dos chamados trabalhadores temporários, volantes ou “bóias-frias”, cuja força de trabalho é despendida no campo, mas as relações sociais são forjadas no espaço urbano. (XAVIER, 2010).

As experiências vividas por Seu Salvador apontam para o caráter desta *reterritorialização*. A capitalização das relações de trabalho no campo *pari passu* a saída de legiões de trabalhadores para as cidades delineou as mazelas desse processo. A espoliação rural fora acompanhada pela segregação urbana e todos os efeitos deletérios que dela resultam, tais como criminalidade, pobreza e exclusão

social. Acompanhando o que o geógrafo Milton Santos (2007) registrou em sua obra *O espaço do cidadão*, no Brasil os “bóias-frias” são os que mais sofrem os problemas sociais rurais e urbanos. São, seguramente, os que menos se apropriam do espaço urbano, os que menos detêm o direito à cidade, à cidade enquanto habitar e não habitat, uma cidade efetivamente voltada para o uso e não para a troca. (LEFEBVRE, 2001). Em geral as cidades que circundam as plantações de cana de açúcar são concebidas para atender a dinâmica econômica do campo, de modo que outros elementos atinentes à reprodução social são colocados em segundo plano. O caso do município de Goianésia é emblemático. Toda a dinâmica de vida, o cotidiano e a cotidianidade operam-se consoante as necessidades da monocultura canavieira. É assim que um modo de vida é *territorializado* ou um *socius* é constituído, imprimindo no lugar um sistema de condutas aceitáveis.

A história do Seu Salvador desvela o embate promovido contra este *socius*, na medida em que o alijamento de que foi vítima desdobrava-se de um comportamento considerado subversivo não apenas no tocante ao trabalho, por meio das greves e manifestações, mas também e fundamentalmente no tocante a seu modo de vida, posto que um trabalhador dado aos prazeres do sexo e da bebida. O retorno do Seu Salvador a Goianésia possui um componente que corrobora para esta inferência. Ao questioná-lo sobre como se deu este retorno, este enfatizou o fato de que havia se tornado evangélico e que não mais fazia o uso de bebida. Conforme suas palavras: “*Eu mesmo, graças a deus, virei evangélico. Depois que eu virei evangélico aí melhorou demais sabe.*” Ademais disto, Seu Salvador me disse que depois de seu retorno ele nunca mais participou das greves e manifestações, tendo passado a cumprir todas as exigências do patronato.

É notório que o processo de *reterritorialização* deste trabalhador, o qual se estabeleceu com seu retorno a Goianésia, consistiu na negação de um passado de lutas, no silenciamento de um homem que não temia perseguições. A experiência de ruptura com o lugar, com seu território, foi para Seu Salvador segundo me disse, das piores que já passou em toda sua vida. Ela foi profunda o suficiente para promover, neste homem, a *territorialização* de um *socius* que atende aos interesses econômicos do patronato. Ao tornar-se um trabalhador dócil e disciplinado, conforme Foucault (2008) discute em *Vigiar e Punir*, Seu Salvador incorporou as premissas de

um *ethos* social particular a realidade dos demais “bóias-frias”, Seu comportamento tornou-se, segundo ele mesmo, individual, do que eu diria individualista, na acepção antropológica conferida por Dumont (1985). É possível pensar este individualismo, ainda, na perspectiva de Castel (1998), um individualismo “negativo” “*porque se declina em termos de falta – falta de consideração, falta de seguridade, falta de bens garantidos e de vínculos estáveis.*” (CASTEL, 1998, p. 598). Como sopesou Milton Santos, falta de cidadania.

É sabido que outros elementos que arvoraram, sobretudo na última década, concorrem para a afirmação desse comportamento individualista, como o fortalecimento da prática de consumo por parte dos trabalhadores, mas é inegável que a experiência de *desterritorialização* vivenciada por Seu Salvador imprimiu, neste trabalhador, um novo *socius*. Neste caso, de negação do humano e reprodução das relações sociais requeridas pelo patronato. O recurso às memórias, no entanto, mais que seu próprio conteúdo, nos forneceu um componente singular, qual seja o fato de que mesmo tendo sido culturalmente capturado pelas imposições da usina e de seu patronato, Seu Salvador atendeu a nosso pedido e nos contou um pouco sobre suas experiências territoriais. Consideramos que o ato da fala de Seu Salvador, de algum modo, sublima a opressão sutil e simbólica do silenciamento. Talvez este homem, assim como muitos trabalhadores, não esteja realmente silenciado, mas relutando contra suas próprias forças a fim de manter-se naquele que considera o seu lugar para que não mais sinta o drama de viver dez anos longe de casa.

Para outros trabalhadores, as questões relacionadas à perseguição levam ao silêncio absoluto ou à informação com o caráter de denúncia. Foi assim que, na busca por informações por parte do Sr. Maurício (50 anos, trabalhador rural branco, natural de Ceres, morador do bairro Jardim Esperança) a quem os demais trabalhadores se referem como um homem que possui vasta experiência nas lutas, nada obtivemos, imperando o silêncio sempre que era requerido algum relato sobre os conflitos entre usineiros e *assalariados rurais urbanizados*. Não se pode, todavia, considerar o silêncio apenas como manifestação do medo ou da resignação, mas também como uma entre várias estratégias de negação. Em muitos casos, ele significa superação de tempos difíceis, tempos que, por não serem narrados, seriam

subvertidos. O silêncio seria, pois, a subversão pelo tempo. *“Assim sendo, o silêncio, muitas vezes, caracteriza-se pela resistência.”* (MORAES SILVA, 2004, p. 57). A memória, neste sentido, se trata do *“movimento de varredura do olhar e do espírito para frente e para trás movendo-se no tempo e no espaço”*. (COELHO, 1995, p. 53). Muitas vezes, aqueles que vivenciaram os acontecimentos decidem por não verbalizar esse movimento, do que devemos compreender dialeticamente.

Outros, por outro lado, narram com detalhes os episódios de ameaças e perseguições a trabalhadores em Goianésia, envolvendo, inclusive, a presença de policiais, conforme nos disse o Sr. Nativo: *“Ameaças nois já teve [...] eles pusero, trouxe policial de fora, reforço pra Goianésia, medo das pessoa atacar os mercado, entendeu? Aí nas porta dos mercado tinha policial tudo armado...”* O Sr. Nativo se recordou, ainda, dos tiros dados por pessoas ligadas às usinas a fim de amedrontar os trabalhadores. Segundo ele: *“Já teve tiro, só que geralmente num foi pra pegar nas pessoa não, mas já teve tiro, atirou nos pés da pessoa pra pessoa sair...”* Estas palavras nos conduzem novamente à essencialidade do corpo na apreensão dos fenômenos sociais. Nunca é bastante afirmar que o corpo é a instância primeira da dominação e, ao mesmo tempo, meio que extrapola o controle, matéria que resiste pelo gesto, no ato.

O corpo percebe, introjeta, assimila, pratica aquilo que se concebe, dá conteúdo às formas no vivido e, assim, torna-se substância da experiência pregressa pela marca física que o adjectiva. A cada ruga que precocemente invade o rosto, longas jornadas de trabalho foram realizadas, a cada calo que imprime na mão aspereza, intensas lutas por melhoria das condições de vida foram deflagradas. O corpo é, mormente, ação e o que é memória senão o trabalho de se exercitar a lembrança a fim de reconstruir momentos que, em essência, firmaram-se a partir do trabalho, no vivido. Então, recordar é, por si, um ato, sendo o corpo seu fulcro no presente e outrora. O corpo acumula a opressão da vida cotidiana, o que se denota pelo que come, enxerga, ouve, mas também pelo que pensa, imagina, sonha, aspira e deseja. Somos conduzidos, portanto, à considerar que *“[...] não é pela história ensinada, mas pela história vivida que se apóia a memória”* (HALBWACHS, 1990, p. 105).

4.5 OS MICROFUNDAMENTOS DAS RELAÇÕES DE PODER NO AGRONEGÓCIO

É possível, destarte, apreender a totalidade das relações sociais a partir desta instância elementar, o corpo. Ele é o espaço, por excelência, que engendra, a partir da ação, o sentido de novos espaços. Sobre ele se recai o poder em seu âmago e, por ele, é exercido o poder efetiva e determinantemente. O corpo desvela a dialética que se instaura nos processos sociais cotidianos e, ademais disto, conforma a própria dialética quando se volta contra o real numa perspectiva crítica. *“O corpo é um tema particularmente propício a uma análise antropológica, porquanto pertence de pleno direito à estirpe identificadora do homem. [...] A existência do homem é corporal”* (LE BRETON, 2012, p. 7). Pretende-se, aqui, problematizar a condição de *assalariado rural urbanizado* a partir da importância ocupada pelo corpo, não como conceito, mas como materialidade que produz relações e também conceitos. Neste particular, o material não se limita ao econômico, mas o transpõe, entendendo que o material é tecido por sensações que mediam a produção do vivido. Desta sorte, tratar-se-á, aqui, da relação entre o saber e o real a partir do corpo.

Doravante, da relação entre o corpo do trabalhador, o qual deslinda a dominação-exploração que se exerce nas relações de trabalho, bem como nos interstícios da vida cotidiana e o corpo daquele que produz saber em nome de um pretenso discurso científico, por seu turno, o corpo do especialista, detentor do discurso competente (CHAUÍ, 1981). Interessa o encontro entre mãos vergastadas pelos resultados deletérios do trabalho nos canaviais e as mentes, por vezes consideradas “brilhantes”, dos economistas, engenheiros, dentre outros profissionais que confiam à técnica, ao mercado e ao lucro a redenção da humanidade, a fim de se desmistificar o conhecimento hodiernamente gestado nos centros e institutos de pesquisa sobre o campo. No limite, o périplo até aqui desenhado almeja implodir com a “ideologia do progresso” de que se valem os defensores do agronegócio. Neste particular, é de fundamental relevância a crítica a um conhecimento que esteia a lógica de acumulação e reprodução do capital.

Tem-se que o fenômeno de expansão do agronegócio no centro-oeste brasileiro e seus perversos desdobramentos por sobre as condições de vida e

trabalho dos homens do campo encontra, nos postulados de uma economia de extração neoclássica, legitimidade teórica e, ademais disto, política, cumprindo reconhecer que o conhecimento não é neutro no que tange suas finalidades. Pelo contrário, é dele que partem juízos como os que permitem classificar algo como manifestação do atraso ou do moderno, assegurando, por seu turno, a monocultura da mente (SHIVA, 2003b), basilar para a ofensiva da monocultura enquanto atividade agrícola. As atividades que constituem o agronegócio, por exemplo, geralmente definidas enquanto exemplificação do moderno, assim o são porque comparadas as atividades agrícolas de pequenas populações, tidas por atrasadas, de cujo atraso reside no saber do homem simples, o qual prescinde do uso de produtos químicos e tampouco de determinadas máquinas e equipamentos.

Quando se propala a importância do agronegócio, defende-se, por outro lado, uma vertente do conhecimento, útil ao mercado e não condizente com os interesses da humanidade. Neste sentido, afirmar que a inovação permite o alcance da alta modernidade e que ela assegura o ganho econômico não implica na melhoria de condições de vida das populações. Se, por um lado, esta afirmação se nos apresenta simples, por outro, reside nela o sentido de um processo que captura além das práticas do homem sobre a natureza, suas representações, arvoradas a partir de determinados cânones do conhecimento. É assim que, na medida em que o saber é legitimado pela Universidade, aplicado pelo agronegócio, o qual dele se vale e o financia na maioria dos casos, a forma se sobrepõe ao conteúdo (LEFEBVRE, 1983). As instituições desvelam, pois, sua importância quando, como forças maiores que pairam sobre as cabeças dos homens, imprimem sobre seus produtos o selo da precisão total e da garantia de que esta ou aquela criação far-se-ão úteis à humanidade.

Ora, põe-se diante de nós um paradoxo de consideráveis dimensões: o paradoxo da alta modernidade, o paradoxo que se firma da relação contraditória entre o homem e a natureza. No plano do pensamento, é bastante esclarecedora a fenomenologia de Merleau-Ponty (1980, p. 86): *“O pensamento ‘operatório’ torna-se uma espécie de artificialismo absoluto [...] concebido, por sua vez, segundo o modelo das máquinas humanas.”* É desta relação, por sua vez estranhada, que resulta um conhecimento reificado em múltiplas dimensões. Noutras palavras, na

medida em que a relação homem-natureza se estabelece no sentido de desefetivar o homem e se objetivar em mercadorias, ela alcança, no plano do conhecimento, “teorias” cujo homem é, por seu turno, desefetivado, vertido em sua inexistência. São “teorias” que partem de uma determinada corporeidade, a que assegura o cogito cartesiano. Segundo Le Breton (2012, p. 95):

A axiologia cartesiana eleva o pensamento ao mesmo tempo em que denigre o corpo. Nesse sentido, sua filosofia é bem um eco do ato anatômico, ela distingue no homem o corpo da alma, conferindo a esta última o exclusivo privilégio de um valor. A afirmação do cogito como tomada de consciência do indivíduo repousa em paralelo sobre a depreciação do corpo; ela denota a autonomia crescente dos atores de certos grupos sociais em relação aos valores tradicionais que os ligavam solidariamente ao cosmos e aos outros homens.

Com efeito, a aplicabilidade deste conhecimento redundava no périplo da negação do humano, a iniciar pela mente que o forja, pois que subsumida pelas estruturas institucionais e, a findar, pelas mãos que dos trabalhadores rurais, cujo trato da terra é totalmente desvirtuado. Enquanto do primeiro é destituída a autonomia no tocante à produção do conhecimento, do segundo é aliado o uso da terra como mecanismo de emancipação humana. Cumpre considerar o movimento dialético-material da história e, portanto, destes processos e tomá-lo como método de análise para o estudo em questão.

Instauram-se, pois, os microfundamentos das relações de poder atinentes ao agronegócio, ensejando uma ideologia que sustenta os desígnios da burguesia agrária nacional. É pelo corpo que a representação do espaço (espaço concebido) ligado ao agronegócio apresentar-se-á, para o estudioso, sinônimo de “progresso”. Para o *assalariado rural urbanizado* enquanto prática espacial (espaço vivido), este mesmo agronegócio consiste na brutal exploração de sua força de trabalho e na sua *desterritorialização*. Mais que isto, significa sua desefetivação enquanto manifestação subjetiva, a exemplo de suas memórias. Há, pode-se afirmar, uma desefetivação em múltiplas dimensões, a qual se estabelece em primeiro lugar pelo seu corpo. *“A correspondência entre a carne do homem e a carne do mundo é rompida. O homem está ontologicamente separado do seu próprio corpo, que parece conduzir, certamente fixado ao homem sua aventura singular.”* (LE BRETON, 2012, p. 95).

Para além da dimensão material, o corpo é, também, fulcro de dominação simbólica⁸¹ e subjetiva, como constatado em pesquisa realizada com os *assalariados rurais urbanizados* de Goianésia (XAVIER, 2012), assim como o é quando se trata das concepções científicas que conformam os cânones do pensamento. Tanto neste, como naquele caso, é pelo corpo que são introjetados⁸² valores, comportamentos, premissas ideológicas e, fundamentalmente, representações, seja a que conduz o *assalariado rural urbanizado* à posição de subalterno a partir da ideologia do trabalho que redime, seja a que subjuga o ser que pensa a modelos de pensamento sob orientação das vulgatas do mercado.

No tocante ao conhecimento, interessa-nos dar relevância à ciência econômica pela posição crucial que ocupa com a modernidade enquanto explicação do *sentido da terra*, como fora o malthusianismo outrora. Contrapondo à economia política, Engels elucida este aspecto com a seguinte assertiva: “[...]o *malthusianismo* é somente a expressão econômica do dogma religioso da contradição entre o espírito e a natureza e a corrupção mútua que dela recorre.” (ENGELS, 1978, p. 25). Com isto, Engels expõe a ciência em sua dimensão de matriz explicativa da relação homem-natureza conforme o período de desenvolvimento das forças produtivas. Se outrora a economia malthusiana ancorava o projeto de poder religioso, hoje a economia neoclássica ancora o projeto neoliberal, orientado conforme os desígnios do mercado. Destarte, a ciência nos apresenta sua virulência na mediação desta relação homem-natureza ao edificar sua explicação pelo sentido que seria próprio à terra. No estudo em questão, o sentido da propriedade privada da terra, do lucro, da reprodução do capital, mas fundamentalmente de domínio dos corpos, microfundamento das relações de poder, dimensão dialético-antropológica.

⁸¹ “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo.” (BOURDIEU, 2012, p. 14).

⁸² “Mas talvez o termo “introjeção” não mais descreva o modo pelo qual o próprio indivíduo reproduz e perpetua os controles externos exercidos pela sociedade. Introjeção sugere uma variedade de processos relativamente espontâneos pelos quais um Eu (Ego) transfere o “exterior” para o “interior”. [...] A idéia de “liberdade interior” tem aqui sua realidade: designa o espaço privado no qual o homem pode tornar-se e permanecer “ele próprio”.” (MARCUSE, 1967, p. 30).

4.6 AS CONDIÇÕES DA ALTA MODERNIDADE, AS CONTRADIÇÕES DO COTIDIANO E AS NOVAS FORMAS DE LUTA

Estas ponderações nos conduzem à uma nova problemática, a qual expusemos de partida: as alterações no plano da vida cotidiana destes trabalhadores, resultantes de uma nova experiência espaço-tempo. Neste sentido, é fundamental que tratemos da alta modernidade que configura o cotidiano na contemporaneidade, mesmo dos trabalhadores rurais da atividade canavieira. Na medida em que ela se instaurou no espaço social dos *assalariados rurais urbanizados*, não apenas foram transformadas as condições materiais, mas também as condições culturais e ideológicas. Atualmente, são os bens, por mais simples que possam ser, que limitam ações nos moldes daquelas que marcaram a década de 1980. Somam-se a isso as transformações decorrentes da institucionalização da luta via organização sindical. As narrativas dos trabalhadores têm apontado para estas mudanças, atestando o que até então não passava de uma suposição com base na concretude investigada. No tocante às transformações nas lutas encampadas pelos trabalhadores, as palavras do Sr. Nativo são bastante elucidativas:

Aquela lá atrás, do anos 80, o pessoal ia mais, buscava mais, tinha interesse mais de buscar. Hoje não, num sei se é porque as pessoas conquistaram alguma coisinha pouca, mas conquistaram né, cada um tem um comercinho prali, outros ajeita né, antigamente o povo era bem mais, ninguém tinha visão né, telefone, essas coisa assim, hoje, foi buscano depois né, mudano de aparei [...]. Mudou, porque muita gente conquistaro isso aí né, conquistaro as coisas, um carro, uma moto, naquele tempo num tinha, então hoje ta bem mais melhor, num existe o tipo de greve que tinha antigamente mais não, hoje ocê faz safra aí sem greve, sabe, faz as vezes um paradeirinho, mas é coisa mínima lá...

Estas palavras certamente fornecem pistas para a apreensão das transformações imprimidas no seio das lutas, desta sorte, no caráter da dominação, bem como nas variadas formas de resistência que tem se operado no cotidiano dos *assalariados rurais urbanizados*. Mais que isto, elas trazem alguns elementos, outrora apenas do campo das suposições, para reflexões em torno das classes sociais. O acesso ao telefone, ao carro, a moto, dentre outras mercadorias alterou substancialmente o conflito de classes, conforme as palavras do Sr. Nativo. Sobre estas mudanças, não basta afirmar que o trabalhador tenha se tornado menos consciente de sua realidade. É preciso compreender que com estas mercadorias

tem sido engendradora uma cotidianidade urbana na reprodução das relações sociais dos trabalhadores. E, ainda, que elas incitam comportamentos individualizados, na medida em que impõem outros usos do espaço. O acesso a essa gama de mercadorias certamente significou, ainda, uma vertiginosa transformação no campo das representações, como a representação de comunidade, de solidariedade e de classes sociais.

Outro elemento de mudança tratou-se das transformações que se deram na organização sindical. As falas dos trabalhadores expressam desconfiança acerca da atuação dos dirigentes sindicais, os quais, segundo muitos deles, pautam suas ações no sentido de obterem favorecimentos particulares. Segundo muitos trabalhadores, durante a década de 1980 o sindicato lutava pelos interesses dos trabalhadores. Em contrapartida, na atualidade o sindicato se tornou um negócio, conforme criticou sabiamente o Sr. Nativo: *“Pra falar a verdade muitos lutaram sim, antes sim, nessa faixa dos 80, hoje não, hoje é negócio.”* Conforme o Sr. Elisney (52 anos, trabalhador branco, morador do bairro São Cristóvão, natural de Goianésia, no corte de cana há 20 anos) *“ Geralmente, pra te falar a verdade, eu tinha a impressão assim que o sindicato era pra responder por nós né...só porque nós fazia tudo pra...se virava, deixava lá na posição que ficava bom pro sindicato, num era pra nós que ficava bom, nunca ficou....dizer que melhorou pra nós...era sempre o que ficava bom pra eles lá...todos que trabaíou no sindicato aí hoje num precisa de...num é empregado de ninguém mais..”*

Ao questionar este trabalhador se, em sua opinião, os sindicalistas estabelecem relações duvidosas com os usineiros, este me respondeu: *“Certeza, tem. Com certeza, porque quando vai ter qualquer tipo de movimento, o sindicato não pode entrar na lavoura deles sem comunicar com eles primeiro, eles tem que comunicar, eles que libera...O sindicato não pode ir na lavoura antes de comunicar com os patrões, aí nesse sentido aí é acho no meu ponto de vista é um pouco suspeita. Se o sindicato é dos trabalhador e nois tamo no campo eu acho que eles tinha que ter o direito de ir pro campo pra visitar os companheiro, fazer uma visita, conversar, ter um diálogo com os companheiro...”* Pode-se notar que, ao contrário do que preconiza, o sindicato dificulta a negociação com o usineiro e, principalmente,

permite que seus dirigentes obtenham benefícios próprios, estancando a possibilidade da luta.

Por esta e outras falas, foi possível observar que a organização livre e espontânea não se estabelece mais entre os trabalhadores como há duas décadas. Em seu lugar, impera nos tempos hodiernos o comportamento individualista, acirrado pela posse de bens, como carros e motocicletas. Conforme alguns afirmam, temos algo a perder. Não se trata mais do proletário dos tempos de Marx, a quem não restava mais que os grilhões. Importante mencionar, ainda, que nos últimos cinco anos se estabeleceram novas empresas em Goianésia, ligadas à mineração. Com a entrada destas empresas na região, aumentou consideravelmente a quantidade de postos de trabalho, levando as usinas a anunciarem as vagas para o corte de cana por meio de carros de som e de veículos radiodifusores. Esta mudança foi observada pelo Sr. Toinzinho, como segue: *“Agora eles danço porque ta chei de firma adoidado. Agora eles bota carro de som na rua anunciano, na radia...”* Isto era inconcebível nos anos 1980. No que tange os conflitos entre usineiros e trabalhadores, estas mudanças significaram o fim das perseguições aos trabalhadores nos moldes de outrora, bem como o próprio enfraquecimento da luta diante de um intensivo processo de mecanização. Novamente, segundo o Sr. Toinzinho: *“A negada num tá mais envorveno mais cum greve porque tem mais máquina, a maioria ali agora é máquina né.”*

Estas mudanças conduzem, ainda, a novas reflexões atinentes às representações. Tem-se que já não se comporta com o mesmo peso, pelo menos para os trabalhadores das usinas, as representações em torno de personagens locais como Jalles Machado e Otávio Lage, o que decorre de um menor quantitativo de trabalhadores e menor tempo de permanência no corte de cana. Acrescente-se a isso a chegada de um número considerável de trabalhadores migrantes, alterando, portanto, o espaço social calcado em referenciais elaborados num período em que o domínio dos usineiros sobre os trabalhadores se exercia com maior afinco. Atualmente, um importante elemento para se compreender estas representações se trata da cotidianidade instaurada pelo uso de diversos eletrodomésticos e equipamentos, como aparelhos de som, DVD's, máquinas de lavar, celulares, dentre outros. Há, inclusive, muitas *lan houses* em bairros habitados por cortadores de

cana, apontando que este espaço social é paradoxal. Conforme alguns trabalhadores me relataram, tem crescido bastante o uso da internet entre eles, assunto que retomaremos adiante.

Se, por um lado, estes trabalhadores têm sido mais explorados, como foi apontado, por outro, eles afirmam que suas vidas melhoraram em decorrência principalmente das alterações nas condições materiais de existência. Isto nos revela que o espaço social é dinâmico, prenhe em contradições, o que demanda novos esforços à medida que despontam novos problemas. Ocupar as análises em apenas um dos pólos, ou sobre as mudanças ocorridas no que se refere às representações, à urbanidade que conforma o cotidiano dos trabalhadores, ou sobre as penúrias atinentes às relações de trabalho e ao próprio cotidiano, impede considerar esta contradição. Esta dinâmica, eivada por contradições, é, por sua vez, o fio condutor das análises que se pretende realizar. Desta sorte, buscou-se correlacionar as reflexões iniciais acerca do fenômeno urbano tanto às transformações nas relações de trabalho, com a superexploração da força de trabalho e o recrudescimento do trabalho análogo à escravidão, quanto às alterações imprimidas no espaço social dos trabalhadores da atividade canavieira, o que corrobora para o argumento de que as condições dadas conformam a existência dos *assalariados rurais urbanizados*.

CAPÍTULO V

O HABITAT E OS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS: A VIDA COTIDIANA

“A aventura planetária, interplanetária, galáctica, embriaga e fascina os habitantes da terra. Oculta-lhes simultaneamente o perigo, o terror e o abandono em que vivem. Perdem de vista a humilde superfície do globo, salvo quando seus interesses limitados e ferozes os levam a tanto. Nos dois casos, deixam de lado aquilo que Nietzsche chamava de o Sentido da Terra.”

(Henri Lefebvre, *As recaídas da técnica*, em
Posição: contra os tecnocratas, 1969).

Busca-se, nos parágrafos seguintes, explorar o real e o possível que se encontra ou emerge do cotidiano destes sujeitos naquilo que qualifica o habitat. Ou seja, partindo da premissa de que o habitat, que vai desde o microcosmo da casa, até a própria reprodução da vida no urbano, desvelaria, pois, o *sentido da terra*, é que se pretende apreender a relação homem-terra e seus corolários. O habitat não cessa de fornecer elementos extremamente ricos à pesquisa sociológica. Neste caso, vislumbra-se tomá-lo pelo que arvora em termos de ruptura com o cotidiano programado. Neste sentido, interessam as ações que são empreendidas pelos sujeitos, os moradores, aqueles que habitam estes espaços e, por isso, os qualificam. O habitat, além disso, descortina as relações sociais no âmbito familiar ou mesmo da vizinhança, constituindo um vertiginoso invólucro de costumes e práticas que, nele e por ele, se cristalizam e se reproduzem cotidianamente.

Dele, essa *ordem próxima*, é possível capturar a *ordem distante* de que trata Lefebvre (1999), a ideologia, o exercício do Estado e uma série de outros elementos que configuram a chamada *formação social*. O habitat desvela toda sorte de valores que perfilam na sociedade e, especialmente no caso dos *assalariados rurais urbanizados*, ele se nos apresenta instigante para não dizer profunda e

imensuravelmente desafiador. Portanto, no capítulo em questão pairam, em número muito maior, os questionamentos do que as inferências. Afinal, é uma processualidade que move os esforços aqui empreendidos. Partimos da questão urbana e da cultura, das transformações no meio rural, passamos pelo desvelamento da condição de *assalariado rural urbanizado* no que ela reserva de diferencial e no que a qualifica enquanto *miserável*, como o trabalho análogo à escravidão. Agora, conferindo importância ao habitat, a moradia e tudo que a circunscreve, os esforços serão direcionados ao cotidiano e a reprodução das relações sociais entre os *assalariados rurais urbanizados* de Goianésia, Goiás.

5.1 CULTURA, TERRITÓRIO E ALTA MODERNIDADE: A SOCIEDADE DE CONSUMO PERIFÉRICA BRASILEIRA

A fim de se apreender a condição de *assalariado rural urbanizado*, é premente levar em conta a *sociedade de consumo* que tem se recrudesco na economia periférica brasileira nas últimas duas décadas e correlacioná-la à noção de *modernidade anômala* (MARTINS, 2008). Parte-se da premissa de que as condições da alta modernidade, ao se instaurarem na sociedade brasileira mediante o desencontro de temporalidades históricas, tem conformado um caráter peculiar de nossa cultura, reverberando uma alta modernidade permeada por anomalias, instigando uma produção simbólica em que o *valor de signo* das mercadorias contrasta com os valores e as tradições inerentes a uma população de cariz eminentemente rural.

Desta sorte, importa pensar os processos dialéticos que estão inscritos na relação entre os elementos de um modo de vida urbano e as manifestações culturais que remetem ao mundo agrário, quais sejam as representações no tocante ao tempo e ao espaço, assim como os referenciais simbólicos e o imaginário social. Com efeito, busca-se contemplar a dinâmica territorial subjacente aos processos e fenômenos sociais em curso, como as recentes implicações psicossociais advindas de uma *sociedade de consumo* em uma economia periférica. Em que pese o conceito de território, é factível indagar acerca das diacronias entre as atuais demandas dos consumidores e a cultura edificada em condições políticas,

econômicas e sociais específicas, o que, supõe-se, seria o principal vetor de gestação de uma modernidade às avessas ou uma *modernidade anômala*. Aqui, uma *alta modernidade anômala*.

Estaria, em tempos hodiernos, deflagrado um processo de paulatina (*des*) *territorialização* do povo brasileiro mediante o imperativo do urbano e suas implicações culturais? Nota-se em considerável parte das cidades brasileiras a reprodução de uma vida cotidiana destoadada de seu território, impregnada por distorções de múltiplas ordens. Um *socius* que se engendra no e pelo espaço, a vida cotidiana desvela a profunda e complexa batalha entre as instâncias físicas, sociais e mentais do espaço, portanto, a própria dialética das *territorialidades*. Ora o espaço físico não possui qualquer ligação com o espaço social, ora o espaço social que se processa e dilui pouco tem que ver com o espaço mental, o das representações, inclusive do próprio espaço.

É assim que indivíduos citadinos que manipulam tecnologias, como celulares, computadores, dentre outras, trabalham no campo em monoculturas, como a canaveira. É este o caso de muitos trabalhadores rurais, muitos deles trabalhadores temporários, comumente denominados de “bóias-frias”. Na pesquisa em questão, em virtude das condições da alta modernidade, ensejadas pela vida cotidiana que se reproduz no urbano, decidiu-se por postular que tais trabalhadores seriam *assalariados rurais urbanizados*. É importante notar que a cidade, tida como vetor do “progresso”, é o espaço por excelência das representações acerca da técnica e seus corolários, de sorte que a vida cotidiana que ali se instaura macula as agruras do campo, cujos efeitos deletérios vão desde a dinâmica de ocupação do solo até os processos intensos e brutais de trabalho, passando evidentemente pela questão fundiária e ambiental.

Com efeito, a relação campo-cidade é um elemento indispensável para a empresa de compreensão da alta modernidade no caso brasileiro e seus desdobramentos econômicos, políticos e socioculturais. Refém do capital, o campo por seu turno também se tornou um importante *lócus* de aplicação da técnica, um espaço físico cujas transformações sofridas são ideologicamente asseguradas por um espaço social que associa a monocultura ao “progresso” econômico. Esta correlação de fatores, campo, cidade, alta modernidade, vida cotidiana, espaço

físico, social e mental, ensejam o recente processo que aqui buscamos melhor problematizar, qual seja a *desterritorialização*, acompanhada por sua vez por uma *reterritorialização*. É assim que a cultura se nos coloca enquanto a pedra de toque de nossas reflexões, na medida em que o emoliente deste processo.

No limite, buscamos clarificar que a sociedade de consumo periférica brasileira tem engendrado um *socius*, portanto, uma cultura, promovendo um mosaico de *territorialidades* difusas, contraditórias e por vezes imantadas por constantes conflitualidades. É sabido que parcela considerável dos habitantes, sobretudo das pequenas e médias cidades brasileiras, são provenientes do meio rural. Vitimados pela espoliação de suas terras, muitos indivíduos que outrora eram pequenos produtores viram-se forçados ao abandono do campo, restando-lhes a cidade como destino. Este processo, bastante intenso a partir da década de 1940 com o movimento denominado de “*marcha para o oeste*”⁸³ e recrudescido pela modernização do campo advinda da chamada Revolução Verde⁸⁴ durante os anos 1970, conformou as condições de *desterritorialização* de milhares de trabalhadores rurais.

Entrementes, a produção artística feita para os citadinos retratava elementos do campo, atestando que a produção simbólica não se realizava e tampouco se realiza fortuita, porquanto imbuída de um sentido cultural-ideológico, *leitmotiv* das representações. Exemplo seminal é a música. Conforme apreendeu José de Souza Martins em *Capitalismo e tradicionalismo* (1975), as composições do período retratavam o conflito entre o “atraso” e o “moderno”, o campo e a cidade a partir do modo de vida engendrado em ambos os espaços. As composições contemporâneas da música sertaneja diferem das antecedentes no sentido de que não é mais o contraste entre campo e cidade o que fornece os temas das canções. Desdobramento das próprias transformações sociais, econômicas e culturais, a música sertaneja contemporânea apresenta o rural e o urbano imbricados, sendo

⁸³ Sobre os primórdios desse processo tratou o geógrafo alemão Leo Waibel, o qual realizou uma viagem de reconhecimento do centro-oeste brasileiro meados da década de 1940.

⁸⁴ No tocante ao conhecimento, a realização decisiva da Revolução Verde foi “a *difusão das técnicas de criação de plantas, desenvolvidas na agricultura de clima temperado, para o meio ambiente de regiões tropicais e subtropicais*[...] Portanto, em grande medida, a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agrônômicas e de insumos industriais genéricos.” (SORJ; GOODMAN; WILKINSON, 1990, p. 34).

que os elementos do urbano são bastante evidenciados nestas composições, remetendo aos objetos, signos e símbolos da vida na cidade, como o carro, o celular, o computador, os edifícios, dentre outros. Em pesquisa realizada em janeiro de 2013, foi constatada uma forte predileção por parte dos trabalhadores pela música sertaneja, tanto o sertanejo considerado de raiz quanto o sertanejo contemporâneo.

As transformações no campo da produção artística podem, por seu turno, elucidar um processo dialético de *desterritorialização* e de *reterritorialização*, de aflição, estranhamento e repulsa do que se apresenta como novo ou original, como as canções que retratam as dificuldades sofridas pelas populações que deixaram o campo a caminho da cidade. Não raro muitas canções tratam do campo a partir da nostalgia vivenciada por seus personagens. Um bom exemplo é a famosa canção *Saudade da minha terra*, de autoria de Goiá e Belmonte. Note que a canção trata das experiências que o personagem vivenciou no campo, as quais ele associa à felicidade, de sorte que sua existência (ao ser retratada no último verso: Foi lá eu nasci, lá quero morrer) emana da relação com a terra. A experiência da *desterritorialização* é a própria perda de identidade, dos referenciais, do sentido da vida uma vez que não há um *sentido da terra*. É o território o princípio do *sentido da terra* e, assim, do sentido da vida.

*De que me adianta viver na cidade
Se a felicidade não me acompanhar
Adeus, paulistinha do meu coração
Lá pro meu sertão, eu quero voltar
Ver a madrugada, quando a passarada
Fazendo alvorada, começa a cantar
Com satisfação, arreio o burrão
Cortando estradão, saio a galopar
E vou escutando o gado berrando
Sabiá cantando no jequitibá*

*Por Nossa Senhora,
Meu sertão querido
Vivo arrependido por ter deixado
Esta nova vida aqui na cidade
De tanta saudade, eu tenho chorado
Aqui tem alguém, diz
Que me quer bem
Mas não me convém,
eu tenho pensado
eu fico com pena, mas esta morena
não sabe o sistema que eu fui criado*

*To aqui cantando, de longe escutando
Alguém está chorando,
Com rádio ligado*

*Que saudade imensa do
Campo e do mato
Do manso regato que
Corta as Campinas
Aos domingos ia passear de canoa
Nas lindas lagoas de águas cristalinas
Que doce lembrança
Daquelas festanças
Onde tinham danças e lindas meninas
Eu vivo hoje em dia sem Ter alegria
O mundo judia, mas também ensina
Estou contrariado, mas não derrotado
Eu sou bem guiado pelas
mãos divinas*

*Pra minha mãezinha já telegrafei
E já me cansei de tanto sofrer
Nesta madrugada estarei de partida
Pra terra querida que me viu nascer
Já ouço sonhando o galo cantando
O nhambu piando no escurecer
A lua prateada clareando as estradas
A relva molhada desde o anoitecer
Eu preciso ir pra ver tudo ali
Foi lá que nasci, lá quero morrer*

(Goiá e Belmonte, Saudade da minha terra)

Com efeito, essa processualidade é de caráter social, *reterritorializar* é inscrever um *socius*, conferir uma relação homem-natureza, corpo-natureza, porquanto uma cultura (na canção, o sistema de criação), o que é óbvio, não advém de mediações harmônicas, posto que resultante de complexas ressignificações no seio das relações entre espaço físico, social e mental. Como uma espécie de compósito, constituído de elementos imiscíveis, vem a ser este *reterritorializar*. Fala-se, aqui, no gerúndio a fim de se remeter ao *modus operandi* vicejado pela *reterritorialização*. Agônico, nauseante por vezes, é que os corpos são conclamados a um agir, sentir e pensar até então desconhecidos. Daí o mal estar vivenciado pelos homens do campo ao serem conclamados ao modo de vida urbano. Envolvidos pela trama do urbano, cores, sons, cheiros, sabores promovem uma multiplicidade de reações nos corpos, desde o deslumbre e o encanto mais voraz até o repúdio e a hostilidade mais singela. E assim são urdidas novas representações, numa tessitura

que a um só tempo admite, nega e supera o rural de outrora, agora mais como alhures, como natureza-representação, do que como morada onde se edifica o habitar efetivamente.

Desta sorte, é possível inferir que a violência simbólica é por seu turno espacial, considerando que ela emerge enquanto desdobramento da absoluta incoerência, esta no plano do conteúdo, pois que dá forma à cidade, apresenta-se como a coerência incontestável, entre suas instâncias física, social e mental. Daí uma contundente crítica de Henri Lefebvre (1999) ao urbanismo, este ramo parcelário do saber que se ocupa da cidade mais no intento de moldá-la consoante as exigências da reprodução das relações de produção que torná-la condição e expressão do vivido, promovido pelo habitar, pela efetiva apropriação do espaço. A fragmentação entre vida cotidiana e trabalho é levada às últimas consequências. Com ela é gestada a brecha que conduz à alienação de natureza espacial, qual seja a relação que há entre uma alienação que se instaura no plano físico, mas que também se reverbera no seio do pensamento.

As ciências modernas, cada qual à sua medida, manifesta um estágio de avanço da alienação humana, como a economia neoclássica e a pura abstração em modelos matemáticos ou como uma sociologia pragmatista, a qual despreza as singularidades culturais dos povos. É dessa alienação desenfreada (seu movimento), exponencial (sua expansão) e tórrida (sua intensidade) que se firmam os processos de *desterritorialização*, os quais por vezes deflagram a violência em sua forma mais sutil, mas, não raro, também em sua forma mais cruel. No primeiro caso, exemplificam as imposições das tecnologias, promotoras de toda sorte de transformações no campo das sociabilidades de um mundo rural. No segundo, a existência do trabalho análogo à escravidão aponta para uma *desterritorialização* da própria condição humana, vertendo homens em animais, em mercadorias que o capital descarta quando não mais se lhe apresentam úteis.

Daí a conformação de uma cidadania deturpada, atrofiada ou, como definiu Santos (2007), uma *cidadania mutilada*. Em tempos hodiernos importa pensar essa cidadania mutilada levando em conta não apenas as condições materiais. Pensar apenas por este viés certamente conturba as análises. Um exemplo é quando se parte do pressuposto de que há emancipação humana quando do acesso às

tecnologias mais avançadas. Se assim o fosse, mesmo determinados trabalhadores brutalmente explorados poderiam ser considerados parcialmente emancipados, posto que numa *sociedade de consumo* em gestação a eles tem sido garantido o acesso a toda sorte de mercadorias. Ora, admitir que o desenvolvimento das forças produtivas e seu uso *per si* garantem a emancipação é de um economicismo fatal. Tal perspectiva é, por seu turno, de orientação escatológica, ou seja, pensa-se mais no fim da história que em sua realização.

Isso aponta, em definitivo, que é imprescindível o estudo do modo de vida, das representações, da produção simbólica, do imaginário, para se compreender a complexidade investida nas relações sociais contemporâneas e na constituição das identidades sociais. Tais questões foram fartamente apreendidas nas investigações levadas a cabo por pensadores como Henri Lefebvre (1972), Raymond Williams (2011b) e Edward P. Thompson (2011). A obra de Thompson consistiu em uma história material da cultura, segundo Mattelart e Neveu (2004, p. 46), seu trabalho “*pode ser descrito como a opção por uma história centrada na vida e nas práticas de resistência das classes populares.*” No presente esforço, importa considerar especialmente a história daqueles que habitam as periferias das pequenas cidades brasileiras, lugares de reprodução das relações sociais, mas também de negação e superação, porque não dizer de subversão das imposições despóticas de espaços e tempos programados.

Daí a noção da *reterritorialização* destes sujeitos na cidade em referência ao compósito. Tal qual um compósito, da sinergia entre elementos distintos surge um composto formado por novas propriedades. Trazendo para o campo das humanidades, por vezes estas propriedades desafiam as teorias de que dispõe a ciência social contemporânea, o que requer um mastodôntico esforço interpretativo. A propósito deste esforço, é fundamental o reconhecimento da centralidade ocupada pela cultura dado o atual estágio de avanço das condições da modernidade. A transição, no âmbito da mercadoria, do valor de uso/valor de troca para o *valor de signo* fora acompanhada por transformações nas relações entre as classes sociais, de sorte que a classe trabalhadora passara a compartilhar um *modus vivendi* que, em determinados aspectos, assemelha-se a burguesia. Assim, é que há a

conformação de identidades sociais híbridas ou, conforme Canclini (2000), *culturas híbridas*.

O consumo é um aspecto fundamental na constituição desta cultura. Dados fornecidos pelas Usinas de Goianésia e comprovados pelos próprios trabalhadores apontam que o rendimento médio mensal dos *assalariados rurais urbanizados* é de dois salários mínimos, em alguns casos de até três salários mínimos, o que totaliza R\$ 2.034, considerando o reajuste do salário mínimo para 2013, o qual passou de R\$ 622,00 para R\$ 678,00. Embora tal valor não permita que muitos trabalhadores tenham condições de vida efetivamente dignas, uma vez que, em muitos casos é deste salário que vivem todos os membros das famílias - muitas delas constituídas por cinco ou mais pessoas - não se pode negar que nos últimos anos os rendimentos sofreram reajustes maiores. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, de 2009 para 2011 o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento, cresceu 8,3%. Na divisão por faixas de rendimento, o maior aumento nos rendimentos de trabalho (29,2%) foi observado nos 10% com rendimentos mais baixos. (IBGE, 2013).

Além desse fator, foram facilitadas as condições para aquisição de crédito, o que permitiu que muitos trabalhadores pudessem comprar uma série de equipamentos, eletrodomésticos, carros e motocicletas, além do fato de que em muitas famílias as esposas também trabalham a fim de complementarem o rendimento familiar. Com efeito, esta transição não se deu apenas por uma mudança interpretativa no seio das preocupações sociológicas, mas a princípio elas se estabeleceram no plano real. No caso brasileiro, em decorrência da própria formação econômica e social do país, a conformação dessa *sociedade de consumo* se deu tardiamente. Todavia, noutros casos, como nos países europeus e nos Estados Unidos, tais mudanças ocorreram com bastante antecedência. É essencial, por outro lado, considerar que esta cultura é engendrada, como apontado, no e pelo espaço, edificando, pois, uma condição espacial. Assim, é a partir do fenômeno urbano que desponta em todo o mundo a partir da segunda metade do século XX que um novo modo de vida ou uma nova cultura passa a determinar a dinâmica de reprodução das relações sociais.

Cumpra compreender os elementos que compõem essa dinâmica, os quais levaram Jean Baudrillard (2010) a afirmar que a sociedade contemporânea se trata de uma *sociedade de consumo* ou, nos termos de Henri Lefebvre (1972), uma *sociedade burocrática de consumo dirigida*. Burocrática porque planejada, planificada, orientada a partir dos cânones de um conhecimento parcelado, especializado, como o urbanismo que será elaborado tendo como alvo uma cidade para o capital. De consumo, porque seu aspecto elementar de reprodução social, seja pela própria imposição da acumulação de capital, seja pelo seu aspecto cultural-ideológico, na medida em que é a partir do consumo que são assentadas, no seio do espaço mental, as representações. Dirigida, porque despótica tanto temporal quanto espacialmente, disciplinadora dos corpos, vigilante, onipresente em todos os sentidos.

É este modelo de sociedade que, noutros moldes, tem sido construído na periferia. Mas há resistências, conflitos, enfrentamentos de toda sorte. Há culturas clandestinas, relações sociais que fogem à frieza das condutas humanas requeridas pela sociedade contemporânea, há, ainda, relações perenes, cuja concretude implode com a efemeridade tão presente na chamada pós-modernidade. É na cidade que estes sujeitos trocam experiências, alimentam laços de solidariedade e cultivam sociabilidades que vão além dos cumprimentos e das formalidades da vida cotidiana. A periferia está preta destas questões, trata-se de um rico laboratório de investigações sociais. Basta levar em conta os grupos de dança, os times de futebol, as festas, enfim, uma multiplicidade de momentos que não foram capturados pelo consumo ao ponto de se desfigurar o que há de efetivamente humano.

Ou seja, ainda que o consumo esteja presente nestes lugares, ele não se impõe com força suficiente para eliminar o tecido social construído, não conseguiu, pois, dar fim ao sentido que estes sujeitos sociais conferem à vida e as relações humanas. Ressignificações podem ter sido construídas, mas há um elemento cultural que certamente se contrapõe ao domínio completo e absoluto do consumo e de um modo de vida cujas relações sociais fiquem postas em segundo plano em nome do hedonismo vicejado pelo atual estágio de avanço das condições da alta modernidade. Em contraposto, o que se nota é uma perda de referenciais, sobretudo por parte de indivíduos pertencente aos agrupamentos sociais mais abastados. Sim,

são os pobres aqueles que expressam o que há de humano em suas relações. Segundo Milton Santos (2008a, p.81), *“Para os migrantes e para os pobres de um modo geral, o espaço inorgânico é um aliado da ação, a começar pela ação de pensar; enquanto a classe média e os ricos são envolvidos pelas próprias teias que, para seu conforto, ajudaram a tecer: as teias de uma racionalidade invasora de todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobreceram e eliminam a orientação para o futuro.”*

Ou ainda, tomando de empréstimo o trocadilho de Virilio (1996), diferentemente dos ricos que são condicionados mais aos reflexos, resta um pouco de reflexão por parte dos pobres, reflexão esta que é firmada graças a um tipo de relação que se trava com o lugar, edificando cultura; O bairro é exemplo seminal. *“A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio.”* (SANTOS, 2008, p. 326). Disto, depreende-se que o engendrar de uma cultura ou, na esteira de uma geofilosofia à la Deleuze e Guattari, o engendrar de um *socius* emana de um território. Daí que *“a máquina territorial, portanto, é a primeira forma de socius, a máquina de inscrição primitiva [...]”* (DELEUZE, GUATTARI, 1976, p. 179). Não só emana de um território como o território primeiro é o corpo. É assim que a relação desigual e combinada centro-periferia impõe uma *desterritorialização* na medida em que a garantia de acumulação de capital no centro exige a espoliação na periferia, mesmo por meio da extração de mais valor a partir da acumulação primitiva.

Com efeito, esta *desterritorialização* é promovida pelo grande capital, pelo que há de mais avançado em termos técnicos, de sorte a promover o que há de mais aviltante na periferia. Conforme elucidam Deleuze e Guattari (1976, p. 294): *“Ao mesmo tempo que a desterritorialização capitalista se faz do centro à periferia, a decodificação dos fluxos na periferia se faz por uma ‘desarticulação’ que assegura a ruína dos setores tradicionais, o desenvolvimento dos circuitos econômicos extrovertidos, uma hipertrofia específica do terciário, uma extrema desigualdade na distribuição das produtividades e das rendas. [...] O capitalismo esquizofreniza cada vez mais na periferia.”* Acompanha essa *desterritorialização*, a exemplo da espoliação no campo, uma *reterritorialização*, como a migração para as cidades,

onde, eivado de signos e símbolos, um novo *socius* se estabelece, portanto, uma nova cultura que ora manifesta o campo, ora a cidade.

Essa problemática nos aponta que este emaranhado de questões deve ser pensado a partir tanto das condições materiais quanto das culturais, mas principalmente que, em se tratando de um país periférico, o consumo e a produção simbólica devem ser apreendidos como aspectos constitutivos de um *ethos* social em formação. Embrionário, o processo de gestação deste *ethos* conforma um período histórico que desafia os postulados sociológicos acerca da modernidade e seus desdobramentos na periferia, do que erige a necessidade de privilegiar, para além da produção, os mecanismos de reprodução do modo de vida, da cultura, portanto. Esta necessidade advém do “*declínio do discurso do senhor, fim de todas as velhas certezas, universalidades e solidariedades corroídas pela fragmentação, pela descontinuidade, pela diversidade de culturas, de estilos de vida e de interesses.*” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 106, 2004).

Não obstante, são os mecanismos de composição das identidades que ocupam os esforços nas mais diversas searas de produção do conhecimento na contemporaneidade, sendo que uma profusão de categorias analíticas tem preenchido o cipoal de questionamentos atinentes às ciências sociais. No tocante à sociologia, o estudo das representações ocupa primazia, entendendo que é a partir delas que tais identidades são edificadas e, ainda, que estas representações são elaboradas entrementes a um real cuja tessitura é relacional, isto é, na relação que se estabelece entre o eu e o “outro” num duplo jogo, num *double bind*, duplo impasse. Desta sorte, conforme aponta Woodward (2012. p. 9): “*A identidade é, assim, marcada pela diferença.*” Resta investigar os pilares de constituição de novas identidades consoante as mudanças econômicas, políticas e sociais no Brasil em sua história recente. Ainda que embrionárias, algumas experiências recentes merecem um tratamento mais aprofundado, como a relevância das redes sociais. Um importantíssimo veículo de informação nos tempos hodiernos, a internet chega a estes lugares sem, no entanto, imprimir por completo os elementos culturais e ideológicos dos países do norte, como denomina Shiva (2003b).

Ou seja, a internet tem sido assimilada a partir das particularidades culturais do povo brasileiro. Em se tratando dos moradores dos pequenos municípios outras

questões, algumas já mencionadas na tese, confluem para um modelo original de uso e abuso deste mecanismo de informação, comunicação, enfim, de sociabilidade. Não por acaso os conteúdos que compõem o imaginário da classe trabalhados nas chamadas regiões periurbanas⁸⁵ remetem concomitantemente ao urbano e ao rural, de tal sorte que a forma (neste caso, a internet e tudo o que ela permite enquanto um artefato por excelência da alta modernidade) *per si* não é suficientemente capaz de suplantar os conteúdos, as ruralidades por exemplo. Poder-se-ia afirmar que se constitui uma complexa relação entre o significante (os objetos, os signos, as formas) e o significado (o conteúdo social, histórico e cultural investido nas práticas sociais cotidianas).

Em trabalho de campo realizado durante os meses de dezembro de 2012 e janeiro de 2013⁸⁶, foi constatado que muitos deles têm acesso à internet, contrariando a hipótese de que o cotidiano destes trabalhadores ainda não fora, mesmo que parcialmente, capturado pela alta modernidade. Estes trabalhadores fazem uso da internet com diversas finalidades, sobretudo pesquisas em noticiários, segundo relatos. Muitos associam essas ferramentas à vida moderna. Ao questionar Sr. Fábio sobre a vida na cidade, este trabalhador de 40 anos, branco, natural de Lagolândia, Goiás, morador do bairro Jardim Esperança e que está no corte de cana há 19 anos, disse: “*na cidade tem tudo o que se quer, tem muitas mordomias.*”

Ainda, segundo o trabalhador: “*Um tempo atrás você queria ter e não tinha, hoje é muito mais fácil de obter.*” Todavia, a fala deste trabalhador é permeada pela contradição, pois ao falar do campo, ele disse que gosta de “*estar no meio da floresta, da paisagem. Prefiro morar na roça. A desvantagem da cidade é a falta de segurança, as drogas também.*” Depreende-se que as preocupações dos *assalariados rurais urbanizados* acerca da cidade tangenciam as preocupações daqueles que vivem em médias e grandes cidades ou mesmo nas metrópoles. A questão da insegurança, acompanhada da questão das drogas, é, por seu turno, um

⁸⁵ As áreas periurbanas se localizam entre o meio rural e o urbano, no limiar do segundo, em suas franjas, em sua periferia.

⁸⁶ Esta foi a segunda etapa do trabalho de campo, na qual foram entrevistados seis trabalhadores, moradores dos seguintes bairros: Primavera, Nova Aurora e São Cristovão, Além da aplicação de questionários, foram registradas imagens no interior de suas casas. Nesta etapa da pesquisa foram abordadas questões ligadas ao habitat e à vida cotidiana, como tecnologias, a vida no campo e a vida na cidade.

dos principais problemas da alta modernidade. Este é mais um dos elementos que corroboram a inserção destes trabalhadores em um *modus vivendi* inerente à vida urbana.

Para Creuza (50 anos, negra, natural de Corumbá, Goiás, moradora do bairro São Cristóvão, no corte de cada há 10 anos) “*a vida nos dias de hoje é bem melhor, principalmente para as mulheres que tem mais facilidade.*” A fala de Creuza é emblemática no tocante às vantagens para o trabalho doméstico, possibilitadas pela tecnologia. Neste particular, o uso da máquina de lavar, por exemplo, resultou em mudanças substanciais no tempo devotado pelas mulheres aos afazeres domésticos.⁸⁷ Embora a casa de Creuza não estivesse em boas condições, internamente observamos que estava repleta de equipamentos. Henri Lefebvre (1958) fizera, em sua *Critique de la vie quotidienne*, observação semelhante ao mencionar que a moradia degradada de alguns camponeses contrastava com os equipamentos ali contidos: “*Certamente, não é raro encontrar em uma casa camponesa um fogão elétrico, e, no entanto, a casa está dilapidada*”⁸⁸.

Segundo a fala do Sr. Valdermar (56 anos, negro, natural de Buriti, Minas Gerais, morador do bairro Dona Fiíca II e no corte de cana há 28 anos) a vida na cidade é boa porque “*já tem tudo pronto, antigamente tinha que fazer tudo. Mais fácil para as mulheres, para tratamento de saúde.*” A partir das falas, depreende-se que a inserção na alta modernidade em parte se deve ao acesso a bens e serviços diversos, portanto, à própria inserção na *sociedade de consumo*. Ademais, que estas questões interferem diretamente na representação que estes trabalhadores constroem acerca do meio rural, desprovido de recursos, como tratamento de saúde, dentre outros. Este é o ponto central acerca da vida na cidade, pois que esta é, dada uma divisão do trabalho, *lócus* do trabalho intelectual e, portanto, dos serviços de toda sorte.

⁸⁷ A fala desta trabalhadora nos remete às reflexões de Moraes Silva (1999) no tocante à intersecção entre a questão de gênero e de classes sociais. Neste caso, importa compreender que diferentemente dos homens, as mulheres cumprem além da jornada de trabalho uma jornada doméstica, a qual envolve o cuidado dos filhos e o preparo das condições para reprodução da força de trabalho dos maridos.

⁸⁸ Trad. do autor: “*Certes, il n’est pas rare de trouver dans une maison paysanne une cuisinière électrique, et cependant la maison est délabrée.*” (LEFEBVRE, 1958, p. 16).

Embora sobejamente considerado nos parágrafos antecedentes, estes processos emergem do território, de tal sorte que as mudanças operadas em tempos hodiernos afluem de processos globais que por um lado *desterritorializam* e, por outro, *reterritorializam* os povos, promovendo uma saraivada de conflitos culturais. Daí a relevância dos estudos sobre o consumo nestas sociedades, acompanhados de estudos que se atenham a questões como identidade, representações, raça, etnia, gênero e sexualidade. Enfim, estudos que se voltem para os elementos que conformam a cultura no presente estágio de avanço das condições da modernidade. Para além disso, estudos que sejam sensíveis às diferenças que mediam os processos de constituição de novas identidades.

Nesse particular, o espaço social e as territorialidades que a partir dele se aferram, na medida em que o primeiro é investido da instância psicossocial e o segundo de uma instância física, cultural e histórica, são produtores, disseminadores e potenciais condutores de um novo *socius*, um *socius* efetivamente marcado pelo compromisso com a dignidade humana, pelo direito pleno do uso do espaço, pelo direito à cidade. Estes apontamentos estão, por motivos óbvios, no plano da virtualidade. O exercício que ora se realiza é de caráter prospectivo é, por seu turno, por um lado a tentativa de compreensão do presente, mas por outro, e principalmente, o desafio de se promover o alcance do possível, do diferencial, portanto, do *espaço diferencial* de que trata Henri Lefebvre (1999), marcado pelo imperativo do gozo e a subversão de toda forma de poder. Trata-se, pois, do esforço de apreensão de uma cultura assentada no urbano, o qual tem a cidade como epicentro. Mas não uma cultura que reproduz, uma vez alienada até as vísceras, os anseios da *sociedade de consumo*. Talvez esteja naquilo que se considera pobre ou arcaico, pois que arvorado do rural, a riqueza da cultura que se produz e se reproduz na periferia da pequena cidade ou, na esteira das análises de Lefebvre, o componente *diferencial* que sorrateiramente se anuncia.

Por outro lado, é premente reconhecer os limites para a efetivação desse *espaço diferencial*. Estes limites são demarcados pela ausência das condições que permitem o exercício da cidadania no Brasil. Em todo o território nacional e, sobretudo nas regiões norte e nordeste do país, problemas sociais como fome, analfabetismo e violência são a tônica de muitas cidades. Neste sentido, a

sociedade de consumo que se anuncia na periferia e a partir da qual um novo *socius* é engendrado não pode ser pensada nem por um viés otimista, o de que as mudanças em curso saciariam problemas históricos do país, e tampouco por um viés pessimista, o de que estas mudanças em nada alterariam o contexto sócio-político e cultural da nação. Parte-se da premissa de que as metamorfoses sociais em curso devem ser problematizadas a partir de um sistema de pensamento que privilegia nossas particularidades históricas, nossa formação sociocultural. Entende-se, por fim, que é preciso pensar sob quais parâmetros o consumo na periferia tem sido exercido, de que modo ele tem levado a mudanças no modo de agir, sentir e pensar dos sujeitos.

5.2 O HABITAT E A VIDA COTIDIANA DOS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS

Novos modos de vida, costumes, hábitos, práticas e valores marcam a alta modernidade. Aos que tentam apreendê-la, emergem profundas inquietações. Propulsora do inócuo, do desmedido volume de problemas, do desmesurado grau de incerteza, ela inaugurou singularidades, pelas quais a fluidez estabeleceu seu ritmo. O que ela impõe de objetivo? Qual convicção permite vislumbrar? Toda e nenhuma. Toda, aquela racionalidade, que filosoficamente elabora o racionalismo, imprimida na cotidianidade, posto que permite o cálculo preciso, o entendimento do movimento das coisas sob múltiplos ângulos, desde os menores astros até os capitais mais voláteis do mercado financeiro. Nenhuma, dada a irrupção do *aqui e agora*, o cotidiano que é história, mas que só pode sê-lo quando percebido e concebido para além da redoma do repetitivo, portanto no ensejo do processualmente explicado, o vivido apreendido e não apenas contemplado pelos acontecimentos que perfila, mas pelo *diferencial* que dele emana.

Há, portanto, de novo, o tecnologicamente alcançado em frações de segundo, o diálogo transitório, o disposto temporariamente circunspecto. Há, noutro lado, de velho, os sustentáculos que erigem os processos mal compreendidos, resultantes do saber puro que desvia o olhar do estatuto social do conhecimento. Se Lefebvre logrou, teoricamente, apreender o mundo moderno, a um só tempo a partir do

pensamento hegeliano, marxista e nietzschiano, se deve ao peso que tais doutrinas, se assim podem ser denominadas, exercem na cotidianidade que demarca o período contemporâneo.

Primeiro, é certo que o Estado-nação, malgrado a mundialização do capital e a transnacionalização do lucro auferido, continua a ser fundamentado pelas mesmas bases de outrora: a soberania nacional, as insígnias do poder, os mecanismos de controle sobre os indivíduos, o poder de polícia, o delimitado raio de influência e questões outras a acrescentar. Em seguida, é inegável que o trabalho, a despeito dos arranjos teóricos contemporaneamente tecidos por intelectuais de diversas correntes de pensamento, continua a mediar as relações sociais no atual grau de avanço do modo de produção capitalista. Podemos dizer mais: o trabalho ocupa a centralidade no processo de *re-produção das relações de produção*, logo, ele é indispensável consoante as condições gerais de produção com as quais convivemos no mundo moderno. (LEFEBVRE, 1976).

Por fim, destoando do ponto de vista daqueles que insistem em ignorar as manifestações cotidianas de subversão por parte de alguns indivíduos na sociedade, teimamos em enxergar nestas manifestações o desvelo do *diferencial*, o repetitivo que, na esteira do propósito heracliteano, apresenta o novo e promove o desmoronamento do controle pelos impulsos do corpo. Lefebvre fornecera as pistas pelas quais podemos orientar nosso itinerário: é no espaço que o corpo assenta a irrupção do vivido, desata os nós que disciplinam os gestos, os ritmos, é no espaço que o homem apela para o sobre-humano, superior porque livre, livre porque a vontade de potência o permite alcançá-la. (LEFEBVRE, 1976).

Reiterando as conclusões lefebvrianas, pode-se afirmar que o mundo contemporâneo, ainda que tomado pelas transformações que qualificam a alta modernidade, culturais por excelência, continua a ser hegeliano, marxista e nietzschiano. Desta sorte, importa considerar que o Estado, o trabalho e o sobre-humano imperam por sobre a alta modernidade, ensejando as conflitualidades entre o concebido, o percebido e o vivido, portanto, as conflitualidades inerentes ao espaço social, ao habitat e ao cotidiano. Qual a relação entre a filosofia posta e o habitat? O habitat, expressão da relação homem-natureza, desvela o *sentido da terra* na medida em que dimensão dialético-antropológica, ao mesmo tempo, com

ele cumpre-se a superação da própria filosofia, o que significa a ruptura com o logos ocidental, com a sócio-lógica, conforme o pensamento de Nietzsche, daí o sobre-humano nele imbuído. Acerca das conflitualidades do habitat e as condições do pós-moderno, é esclarecedora a seguinte colocação de Jameson (2006, p. 115):

Nosso próprio tempo também nos ensina que a contradição fundamental nessa reorganização do espaço, que busca destruir as antigas e habituais formas da posse da terra coletiva [...] é ser identificada com o que nós também costumávamos chamar de agricultura, à medida que ela era associada a um campesinato ou ainda a pequenos proprietários rurais. Em um sistema global pós-moderno – no qual a tendência de queda de uma população de camponeses, até então dominante, para cerca de sete a oito por cento da nação, pode ser observada em toda parte, tanto nos países em modernização como nos “avançados” – a relação entre a agricultura campesina e a cultura tradicional também se tornou demasiadamente clara: esta última segue a primeira em sua extinção [...].”

Na esteira das reflexões de Jameson, o agronegócio se trata da manifestação pós-moderna do rural. É o rural que se mercantiliza e cujos processos aparentemente aniquilam o substrato humano da agricultura. Com efeito, este novo rural altera completamente o *sentido da terra*, da relação homem-natureza. O agronegócio é a manifestação do despotismo do mercado sobre o rural no capitalismo tardio. Sua máxima é a técnica, invadindo todos os processos produtivos, instaurando representações de uma natureza que nos serve apenas enquanto reservatório de matérias-primas. A Revolução Verde, a chamada modernização da agricultura, se estabelecem *pari passu* a ofensiva astronômica em direção ao espaço. A chegada do homem à lua significou muito mais que a capacidade humana de realizar descobertas e experimentos. Naquele momento muitos se puseram a questionar sobre a *atitude* do homem em relação à terra e a vida. Não faltou quem temesse a perda da poesia, já que um dos principais referenciais (a lua) deixara de ser um mistério que o homem jamais poderia atingir. Subjetivamente, a perda da poesia é o que pode haver de mais danoso à humanidade.

O agronegócio, ao subjugar a agricultura ao mercado, verte a relação homem-natureza. “A agricultura – culturalmente característica e identificada na superestrutura como o outro da natureza – torna-se agora uma indústria como qualquer outra e os camponeses tornam-se simples trabalhadores [...]” (JAMESON, 2006, p. 116). O campo e os camponeses, portanto, são tomados pelos efeitos da alta modernidade. São fagocitados pelo imperativo do pensamento único, discutido à

axaustão tanto por pensadores pós-modernos, como Jean Baudrillard (2001), quanto por pensadores filiados à teoria pós-colonial, como Vandana Shiva (2003b). Os conceitos de *monopensamento*, de Baudrillard, e *monocultura da mente*, de Shiva, desvelam esse condicionamento a partir da cultura, da cultura única. No caso da agricultura, de um único cultivar, como a sojicultura e a atividade canavieira no Brasil. Em *A ilusão vital*, Baudrillard (2001, p. 31) afirma que:

É a cultura que nos clona, e a clonagem mental antecipa qualquer clonagem biológica. Ela é a matriz de traços adquiridos que, hoje, nos clonam culturalmente sob o signo do monopensamento – e são todas as diferenças inatas que são anuladas, inexoravelmente, pelas ideias, pelos estilos de vida, pelo contexto cultural. Por meio do sistema escolar, da mídia, da cultura e da informação de massa, seres singulares tornam-se cópias idênticas uns dos outros.

Com efeito, os resultados deletérios da alta modernidade não tornam idênticos apenas os indivíduos, mas também os lugares, as paisagens, o habitat. Os verdejantes canaviais se expandem quanto mais possam e as ideias tornam-se únicas em torno deles enquanto materialidade do “progresso” econômico e social. É assim que o espaço físico, acompanhado pelo espaço social e mental, descortina o pensamento único. É assim que o homem, tal qual a natureza que deixa de ser referenciada pela agricultura e passa a ser referenciada pelo agronegócio, é vertido em *homo cotidianus*, em *homo consumus*, de sorte que um cortador de cana do médio norte goiano é movido por anseios e exerce práticas sociais que remetem aos habitantes de qualquer parte do mundo. O que fornece explicações a isto, além do aspecto ideológico do monopensamento, é o imperativo do *valor de signo*. Um bom exemplo se trata da existência, conforme pude constatar, de uma esteira ergométrica na casa de uma cortadora de cana, a qual, segundo ela, faria com que seu corpo ficasse ainda mais bonito e parecido com o corpo de uma modelo. Fiquei surpreso ao ver aquele equipamento na casa da trabalhadora, assim como ao ouvir suas palavras. Curiosamente, estava fazendo a leitura do capítulo *O mais belo objeto de consumo: o corpo*, disposto em *A sociedade de consumo*, de Baudrillard (2010).

Ao contrário da perspectiva camponesa tradicional no tocante ao corpo, a perspectiva apontada pela trabalhadora denota as construções da alta modernidade em torno dele e as questões ligadas à publicidade. Ao mesmo tempo, trata-se de uma preocupação que intersecciona a condição de trabalhadora e mulher, portanto,

um entrelace entre gênero e classes sociais. Afinal, é sobretudo sobre o corpo feminino que recaem determinadas imposições acerca de padrões de beleza. “*A beleza tornou-se para a mulher imperativo absoluto e religioso. Ser bela deixou de ser efeito da natureza e suplemento das qualidades morais.*” (BAUDRILLARD, 2010, p. 174). É interessante notar que o mesmo corpo que é exaustivamente explorado nos canais põe-se ao desgaste físico sobre uma esteira ergonômica. Este exemplo confirma quão paradoxal é o atual estágio da modernidade e, principalmente, que seu paradoxo é sobremaneira cultural. Ademais disto, as observações levam à conclusão de que geralmente cometemos grandes equívocos ao partir do pressuposto de que os indivíduos pertencentes às camadas de menor renda na sociedade, moradores das periferias, assim como os trabalhadores rurais, estão imunes às exigências da alta modernidade.

Ao contrário disto, os objetos inerentes à alta modernidade paulatinamente tem passado a povoar o cotidiano destes indivíduos, o que é possível a partir do consumo. Neste particular, nos últimos anos tem crescido vertiginosamente o consumo no Brasil, do que se tornam prementes estudos sobre este fenômeno tanto nas populações urbanas, quanto rurais. É costumeiro encontrar, nas casas dos *assalariados rurais urbanizados*, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de toda ordem que alteram substancialmente a cotidianidade destes trabalhadores. Em trabalho de campo foi constatado que todos eles possuem os seguintes eletrodomésticos e aparelhos: rádio, televisor de LCD⁸⁹, DVD, computador, celular, ventilador, geladeira. Dos seis trabalhadores pesquisados, três possuem, além dos objetos mencionados, um micro-ondas. Acerca dos meios de transporte, aqueles que não possuem automóveis, possuem motocicletas. Cabe registrar que foram questionados os anos dos veículos, sendo que a maioria é de veículos relativamente novos, sem muitos danos, datando entre 1999 e 2006. As observações realizadas, respostas dos questionários, diálogos travados com os trabalhadores, corroboraram para a premissa de que a urbanidade tem promovido mudanças nos hábitos, nos costumes, nas práticas espaciais promovidas pelos trabalhadores.

⁸⁹ LCD é o acrônimo de Liquid Cristal Display ou display de cristal líquido. Trata-se de uma avançada tecnologia para exibição de imagens.

Neste particular, quando questionados sobre os lugares que estes trabalhadores frequentam durante os finais de semana, é quase unânime a permanência em suas casas, assistindo programas de TV, descansando ou em frente ao computador para ver vídeos e notícias. O acesso com maior frequência à internet e a equipamentos como celulares fora constatado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2011. Segundo esta pesquisa, de 2009 para 2011 houve um crescimento de 39,8% de microcomputadores com acesso à internet no Brasil; 29,7% de microcomputadores sem acesso à internet e 26,6% de telefone celular. Em 2011, 69,1% da população de 10 anos ou mais de idade tinham celular para uso pessoal. Mas o maior percentual de pessoas com celular tinha entre 25 e 29 anos (83,1%). Os jovens também acessam mais a internet. Também em 2011, 77,7 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade declararam ter usado a internet nos três meses anteriores à data da entrevista da pesquisa, um aumento de 14,7% em relação a 2009. A faixa etária que menos acessou a internet no período pesquisado foi a de pessoas com 50 anos ou mais idade, apenas 18,4%. (IBGE, 2013). A informação de que os jovens acessam mais a internet, corrobora pesquisa realizada em moradias de trabalhadores nas quais há o fornecimento da internet. Em todas as casas que se enquadram neste caso, são os filhos os que mais usam a internet.

Entende-se, pois, que se tornam necessários estudos acerca das imposições de um sistema de objetos e o *valor de signo* que comportam sobre a sociedade brasileira, inclusive estudos de orientação marxiana. Carece ressaltar, porém, que tais estudos deverão contemplar fundamentalmente a cultura. “*Talvez que a sociedade atual se torne antes de tudo o mais uma sociedade de dominação pelos signos. Daí a exigência total de uma revolução cultural que implique todo o processo de produção da ideologia.*”⁹⁰ (BAUDRILLARD, 1995, p. 111). A reprodução da cotidianidade passa diretamente pela disseminação de imagens, códigos, signos

⁹⁰ Com base nestas premissas é que Baudrillard postula sua crítica da economia política do signo, tendo como base teórica Veblen e Globot, segundo ele grandes precursores de uma análise cultural de classe, mas que foram “*relegados, enterrados sob a análise marxista (neo-marxista) terrorista.*” (BAUDRILLARD, 1995, p. 111). Baudrillard fundamenta sua crítica a partir das seguintes obras: *La Théorie de la classe de loisir*, de Thorstein Veblen e *La Barrière et le niveau*, de Edmond Goblot. Estas obras foram publicadas no Brasil como *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1985 e *A barreira e o nível: Retrato da burguesia francesa na passagem do século*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

que ditam os gostos, as preferências e norteiam as condutas. A ausência de *sentido da terra* é, hoje, patente e a realidade social e histórica dos trabalhadores rurais não é senão a manifestação dessa ausência, a condição de *assalariado rural urbanizado*.

Na medida em que os problemas inerentes à reprodução, portanto aqueles relacionados ao aparato ideológico do período e seus mecanismos de propagação, são demasiadamente investigados, chega-se a conclusão de que, dada a sua relevância no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, uma luta de ordem cultural se apresenta necessária a fim de se impedir que o pensamento único seja disseminado e que os povos e as culturas sejam suplantados. Não é fortuito, portanto, que três importantes teóricos que problematizaram as questões econômicas e sociais do século XX tenham chegado a mesma conclusão, ressalvadas algumas divergências. São eles: Henri Lefebvre (1968,1972), Jean Baudrillard (1995, 2010) e Fredric Jameson (2006, 2007). Cada qual a seu modo, registrou a importância da cultura e o fato de que uma perspectiva revolucionária tem, nela, seu *leitmotiv*. De alguma forma, estas questões se apresentam mesmo no meio rural, diante do cotidiano de trabalhadores rurais, os *assalariados rurais urbanizados*.

Isto resulta, como dito outras vezes, de uma relação em que cidade e campo se confundem, sendo que este é alvo de uma multiplicidade de transformações que aquele irradia. Isto fora observado noutros países há algumas décadas, como foi o caso na França e na Inglaterra. Todavia, no Brasil, este fenômeno ainda em curso se estabeleceu tardiamente, o que se deve à própria dinâmica de avanço das forças capitalistas em seu território e o processo de industrialização. Sobre o caso inglês, segundo Jameson (2006, p. 119) “*O desaparecimento da natureza – a mercantilização da área rural e a capitalização da própria agricultura ao redor do mundo – começa agora a extrair o seu outro termo, o anteriormente urbano.*” Ambos os espaços, campo e cidade, não mais são fragmentados pela fronteira dos *hábitus*. Neste ou naquele consome-se os mesmos produtos, assiste-se aos mesmos programas de TV, ouve-se as mesmas músicas, finalmente, se assemelham as representações, os anseios e os comportamentos. Quando do trabalho de campo, pude conhecer um jovem cortador de cana adepto ao estilo de vida ou subcultura

gótica. Para minha surpresa, este jovem ouvia, por meio de seu mp3, músicas góticas durante as lides nos canaviais. Além disso, este se vestia e se penteava rigorosamente conforme o estilo, além de ter feito algumas leituras sobre. Após tomar nota deste caso, me certifiquei de que estava diante de um *assalariado rural urbanizado*.

Este fato deslinda a relevância de estudos psicossociológicos, conforme apregoou Henri Lefebvre (1975). No caso do jovem “boia-fria”, é possível que o apreço a solidão, a perspectiva positiva da tristeza e da melancolia estejam relacionados ao árduo cotidiano do trabalho nos canaviais, o que seria um mecanismo de fuga ou sublimação da realidade. De todo modo, não se pode negar que haja relação entre a preferência pelo estilo e as condições materiais de existência deste jovem. Quando questionado, este se mostrou bastante reservado, optando por não emitir qualquer resposta. O seu silêncio não deixou de ser revelador. Ao mesmo tempo, alguns elementos como o consumo e os objetos, em especial o mp3, despertam curiosidades. Trata-se de um jovem que porta um equipamento cuja tecnologia é avançada e o utiliza para ouvir músicas que em nada remetem ao rural, muitas delas em inglês. É possível, ainda, considerar que este caso retrate a *modernidade anômala* problematizada por José de Souza Martins (2008), na medida em que os elementos da modernidade são incorporados de forma anômala ao cotidiano dos brasileiros.

No limite, a condição deste jovem, seu espaço mental, é prenhe em *valor de signo*. Como sustentáculo de um espaço mental e social, via representações, o espaço físico que denota este *valor de signo* é o urbano, onde este jovem mora e reproduz suas relações sociais. Eivado de contradições, seu espaço mental vive em constante tensionalidade com seu habitat, o qual preconiza as relações sociais cotidianas. Podemos, destarte, afirmar que no habitat tais contradições são perceptíveis? Não restam dúvidas, desde que seja o espaço social o nível pelo qual é realizada tentativa de tal ordem. O espaço social tem, no espaço físico, a materialidade de suas insurgências. Todavia, mais que fisicamente detectável, o espaço social é também mental, é psicossocial, do que seu estudo requer uma psicossociologia. Henri Lefebvre fez questão de aplicá-la como estudo específico da vida cotidiana na cidade, conferindo o nome de psicossociologia da vida cotidiana.

Para além, é cabível elevar o estudo do espaço ao nível antropológico, pelo fato de que o cotidiano está relacionado a uma antropologia dialética. O habitat condiciona e ao mesmo tempo envolve a/um determinado modo de vida cujas necessidades estão relacionadas às condições gerais de produção do capitalismo. Logo, a moradia é *lócus* na/pela qual tais condições tornam-se possíveis uma vez que contribui para o processo de *re-produção das relações de produção*. (LEFEBVRE, 1976).

No habitat, o concebido, o percebido e o vivido estão em constante presença-ausência. Estudá-lo não é simples na medida em que redundaria na apreensão de outros temas como a condição da mulher e a reprodução da força de trabalho. (LEFEBVRE, 1961). Evocando Bourdieu (1983; 1996) para essa questão, podemos afirmar que, no habitat, os indivíduos reproduzem os *habitus*⁹¹ já que se configura como um espaço de representações (LEFEBVRE, 2006). Nos espaços de representação encontram-se as representações sobre o espaço, o que nos leva a uma discussão acerca da ideologia. Ou seja, o que compõe as moradias dos *assalariados rurais urbanizados*, as mercadorias que usam, os *hábitus* que reproduzem. (LEFEBVRE, 2008).

Em consideração ao referido conceito de *hábitus*, entendemos que as atividades praticadas no habitat, de modo geral, correspondem às exigências das condições gerais de produção, salvo alguns momentos nos quais homens e mulheres, ao se afugentarem do tédio da vida cotidiana, encontram o vivido em plenitude, ressignificando valores, libertando os corpos, se deleitando no prazer do gozo e da festa, o sentido da prática *poiética*. “O corpo, emergindo do devir (espaço-tempo), imerso nos acasos (sorte e pouca sorte), situa-se no centro da visão e da prática poética – razão concreta, centro e referencial.” (LEFEBVRE, 1976, 244). Em contraponto, é o habitat crucial na *re-produção das relações sociais de produção*, onde se dá o repouso dos corpos, o condicionamento dos papéis, a complexa organização familiar da contemporaneidade, os meios de comunicação inculcam

⁹¹ “Os *hábitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas - o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes.” (BOURDIEU, 1996, p. 22).

valores e representações, numa desmedida alienação cotidiana dos indivíduos. Somado a isso, é no habitat que os indivíduos são demasiadamente humanos, no exercício das atividades mais elementares à espécie, desde as físicas até as sociais e biológicas.

Ali os *assalariados rurais urbanizados* fazem suas refeições, conforme requer um capital que se operacionaliza a uma devida taxa de lucros e sobrevive a determinado patamar de assalariamento; ali estes trabalhadores muitas vezes não conseguem fugir do tempo dos relógios, ritmado pela técnica, segundo os ditames de uma sociedade ávida pelo “progresso” econômico. Logo, o tempo racionalizado também exerce seu domínio sobre os homens, mesmo nos espaços da vida privada, onde o vivido ainda é passível do efêmero aparecimento. Como? No controle das atividades físicas e biológicas, eminentemente; impondo aos indivíduos horários precisos para o comer, o dormir, enfim, extirpando da classe trabalhadora o tempo para sua verdadeira emancipação. No habitat, o vivido também é negado. Negado pelo controle do corpo, do gozo, do prazer, “*o corpo mosaico, contrapartida ou contraponto de um saber em mosaicos, o corpo em migalhas, não recupera a sua integridade a partir do momento em que se altere o seu estatuto teórico ou mesmo social.*” (LEFEBVRE, 1976, p. 239). O vivido é escamoteado pela alienação da mercadoria, das representações, tudo em função do trabalho que assegura o capital e o capitalismo; tudo sob os auspícios do valor de troca, em detrimento do valor de uso.

No habitat, o tempo institui comportamentos, impera sobre as relações sociais, conforme pude tomar nota ao interrogar os horários nos quais os integrantes das famílias se encontravam, algo que tem ficado cada vez mais no plano da raridade. Os eletrodomésticos reduzem o tempo de cozimento das refeições, de lavagem das roupas, permitindo que as mulheres *assalariadas rurais urbanizadas* cumpram, a contento, os afazeres domésticos e o trabalho que exercem fora de casa em complemento à renda familiar. “*Os bens móveis e imóveis que constituem o habitar envolvem e significam as relações sociais.*”⁹² (LEFEBVRE, 1975, p. 156). Muitas vezes, o próprio habitat é *locus* de alguma atividade econômica exercida

⁹² Trad. do autor: “*Los bienes muebles e inmuebles que constiuyen el habitar envuelven y significan las relaciones sociales.*”

pelos membros da família, como o fabrico de salgados e a costura de roupas. Indubitavelmente, o habitat torna-se microcosmo da *re-produção das relações de produção*. (LEFEBVRE, 1976).

É certo que a cotidianidade se estabelece no tempo e no espaço. Logo, sua tomada de importância é acompanhada pela constituição do habitat urbano como modelo de moradia das famílias pertencentes à classe laboriosa. O habitat é, então, corpo social no qual a cotidianidade incrusta-se, ou pelo espaço fisicamente ordenado a fim de racionalmente orientar comportamentos ou pelo tempo tecnificado que alcança todo o tecido social.

5.3 O HABITAT COMO DIMENSÃO DIALÉTICO-ANTROPOLÓGICA

“Hoje estamos presos num impasse semelhante, sob a forma de espécie, imobilizados entre os nossos fósseis e os nossos clones.”

(Jean Baudrillard, *A ilusão vital*)

Elencados estão, pois, os elementos que compõem o princípio triádico no qual nos sustentamos para a apreensão do habitat enquanto dimensão dialético-antropológica da vida cotidiana: o Estado, o trabalho e o sobre-humano. Resta-nos imbricá-los (CARLOS, 2001, p. 38):

A presença contraditória do Estado no espaço, fundada em uma estratégia que se quer hegemônica, organiza as relações sociais e de produção por meio da reprodução do espaço, como ação planificadora em que o espaço do “habitar” aparece como algo secundário.

Cabe a reflexão do papel exercido pelo Estado como tutor da ofensiva representada pelo capital, a qual não se limita a obtenção de vultosos recursos e tampouco a subsunção da força de trabalho aos imperativos dos processos de produção. Aliado indispensável do capital, o Estado capitaneia boa parte dos projetos de construção de moradia popular, mas não apenas isso, ele intervém no espaço por meio de operações urbanas que transformam, substancialmente, a cotidianidade das pessoas, permitindo que sejam instauradas as condições propícias ao projeto de acumulação e ampliação do capital no seio da reprodução das relações sociais.

O Estado, portanto, ao conduzir e mesmo induzir determinado projeto político pelo primado do capital, reserva aos *assalariados rurais urbanizados* a opressão em todos os níveis, a qual se materializa até mesmo no habitat, na instância privada da vida. Por isso que no espaço como valor de troca e não valor de uso, de “usador” o habitante passa a “usuário”. Na morada como obra e não como produto, forma, função e estrutura não se sobrepõem umas às outras. A morada como obra permite o habitar, o vivido como emancipação do indivíduo. O habitat é, acima de tudo, uma *necessidade natural*. (HELLER, 1978). Por isso, dimensão antropológica da vida, posto que as “*necesidades imprescindibles son las del individuo reducido él mismo a un sujeto natural*.” (HELLER, 1978, p. 30). Nosso entendimento acerca das necessidades passa pela definição lefebvriana de que “*as necessidades sociais tem um fundamento antropológico*” (LEFEBVRE, 2001, p. 105).

No anseio de apontar a essencialidade do habitat para a condição humana, Henri Lefebvre recorre aos postulados de Martin Heidegger (2002). Afirma que “*El habitat, en su esencia, es poético*.” (LEFEBVRE, 1975, p. 152), conclusão possível apenas pelo reconhecimento da riqueza que está envolta nessa dimensão da existência profunda do ser. Lefebvre confere relevância ao vínculo entre edificar, habitar e pensar destacados numa apreensão heideggeriana, o que nos leva a consideração de que o habitat toma sentido como objeto de estudo dialético-antropológico na medida em que relacionado à construção das distintas condições do homem no decurso do tempo. Aliado a cotidianidade que se instaura pela fragmentação dos atos humanos, no mundo da alta modernidade o habitat toma a forma de supressão dos conteúdos, do vivido. Os objetos induzem, conclamam, chamam, suplicam, imploram, alienando seus usuários. A técnica empobrece, nivela pela mediocridade, aniquilando a criatividade dos indivíduos.

A despeito do *habitat* convencionalmente elaborado, lugar de moradia, de descanso, da vida privada, conceito que redundo do próprio papel que o habitat se encarrega de cumprir no capitalismo, a noção heideggeriana de *habitar* salta para um terreno de verdadeira apreensão do sentido das coisas pela natureza ontológica na qual ele se forja. A partir do habitat o homem edifica-se, daí o *estatuto* antropológico do conceito. Segundo Marx (2004, p. 84): “*Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a*

natureza está interconectada consigo mesma [...].” Tomemos a noção de que *“Primeiramente o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa.”* (CARLOS, 2001, p. 217). Bem sabemos que a casa a qual Carlos se refere nunca foi a mesma no transcurso da história, o que não coloca um ponto final na necessidade de se apreendê-la. O habitat, em seu nível mais restrito, como casa, nos moldes intrínsecos à alta modernidade, ou seja, erigido a partir do nascedouro da industrialização, encerra os limites do capitalismo dialético-antropologicamente se falando. *“Um alojamiento construido según prescripciones económicas o tecnológicas se aleja del habitar tanto como el lenguaje de las máquinas, de la poesía.”* (LEFEBVRE, 1975, p. 153).

Essa dinâmica pode ser pensada na seguinte perspectiva: *“o objeto é fundamentalmente antropomórfico.”* (BAUDRILLARD, 2000, p. 34). Portanto, a relação homem-objeto no âmbito do espaço da moradia é fundamental. Para além de uma semiologia, autores como Jean Baudrillard e Gaston Bachelard, ou mesmo poetas como Baudelaire e Edgar Allan Poe fizeram referência à casa embebidos de um olhar espaço-temporal que transcende a fronteira da descrição. O habitat revela relações sociais na medida em que são desvelados seus objetos. No decurso dos séculos as mobílias passam por alterações abissais, abandonam o valor, a tradição e passam a transportar, em suas formas, a funcionalidade, a adequação aos mais diversos espaços.

Doravante, a tecnologia invade os cômodos das casas e impregnam relações outras no seio das famílias dos *assalariados rurais urbanizados*. O habitat, lugar antropológico, redefine relações, identidades e conforma a história no cotidiano. (CARDOSO, 1998). Constituído por signos, símbolos e sinais, nele se operam gestos, falas, trocas, movimentos, enfim, usos do corpo que denunciam o repetitivo ou mesmo o diferencial. Ao fazer uso do conceito de *não-lugar*⁹³, proposto por Marc Augé, Cardoso (1998, p. 16) elucida que *“além dos não-lugares físicos, há o que poderíamos chamar de não-lugares virtuais: as pessoas passam muitas horas diante*

⁹³ Augé define *não-lugar* como um espaço organizado que não garanta identidade, relações e história. Embora não seja exatamente essa a definição de Virilio, uma vez que para esse autor o não-lugar resulta apenas do espaço virtual, é incontestável que ambas possuem o mesmo conteúdo no que tange às relações sociais. AUGÉ, Marc. Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

de tubos catódicos de televisão ou de microcomputador.”, como é o caso dos filhos dos *assalariados rurais urbanizados*, seja a fim de assistirem filmes de ação ou entreterem-se com jogos em seus vídeo games.

No tocante ao habitat, é importante destacar, ainda, o fato de que os *assalariados rurais urbanizados* mais jovens, aqueles que possuem entre 25 e 35 anos, em geral tem no máximo dois filhos, diferentemente dos trabalhadores mais velhos que não raro tinham cinco, seis ou mais filhos. Este indicador acompanha os dados divulgados pelo IBGE. Os dados do Censo 2010 revelam que a taxa de fecundidade feminina baixou de 2,38 em 2000 para 1,90 em 2010. O tamanho das famílias é uma das questões que Henri Lefebvre considera em seu tratado de sociologia rural. Uma questão de ordem antropológica e que é interseccionada por questões outras como gênero, trabalho e modo de vida. Este dado permite inferir que os arranjos familiares dos trabalhadores rurais têm acompanhado os arranjos familiares dos trabalhadores urbanos, um elemento atinente à reprodução da vida, aos comportamentos, condutas e valores mais que à produção em si, embora esta seja por seu turno um dos aspectos determinantes. A cidade, a partir do modo de vida que lhe é peculiar, engendra um novo sentido da vida para os *assalariados rurais urbanizados*, demarcado, para além de outras dimensões, na constituição das famílias e as relações advindas.

Goianésia não fora tomada fortuitamente como *lócus* privilegiado de conformação das condições para a existência dos *assalariados rurais urbanizados*. Não obstante a importância que esta cidade representa para o agronegócio sucroalcooleiro na região, trata-se de um município de população majoritariamente não agrícola, conforme apontam estudos sobre os municípios brasileiros. Com base na tipologia aponta a tese de Maia (2006), Goianésia é classificada como um *município urbano de operários*.⁹⁴ Essa classificação se deu com base, sobretudo, na estrutura sócio ocupacional do município, constituída por 3% de empregadores, 16,8% de profissionais, 38,4% de massa não agrícola, 22,1% de massa agrícola,

⁹⁴ “Municípios urbanos de operários: também apresentam uma população majoritariamente não agrícola, com os quase ¾ da população nas classes tipicamente urbanas, mas se destacam, sobretudo, pela expressiva participação de integrantes de famílias da massa trabalhadora não agrícola (49%). Distinguem-se ainda dos municípios urbanos profissionais pela maior parcela de subclassificados em todas as classes não agrícolas e, de maneira geral, maior participação nos estratos inferior e infimo (62% contra 51%)”. (MAIA, 2006, p. 169).

11,5% de pessoal sem ocupação com rendimento e de 3% de pessoal sem ocupação e sem rendimento. (MAIA, 2006, p. 275). Neste sentido, Goianésia, assim como boa parte dos municípios que se localizam nas regiões de cultivo da cana-de-açúcar, não acompanha a dinâmica social e econômica que demarca os municípios classificados como municípios rurais. Em termos nacionais, embora a quantidade de municípios dessa natureza seja significativa, em torno de 75% do total de municípios brasileiros segundo o IBGE para o ano de 2011, eles possuem no máximo 20 mil habitantes, totalizando uma população de 33,9 milhões de pessoas. Por outro lado, a maior concentração de pessoas está nos onze municípios com mais de 1 milhão de pessoas (0,2%), com população de 29 milhões de pessoas.

Depreende-se, com esta informação, que os usos dos tempos e dos espaços no município de Goianésia, assim como em muitos outros, estão condicionados, pois, às exigências do que qualifica o urbano, de sorte que os trabalhadores rurais, no que toca o modo de vida, reproduzem a urbanidade no espaço reprodutivo, o da vida cotidiana. Mesmo em pequenos municípios, aqueles que possuem no máximo 20 mil habitantes, as atividades ligadas ao rural se amalgamam às atividades urbanas, como a criação de animais e o cultivo de alimentos ao comércio de leite, ovos, queijos, frutas e verduras. Com efeito, é na cidade que estes trabalhadores reproduzem a vida fora do trabalho e compartilham um modo de vida no qual o rural e o urbano encontram-se em constante interação. Um aspecto basilar no tocante à urbanidade que configura o cotidiano dos trabalhadores rurais que vivem nestes municípios consiste na recepção de informações de toda sorte a partir de seus televisores.

É assim que, mesmo no tempo livre, estes trabalhadores acabam se dedicando ao trabalho ou suprimindo o vivido pela alienação do que é veiculado em televisores, mecanismo de reprodução das relações, invólucro de representações de consumo. Os artefatos que conformam o habitat em sua máxima expressão de urbanidade também tem incorrido na mudança das práticas espaciais e, portanto, nas próprias sociabilidades. Se, por um lado, os trabalhadores mais antigos afirmam que nas décadas passadas, sobretudo década de 1980, estes se encontravam nos bares, nas festas de bairro, por outro na contemporaneidade é expressiva a quantidade de trabalhadores que ficam em suas casas, segundo eles próprios

assistindo TV ou na internet. Especialmente sobre o *não-lugar* possibilitado pela internet, ocorreu há pouco mais de um ano um fato bastante interessante. Um grupo de jovens *assalariados rurais urbanizados* foi flagrado assistindo, por meio de uma internet móvel, vídeos pornográficos durante a lide nos canaviais. Ao contrário do aparentemente banal, isso desvela uma enorme complexidade na relação espaço-tempo e as condições da alta modernidade.

Senão, façamos uma breve problematização. Indivíduos cuja força de trabalho é despendida por meio de condições extremamente precárias em canaviais do médio norte goiano saciam, visualmente, o desejo sexual por meio de uma rede mundial que permite o acesso a vídeos produzidos em qualquer parte do mundo. Isto nos remete ao fato de que o espaço fora suprimido, como a própria cisão campo-cidade. Há, ainda, a questão do tempo, a efemeridade, o instante. E, finalmente, a ordem do desejo na alta modernidade, como obtê-lo e por quais meios, um desejo como fenômeno extremo, como pornografia, *“êxtase do sexo, mais sexual que o sexo”*⁹⁵. (BAUDRILLARD, 2006, p. 53).

Este fato é provavelmente o que melhor expressa a condição de *assalariado rural urbanizado*, cujas representações encontram-se diluídas em um passado não muito remoto e em um futuro que reluta em apresentar seus prenúncios. A alta modernidade é, neste sentido, um todo fragmentado caótico. *“Para desafiar esse estado paradoxal das coisas, precisamos de um modo de pensar paradoxal [...] Devemos consentir tanto a singularidade poética dos acontecimentos quanto a incerteza radical dos acontecimentos. Isto não é fácil.”* (BAUDRILLARD, 2006, p. 74). O seguinte trecho de Deleuze e Guattari (2010, p. 55) expressam a natureza desta incompreensão:

O que caracteriza o caos, com efeito, é menos a ausência de determinações que a velocidade infinita com a qual elas se esboçam e se apagam, a impossibilidade de uma relação entre duas determinações, já que uma não aparece sem que a outra tenha já desaparecido, e que uma aparece como evanescente quando a outra desaparece como esboço.

⁹⁵ Em *A ilusão Vital*, Jean Baudrillard expõe da seguinte maneira o excesso que qualifica a pós-modernidade: *“Êxtase do social: as massas, mais sociais que o social; Êxtase do corpo: obesidade, mais gorda que a gordura; Êxtase da informação: simulação, mais verdadeira que a verdade; Êxtase do tempo: tempo real, instantaneidade. Mais presente que o presente; Êxtase do real: o hiper-real. Mais real que o real; Êxtase do sexo: pornô. Mais sexual que o sexo e, finalmente, Êxtase da violência: terror. Mais violento que a violência.”* (BAUDRILLARD, 2006, p. 52,53).

Sobre o habitat, numa perspectiva mais ampla, como a colocada por Heidegger (2002) e Bachelard (2000), o imperativo do caos pode ser notado quando confrontadas as representações sobre a terra para os trabalhadores jovens e para trabalhadores velhos. Aos primeiros, aqueles que expressam com maior evidência a condição de *assalariados rurais urbanizados*, o *sentido da terra* encontra-se na cidade. Estes, em sua maioria, manifestam que o campo lhes serviria para finais de semana, mas que é na cidade que sempre gostariam de viver, pois nela estão os elementos da vida moderna. Já para os velhos, o campo é o idílico, o sentido da vida, o *sentido da terra*.

Quando questionei os últimos o que estes consideravam sobre a terra e se desejavam obter um pedaço, me responderam: *“Acho que a terra é tudo. Se não fosse ela, não tinha como a gente come, trabalhá-la. Ela significa tudo, ela é vida.”* (Wilson, 52 anos, trabalhador negro, morador do bairro Nova Aurora, natural de Pirenópolis, está no corte de cana há 20 anos). *“Meu sonho, se eu pudesse. Poder plantar, poder criar. Terra é vida”* (Margarida, 59 anos, negra, moradora do bairro São Cristóvão, natural de Jaraguá, Goiás, no corte de cana há 10 anos). *“Ichi, gostaria demais. Onde pudesse criar, trabalhar pra gente mesmo né.”* (João, 57 anos, branco, morador do bairro Primavera, natural de Vila Propício, Goiás, está no corte de cana há 22 anos). Ocorre que estes trabalhadores mais velhos noutros momentos afirmaram que as condições de vida melhoraram sobremaneira graças às conquistas, segundo eles, da modernidade, muitas delas impeditivas da relação homem-natureza possibilitada pelo rural. É oportuno considerar a última fala supracitada, a do Sr. João, na qual diz que gostaria de ter um pedaço de terra para trabalhar pra si próprio.

Para o Sr. João essa posse permitira a plena apropriação da vida, porque permitiria a apropriação do fruto do próprio trabalho. Esta é uma perspectiva total acerca das condições plenamente emancipatórias. Mas esta, pelo menos no que tange a representação da terra, não se trata da perspectiva apontada pelos trabalhadores jovens, os quais enxergam no urbano o que de melhor pode reservar para suas vidas. Estes, podemos supor, já foram plenamente inseridos na dinâmica de vida própria a alta modernidade e já são participantes efetivos da lógica do consumo que a acompanha. Tendo engendrado novas possibilidades de relações sociais, o

urbano promove o *homo cotidianus*, o *homo consumus*, daí seu substrato antropológico. É por meio da elaboração de toda sorte de imagens que evocam determinados tipos de comportamento, em geral associados ao prazer, que os sujeitos sociais são incitados a participarem da *sociedade de consumo*. Consumo e espetáculo conformam o comportamento hedonista que marca a alta modernidade. Práticas de consumo que extrapolam todas as esferas da vida, consumo do tempo, consumo do espaço, espaços de consumo que se proliferam. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens.” (DEBORD, 1997, p. 14).

O cotidiano da vida privada é refém das intervenções urbanas mais complexas como coloca Carlos (2001, p. 219). “[...] o plano do habitar não se limita apenas aos espaços privados, imersos nas sombras da cidade, preservados dos olhares, relegados ao estritamente privado.” Noutros termos, a casa, esse microcosmo da prática socioespacial, está diretamente ligada à ordem distante. Num plano *prático-sensível*, as ações cotidianas se estabelecem a partir de representações, de forças institucionais, de um determinado controle e vigilância do Estado. O habitat, pelo nível da moradia, configura-se como objeto que dispõe tanto de um sistema de ações⁹⁶ quando de um sistema de objetos que, apreendidos pela teia social que resulta do amalgamar entre ambas, nos reserva complexas questões relacionadas ao mundo moderno. Isto porque “*debemos plantear el habitar como una función inherente a toda sociedad, a todo organismo social.*” (LEFEBVRE, 1975, p. 156).

Como função que envolve toda a sociedade, o habitat requer uma apreensão não apenas em perspectiva, mas também em prospectiva. Consiste em pensá-lo como *realidade virtual*, pensamento despojado dos instrumentos analíticos fornecidos pelo conhecimento parcelado. Henri Lefebvre afirmara que “*si consideramos el habitar como un rasgo antropológico, no queremos con ello indicar que el habitar interesse exclusivamente a una ciencia particular, la antropología [...]*” (LEFEBVRE, 1975, p. 154). O conceito de apropriação nos permite um alcance do habitat segundo esse propósito. A apropriação do espaço se dá mediante o

⁹⁶ Sobre o sistema de ações e o sistema de objetos, ver: SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2008.

imperativo do valor de uso, de tal sorte que a realidade social é moldada segundo os ditames do vivido, imprimindo espaços-tempos sob o primado da “vida cotidiana-festa” inseparáveis.

Apropriar significa o pleno desfrutar da natureza, da capacidade criativa, do gozo. Imersa como necessidade coletiva, a apropriação pressupõe o uso do corpo. É o corpo que comanda, conforme a vontade, as ações humanas nessa circunstância. “*Para Nietzsche, o corpo contém – mais, é, abaixo da superfície cintilante – a profundidade.*” (LEFEBVRE, 1976, p. 235). O espaço social, forjado pelo uso e pelo corpo, ao coincidir com o espaço geométrico dispensa a apropriação, assim como a não apropriação do tempo resulta do tempo dos relógios; Racionaliza os gestos, disciplina os corpos, ocupa os sentidos com específicas atividades em seus devidos intervalos. “*La dominación sobre la naturaleza material, resultado de operaciones técnicas, arrasa esta naturaleza permitiendo a las sociedades sustituirla por sus productos.*” (LEFEBVRE, 1975, p. 164).

O contrário? O predomínio dos interesses humanos sobre a técnica? É possível. No espaço ele se materializa como diferencial, como irrupção da *poièsis*. Neste momento, o habitat como *lòcus* funcional de moradia é desfeito. A revolução é no e pelo lugar, o que pressupõe uma estratégia urbana que encerra a ilusão urbanística enquanto princípio de conhecimento assegurado pelo *telos* científico aos interesses da burguesia. “*No espaço, confluem a brecha objetiva (socioeconômica) e a brecha subjetiva (poética).*” (LEFEBVRE, 1976, p. 258). Ademais, é no espaço que se realizam as diferenças de variadas dimensões, redimensionando absolutamente todas as contradições.

Forma, função e estruturam se imiscuem num projeto de prevalência do prazer dionisíaco da festa modulado por sujeitos que não temem por fazerem uso dos corpos. Em termos de conhecimento, assim como o espaço sai da sombra, sai da sombra o conhecimento mistificado sobre o *mundus* e sobre nós. Não mais signos, símbolos e sinais impostos pelo Estado todo poderoso e pelo capital onipotente far-se-ão visíveis ao nosso redor. Será o despertar do vivido em plenitude, no albor do amanhecer os raios de sol se projetarão sobre o habitat-natureza e tornar-se-ão verdadeiramente reconhecíveis as maravilhas de nossa morada. Teremos, finalmente, espaços de esperança, nos quais “*poderemos*

finalmente alimentar a esperança de dizer adeus ao medo, à tensão, à ansiedade, ao excesso de trabalho e às noites sem dormir.” (HARVEY, 2006, p. 366).

Ter-se-á, portanto, um novo sentido do que é humano, um novo *sentido da terra*, considerando que o princípio dialético, de natureza antropológica, uma vez que se relaciona com o modelamento dos indivíduos a uma determinada circunstância histórica, é intrínseco ao habitat, espaço geométrico e espaço social no qual há uma prática socioespacial no nível da cotidianidade. O habitat absorve um tipo familiar específico, reduzido a seu núcleo, constitui-se por uma gama imensa de aparelhos tecnologicamente avançados, os quais incitam comportamentos originais, fragmentando espacialmente a coletividade, alimentando o individualismo acompanhado pelo consumo desenfreado de mercadorias diversas. Em síntese, como elemento da *re-produção das relações de produção* é no habitat que os sujeitos elaboram perspectivas da realidade, muitas vezes mistificadas.

Sob uma forma geometricamente sustentada e numa teia de relações socialmente construídas o vivido é esmagado em nome da *sociedade burocrática de consumo dirigida*. A esta sociedade há um ser social específico, edificado nos meandros do cotidiano a partir das necessidades as mais variadas possíveis. *Homo faber, sapiens, ludens, ridens, amans, creator*. (LEFEBVRE, 1975, p. 155). É no habitat que ele se afirma desta ou daquela maneira, por isso, dimensão dialético-antropológica da vida cotidiana. Num futuro não muito distante, “*se descobrirmos que nem tudo pode ser clonado, simulado, programado, manipulado genética e neurologicamente, então o que quer que sobreviva pode ser chamado de verdadeiramente ‘humano’*”. (BAUDRILLARD, 2006, p. 21).

CAPÍTULO VI

O SEGREDO DAS MÃOS: SOBRE O TRABALHO COMO POIÈSIS E UM NOVO SENTIDO DA TERRA

“Parece ser próprio do animal simbólico valer-se de uma só parte do seu organismo para exercer funções diversíssimas. A mão sirva de exemplo. A mão arranca da terra a raiz e a erva, colhe da árvore o fruto, descasca-o, leva-o à boca. A mão apanha o objeto, remove-o, aconchega-o ao corpo, lança-o de si.[...] Na Idade da Máquina, a mão teria, por acaso, perdido as finíssimas articulações com que se casava às saliências e reentrâncias da matéria? O artesanato, por força, recua ou decai, e as mãos manobram nas linhas de montagem à distância de seus produtos. Pressionam botões, acionam manivelas, ligam e desligam chaves, puxam e empurram alavancas, controlam painéis, cedendo à máquina tarefas que outrora lhes cabiam. A máquina, dócil e por isso violenta, cumpre exata o que lhe mandam fazer; mas, se poupa o músculo do operário, também sabe cobrar exigindo que vele junto a ela sem cessar; se não, decepa dedos distraídos. Foram oito milhões os acidentes de trabalho só no Brasil de 1975.”

(Alfredo Bosi, *Os trabalhos da mão*, em *O ser e o tempo da poesia*)

“O operário, poeta de mão modelante, trabalha docemente essa matéria da elasticidade preguiçosa até o momento em que nela descobre essa atividade extraordinária de fina ligação, essa alegria muito íntima dos pequeninos fios de matéria.”

(Gastón Bachelard, *A terra e os devaneios da vontade: Ensaio sobre a imaginação das forças*).

Continuação das reflexões dispostas no capítulo anterior, o capítulo em questão busca apreender o *sentido da terra* a partir do trabalho como *poièsis*, ou seja, um trabalho que permita a plena emancipação dos sujeitos, conformando outras formas de vida em que o tempo e o espaço sejam verdadeiramente apropriados, em que a fragmentação campo-cidade seja definitivamente superada, assim como as condições que conformam a existência dos *assalariados rurais urbanizados*. Na esteira das questões culturais já colocadas, entende-se que a superação das condições alienantes dar-se-ia a partir de outra relação entre o homem e a natureza mediada pelo corpo. No capítulo que segue o corpo é apresentado a partir da essencialidade das mãos. Destarte, toma-se o corpo para além do trabalho na produção de mercadorias, na medida em que o corpo, a partir de determinado primado homem-natureza, também edifica obras, pensamentos, representações, cidade. Assim, há que se problematizar toda sorte de inovações no campo da técnica e seus desdobramentos por sobre a corporeidade e o plano real da vida.

Isto aponta para o fato de que o *sentido da terra* extrapola a dimensão do trabalho como a entendemos. O trabalho a tudo envolve. Livre, ele encetaria uma *atitude* em relação à terra que lhe daria sentido enquanto lócus e meio emancipatório. “No trabalho, o homem satisfaz uma *potência de criação* que se multiplica por numerosas *metáforas*.” (BACHELARD, 2008, p. 24). As linhas que seguem apontam para uma construção textual um tanto ensaística, na medida em que buscaremos orientar as reflexões, por um lado, a partir de aspectos oriundos da subjetividade e, por outro, a partir dos elementos que conformam uma virtualidade, ou ainda uma potencialidade efetivamente revolucionária que se instauraria pelo uso dos corpos, pela insurreição do uso na busca do prazer, do vivido, portanto. Para tanto, as sistematizações a serem postas irão se valer metodologicamente do esforço interpretativo de um instante *prático-sensível* ou fenomênico da vida para, a partir dele, considerar a história, assim como preconiza o procedimento metodológico *regressivo-progressivo* postulado por Henri Lefebvre, do qual fizemos uso ao trabalhar com a tríade memória, trabalho e vida cotidiana dos *assalariados rurais urbanizados*.

6.1 O SEGREDO DAS MÃOS

Concorda-se com Marx (2006) ao dizer que o capitalismo produz riquezas. Riqueza facilmente vista e, quando vista, contemplada. E, mais que contemplada, quando sentida, exaltada. Mas o próprio Marx (2006) fizera uma ressalva à produção de tais maravilhas, dizendo que o capitalismo também produz miséria. Muitos foram os estudos que centraram seus esforços na apreensão das glórias advindas deste modo de produção, assim como de suas inglorias para a classe trabalhadora. Todavia, no que toca sua instância mais elementar, o corpo, pouco tem sido discutido. Para além da discussão acerca dos processos no âmbito do trabalho a fim de se evidenciar a exploração de homens e mulheres, buscamos, por ora, apreender a relação entre o trabalho (entendido como transformação da natureza) e o corpo dos trabalhadores a partir de sua dimensão ontológica, portanto de realização do ser social.⁹⁷ Isto nos permitirá, ademais, um posicionamento crítico no que tange o ritmo do processo de produção no capitalismo contemporâneo, reflexão que envereda para esforços de compreensão sobre o tempo, o espaço e a técnica.

Tomemos os *assalariados rurais urbanizados*, cujas mãos adquirem uma camada áspera, o que pude perceber sempre que nos cumprimentávamos. Com efeito, o toque é fundamental. O trabalho de transformar a natureza o tem como emoliente. Cabe, todavia, entender que determinadas sensações percebidas pelo corpo instauram-se no primado da produção de valores de troca. Exatamente por isso, ao ser subordinado aos ditames do capital, o homem torna-se refém de um ritmo que contraria em primeira instância o seu corpo. O metabolismo do capital não coincide com o metabolismo humano. Neste sentido, as mãos que deveriam se ocupar de múltiplas atividades são, aos poucos, definhadas, fragilizadas ou enrijecidas e insensibilizadas. É preciso reconhecer, ainda, que estas mesmas mãos passam por um processo de formatação, como o próprio corpo por inteiro, a fim de corresponder às expectativas requeridas pela atividade a ser desempenhada.

⁹⁷ Segundo Harvey, em *Espaços de esperança* (2006 p. 140), “A partir dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx fundou seus argumentos ontológicos e epistemológicos na real interação corporal sensorial com o mundo.”

Enfim, o corpo é disciplinado a fim de que os gestos sejam eficientes, conforme elucidou Foucault (2008).

No caso dos *assalariados rurais urbanizados*, o ato de desferir centenas de golpes de podão faz com que as mãos dos trabalhadores se tornem resistentes, o que só é alcançado às despensas de muita dor. A adaptação do corpo humano (na reflexão em questão, das mãos) às exigências do trabalho vem a ser o seu primeiro segredo. “*O ato de cortar cana resume-se à sequência de gestos, curvaturas do corpo, manejo do podão, destreza, rapidez, dispêndio de força.*” (MORAES SILVA, 1999, p. 201). O que seria do desenvolvimento do capitalismo sem as mãos de tantos homens e mulheres? Imaginem então se elas, assim como os demais membros do corpo, não fossem adaptáveis às mais diversas situações impostas pelo trabalho, às intempéries do tempo, à determinadas texturas, à ritmos que desafiam o próprio tempo. As mãos moldam o objeto, conferindo-lhes forma, dando-lhes efetivamente alguma utilidade. “*Ao ser que está trabalhando, o gesto do trabalho integra de algum modo o objeto resistente, a própria resistência da matéria. Uma matéria-duração é aqui uma emergência dinâmica acima de um espaço-tempo.*” (BACHELARD, 2008, p. 19).

Numa relação íntima com o podão, as mãos operam gestos repetitivos e atinge a precisão requerida. Do mesmo modo, as mãos agrupam feixes de cana habilmente e os cortam com total destreza. O formato da cana, do podão e instrumentos vários condicionam os sentidos, de sorte que antes mesmo de executá-las, as atividades são percebidas pelas mãos, formatando o “bom cortador de cana” de que trata, com profundidade, Moraes Silva (1999). Isto é intrigante. “*A matéria é, para o operário, uma condensação dos sonhos da energia. O super-homem é aqui o superoperário.*” (BACHELARD, 2008, p. 48). Do ato de transformação da matéria, instância fenomênica, germina a materialidade e o materialismo.

Magistralmente, Bachelard chegou a esta conclusão, afirmando que “*a massa perfeita é então o elemento material primordial do materialismo, como o sólido perfeito é o elemento formal primordial do geometrismo. Todo filósofo que recusa essa primitividade não entra verdadeiramente na filosofia materialista.*” (BACHELARD, 2008, p. 64). Esta filosofia materialista e o papel preponderante da

matéria permite compreender o vigoroso sistema de objetos e como ele engendra processos e relações na alta modernidade, de sorte que *“o objeto faz uma descoberta reversível, mas nunca inocente, do sujeito. Mais do que isso – trata-se realmente de uma espécie de invenção do sujeito pelo objeto inventado.”* (BAUDRILLARD, 2006, p. 82).

Fundamentalmente, o progresso da técnica e seu domínio sobre o homem encerram no seio da produção de mercadorias, como fenômeno, alternativas de usos dos corpos para a emancipação social. *“As sociedades ocidentais fizeram do corpo um ter, mais do que uma estirpe identificadora.”* (Le Breton, 2012, p. 33). Isto, no entanto, não quer dizer que são eliminadas as possibilidades de resistência. Pelo contrário, compelidos a agirem repetitivamente, quando se fazem percebidas as sensações da opressão, os trabalhadores forjam estratégias de resistência que remetem, também, às sensações, seja de alívio, relaxamento ou transgressão mesmo. É como o acender do cigarro descrito por Dejours (1992).

Há inúmeras formas de resistência que são elaboradas consoantes as condições de opressão vivenciadas pelos trabalhadores. Nossos esforços localizam, aqui, nas resistências que se firmam pelo gesto, no ato; no fenômeno e tão somente no fenômeno. Em linhas gerais, no fato de que o as mãos são o mundo, porque o corpo é o mundo. *“Ou seja, a vida humana é talhada pelas mãos daqueles que vivem das próprias mãos.”* (MORAES SILVA, 2005, p. 303). Isto desvela, ainda, porque a memória é, tal qual as mãos, expressão do vivido e que ninguém melhor que o narrador consegue manifestá-la. Mãos e memória compõem uma unidade. *“Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.”* (BENJAMIN, 1994, p. 205). Destarte, o mundo é as mãos porque o pensamento não é inseparável da *práxis*. A *práxis* das mãos produz objetos, mas também significados em torno deles, produz subjetividades, produz metáforas. Conforme elucida Marx (2004, p. 111):

Vê-se como subjetivismo e objetivismo, espiritualismo e materialismo, atividade e sofrimento perdem a sua oposição apenas quando no estado social e, por causa disso, a sua existência enquanto tais oposições; vê-se como a própria das oposições teóricas só é possível de um modo prático, só pela energia prática do homem e, por isso, a sua solução de maneira alguma é apenas uma tarefa do conhecimento, mas uma efetiva tarefa vital que a filosofia não pôde resolver, precisamente porque a tornou apenas como tarefa teórica.

Se há um *cogito*, concordamos com Bachelard de que este é o *cogito amassador*, ele restitui o trabalho de seu princípio teleológico, ele seria o verdadeiro *cogito* de um materialismo dialético, porque emergido da relação simbiótica homem-matéria. “E eis então, em sua mais estreita conexão, o *cogito amassador*: há uma maneira de apertar o punho para que nossa própria carne se revele como essa massa primordial, essa matéria perfeita que resiste e cede ao mesmo tempo.” (BACHELARD, 2008, p. 65). Se isto fora exaustivamente dito pouco fora considerado no que tange uma perspectiva culturalmente revolucionária.

Na medida em que a *re-produção das relações de produção* na contemporaneidade ancora-se no sujeito, nunca foi tão primordial investigar as múltiplas dimensões que ocupa a vida cotidiana desse sujeito. As mãos que doem compartilham entusiasmo, pois que trabalham e também são usadas para se ostentar a tecnologia, como quando se manipula o celular ou algum desses equipamento eletrônicos que já fazem parte do cotidiano dos *assalariados rurais urbanizados*. É pelas sensações que se estabelece o encantamento da técnica, o que é bastante irônico ao se pensar que é a partir de sensações cruéis que as maravilhas do capitalismo são criadas. O objeto enquanto portador de um *valor de signo* pode ser a negação de uma superestrutura que oprime pelo valor de troca, assim como de uma realidade reificada pelo valor de uso (utilidade das coisas). Isto é verdadeiramente paradoxal.

A riqueza e a miséria deste modo de produção têm em comum a classe trabalhadora como fonte de valor e como destinatária de uma infinidade de *gadgets*. Cabe-nos aprofundar as investigações em terrenos pouco visitados, talvez na esteira do que José de Souza Martins (2005) tenha definido como o imaginário e o poético nas ciências sociais. Pois bem, a ausência de apropriação inicia-se já no contato entre o homem e a matéria ou, o que torna as coisas mais complexas, este contato não permite uma simbiose que permita de uma só vez a humanização do homem e a reprodução natural das forças da natureza. O contrário permitira ao homem o desenvolvimento de uma gama de habilidades por meio do trabalho artístico, por exemplo.

Não mais mãos calejadas por apenas uma única atividade, como a do corte de cana, apontando a essencialidade do trabalho como fenômeno. Não mais “[...] a

mobilização dos espíritos animais, dos impulsos sexuais, dos afetos e das forças criadoras do trabalho para um dado propósito definido pelo capital.” (HARVEY, 2006, p. 142). Os sentidos, em sua forma e intensidade, revelam o espectro ontológico do ser, daí seu caráter de substrato da condição humana. Isto nos convoca a um fecundo trabalho de apreensão dos sentidos do trabalho no contexto de uma modernidade avançada. Atentemos, no entanto, para a acepção deste *sentido*. Ao tomá-lo em sua definição fenomênica, nos é imposta a necessidade do alargamento do horizonte da sociologia do trabalho, com tem realizado Dejours (1992) na atualidade e por Simone Weil (1979) na primeira metade do século passado. Isto não consiste no apelo a uma fenomenologia, considerando que é da própria dinâmica do real no âmbito das múltiplas dimensões do trabalho que emerge tal problemática.

Noutras palavras, a importância de se tratar o nível *prático-sensível* nas relações de trabalho e na vida cotidiana resulta da própria lógica de *re-produção das condições gerais de produção*. (LEFEBVRE, 1968b). A título de exemplo poderíamos dizer que a promoção do fascínio e do encantamento efêmero por meio da tecnologia encontra-se no bojo da reprodução das condições gerais de produção por meio dos sentidos, estabelecendo um contrapeso à opressão cujas marcas instauram-se *a priori*, também, pelos sentidos. No limite, caberia afirmar que o deslumbramento proveniente do uso de alguns equipamentos, como os MP's que permitem ouvir músicas mesmo em constantes movimentos durante as tarefas do dia-a-dia, levaria à fuga efêmera da sofrível realidade. Não se pretende, com isto, qualquer entendimento da ausência de luta dos trabalhadores como resultado da técnica que domina a vida cotidiana. Pretende-se, na verdade, transpor a reflexão do trabalho como uma dimensão produtiva da vida a fim de se considerá-lo, também, como dimensão reprodutiva da vida. Por isso a referência ao uso das mãos em tempo qualquer do dia é fundamental.

As mãos deslindam a luta do homem por sua existência e o que mais nos interessa: as manifestações de sua existência. Noutros tempos, usada para defesa, a caça e a coleta. Hoje, como apêndice dos instrumentos por ela criados. Mãos que revelam experiências, sofrimento, dor. Por elas, como dissemos, um mundo é descortinado e os próprios sentidos são ativados. Mesmo o onírico e o imaginário

possuem relação com as mãos. Somente ao pensar sobre suas atividades laborais, os trabalhadores sentem o peso nas mãos, isto quando não sonham realizando seus afazeres e, numa fiel reprodução do real, sentem na pele as agruras do trabalho. Temos aí o terceiro segredo das mãos: *elas são o homem porque dão sentido à sua existência*. Logo, reinventar a existência é o desafio histórico do homem, considerando, evidentemente, sob quais condições, como postulou Marx.

O projeto consiste então em libertar o corpo da *práxis mimética* do trabalho e da vida cotidiana alienados a fim de se construir um mundo em *poièsis*. A arte tem, nesse projeto, um papel elementar. Às mãos, novas sensações devem se fazer reconhecidas. Dar-se-á, então, o encontro entre os três segredos das mãos: novas adaptações a uma realidade plenamente emancipatória, um novo mundo e uma nova existência. Afinal, as mãos, na interação com a natureza, estabelecem um metabolismo social, a partir do qual se dá a emergência de uma materialidade com suas determinações, bem como o assento de alguma forma de vida. Isto é concomitantemente fenomênico e histórico. Este projeto consiste numa *territorialização* do homem, na tentativa de verter a condição de um corpo individualizado em um corpo coletivo, de engendrar os referenciais a partir de uma relação homem-natureza preconizada por outros cânones que não o pensamento racional moderno.

Tal desiderato tem, no corpo e em sua *práxis* transformadora a partir do trabalho, sua centralidade. Fundamentalmente consiste em suplantar o corpo-máquina por um corpo que não se erige superior à matéria, à natureza, mas que a partir da interação com esta, mediada pelo trabalho, passe a ter outros referenciais e disso emane um novo *sentido da terra*, uma nova cultura. Um estudo realizado por Le Breton (2012) sobre os canaques, povos autóctones da Nova Caledônia, mostra que para estes o corpo recebe suas características do reino vegetal. Trata-se de uma cosmogonia na qual o corpo é plenamente *territorializado*. Ao contrário dos postulados cartesianos em sua analogia entre o funcionamento do corpo e o funcionamento do relógio⁹⁸, para os canaques o corpo, segundo Le Breton (2012, p. 22-23):

⁹⁸ “Como um relógio composto de rodas e contrapesos não se observa menos exatamente todas as leis da natureza.” (DESCARTES, 1962, p. 193).

[...] obedece às pulsações do vegetal, confundido a essa *gemeinschaft alles lebendigen* (comunidade de tudo aquilo que vive, da qual Cassirer dizia outrora. Kara designa ao mesmo tempo, a pele do homem e a casca da árvore. A unidade da carne e dos músculos (pié) remete à polpa ou ao caroço dos frutos. A parte dura do corpo, a ossatura, é nomeada com o mesmo termo que o coração da madeira. Essa palavra designa igualmente os cacos de coral lançados sobre as praias. São as conchinhas terrestres ou marinhas que servem para identificar os ossos envolventes, tais como o crânio. Os nomes das diversas vísceras vertem igualmente do seio de um vocabulário vegetal. Os rins e as outras glândulas do interior do corpo trazem o nome de um fruto cuja aparência seja próxima à sua. Os pulmões, cujo envoltório lembra a forma da árvore totêmica dos canaques, Kuni, são identificados sob esse nome. Quanto aos intestinos, são assimilados aos emaranhados de cipós que adensam a floresta. O corpo aparece aqui como outra forma vegetal, ou o vegetal como uma extensão natural do corpo. Não há qualquer fronteira discernível entre esses dois domínios. Apenas nossos conceitos ocidentais permitem essa divisão, sob o risco de uma confusão e de uma redução etnocêntricas das diferenças.

Finalmente, num arranjo entre os três segredos, o trabalho se desvela: fenômeno humano total que confere substância à vida dando-lhe sentido e existência. Na ordem do esforço teórico, este projeto requer atenção ao sujeito e a subjetividade. Durante determinado momento, é preciso liberar o indivíduo da classificação, ora como burguês, ora como proletário, a fim de se apreender o trabalho numa perspectiva realmente total. Mais que isto, verificar a subjetividade alienada a partir das condições estabelecidas pela miséria do cotidiano, o qual invadiu praticamente todas as instâncias da vida, a despeito das acentuadas diferenças entre as classes no que concernem suas condições materiais de existência. Este esforço, ao lidar com o avanço da modernidade, ou, nas palavras de Lefebvre, com a *sociedade burocrática de consumo dirigida* (LEFEBVRE, 1972), tem como objeto as condições gerais de produção. Não obstante, seu sentido extrapola as relações de produção, ao que se deve a essencialidade do sujeito. Quanto à noção de sujeito, compartilhamos com a seguinte definição de Dejours (2000, p. 29):

Não é uma denominação genérica para designar tanto o sujeito quanto um homem ou uma mulher, uma pessoa qualquer ou um agente indefinido. Toda vez que esse termo aparecer, será para falar de quem vivencia afetivamente a situação em questão. Afetivamente, isto é, sob a forma de uma emoção ou de um sentimento que não é apenas um conteúdo de pensamento, mas sobretudo um estado do corpo. A afetividade é o modo pelo qual o próprio corpo vivencia seu contado com o mundo. A afetividade está na base da subjetividade.

É um equívoco pensar a existência das classes sociais sem levar em consideração a subjetividade, do mesmo modo pensar a história sem a apreensão do momentâneo. Se a classe trabalhadora constitui-se, a rigor metodológico, pelo

fato de que alguns indivíduos são despossuídos dos meios de produção, ela se estabelece, sobretudo, e fundamentalmente pela experiência que esses indivíduos comungam, as quais incidem no âmbito do corpo e da invisibilidade. A experiência elementar é a de que “*os trabalhadores são necessariamente alienados porque suas capacidades criadoras são apropriadas pelos capitalistas como a mercadoria força de trabalho.*” (HARVEY, 2006, p. 142). Damos relevância, aqui, ao nível sensorial do processo de trabalho alienado, entendendo que a dor e o sofrimento imbuídos na experiência conformam a essencialidade das sensações que levam homens e mulheres a compartilharem sentimentos comuns e elaborarem estratégias cotidianas de insurreição do prazer.

Todavia, é necessário reconhecer que assim como as próprias lutas da classe trabalhadora, na ordem da psique as estratégias defensivas são, não poucas vezes, permeadas por contradições. Uma acurada perspicácia permite verificar que, em alguns casos, elas resultam de transtornos desta ordem. A contradição está em que “*A análise detalhada do funcionamento dessas estratégias mostra igualmente que elas podem contribuir para tornar aceitável aquilo que não deveria sê-lo.*” (DEJOURS, 2000, p. 36). Torna aceitável, por exemplo, a alegação de que o não cumprimento de determinada tarefa por parte do funcionário se deve única e exclusivamente por sua incompetência. Assim, é gestada a chamada “*normalidade sofrente*” abordada por Dejours (2000), vivenciada também pelo trabalhador quando se está doente. Ouvi de muitos *assalariados rurais urbanizados* que a ausência ao trabalho se deve, em muitos casos, pelo fato de que há trabalhadores que fazem “corpo mole”, ficam doentes com facilidade. Isto revela, no campo subjetivo, a desefetivação do homem ao ponto de que este toma para si toda sorte de culpabilidade, além de se tratar de um reflexo de um individualismo negativo. (CASTEL, 1998).

Numa aproximação dos estudos de Dejours (1992, 2000) dos escritos de Marx chegamos à consideração de que a explicação para tais fenômenos sociais, desde as ideologias defensivas, até a ideologia da vergonha, centra-se no *modus operandi* do trabalho regido pelos ditames do capital. Assim, as contradições

advindas de uma relação entre o homem e o mundo mediada pelo valor de troca⁹⁹ possui, em seu âmago, uma expressão fenomênica. Nada atesta melhor tal expressão, dentre os textos trabalhados, que as descrições de Simone Weil. Se por um lado os *Manuscritos econômicos-filosóficos* são, como o próprio título esclarece, de cunho filosófico e os escritos de Dejours podem ser classificados como analíticos no tocante à subjetividade do trabalho, por outro, os estudos de Weil revelam, pelas entranhas, como estranhamento e alienação se realizam. Noutras palavras, expõem a essência da condição operária, limpidamente resumida na seguinte frase: “A escravidão, para ser aceita, deve durar por dia o bastante para quebrar alguma coisa dentro do homem”. (WEIL, 1979, p. 140). Diferentemente de muitos teóricos, Weil efetivamente sentiu e expressou o âmago do trabalho estranhado.

Mas o que se quebra dentro do homem? Nietzsche (1983), melhor que qualquer outro filósofo, responde: a *poesia*. E porque supera os demais? Porque há poesia em seus escritos, a constante procura do ser, a superação do logos no pensar como ação. Outro pensar, produto de outra linguagem, a da vontade de potência, compreendendo a linguagem como a própria consciência. Pode-se, portanto, apreender o mundo moderno a partir das seguintes observações: 1) A existência humana é conformada a partir de determinada relação homem-natureza, sendo central o uso do corpo a partir do trabalho; 2) Temos que esta relação é constituída pelo primado do valor de troca, tendo como desiderato o atendimento das necessidades humanas consoante a dinâmica de reprodução do capital; 3) São produtos deste metabolismo social uma ética, uma linguagem e uma estética; 4) Fruto de representações que são gestadas no cotidiano, a realidade é, pois, alienante e resultado de processos alienados. A síntese deste encadeamento de ideias está contida na seguinte passagem de Marx (1985, p. 113): “Assim como os indivíduos expressam suas vidas, assim eles são. E o que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto com o que produzem quanto com o como produzem.”

As palavras de Marx atestam o caráter antropológico de suas preocupações. O segredo das mãos é, pois, antropológico. *Homo faber, homo economicus, homo*

⁹⁹ A troca e o uso exprimem, por sua vez, fenômenos, desvelando divergentes linguagens da realidade.

ludens, homo ridens? Como aponta Henri Lefebvre (1972): *homo cotidianus* e, na esteira dos devaneios bachelardianos (2008), *homo amassador*. Ora, a condição que define sua relação espaço-tempo, as representações que emanam da relação homem-mundo, ações, consciência, linguagem, ética, retórica e estética. Enfim, que define sua *práxis*. Bem entendido, uma *práxis* que transpõe as atividades laborais, a partir da qual se reproduz o vivido no atendimento de certas necessidades. O *como os homens produzem* de que trata Marx ultrapassa a ação referente à produção dos objetos. Na verdade, envolve a produção de relações, referenciais, signos, símbolos e sinais. Este *como* explica o uso da palavra, o discurso. Dá-lhe vida, assim como permite que os símbolos, signos e sinais contenham determinados sentidos e promovam processos cognitivos particulares. Assim, propulsionam os reflexos humanos, estabelecendo estímulos sensoriais, conformando os usos dos corpos.

A miséria do cotidiano pode ser explicada nesta perspectiva. Está em que os corpos são instigados cada vez mais aos reflexos e não à reflexão (VIRILIO, 1996). Os estímulos, operados a partir dos ditames do valor de troca, são limitados ao uso de alguns fragmentos do corpo segundo algumas tarefas. Com efeito, sob este primado o uso do corpo não significa apenas que as ações humanas são reprimidas, mas ainda, e fundamentalmente, que é descortinada uma condição histórica na qual o homem se torna apêndice das máquinas e cujo conhecimento não se desdobra dos interesses de sua emancipação social. “O foco principal da crítica de Marx ao capitalismo é que ele viola, desfigura, danifica a integridade do corpo que trabalha.” (HARVEY, 2006, p. 149). Somente a insurreição do uso colocaria fim a esta subsunção. Ou seja, somente a liberação absoluta dos corpos, permitindo o desenvolvimento das múltiplas potencialidades e, por conseguinte, o preenchimento de necessidades da ordem do desejo. A busca é, portanto, pela *poièsis*. No nível *prático-sensível* dar-se-ia a desconstrução das representações cotidianas que mistificam as consciências, “[...] pois toda a pele, e todos os órgãos dos sentidos são, também, desenvolvidos, reproduzidos, etc., no processo da vida, quanto pressupostos deste processo de reprodução.” (MARX, 1985, p. 78).

6.2 O TRABALHO COMO *POIÈSIS*, O URBANO E O SENTIDO DA TERRA

A superação pela *poièsis* se trata da superação da própria filosofia. Existe, pode-se afirmar, um nítido desencontro entre *práxis* e *poièsis* na história contemporânea. Filosoficamente, este desencontro pode ser percebido na contraposição entre os postulados marxistas e a prática *poética* nietzschiana. Contrariando esta perspectiva, a mesma obra, a cidade contemporânea, cuja função consiste em reproduzir as relações de produção a partir fundamentalmente do consumo, é marcada pela transgressão continua de grupos desprivilegiados. Ou seja, as mãos que operam as máquinas, equipamentos e ferramentas na edificação do urbano (enquanto forma), muitas vezes subvertem a ordem a partir de manifestações. Pretende-se com isto tornar visível a contradição que vivemos no mundo da alta modernidade, a qual é manifesta pelo urbano. As mãos o permitiram, mas para malogro do projeto do capital, por vezes elas se utilizam de relações sociais que se constituem em seu bojo a fim de propugnarem a *vontade de potência*. A vontade de potência para Nietzsche (1983c) consiste, sobretudo, na transvaloração da moral cristã; permitindo a efetiva realização da vida. “Antes de tudo o vivente quer dar vazão a sua força – a própria vida é vontade de potência.” (NIETZSCHE, 1983c, p. 271).

É óbvio, todavia, que a perspectiva revolucionária instituída no urbano figura-se enquanto virtualidade. No entanto, não se pode negar as contradições que emergiram de tantos esforços, por meio de tantas mãos, durante tantos séculos. A diferença entre nossos argumentos daqueles particulares à escola fenomenológica reside na importância que tributamos à história. As mãos impelem atos, mas é o princípio mimético (*mimèsis*) que as leva à degradação humana e à construção da história à contramão da perspectiva emancipatória. As mãos construíram, ainda, a cotidianidade e percebem, insistentemente, seus impulsos e seus reflexos. Nietzsche (1986) proferiu que o ser é pulsão. Veja, assim como o trabalho ritmado, a vida programada que se constitui a partir dele e da *sociedade burocrática de consumo dirigida* (LEFEBVRE, 1972) reprime os desejos, o prazer, o gozo e a *vontade de potência*. Ora, as mãos são, por sua vez, programadas, elas desvelam a *miséria* do cotidiano não apenas pelas marcas do trabalho, mas também pelo uso

dos produtos que dele provém. Se o apertar dos parafusos é ritmado, cadenciado, controlado em frações de minutos, os abraços e beijos também o são. Do mesmo modo, o chamado “lazer”, na medida em que o próprio repouso dos corpos passa a ser mercantilizado.

Faz-se necessário, ainda, pensar o uso das mãos a partir do advento de determinadas tecnologias da modernidade. Refletir como tais tecnologias imprimem o domínio sobre o corpo. É como se os homens sofressem, constantemente, a mutilação de seus corpos. Ora, a mutilação não consiste apenas na ausência, mas no efeito subjetivo de impotência humana causada pelas máquinas. É necessário, aqui, um momento destinado à discussão sobre a técnica. Para tanto, nos apropriamos das críticas de Paul Virilio (1996) ao *motor informático*, hegemônico na atual fase da modernidade. Lançamos uso de seu conceito a fim de se pensar a subordinação do corpo, a partir das mãos, à técnica e suas resultantes sobre as relações sociais. Paul Virilio (1996) elaborou o conceito de motor preocupando-se com o fundamento de reprodução das condições sociais. O motor informático, do convívio hodierno, relaciona-se à inferência lógica. Ao encarregar-se de duplicar a realidade, constituindo uma realidade imediata, esse motor promove a subsunção do real pelo virtual. Tal subsunção altera significativamente as relações sociais. Irrompe, então, o espaço virtual, bem como o tempo mundial. Do ponto de vista do mercado financeiro, esse arranjo espaço-tempo virtual foi fundamental. A transmissão das informações foi facilitada com a generalização midiática e outros ritmos passaram a imperar na esfera do trabalho e da vida.

O tempo e o espaço locais também passaram a ser desqualificados. Surgem, assim, os não-lugares. Logo, o factual, o *hic et nunc* (aqui e agora), são suprimidos, isto é, a própria possibilidade de encontro e percepção sensorial dos indivíduos. Tal captura dos homens resulta em relações sociais da ordem do simulacro, o qual já povoa o cotidiano dos *assalariados rurais urbanizados*, dadas as relações que estes estabelecem via internet. Assim, o *motor informático* destemporaliza e deslocaliza o tempo e o espaço. A comunidade virtual destrói a comunidade real, o que é um problema ontologicamente grave. (VIRILIO, 1996). Há, portanto, a total metamorfose do uso do corpo. Agora, o apertar das mãos passa a ser substituídos pelo apertar de teclas de computadores. Coube ao motor informático aniquilar a lentidão. Ao

funcionalizar o espaço, disciplinou os corpos conforme seus interesses (vigilância constante). Aos desmunidos da tecnologia que permite a rapidez é relegada a posição de fraqueza, pois como diz Santos (2008b), o tempo lento é o tempo dos fracos, sendo que o tempo mundial é a domesticação mundial. (VIRILIO, 1996). Portanto, é a lei do menor esforço que capitaneia os motores, extirpando o vivido, o uso do corpo conforme sua capacidade natural. Isso não deixa de ser uma contradição, na medida em que drogas químicas são criadas a fim de desacelerarem os organismos, quando são as imposições do tempo que deveriam ser desaceleradas.

Há que se considerar, ainda, a tentativa de criação de um homem artificial que terá acrescentado ao seu corpo nano-máquinas, micromáquinas, enfim, elementos técnicos que permitirão o aumento de sua memória, a aceleração do seu ritmo sem desgaste psicológico e transformações outras. É o corpo sendo fagocitado pela técnica. *“Os progressos técnicos e científicos, com o vazio axiológico que eles drenam, fizeram do corpo humano uma mercadoria ou uma coisa como outra qualquer.”* (LE BRETON, 2012, p. 352). Resta, segundo Virilio (1996), a dança e o teatro como formas de resistência, artes assentadas eminentemente pelo uso do corpo. E o urbano, emoliente cultural dos *assalariados rurais urbanizados*, possui ligação direta com tais formas de resistência.

É preciso recriar o espaço, permitindo sua plena apropriação. Outras mãos devem substituir as dos arquitetos e urbanistas que projetam as formas segundo os conteúdos de interesse da reprodução do capital. *“Lefebvre e Foucault fazem aqui causa comum: a libertação dos sentidos e do corpo humano do absolutismo do mundo produzido do espaço e do tempo cartesianos/newtonianos se torna central às suas estratégias de emancipação.”* (HARVEY, 2006, p. 139). Não mais será o dedo do “especialista”, representante da *intelligentsia*, que determinará a finalidade dos lugares. Mas os corpos, no pleno uso, *aqui e agora*. Esta revolução, a do urbano, vem a ser a superação dos espaços homogêneos, as *isotopias* e a criação de *espaços diferenciais*, as *heterotopias* (LEFEBVRE, 2008), espaços nos quais imperem as *“múltiplas formas de comportamento e de política desviantes e transgressoras [...]”* (HARVEY, 2006, p. 242). Ou, ainda, *“um meio privilegiado de exploração de estratégias alternativas e emancipatórias.”* Esta seria a cidade como

direito, cuja luta segundo Rodrigues (2007, p. 8): “*é um germe da utopia espacial no tempo-espaço presente. É uma construção de utopia sócio-espacial que engloba o espaço, o tempo e o processo pelo qual se constitui.*” Dessa luta deve fazer parte este agrupamento de indivíduos cujo cotidiano é profundamente desafiador, os *assalariados rurais urbanizados*.

Trataremos do porvir, do vir a ser num movimento que ora retoma o presente a fim de apontar a *miséria* nele contida e ora prenuncia o futuro como possibilidade pela desconstrução das representações hodiernas. Neste porvir, trabalho e mãos passam a ter sentidos completamente distintos dos atuais. O trabalho não mais seria reduzido à representação da atividade humana, na medida em que passaria a significar a própria realização da existência, ou seja, enquanto construção de obras e edificação do ser. As mãos seriam o próprio agente de supressão do trabalho nos moldes atuais, entendendo que perderiam o sentido instrumental que o capital se encarrega de, a elas, tributar. Em suma, ambos seriam, pois, a negação da seguinte dinâmica descrita por Marx (2007, p. 229): “*Las fuerzas productivas y las relaciones sociales [...] se le aparecen a capital únicamente como médios, y no son para él más que médios para producir fundándose en su mezquina base.*” Pelo fato de que são meios e não fins em si mesmos que se instaura o processo de alienação humana, o qual se traduz pela dissociação entre o pensar e o agir humanos e cujos desdobramentos se manifestam na linguagem e, portanto, na construção social da realidade.

O trabalho das mãos consiste, então, no ato de transformação da realidade como fenômeno humano total. As mãos são, portanto, o devir, a possibilidade criadora de obras, do ser e do *sentido da terra*. “*Tudo me é massa, eu sou massa em mim mesmo, meu devir é minha própria matéria, minha própria matéria é ação e paixão, sou verdadeiramente uma massa primordial.*” (BACHELARD, 2008, p. 65). A questão não é o apelo para uma transformação imediata, mas isto engendra-se das contradições históricas. As mãos construíram a cidade e, nela, uma forma de vida. A *pólis* como arena do embate de ideias, a cidade comercial (escravos, especiarias, tecidos), a cidade que emerge com a indústria e a clara fragmentação espacial das classes sociais e, na contemporaneidade, a cidade dos fluxos, do meio *técnico-científico-informacional* de que trata Milton Santos (2008), marcadas pela absoluta

degenerescência humana, mas também pelas insurgências que se proliferam exponencialmente. *“A luta pelo direito à cidade é uma demonstração de que para alterar a desigualdade socioespacial é preciso construir novas utopias. [...] É entender a cidade como um espaço coletivo culturalmente rico e diversificado que pertence a todos os seus habitantes.”* (RODRIGUES, 2007b, p. 86).

Seriam exemplos de tais manifestações pela cidade como direito os grupos artísticos de rua¹⁰⁰, as formas originais de diversão que subvertem a ordem pública e os ditames do capital, como se pode verificar nos bairros dos *assalariados rurais urbanizados*? Talvez. Este processo de transformação histórica, pois que a cidade é um conceito histórico (LEFEBVRE, 1972b) - aliás, muito mal compreendido - encontra-se no limbo de um período em transição, no qual as máquinas tem ocupado o trabalho dos cortadores de cana e estes têm passado a exercer atividades genuinamente urbanas. Talvez seus prenúncios não sejam demasiado convincentes. Todavia, os que negam os resíduos, as possibilidades, estão fadados a agonia da mera repetição. O modo de produção capitalista nem sempre existiu, cabe a nós apreendê-lo, mas também nos ocuparmos de suas crises e fissuras que podem, ou não, permitir sua superação. Devemos, no entanto, tomar o devido cuidado com este “fazer ciência”, sobremaneira nos estudos que tratam das representações. Acompanhe a seguinte passagem de Nietzsche (1983b, p. 94):

O fato é que, desse mundo da representação, a ciência rigorosa só é capaz de livrar-nos em pequena medida – o que, aliás, nem é de desejar -, já que não é capaz de romper, no essencial, a força de hábitos antiquíssimos de sensação: mas pode aclarar a história da gênese desse mundo como representação, bem aos poucos e passo a passo e elevar-nos, pelo menos por instantes, sobre o evento inteiro. Talvez reconheçamos então que a coisa em si é digna de uma homérica gargalhada; ela parecia tanto, e mesmo tudo, e, propriamente, é vazia, ou seja, vazia de significação.

¹⁰⁰ A rua é o *locus* privilegiado do encontro, da insurreição do uso. Asseguradas as divergências nas abordagens do cotidiano por Henri Lefebvre e por Michel de Certeau (a principal divergência reside na concepção de vida cotidiana, enquanto para Henri Lefebvre a vida cotidiana se trata de uma noção filosófica, relação espaço-tempo da modernidade, para Certeau ela se circunscreve ao que é repetitivo, rotineiro ou banal) ambos possuem alguns pontos de convergência, como, por exemplo, na concepção do espaço a partir da prática espacial. Conforme Certeau (2008, p. 202): *“Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres.”* Os elementos emancipatórios da contemporaneidade vão desde as manifestações artísticas marcadas pela espontaneidade, como as manifestações artísticas de rua até as manifestações por direitos sexuais, religiosos, ético-raciais, dentre outros direitos que são reivindicados por minorias sociais. Essas lutas se inserem no paradigma cultura que marca a alta modernidade. Este paradigma tem sido fartamente analisado pelo sociólogo francês Alain Touraine (2005).

A questão é, segundo o apontamento de Nietzsche (1983b), romper com a força do hábito, com as sensações opressoras do tempo e do espaço, do que a ciência se mostra incapaz, pois intenta apreender um sentido. Ora, a ciência muitas vezes não confere importância ao possível, ao acaso, a um novo *sentido da terra* que se esboça. Por isto, buscou-se, no primeiro momento, elucidar a relação entre o uso das mãos e as sensações. Isto denota a essencialidade do corpo. Fenomenologicamente, o uso do corpo no primado do uso elabora, cotidianamente, novas formas. É a prática espacial que permite tal elaboração. O urbano conforma a superação das representações do espaço a partir desta prática, considerada, por muitos, subversiva.

Está a cargo das mãos, por meio da prática *poética*, superar mais que as relações de produção, mas a reprodução destas relações. Tal superação tem como emoliente a arte, a pela apropriação humana da vida na criação de obras. “*Que vosso espírito e vossa virtude sirvam ao sentido da terra, meus irmãos: que o valor de todas as coisas seja renovado por vós! Para isso deveis ser combatentes! Para isso deveis ser criadores!*” (NIETZSCHE, 1983, p. 233). Desvelados os segredos, descortina-se o projeto das mãos. Elas são o mundo e a própria existência do homem. Pois bem, o urbano que saltará da *práxis poética* será obra das mãos, com ele afirmará um *sentido da terra*. Agente da transformação, o corpo (pelas mãos, simbolizado), será alvo de novas sensações e percepções, pondo fim às representações que se encarregam de compor e reproduzir uma cultura, por Lefebvre (1972) denominada de *miséria do cotidiano*. Esta revolução é, fundamentalmente, a revolução da linguagem na medida em que ela é o substrato das representações. Segundo Nietzsche (1983b, p. 92-93):

A significação da linguagem para o desenvolvimento da civilização está em que, nela, o homem colocou um mundo próprio ao lado do outro, um lugar que ele considerou bastante firme para, apoiando nele, deslocar o restante do mundo de seus gozos e tornar-se senhor dele. Na medida em que o homem acreditou, por longos lances de tempo, nos conceitos e nomes das coisas como em *aeternae veritates*, adquiriu aquele orgulho com que se elevou acima do animal: pensava ter efetivamente, na linguagem, o conhecimento do mundo.

Não conhecemos o mundo a partir da linguagem, ela expressa como o conhecemos. Conhecemos o mundo, isto sim, a partir do corpo, das mãos, ao mesmo tempo em que o construímos. A *vontade de potência* em Nietzsche significa,

em última instância, a supressão da linguagem da troca postulada por Marx ou, ainda, a cultura assentada pelo valor de troca. Para tonar claro o que entendemos sobre revolução pela cultura, lançamos uso das seguintes palavras de Lefebvre (1940, p. 142): “*Uma verdadeira cultura es a la vez uma maneira de vivir, de pensar y de obrar. Es un sentimiento de la vida incorporado en una comunidad humana. Implica una relación del hombre consigo mismo y com el mundo.*” O segredo das mãos deslinda o percurso do *materialismo histórico-dialético*. É como dissemos, à frente demais para um, um pouco atrás para outro.

O intervalo tem se desdobrado e, aos poucos, permitido o exercício de superação do pensamento por meio de uma *metafilosofia*. O urbano, na esteira do projeto *metafilosófico* de Lefebvre (1967), é o que as condições da alta modernidade têm apontado de mais intrigante. Afinal, é como a vida cotidiana tem se reproduzido e as representações firmado seus campos de atuação, desde o sistema dos objetos de que trata Baudrillard (2000) até a própria constituição do que se entende por conhecimento científico. “*La gran cultura del porvenir debe integrar lo cósmico em lo humano, el instinto em la conciencia. Será la cultura del hombre total.*” (LEFEBVRE, 1940, p. 142). Será a cultura que permite o gozo, que repercutirá no encontro do *sentido da terra* e de que os *assalariados rurais urbanizados* farão parte. Cultura esta que será edificada a partir de uma nova morada, a exemplo daquela vislumbrada por Harvey (2006, p. 343) em *Espaços de esperança*:

À altura de 2020, grande parcela do mundo estava desarmada. As autoridades militares e religiosas tinham aos poucos se asfixiado mutuamente num abraço mortal. Todos os interesses que evitariam a realização do possível foram subjugados. As pessoas podiam refletir sobre suas visões alternativas, discuti-las e comunica-las umas às outras. E essa é a sociedade com que os miseráveis da terra, liderados pelo movimento Mães dos ainda não nascidos, tinham sonhado e que vieram então a realizar; em aliança com os cientistas, intelectuais, pensadores espirituais e artistas que se haviam liberto de sua subserviência política e ideológica mortal ao poder de classe e à autoridade militar-teocrática.

Por ora, e a fim de evidenciar o quanto o momento histórico vislumbrado por Harvey ainda se apresenta distante, fiquemos com as falas dos *assalariados rurais urbanizados* quando questionados sobre o que desejam para o futuro. É importante explicar que tal questionamento foi realizado com o intento de se explorar uma virtualidade não enquanto a *u-topia* preconizada pelos intelectuais, mas aquela que resulta dos próprios trabalhadores, portanto constituídas a partir das condições

materiais que estes compartilham. “*Saúde, que todos tenham mais trabalho*”, foi o que disse Creuza. “*Uma vida melhor para a família. O serviço no campo é muito sofrido*”, foram as palavras de Fábio. Ou, ainda, “*Espero que melhore no futuro; lugar para morar, escola para as crianças, melhoria no trabalho*”, disse Valdemar. E finalmente: “*Espero por minha aposentadoria, faltam 12 anos*”, palavras de Wilson.

Note que a esperança dos trabalhadores é, e isso se desdobra das próprias condições materiais destes, bastante pragmáticas, sendo que mesmo tendo derramado muito suor nos canaviais, estes enxergam no trabalho a centralidade da vida. São conscientes do sofrimento do campo e por isso mesmo esperam que os jovens executem outros trabalhos. Esperam para as novas gerações condições de vida verdadeiramente dignas, com moradias de qualidade, escolas para as crianças, valorização dos trabalhadores. Para outros, como Wilson, aposentar-se é o maior sonho, seria a “recompensa” por tantos anos de trabalho, seria a possibilidade de descanso e apropriação do tempo. Esta é a *utopia* destes trabalhadores, sobretudo a *utopia* de uma cidade como direito, de direito à cidadania.

São efetivamente *assalariados rurais urbanizados* que não dispõem das maravilhas do urbano (proteção social, principalmente) e que, inseridos na alta modernidade, aspiram conquistas que noutros países se fizeram realizadas ainda na primeira metade do século passado. Isto é de fato paradoxal, se por um lado os trabalhadores clamam por direitos, por outro, é um modo de vida, conformado por práticas de consumo e referenciais da urbanidade que tem engendrado uma cultura de *re-produção das condições gerais de produção*. Pode-se inferir que a condição de *assalariado rural urbanizado* é marcada pela confluência de temporalidades históricas distintas: a colônia e sua acumulação primitiva de capital, a modernidade anômala com sua saraivada de contradições e uma alta modernidade que, encetada pela primazia do urbano, traz profundas transformações nos territórios e nas relações sociais.

DAS ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES: OS ASSALARIADOS RURAIS URBANIZADOS E UM NOVO SENTIDO DA TERRA

Uma nova dinâmica espaço-tempo marca a alta modernidade, resultando em alterações substanciais nas relações de trabalho, bem como no cotidiano das pessoas em todo o mundo. Na tese em questão, cumpriu apreender estas alterações a partir da investigação de um agrupamento de trabalhadores que, embora despendam sua força de trabalho no campo, vivem na cidade, estando, pois, eivados por representações que conformam o urbano. Contraditório, complexo e, pode se dizer, paradoxal, o cotidiano destes trabalhadores, ao promover intensos questionamentos da ordem teórica, incitou a proposição de um conceito. Postular o conceito de *assalariados rurais urbanizados* se deu a partir da tentativa de *territorializar*, no seio do pensamento, um fenômeno cujos elementos se apresentam um tanto estilhaçados, fragmentados, ausentes, por vezes, de sentido. Basta considerar que, conforme apresentou este estudo, se por um lado estes trabalhadores têm consumido altas tecnologias, por outro tem sido alvo de relações de trabalho análogas à escravidão. Estas incongruências, ao passo que desvelam novos processos, exigem a revisão de alguns conceitos e a propositura de novas abordagens teórico-metodológicas.

É a dialética que permeia a realidade dos trabalhadores “bóias-frias” de Goianésia. A partir dela que cunhamos o conceito de *assalariados rurais urbanizados* e buscamos assegurá-lo teórica e metodologicamente. Construir um conceito, nesta perspectiva, não foi tarefa fácil. Como elucidar processos em curso que, ao passo que permitem a melhoria das condições materiais de vida, imprimem alterações na configuração da própria classe, engendrando profundas fragmentações na perspectiva das lutas? Ou, ainda, como vislumbrar um modelo explicativo para um real cuja tessitura promove o encontro entre distintas temporalidades e promove um mosaico de territorialidades difusas, como a relação entre o local e o global ensejada pela chamada globalização?

A partir sobremaneira destas indagações é que decidimos pelo estudo de um fenômeno planetário e, no caso brasileiro, em franca realização, o fenômeno urbano. Pouco pensado e problematizado pelos estudiosos do mundo rural, o urbano não é apenas uma condição geográfica, mas fundamentalmente uma condição social e cultural, daí a relevância do pensamento de Henri Lefebvre para a presente tese. Dele nos valem para tratar da transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. Nele nos apoiamos tanto pelo que dispõe em termos de uma teoria para se pensar a sociedade moderna quanto naquilo que contribui em termos metodológicos. Neste sentido, o procedimento metodológico *regressivo-progressivo* foi crucial para a pesquisa. Coerente com os postulados lefebvrianos e com a lógica dialética, o procedimento metodológico *regressivo-progressivo* não se tratou de um conjunto de medidas empregadas na pesquisa, mas de uma perspectiva de apreensão do real, de seu movimento, das contradições investidas nos processos analisados. Inicialmente para se pensar as relações de trabalho e as questões territoriais subjacentes e, em seguida, na apreensão do espaço social e da vida cotidiana dos trabalhadores. Finalmente, vislumbrando a dialética do real e do possível, foram perscrutadas as possibilidades plenamente emancipatórias desses sujeitos, um devir no qual o trabalho seria realizado como *poièsis*, momento de uma revolução urbana e de um novo *sentido da terra*.

Aliás, foi no esforço de se elaborar um conceito que a pesquisa em questão ora voltou-se para uma ordem próxima, a *re-produção* da vida cotidiana, as relações de trabalho, ora para uma ordem distante, a ideologia do “progresso”, o papel do Estado, da técnica. Ora considerando o trabalho e o cotidiano, ora orientando-se pelos desdobramentos sobre o homem e sobre a terra a partir de uma nova relação homem-natureza inerente à alta modernidade. O esforço, mais que sociológico, pode-se dizer foi o de *territorializar* o pensamento ou construir um conceito que emana da relação entre os homens e a terra, pois na esteira de Deleuze e Guattari (2013, p. 103), entendemos que “*Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra.*” O que denuncia esta relação? O trabalho, mas também e fundamentalmente a cultura, considerando que na alta modernidade ela é o emoliente de *re-produção das relações de produção*. Daí a relevância de alguns pensadores para esta pesquisa, uns considerados neomarxistas, como Henri Lefebvre e David Harvey,

outros tributários a uma pós-modernidade, como Jean Baudrillard e Fredric Jameson, sendo que este último tem levado a cabo estudos que contemplam a pós-modernidade a partir do pensamento marxista, do que ele se denomina um marxista pós-moderno.

No intento de se privilegiar a cultura, portanto aspectos ligados à subjetividade, é que realizamos um estudo de memória. O estudo das memórias foi o caminho trilhado para se apreender, com base no procedimento metodológico *regressivo-progressivo*, alterações que se estabeleceram na vida cotidiana dos trabalhadores rurais. Mais que isto, por meio delas foi possível contemplar este que é o espaço por excelência do exercício da opressão e da insurreição do uso e da liberdade, o corpo. Ademais, memórias que foram urdidas a partir de experiências não apenas no trabalho realizado nos canaviais, mas também na cidade, lócus privilegiado de um *socius* requerido pela usina, como atestado pelos relatos de Seu Salvador sobre sua experiência de *desterritorialização* e de *reterritorialização*. Neste particular, o pensamento de Deleuze e Guattari foi fundamental. Ao manifestarem que nos tempos hodiernos o registro conquista autonomia diante do real, não almejavam negar este real, estes pensadores apontaram para o fato de que a *re-produção* (orientada a partir de um sistema simbólico) havia tomado vida própria e interferido no modo de agir dos sujeitos.

Na tese em questão, tem-se que a preponderância da *re-produção das relações sociais* e tudo o que a acompanha, como a relevância de um sistema simbólico e a primazia dos signos e sinais na condução da vida cotidiana, advém do fenômeno urbano, conforme nomeou Lefebvre. Com ele uma nova sociedade têm sido conformada e seguramente dela são partícipes os trabalhadores rurais assalariados de Goianésia, os *assalariados rurais urbanizados*. De partida, há que se ter em conta que a condição salarial, na perspectiva apontada por Robert Castel, é o que contemporaneamente demarca o *modus vivendi* destes trabalhadores. A transição de proletários do campo para assalariados rurais se deu no bojo de mudanças políticas, econômicas, técnico-científico-informacionais e socioculturais. Esse *ethos* consiste em uma nova identidade social do trabalhador, agora orientada pelo consumo e pelo comportamento individualista. Senão, vejamos.

As transformações econômicas, políticas, técnico-científicas, estéticas e socioculturais ocorridas em todo o mundo após a década de 1970 incorreu em metamorfoses substanciais no meio rural brasileiro. Foram estas metamorfoses que operaram a transição da condição proletária para a condição salarial no campo, sendo esta última demarcada pelo consumo, pelo acesso a uma série de bens e serviços e sobremaneira por alterações nas relações sociais. No campo econômico tais mudanças foram engendradas pelo advento do neoliberalismo consoante as novas dinâmicas de acumulação de capital. No tocante ao paradigma técnico-científico, estas mudanças significaram a primazia de um conhecimento ligado ao motor demográfico, conforme nomeou Paul Virilio (1996). Ou seja, um conhecimento diretamente ligado à produção e reprodução da vida, como a engenharia genética e as biotecnologias. No paradigma sociocultural, o de maior relevância para a tese, a principal mudança tratou-se do fenômeno urbano, o qual imprimiu toda sorte de mudanças. O fenômeno urbano forneceu as bases para o advento da alta modernidade. Com o urbano, deflagra-se, também uma nova forma de agir, sentir e pensar dos sujeitos históricos. Deflagra-se, portanto, uma cultura que tanto permite a *reprodução das relações sociais* de dominação, quanto abre caminhos para novas configurações sociais e aponta para novas potencialidades emancipatórias.

Têm sido relativamente tardias estas mudanças no território brasileiro. No entanto, sobretudo nas duas últimas décadas, em decorrência de uma economia cujos processos de acumulação tem se dado em nível global a partir de um capital multi ou mesmo transnacional, elas tem se estabelecido com profundidade, incorrendo em consideráveis mudanças, tanto no campo, quanto na cidade. Acompanha estas mudanças a disseminação de um pensamento único e, com ele, uma determinada cultura, propagada e potencializada por um meio, conforme Milton Santos (2008), *técnico-científico-informacional*. E assim, o urbano e a urbanidade instaurados pela vida cotidiana dos *assalariados rurais urbanizados*, constitui as premissas de um mercado mundial de etanol que carece de fornecimento para o abastecimento de veículos, bem como para uso da produção de objetos a serem consumidos por todos, mesmo pelos *assalariados rurais urbanizados*, não raras vezes superexplorados nos verdejantes canaviais, cujos veículos midiáticos, também urbanos, encarregam-se de disseminar enquanto expressão do progresso.

Destarte, é possível afirmar que há uma correlação direta entre as maravilhas do capital, manifestadas pelo avanço das tecnologias, como as que se voltam para a produção e comercialização dos produtos agrícolas, e as misérias que o processo de acumulação de capital produz, como o trabalho análogo à escravidão e a *desterritorialização* de milhares de trabalhadores em todo o país, além dos problemas oriundos da exploração dos recursos naturais. Estes são os efeitos de uma terra sem sentido, ou seja, de uma apropriação dos territórios a partir das demandas do capital e não das necessidades humanas. Desdobram-se desta terra ausente de sentido todo um conjunto de conhecimentos que são aplicados no campo, bem como um aparato cultural-ideológico que permite a reprodução da dinâmica de ocupação do território consoante as orientações do grande capital. Tal inferência se estabelece com base nos processos contemporâneos de posse das terras no Brasil por parte de complexos empresariais ligados ao capital internacional, aproveitando da força de trabalho disponível, bem como dos recursos naturais. Não menos importante nestes processos é o papel exercido pelo Estado ao fornecer uma série de benefícios para o estabelecimento de unidades de produção.

Assim, os paradoxos que marcam a alta modernidade permitem compreender a relação entre o rural e o urbano na contemporaneidade. Ambos compõem uma totalidade dialética a partir da confluência entre distintas temporalidades, como a manifestação concomitante do trabalho análogo à escravidão e a existência dos *assalariados rurais urbanizados*, muitos deles com acesso a toda sorte de tecnologias em seu cotidiano. Daí a realização de um estudo que buscou apreender os processos sociais rurais a partir do fenômeno urbano. Destarte, buscou-se para além das relações de trabalho, apreender a reprodução da vida cotidiana, portanto, para além do espaço físico, o espaço mental e o espaço social, conforme delimitou Henri Lefebvre.

No tocante ao cotidiano dos *assalariados rurais urbanizados*, os estudos de memória realizados com os trabalhadores de Goianésia, Goiás, desvelaram mudanças significativas, como as alterações no caráter das lutas *pari passu* o acesso por parte dos trabalhadores a uma série de mercadorias, como máquinas de lavar, motocicletas, geladeiras, dentre outras. Com efeito, as lembranças dos trabalhadores mais velhos permitiram uma variedade de observações, como

algumas sobre o corpo, seja o corpo esfalfado, dilacerado pelo trabalho degradante, seja sobre o corpo em festa durante as manifestações sindicais. Os sindicatos, por seu turno, ao serem investigados à luz das perspectivas sobre eles elaboradas pelos trabalhadores, apresentaram-se indignos de confiança, torando claro que o urbano que demarca o cotidiano dos trabalhadores resultou em mudanças não apenas a relação homem-objeto, mas também na relação homem-homem, reverberado por um comportamento individualista.

Ao vicejar novas formas de agir, sentir e pensar, as condições do urbano também promoveram mudanças no campo das representações. Especialmente no que tange a figura do patronato, uma vez que o urbano passa a ser determinante e a própria noção em torno do trabalho se modifica, foi possível observar que a figura de Otávio Lage já não povoa com o mesmo afinco o imaginário social dos assalariados rurais urbanizados de Goianésia. Noutros períodos, esta liderança política e econômica local era tida como exemplo a ser seguido e de cujo trabalho, acreditava-se, teria advindo toda a sua riqueza. Importa levar em conta que com as transformações em curso também tem se alterado os mecanismos culturais e ideológicos de dominação, do que se revela fundamental apreender alguns elementos como a comunicação. Sobre esta, é patente a construção discursiva positiva que tem sido gestada em torno do agronegócio, a qual tem, no Estado, um importante agente de seus interesses.

O habitat trata-se, destarte, de um novo elemento que corrobora para a postulação do conceito de *assalariados rurais urbanizados*. Na medida em que dimensão dialético-antropológica, ele tem promovido uma miríade de transformações no cotidiano dos trabalhadores rurais, as quais vão desde o acesso à internet, até o uso de uma série de equipamentos que impactam diretamente no controle do tempo e no uso dos corpos. Principalmente no caso das mulheres, ele deslinda uma variedade de comportamentos. Seu âmago vem a ser a relação homem-objeto no sentido de que este, o objeto, incita ações, de sorte que seu usuário edifica condutas e pensamentos a partir da relação que com ele estabelece. É nesta perspectiva, a encetada pelos objetos, pelo consumo, enfim, pelas práticas espaciais inerentes à uma nova dinâmica do habitat que tem sido gestadas as condições que qualificam o *ethos* social dos *assalariados rurais urbanizados*. O

consumo, por seu turno, apresenta-se fulcral na gestação desse *ethos* social. O habitat consiste em um microcosmo, ou seja, é a partir dele que são engendrados muitos dos referenciais da alta modernidade, obtidos via acesso ao televisor ou ao computador, por exemplo. A condição de *assalariados rurais urbanizados* aponta, finalmente, a reprodução de um habitat e não de um habitar, o qual seria a plena apropriação do espaço, obtida apenas pela insurreição do uso, pela subversão da relação homem-natureza sob o primado do modo capitalista de produção.

Desfeitas seriam estas relações caso as mãos que manipulam os objetos, mas que também produzem ao moldarem a matéria, fossem utilizadas em *poièsis*, na produção de obras pelo primado de um *cogito amassador* verdadeiramente libertário, como sensivelmente expõe Bachelard (2008). Na tese em questão, partindo-se da premissa de que a cultura sobrepuja a produção e que o urbano constitui a obra por excelência da alta modernidade, interessa vislumbrar neste urbano a insurreição da *poièsis*, do que às mãos far-se-iam percebidos sentidos outros que não as dores advindas do trabalho alienado e alienante. É na arte que reside essa possibilidade? Nas atividades culturais de rua, como tem ocorrido com frequência nas periferias habitadas pelos *assalariados rurais urbanizados*? Estes elementos se apresentam, por enquanto, como manifestações residuais, mas que certamente elaboram-se não a partir de um espaço tecnocraticamente concebido segundo os interesses do capital, mas de um espaço *diferencial*, no qual impera o devir e do qual irrompe o uso dos corpos, prenunciando um novo *sentido da terra*.

Por ora, tem-se a constatação de que a condição de *assalariado rural urbanizado* no Brasil e especialmente em Goianésia, Goiás, é conformada pelo encontro entre distintas temporalidades históricas. Se por um lado a alta modernidade anuncia novas relações sociais e uma nova dinâmica espacial, preconizada pelo imperativo do urbano, por outro, práticas coloniais, como a acumulação primitiva do capital, demarcam as relações de trabalho no campo. Depreende-se, pois, que estamos a tratar de uma *alta modernidade anômala*, parafraseando Martins (2008) ao denominar nossa *modernidade de anômala*. Ao passo que estes trabalhadores têm acesso a uma saraivada de bens e serviços, distanciam-se as possibilidades do acesso aos direitos de cidadania. Não são camponeses e tampouco cidadãos, são *assalariados rurais urbanizados* que

reproduzem a cultura urbana pelos referenciais, pela linguagem, signos, símbolos e sinais que povoam a vida na cidade. São, finalmente, reflexo de uma terra ausente de sentido, mas que de alguma forma pode anunciar um novo *sentido da terra*.

Levar em conta essa possibilidade é pensar a história a partir de suas fissuras, de seus resíduos revolucionários e não uma história linear na qual as estruturas se sobrepõem às ações dos sujeitos. Cumpre-se, assim, o procedimento metodológico *regressivo-progressivo* de Henri Lefebvre. Ao postularmos que o fenômeno urbano ensejou condições que ressignificaram o proletariado rural, conferindo um novo *ethos social*, foi imprescindível apreender a dialética temporal e espacial subjacente às relações de trabalho e ao modo de vida destes trabalhadores. Ao tempo que se buscou apreender a cultura a partir das condições materiais de existência destes sujeitos, foi realizado um esforço de interpretação do presente a partir de fenômenos históricos, como o recrudescimento do trabalho análogo à escravidão. É assim que o encontro entre temporalidades distintas manifesta a dialética imbuída nos processos sociais do rural contemporâneo. Do mesmo modo, o sentido da urbanização que se instaura no cotidiano dos trabalhadores rurais, cujo anacronismo pode ser contatado na relação entre consumo e cidadania.

Estes elementos, dentre muitos outros, foram cruciais para se postular a existência dos *assalariados rurais urbanizados*. A presente tese não tinha a pretensão de esgotá-los, mas tão somente de considerá-los à luz das transformações no modo de vida dos trabalhadores rurais assalariados. Assim, se por um lado as condições do urbano reproduzem um cotidiano de relações alienadas e as relações de trabalho ainda são bastante precárias, por outro há que se pensar nas potencialidades revolucionárias no bojo de uma sociedade urbana. É certo que a constituição da cidadania passa pelo direito à cidade, à moradia de qualidade, ao acesso aos equipamentos urbanos, de saúde, educação, cultura. Novos elementos pululam diante da realidade destes trabalhadores, muitos deles em busca de novos postos de trabalho e esperançosos por dias melhores. Concomitante a esta luta, é imprescindível a luta pela terra, sobretudo diante de um processo vertiginoso de estrangeirização. Neste sentido, esta luta não se trata apenas de uma luta do rural e

uma luta do urbano, do campo e da cidade, mas de uma luta pelo *sentido da terra*, uma luta por uma relação homem-natureza sob outro primado.

Nenhum trabalhador desvela melhor a ausência desse *sentido da terra* que os *assalariados rurais urbanizados*. Aliados do acesso a terra para plantarem e viverem, espoliados do direito à cidade, a realidade destes trabalhadores fornece uma síntese do rural e do urbano no Brasil. Mais do que isso, o que é algo bastante curioso, a realidade destes trabalhadores é uma expressão territorial, social, política e cultural da dialética entre o local e o global. Estão, a um só tempo, no século XVI e no século XXI. No século XVI quando subordinados ao trabalho degradante e ao trabalho análogo à escravidão, no século XXI quando pertencentes a uma rede mundial de comunicação, a internet, recebendo informações em tempo real de qualquer parte do país ou do mundo. No século XVI pelas relações de poder dos usineiros que muito evocam o poder político dos senhores de engenho. No século XXI pela demarcação da individualidade a partir do consumo de mercadorias de toda ordem. Estão, finalmente, imersos na alta modernidade, consumindo desde televisores de plasma a esteiras ergométricas, introjetando comportamentos que contrariam o esperado (caso do jovem cortador de cana adepto à subcultura gótica).

Eis os *assalariados rurais urbanizados*, cuja realidade requer estudos de toda ordem, pois que conformada por um vertiginoso processo de transformações em curso. Somente a reunião de vários campos do conhecimento pode elucidar processo de tamanha complexidade. Tem-se que o conceito de território permite o encontro entre a geografia, a sociologia, a história e a antropologia ao tempo que alcança e supera a filosofia. Somente uma práxis transformadora no plano dos territórios emanciparia plenamente os trabalhadores, encetando uma relação homem-natureza mediada pela práxis *poiética*. Novos territórios, novas territorialidades que demarcariam usos outros dos corpos, orientados por uma *poièsis*. Seria a superação da divisão do território, do trabalho, da vida cotidiana, configurando o espaço diferencial de Lefebvre ou mesmo os espaços de esperança vislumbrados por Harvey, nos quais o sentido da vida seria efetivamente o *sentido da terra*. Esta é uma virtualidade do urbano cuja revolução, mais que as alterações imprimidas sobre o rural, têm germinado suas possibilidades emancipatórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ACSERALD, Henri (org.). (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais** - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010

ALVES, Francisco, NOVAES, José Roberto P. Precarização e pagamento por produção: A lógica do trabalho na agroindústria canavieira. In: Ricardo Rezende Figueira et. al. (orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, v.15, n.3, p. 90-98, 2006. <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>> Data de acesso: 27 jun. 2011.

ANDERSON, Perry. As idéias e a ação política na mudança histórica. In: **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Boron, Atilio; Amadeo, Javier; Gonzáles, Sabrina (orgs.). Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ANDRADE, Arlete Fonseca de. **Cana e crack: Sintoma ou problema?** Um estudo sobre os trabalhadores no corte de cana e consumo do crack. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ANTONIO DE PAULA, João. Crise econômica e reiteração do capitalismo dependente no Brasil. In: ACSERALD, Henri (org.). (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais** - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010

ARRUDA, Zuleika Alves de. **Onde está o agro deste negócio?** Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2007.

AUGE, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios da vontade: Ensaio sobre a imaginação das forças**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BALES, Kevin. **Disposable people: New slavery in the global economy**. University of California Press, Berkeley, 1999

BAUDRILLARD, Jean. **Tela total**: mito-ironias do virtual e da imagem. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **A ilusão vital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BAUDRILLAR, Jean. **O sistema dos objetos**. 4ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. Edições 70, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BICUDO, Hélio. Reflexões sobre trabalho escravo no Brasil. In: Cerqueira, G. C. et al (orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil**: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2008.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix; Editora da USP, 1977.

BOSI, Éclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP. 1987.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: Bourdieu, P. (org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. 8ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: Ortiz, R. (org.) e Fernandes, F. (coord.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BRANDÃO, Carlos. A. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ACSERALD, Henri (org.). (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais** - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010

BUCLET, Benjamin. A relação entre a ideologia do desenvolvimento e as formas modernas de escravidão: uma análise a partir de um estudo de caso na Amazônia brasileira. In: Cerqueira, G. C. et. al. (orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil**: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2008.

BURBERI, Martina. **Contemporary forms of enslavement. Slavery in Brazil.** Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2007. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/contemporary_forms_of_slavement_slavery.pdf. Acesso em: 25 fev. 2012.

CAIO PRADO, Jr. **Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Braziliense, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade.** 3ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Escravo ou camponês: O protocampesinato negro nas Américas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Repensando a construção do espaço. **Revista de História Regional.** 3(1): 7-23, 1998

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário.** Petrópolis: Editora Voz, 1998.

CASTRO, Selma Simões de et al. A Expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no estado de Goiás: Elementos para uma análise espacial do processo. **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia, v. 30, n. 1, p. 171-191, jan./jun. 2010.

CASTRO, Selma Simões de; BORGES, Raphael de Oliveira; AMARAL, Rosane. Estudo da expansão da cana de açúcar no Estado de Goiás: subsídios para uma avaliação do potencial de impactos ambientais. In: Fórum de Ciência e Tecnologia no Cerrado, 2007, Goiânia. **Impactos econômicos, sociais e ambientais no cultivo da cana de açúcar no território goiano: II Fórum de Ciência e Tecnologia no Cerrado.** Goiânia: SBPC, 2007. p. 09-17.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. **Cana-de-açúcar: trabalho escravo, danos ambientais e violência contra indígenas.** Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2010/02/465973.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Os trabalhos da memória. In: Bosi, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 2ª ed. São Paulo: Editora da USP. 1987.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas.** São Paulo: Ed. Moderna, 1981.

COELHO, Lucia Maria Salvia. Imagens da memória: na prova de Rorschach e na obra de Proust. **Revista Imaginário**, São Paulo, n.º2, jan. 2005. p. 47-62.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2009**. Goiânia: CPT, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2008**. Goiânia: CPT, 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Realidade e conflitos no campo – Goiás 2010**. Goiânia: CPT, abril de 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Realidade e conflitos no campo – Goiás 2009**. Goiânia: CPT, abril de 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar. Terceiro levantamento**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/cana.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2010.

DEBORD, Guy. **El planeta enfermo**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEJOURS, Christophe. O trabalho entre sofrimento e prazer. In: **A banalização da injustiça social**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

DEJOURS, Christophe. As estratégias defensivas. In: **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

DESCARTES, René. **Meditações**. In: Obra escolhida. São Paulo: Difel, 1962.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Trabalho escravo em Goiás**. http://v6.dm.com.br/impreso/7544/economia/41631,trabalho_escravo_em_goiás. Consulta em 29 jul. 2010.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**: A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da economia política. **Revista Temas de Ciências Humanas**. N.º 5. São Paulo: Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In: CPT, **Conflitos no campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.

FERNANDES, Clever Luiz; AQUINO, Reginaldo Lima de. **Jalles Machado**: Utopia e modernidade. Goianésia, GO: Editora da UEG, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A natureza sociológica da sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende e PRADO, Adonia Antunes O Trabalho Escravo por dívida: discussões e persistência. In: **Ciclo Cidadania em Debate** / Maria Helena Versiani e Núbia Melhem Santos. (Orgs.). Rio de Janeiro: Jauá Ed.: Museu da República, 2009.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo? **Estudos Avançados** [online]. 2000, vol.14, n.38, pp. 31-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n38/v14n38a03.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013.

FOLHA ONLINE. **Presidente Lula chama usineiros de heróis**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>. Acesso em: 4 jun. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 35ª ed. Petrópolis, RJ: 2008.

FREITAS, Revalino Antonio de. **Tempo de trabalho e sindicalismo**: Uma análise da ação sindical na questão do tempo de trabalho (1980 - 2000). Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista. Araraquara, SP, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951.

FROELICH, José Marcos; BRAIDA, Celso Reni. Antonimias pós-modernas sobre a natureza. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3. Jul.-set. 2010, p. 627-641.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GARCIA DOS SANTOS, Laymert. **Politizar as novas tecnologias**: O impacto sociotécnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1973.

GERALDINE, Dorival Gomes. Setor agrícola: contribuições energéticas e alimentares ao processo de desenvolvimento goiano. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis (GO), Vol. 05, nº 02, jul-dez./2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIRARDI, Eduardo Paulo. **Atlas da questão agrária brasileira**. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm. Acesso em: 14 mar. 2012.

GOBLOT, Edmond. **A barreira e o nível**: Retrato da burguesia francesa na passagem do século. Campinas, SP: Papirus, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço e Debates**, No. 6, São Paulo, 1982.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec. 1980.

HECK, José Nicolau. **O homem**: um sem-teto ecológico. Revista Filosofazer. Passo Fundo, RS, v. 12, n. 22, p. 7-16, 2003.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Textos escolhidos**. Corbisier, Roland. (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HEIDEGGER, Martin. Construir, Habitar, Pensar. In: **Ensaio e Conferências**. (trad.) Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 2002.

HELLER, Ágnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HELLER, Ágnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. In: 33º Encontro anual da Anpocs, 2009,

Caxambu. **Transformações Sociais e Projetos Políticos em Concorrência:** Reflexões a partir do rural: 33º Encontro anual da Anpocs. Caxambu: Anpocs, 2009. p. 01-35.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.** Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 19 jan. 2013.

IBGE – **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=52&dados=29>. Acesso em: 16 jan. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios de até 20 mil habitantes são maioria no Brasil.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/noticias/municipios.html>. Acesso em: 10 dez. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2009.** Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acesso em: 14 mar. 2012.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estrutura fundiária.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2012.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo:** A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 2007.

JAMESON, Fredric. **A virada cultural:** Reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JAMESON, Fredric. **Modernidade singular:** Ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KAIPPER, Carlos Henrique. Políticas públicas do poder executivo para a erradicação do trabalho escravo. In: Cerqueira, G. C. et al (orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil:** contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2008.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios e geografia humana.** Lisboa: Cosmos, 1954.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Editora da UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4ª ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Éléments de rythmanalyse**. Paris: Éditions Syllepse, 1992.

LEFEBVRE, Henri. Entrevista: Conversa com Henri Lefebvre. Trad. Manuel Rolando Barríos. São Paulo: NERU, **Revista Espaço e Debates**, n.º 30, 1990.

LEFEBVRE, Henri. Problemas de sociologia rural. In: José de Souza Martins (org.). **Introdução Crítica à sociologia rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/Lógica dialética**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne III: De la modernité au modernisme** (Pour une métaphilosophie du quotidien). Paris: L'Arche Éditeur, 1981.

LEFEBVRE, Henri. A "práxis": a relação social como processo. In: José de Souza Martins; Marialice Mencarini Foracchi (orgs.). **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: José de Souza Martins; Marialice Mencarini Foracchi (orgs.). **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **Hegel, Marx, Nietzsche ou O reino das sombras**. Póvoa de Varzim: Ulisseia, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **La survie du capitalisme: la re-production des rapports de production**. Paris: Éditions Anthropos, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **La vie quotidienne dans le monde moderne**. Paris: Gallimard, 1972.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Póvoa de Varzim: Ulisseia, 1972b.

LEFEBVRE, Henri. **A irrupção**. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos. São Paulo: Editora Documentos, 1968.

- LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense, 1968b.
- LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne II**: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté. Paris: L'Arche Éditeur, 1961.
- LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne I**: Introduction. Paris: L'Arche Éditeur, 1958. Três tomos.
- LEFEBVRE, Henri. **Le matérialisme dialectique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.
- LEFEBVRE, Henri. **L'Existencialisme**. Paris: Le Sagittaire, 1946.
- LEFEBVRE, Henri. **Nietzsche**. Cidade do México: FCE, 1940.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Memória-História, vol. 1. Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1997.
- LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Espelhos patrimoniais em Ouro Preto: Museus e passado afro-brasileiro. **Revista Tomo**, Sergipe, n.º 16. jan/jun. 2010. <http://www.pos.ufs.br/sociologia/down/Revista_TOMO-n16.pdf> Data de acesso: 27 jun. 2011.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo**: Resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LÖWY, Michael. Introdução: Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: Michael Löwy (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- LUKÁCS, Gyorgy. Il Lavoro, primeiro capítulo do segundo tomo de **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Tradução de Ivo Tonet. Roma: Editori Riuniti, 1981.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MACHADO PAIS, José Machado. **Vida cotidiana**: Enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.
- MAIA, Alexandre Gori. **Espacialização de classes no Brasil**: Uma nova dimensão para análise da estrutura social. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2006.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; CAIUBY NOVAES, Sylvia (Org.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da USP, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre pobreza, exclusão e classes sociais. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. São Paulo: **Estudos Avançados**. 15 (43), 2001.

MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. (Reflexões sobre riscos da intervenção subinformada). In: VV.AA.(org.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARTINS, José de Souza. A dialética do corpo no imaginário popular. **Sexta Feira - Antropologia, Artes, Humanidades**. São Paulo, N. 4, p. 46-54, 1999b.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: Ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. As Coisas no Lugar: Da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo. In: Martins (org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986b.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro1, vol. 1.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 10. ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1, vol. 2.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola editorial, 2004.

MELO, Moacir Lázaro de. **A História de Goianésia**. Goiânia: Editora Gráfica O Popular, 1981.

MENEZES, Ana Maria Godinho de. et al. **Goianésia: Seu povo, sua história**. Goianésia, GO: Gráfica Tânia, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Textos Escolhidos**. Trad.: Chauí, Marilena. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Quadro das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/fisca_trab/est_resultado_quadro_divulgacao2008.pdf. Acesso em: 12 abr. 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro de empregadores - portaria 540 de 15 de outubro de 2004**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/trab_escravo/lista_suja.pdf. Acesso em: 12 abr. 2010.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; CONSTANCE MARTINS, Rodrigo. Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p. 91-106, set. 2006.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **“Sabe o que é ficar borrado no eito da cana?”**. Texto apresentado no Seminário Saúde do Trabalhador, UNESP-Franca, 2011.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. A face oculta do agribusiness do açúcar e álcool no Brasil. **Anais do VII Congresso Latino-Americano de Sociología Rural**, p.

1-19, 2006. Disponível em: <http://www.alasru.org/cd alasru2006/04%20GT%20Maria%20Aparecida%20de%20Moraes%20Silva.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2010.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Das mãos à memória. In: Martins, J. S.; ECKERT, C. e NOVAES, S. C. (orgs.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005. 295-315.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **A luta pela terra**: Experiência e memória. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: Antunes, Ricardo; Moraes Silva, Maria Aparecida de. (orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004b.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. In: Norma Giacarra (org.). **Una nueva ruralidad en America Latina**. Buenos Aires: Norma Giarraca, 2001, v. 1, p. 289-306.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: Ensaio de uma interpretação. In: Moreira, Roberto José. **Identidades sociais**: Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOREIRA, Roberto José. **Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 20, abril 2003: 113-143.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Nascimento da Tragédia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Os Pensadores).

NIETZSCHE, Friedrich. **Para além de bem e mal**: Prelúdio de uma filosofia do porvir. São Paulo: Abril Cultural, 1983c. (Os Pensadores).

NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados**, v.21, n. 59, p. 167-177, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho escravo**. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/trabalho_forcado/oit/faq/p1.php. Acesso em: 30 mai. 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório – Aliança global contra trabalho forçado**. Conferência Internacional do Trabalho. 93ª Reunião. Secretaria Internacional do Trabalho, Genebra, 2005. Disponível em: www.ilo.org/declaration. Acesso em: 8 mar. 2012.

PAULANI, Leda. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PHILLIPS, Nicola. Mirando nas redes globais de produção e acertando no trabalho forçado. In: Ricardo Rezende Figueira et al. (orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

PLASSAT, Xavier. Abolida a escravidão? In: Cerqueira, G. C. et al (orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2008.

REPÓRTER BRASIL. **Cortadores de cana são libertados de trabalho escravo em Goiás**. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1722>. Acesso em: 28 ago. 2010.

RIBEIRO, Noely; FERREIRA, Laerte Guimarães; CLEMENTINO FERREIRA, Nilson. Expansão da cana-de-açúcar no bioma cerrado: uma análise a partir da modelagem perceptiva de dados cartográficos e orbitais. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, Brasil, INPE, p. 4287-4293, 25-30 abr. 2009.

RIBEIRO, Noely; FERREIRA, Laerte Guimarães; CLEMENTINO FERREIRA, Nilson. Expansão do setor sucroalcooleiro no cerrado goiano: cenários possíveis e desejados. **Anais do II Simpósio Internacional Savanas Tropicais**. Desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais, Brasília, Brasil, 12-17 out. 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A cidade como direito. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 28 mai. - 1 de jun. 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/arlete.htm>. Acesso em: 5 fev. 2013.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades sócio-espaciais: A luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007b, p. 73-88. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/571/602>. Acesso em: 8 mar. 2013.

SAKAMOTO, Leonardo. A representação política do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. In: Ricardo Rezende Figueira et al. (orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

SAKAMOTO, Leonardo. A economia do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. In: Cerqueira, G. C. et al (orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2008b.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARTRE, Jean Paul. **Questão de método**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1966.

SEPLAN/SEPIN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. Superintendência de Estatísticas, Pesquisas e Informações Socioeconômicas. **Estatísticas Municipais – Sérias Históricas**. Disponível em: < <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>> Data de acesso: 27 jun. 2011.

SHIVA, Vandana. A nova colonização genética (Entrevista com Vandana Shiva). In: SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003b.

SIGAUD, Lygia. A percepção do salário entre trabalhadores rurais. In: Singer, Paul et. al. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SORJ, Bernardo; GOODMAN, D.; WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias: Agricultura e indústria no sistema internacional**. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E DO EMPREGO – GOIÁS. **Superintendência liberta 250 trabalhadores em Goiás**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/delegacias/go/superintendencia-liberta-250-trabalhadores-em-goias/palavrachave/trabalho-escravo.htm>. Acesso em: 25 fev. 2012.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n° 8, jul/dez 2002, p. 16-32.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Seminário Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2012.

THE NEW YORK TIMES. **China's Interest in Farmland Makes Brazil Uneasy**. Disponível em: http://www.nytimes.com/2011/05/27/world/americas/27brazil.html?_r=2&ref=alexeibarrionuevo. Acesso em: 8 mar. 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: Para compreender o mundo de hoje. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

VASCONCELOS, Beatriz Avila. O escravo como coisa e o escravo como animal: Da Roma antiga ao Brasil contemporâneo. In: Ricardo Rezende Figueira et al. (orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

VEBLÉN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Pensadores).

VIEIRA, Maria Célia Azevedo. **Setor sucroalcooleiro brasileiro: Evolução e perspectivas**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/07.pdf. Acesso em: 21 fev. 2013.

VIRILIO, Paul. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano IX. N.º 3. Jul.-set. de 1947.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. In: A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Ecléa Bosi (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011b.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

XAVIER, Glauber Lopes. **O bóia-fria e o cotidiano na cidade**. Goiânia: Editora UFG, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – GALERIA DE IMAGENS



Foto 1: O Rural, o Urbano e o território dos *Assalariados Rurais Urbanizados*
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.

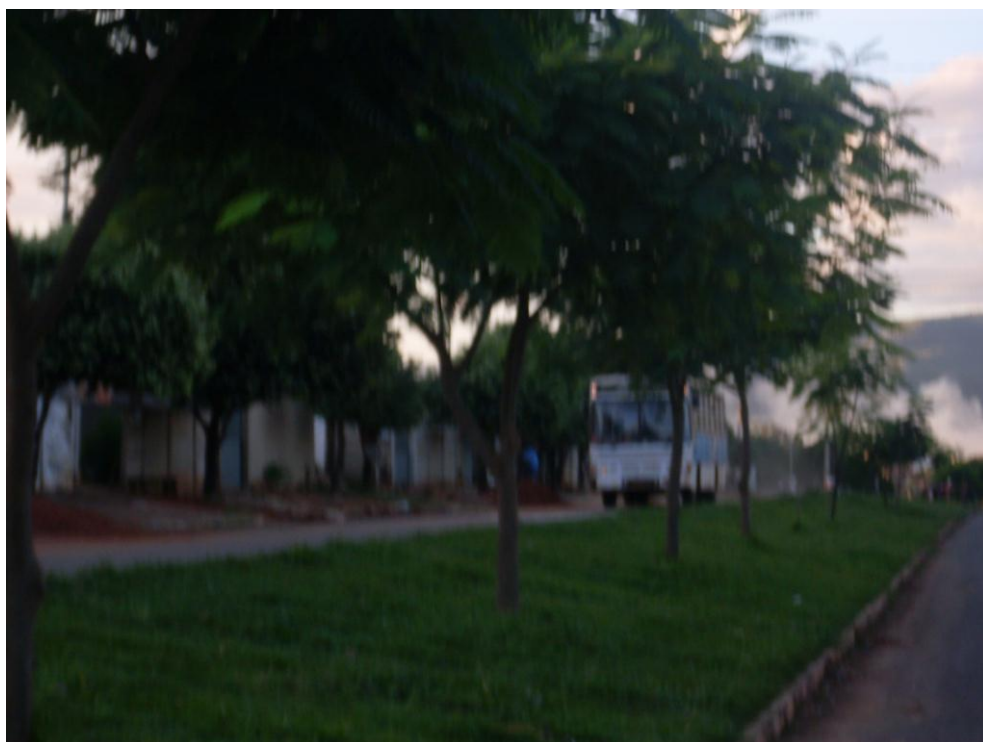


Foto 2: Goianésia, cidade dos *Assalariados Rurais Urbanizados*
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.



Foto 3: Casa de um Assalariado Rural Urbanizado
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.



Foto 4: Automóvel de um Assalariado Rural Urbanizado
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.

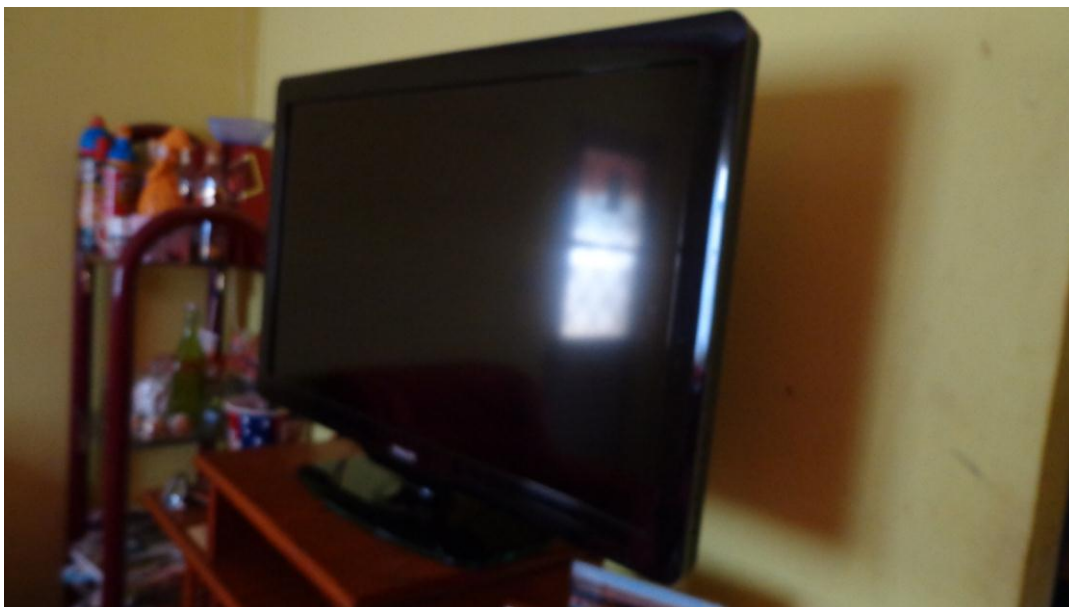


Foto 5: TV de LCD na casa de um *Assalariado Rural Urbanizado*
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.



Foto 6: Microondas na casa de um *Assalariado Rural Urbanizado*
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.



Foto 7: Refrigerador na casa de um *Assalariado Rural Urbanizado*
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.



Foto 8: Geladeira na casa de um *Assalariado Rural Urbanizado*
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.

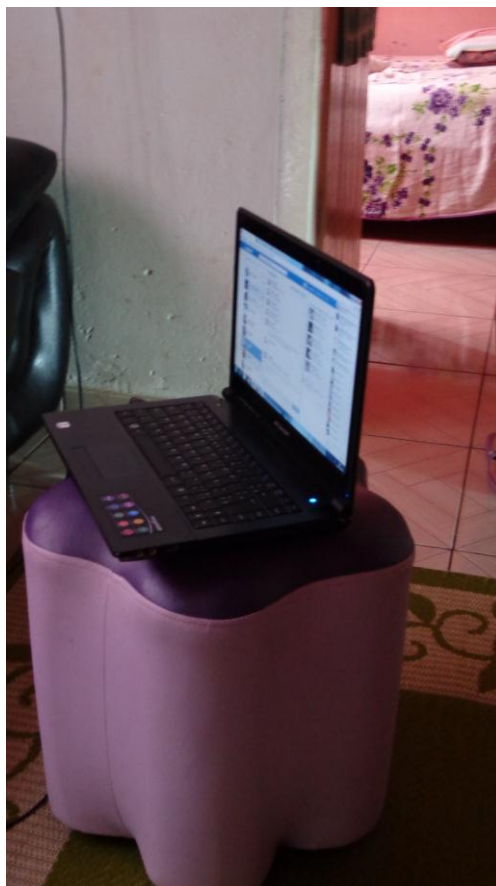


Foto 9: Notebook na casa de um *Assalariado Rural Urbanizado*
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.



Foto 10: Equipamento de internet na casa de um *Assalariado Rural Urbanizado*
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.



Foto 11: Esteira ergométrica na casa de uma Assalariada Rural Urbanizada
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.



Foto 12: Mãos de um Assalariado Rural Urbanizado
Fonte: XAVIER, Glauber Lopes.

APÊNDICE B – TCLE/ ROTEIRO DE ENTREVISTAS/QUESTIONÁRIO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

O Senhor (a) está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de dúvida, você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **Os Assalariados Rurais Urbanizados: Sobre o Fenômeno Urbano e os Trabalhadores Rurais na Alta Modernidade - Goianésia, Goiás.**

Protocolo do Comitê de Ética em Pesquisa: **N.º 320/11**

Pesquisador Responsável: **Glauber Lopes Xavier**

Aprovado em: **30/05/2011**

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Local: Goianésia, Goiás

Quantidade de entrevistados: 8 (oito) trabalhadores (as)

Trabalho de campo realizado em jul./2011

- Qual a sua idade?
- Qual a sua naturalidade?
- Qual a sua religião?
- O que o Sr. (Sr.^a) pensa sobre o corte de cana?
- Como era a relação com os usineiros nos tempos em que o Sr. (Sr.^a) cortava cana?
- Me fale um pouco sobre sua experiência nas lutas por melhoria salarial e das condições de trabalho.
- Quais foram os momentos mais difíceis da luta? O que sentia nestes momentos?
- Como era a reação dos usineiros durante as manifestações?
- Me conte sobre a vida em seu bairro, sobre a relação com os demais trabalhadores.
- Fale um pouco sobre a organização dos trabalhadores.

- O Sr. (Sr.^a) poderia me falar um pouco sobre a atuação da Usina na cidade? O que acontecia em Goianésia nos tempos de greve?
- Para o Sr. (Sr.^a), quais foram os melhores momentos naquela época? O que sentia nestes momentos?
- O Sr. (Sr.^a) se sente realizado pelo trabalho que desempenhou?
- O que o Sr. (Sr.^a) achou da mecanização da colheita da cana?
- Qual a representação que o Sr. (Sr.^a) tem de Otávio Lage de Siqueira?

QUESTIONÁRIO

Local: Goianésia, Goiás

Quantidade: 6 (seis) trabalhadores (as)

Trabalho de campo realizado em dez./2012-jan./2013.

- Qual sua idade?
- Qual sua naturalidade?
- Há quanto tempo mora em Goianésia?
- Há quanto tempo está no corte de cana?
- Qual a sua religião?
- Tem filhos? Quantos?
- Qual sua renda mensal média?
- Quais destes eletrodomésticos e aparelhos o Sr. (Sr.^a) possui?

() rádio () televisor () DVD () computador () celular ()
câmera fotográfica
() ventilador () ar condicionado () geladeira () cafeteira () micro-ondas.
() outros aparelhos

- Caso possua computador, há acesso à internet?

() Sim () Não

- Quais são os conteúdos pesquisados pela internet?

- O Sr. (Sr.^a) possui automóvel? Qual o ano do automóvel? Possui motocicleta? Qual o ano da motocicleta?

- Quais produtos o Sr. (Sr.^a) e sua família consome mensalmente além dos produtos alimentícios?

() produtos de beleza.

Quais? _____

Outros

- Do que o Sr. (Sr.^a) gosta no campo? E na cidade? Por quê?
- Quais lugares o Sr. (Sr.) frequenta durante a semana?
- E durante os finais de semana?
- O que o Sr. (Sr.^a) acha da vida nos dias de hoje? O que tem de bom e o que tem de ruim?
- Qual é o seu maior sonho?

ANEXOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 438, DE 2001
(Do Senado Federal)
PEC Nº 57/99

Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO. APENSE-SE A ESTA A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 232, DE 1995 E SUAS APENSADAS)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 243 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas à reforma agrária, com o assentamento prioritário aos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Paragrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e se reverterá, conforme o caso, em benefício de instituições e pessoal especializado no tratamento e recuperação de viciados, no assentamento dos colonos que foram escravizados, no aparelhamento e

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I - a forma federativa de Estado;
- II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º.

ANEXO B – NOTÍCIAS

NOTÍCIA 1 – PRESIDENTE LULA CHAMA USINEIROS DE HERÓIS

Noticiado pelo jornal Folha Online.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>

Acesso em: 25 jul. 2012.

20/03/2007 - 20h08

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva incluiu nesta terça-feira mais um grupo de brasileiros entre aqueles a quem define como heróis: os usineiros. Na semana passada, Lula chamou os ministros do seu governo de heróis, pois recebem salários menores do que receberiam na iniciativa privada. "Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento", afirmou o presidente, ao discursar durante evento na cidade de Mineiros (GO). O trabalho desenvolvido pelos usineiros se tornou evidente no início do mês, quando Lula recebeu o presidente norte-americano George W. Bush para discutir a produção de biocombustíveis a partir da cana-de-açúcar. "Quando eu fico vendo os ministros que ganhavam muito bem viram ganhar R\$ 7.000, R\$ 8.000, eu falo: esses são heróis. Alguns pagam para ser ministros", disse o presidente na semana passada. Os ministros ganham mais do que R\$ 7.000. Eles recebem R\$ 8.362,80 mensalmente. Os ministros com mandato parlamentar podem escolher entre o salário do Executivo e do Legislativo --que é de R\$ 12.847,20 para deputados. Além disso, alguns ministros participam dos conselhos administrativos de empresas, o que eleva suas remunerações. O presidente recebe R\$ 8.885,48 por mês.

Aumento

O presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (SP), afirmou hoje que a Casa pode estudar aumento de salário para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros. Chinaglia disse que irá procurar o governo tão logo os líderes partidários definam o percentual de reajuste que deve ser concedido aos seus próprios salários. "O salário do Executivo é decidido pelo Congresso. Vamos procurar o Executivo para discutir o assunto, mas ainda não há posição sobre o assunto", afirmou. Chinaglia disse que concorda com o presidente Lula de que os membros do Executivo recebem muito pouco. "Nunca conversei com os ministros a esse respeito, mas se compararmos os salários do Executivo com os dos parlamentares e dos judiciários, acho que o presidente ganha pouco", disse.

NOTÍCIA 2 – CANA LEVA PROGRESSO E ESPERANÇA AO CENTRO-OESTE

Noticiado pelo portal Direto da Usina.

Disponível em: <http://www.diretodausina.com.br/conteudo/especial-cana-leva-progresso-e-esperanca-ao-centro-oeste-144236>

Acesso em: 12 ago. 2012.

29/02/2012

Parte 2 - A chegada de usinas e de cana a várias localidades do cerrado aumentou arrecadação, gerou impostos e permitiu um desenvolvimento jamais visto. Trabalhadores como Michela Minae, da Raízen de Caarapó, comemoram a melhoria da qualidade de vida



Com pouco mais de 40 mil habitantes, a pacata Quirinópolis quer se tornar polo tecnológico sucroenergético em Goiás.

Impulso à economia - Mas não são apenas cidades pequenas que percebem os benefícios oriundos da agroindústria canavieira no Centro-Oeste brasileiro. Cidades maiores em Goiás, como Jataí, Itumbiara e Rio Verde, também contabilizam o incremento na arrecadação e na geração de empregos. De acordo com Guilherme Badauy, Gerente Administrativo da Unidade Jataí, GO, da Raízen, desde 2007, quando o grupo iniciou o plantio de cana em Goiás e Mato Grosso do Sul, a empresa vem investindo muito na região do cerrado. “A inauguração das usinas de Jataí e Caarapó em 2010 ajudaram ainda mais a contribuir com o desenvolvimento dessas cidades e trouxe melhorias para as populações locais, não só pela geração de empregos diretos e indiretos e de renda, mas também pelos projetos sociais implantados nas comunidades”, diz.

Badauy comenta que a atividade de uma indústria eleva de maneira significativa os impostos arrecadados localmente. No caso de Jataí, a unidade da Raízen terminou o ano de 2011 como a maior arrecadadora de Imposto Sobre Serviços (ISS) do município. Entre o período de julho de 2010 a outubro de 2011, a empresa contribuiu com cerca de R\$ 2,4 milhões de ISS, mais R\$ 27 milhões de ICMS. “Só em relação aos salários, a Raízen injeta aproximadamente R\$ 3,5 milhões mensais na economia local. A unidade emprega mais de 2 mil funcionários diretos, a maioria de Jataí. Desta maneira, a Raízen privilegia a mão de obra local e também investe em treinamentos para a capacitação e retenção dos funcionários”, diz. A presença da Raízen em Jataí, além de impulsionar a indústria de cana na região, vem trazendo diversas iniciativas sociais para as comunidades locais. A empresa já doou à cidade um espaço destinado à construção de uma escola municipal, com capacidade para até 300 crianças e voltou seus esforços para diversas ações, entre elas o combate à dengue na cidade e o auxílio em enchente ocorrida em maio de 2010. Já outra cidade goiana, Itumbiara, além de abrigar a produção de cana, açúcar e etanol, tem atraído empresas interessadas no potencial do Estado. Diretor Superintendente do Grupo TransEspecialista, Ricardo Amadeu decidiu apostar no Centro-Oeste e no cerrado brasileiro por confiar no futuro da região. “Implantamos uma logística diferente e as coisas aconteceram. Vimos claramente que havia um mercado fértil aqui.” Segundo ele, ano a ano, chegam empresas importantes ao cerrado. “Em várias cidades estratégicas instalaram-se empresas que hoje contribuem muito para a riqueza regional, além de favorecerem a logística e a reduzir o custo das usinas na região.” Ele reconhece o potencial do Estado para receber empresas da cadeia do açúcar e do etanol. “Quando vejo grandes empresas que fabricam equipamentos, por exemplo, dobrarem suas capacidades no Estado de São Paulo, me pergunto: por que não numa cidade estratégica do Goiás?”

A Sertãozinho de Goiás – As cidades médias para o padrão goiano, como Mineiros, Goianésia e Quirinópolis, não apenas se desenvolvem, mas também tentam se tornar referências sucroenergéticas no Estado. Gilmar Alves não tem preguiça quando o assunto é mostrar as vantagens de sua cidade para acolher investimentos no setor sucroenergético. Prefeito de Quirinópolis, ele comemora o fato de ter duas usinas de grande porte no município: a Boa Vista, da Nova Fronteira Bioenergia, *joint venture* formada pelo Grupo São Martinho e pela Petrobrás Biocombustível, e a SJC Usina São Francisco, *joint venture* formada pela USJ e pela Cargill. Segundo Alves, 15% de toda a cana de Goiás é produzida em Quirinópolis – o maior produtor do Centro-Oeste. As duas usinas estão em processo de ampliação e devem, em 2014, processar juntas 15 milhões de toneladas. E ele garante: “não tenho medo de que a cidade vire um mar de cana. Estimamos que a lavoura atinja no município 120 mil ha, o que corresponde a 30% da área total.” A cidade estabeleceu por lei que pelo menos 50% da cana esmagada venha de fornecedores.

As duas usinas atraíram muitas outras empresas para prestação de serviços, fora o crescimento do comércio. Em 2005, a cidade tinha 1.272 empresas. Em 2011 passou de 3.300. Quanto à geração de empregos, em 2005 foram 744 novos postos de trabalho, ante 3 mil novas vagas em 2010. “Aumentou muito a oportunidade. Se tinha um supermercado que funcionava com uma porta, ele abriu uma segunda, uma terceira.” O empresário André Parreira é um exemplo. Ele tem um centro automotivo em Quirinópolis, que mais do que dobrou de faturamento e de tamanho desde que as usinas chegaram à cidade, a partir de 2005. Não é à toa. O número de carros praticamente triplicou - eram 7 mil veículos antes da primeira usina, hoje são 22 mil. De acordo com o prefeito, a arrecadação do município mais do que dobrou em seis anos. No ranking goiano de qualidade de vida, a cidade passou de 39º, em 2005, para o sexto lugar, em 2010. “Isso pelos investimentos que fizemos em geração de emprego, saúde, educação, infraestrutura.” Alves tem estimulado empresas da cadeia sucroenergética a se instalarem na cidade. “Queremos formar um polo empresarial e metal-mecânico para atender o número crescente de usinas instaladas no Estado. Queremos que Quirinópolis seja a Sertãozinho de Goiás.” No entorno de Quirinópolis existem 32 usinas num raio de 200 km. A prosperidade vivida em Quirinópolis também tem deixado satisfeitos os fornecedores de cana. É o caso de Cláudio Lemes da Silva, produtor rural na cidade desde 1972. Ele forneceu cana para o primeiro lote de açúcar produzido pela Usina São Francisco, em 2007. Começou a se dedicar à cultura em 2005, depois de ter tentado algodão, pecuária e outras culturas. “Não foram tempos fáceis. Graças ao Grupo USJ é que me recuperei. Se não fosse a usina, eu teria quebrado”, conta. Sua intenção agora é ampliar a área plantada com cana.

Expansão à vista – Uma das gigantes que impulsionam a economia de Quirinópolis é a Usina Boa Vista, inaugurada em 2008. É considerada uma das unidades mais modernas do mundo ao combinar colheita 100% mecanizada, acionamento elétrico de suas moendas e grande capacidade de cogeração de energia elétrica. A direção da companhia informa que, com novos investimentos de R\$ 520 milhões comunicados ao mercado em setembro de 2011, a Boa Vista ampliará gradativamente sua capacidade de processamento de moagem de cana, passando dos 2,3 milhões de toneladas registradas na safra 2011/12 para 8 milhões de toneladas a partir da temporada 2014/15. A chegada do setor sucroenergético à região de Quirinópolis, ocupando principalmente as áreas de pastagens degradadas, trouxe um novo impulso ao desenvolvimento do interior goiano. Segundo a empresa, a transformação é visível para quem visita a cidade: novos hotéis e estabelecimentos comerciais, mais oportunidades de emprego, educação e capacitação, crescimento da arrecadação de impostos, melhoria no atendimento à saúde. A Usina Boa Vista é responsável atualmente por aproximadamente 2 mil empregos diretos na região. A outra gigante que aportou em Quirinópolis, mas um

pouco antes, em 2007, é a Usina São Francisco, hoje pertencente à *joint venture* SJC. A empresa tem planos imediatos de ampliar a presença na região, com a conclusão da Usina Cachoeira Dourada, e em seguida implantar a terceira fase da Usina São Francisco. A empresa informa que o objetivo é chegar em 2020 processando cerca de 15 milhões de toneladas de cana. “Com a conclusão próxima da Usina Cachoeira Dourada, na mesma região, teremos um polo de desenvolvimento que é benéfico para todos, empresa e comunidades envolvidas”, comunica o Grupo. Com a nova unidade, a empresa vai aumentar o número de postos de trabalho. Mas o primeiro impacto é para os agricultores. “Nosso objetivo não é plantar cana em terras próprias, e sim manter uma rede de fornecedores e parceiros agrícolas que possa crescer conosco. Muitos trocaram culturas como algodão e milho pela cana, e tiveram maior rentabilidade. Plantar cana na região é uma excelente opção, pois há muita demanda”, afirma a direção da empresa, através da assessoria de imprensa. O plano da SJC é de que a área de abrangência das duas usinas se torne um polo de excelência e desenvolvimento em uma região antes distante e complicada do ponto de vista de logística e recursos. E dar continuidade a um processo já iniciado na São Francisco: criar oportunidades de emprego e capacitação. Com o trabalho que a companhia fez até hoje em Quirinópolis, “temos hoje operadores de colhedoras, plantadoras e tratores; técnicos em manutenção e funcionários que trabalham no Centro de Operações e na central de monitoramento. Há um círculo virtuoso de educação, trabalho e crescimento pessoal”, pontua a direção da SJC.

Fonte: Clivonei Roberto

NOTÍCIA 3 – GRUPO OTÁVIO LAGE INVESTE EM COMPLEXO INDUSTRIAL

Noticiado pelo Jornal da Cana.

Disponível em: http://www.jornalcana.com.br/news_print.php?id_news=15381

Acesso em 15 out. 2012.

28 de janeiro de 2008 - 10h

O grupo goiano Otávio Lage vai investir R\$ 330 milhões na construção de uma central termelétrica (Codora) e uma filial agroindustrial da usina Jalles Machado, em Goianésia, GO, a 170 quilômetros de Goiânia. O início das operações está previsto para abril de 2010. A moagem inicial será de 1 milhão de toneladas de cana-de-açúcar. O complexo industrial será erguido numa área de 50 hectares e deverá funcionar em plena capacidade a partir de 2012, com previsão de moagem de 2,5 milhões de toneladas de cana. A área de plantio disponível é de 15 mil hectares, dos quais 7 mil de sócios e 8 mil de parceiros (arrendamento). Em 2012, a área plantada deverá ser de 22 mil hectares. Os viveiros começaram a ser formados em 2006, numa área de 60 hectares da fazenda Lavrinha. No ano passado, o viveiro permitiu a plantação de 350 hectares. Este ano, na fase de amadurecimento, deverá chegar a 2,5 mil hectares. Em 2009, a área alcançará 9 mil hectares. De acordo com o diretor técnico do grupo, Henrique Penna de Siqueira, a cana esmagada no primeiro ano de atividade permitirá a produção de 85 mil m³ de álcool. Já a capacidade de geração da termelétrica Codora será de 51 MW em 2012.

Investimento

O BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social dará um aporte de R\$ 230 milhões em operações diretas e indiretas. Outros R\$ 100 milhões serão repassados pela Usina Jalles Machado, sendo que R\$ 30% desse valor (R\$ 30 milhões) formarão o capital de giro. A usina Jalles Machado moeu 1,94 milhão de toneladas de cana na safra 2007/08, um aumento de 9,3% em relação ao ciclo anterior, quando foram esmagadas 1,78 milhão de toneladas. O grupo investiu R\$ 80 milhões na ampliação da usina, que deverá esmagar 2,8 milhões de toneladas a partir de 2009. A colheita é 90% mecanizada. A produção total de álcool alcançou 66,131 m³, crescimento de 9,6% em relação aos 60,375 m³ da safra 2006/07. A unidade produziu 153,884 milhões de toneladas de açúcar na safra 2007/08, um incremento de 14,8% em relação ao ciclo anterior, quando foram ensacadas 133,969 milhões de toneladas.

Fonte: ProCana Brasil

NOTÍCIA 4 – INFINITY PEDE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Noticiado pelo jornal Estadão.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,infinity-pede-recuperacao-judicial,373710,0.htm>

Acesso em: 28 nov. 2012.

Gustavo Porto e Renée Pereira, RIBEIRÃO PRETO - O Estadão de S.Paulo 20 de maio de 2009 | 0h 00

A Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A., que controla seis usinas no País, entrou ontem com pedido de recuperação judicial na Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central de São Paulo (SP). Com uma dívida estimada em R\$ 1 bilhão e ativos de R\$ 1,2 bilhão, a empresa, que tem 100% do capital aberto na Bolsa de Londres, tomou a decisão para se preservar de pedidos de falência feitos na Justiça, informou o presidente da Infinity, Sérgio Thompson-Flores.

Além da crise econômica mundial, que reduziu a liquidez no mercado, e da queda nos preços de açúcar e álcool nos últimos dois anos, a Infinity informou ainda ter sofrido severo impacto na produção na última safra por causa de atrasos nas entregas de novos equipamentos. "(O pedido de recuperação judicial) foi ainda uma forma de organizar as negociações com os credores e principalmente avançar com calma na procura de novos investidores que possam injetar dinheiro novo na companhia", disse o executivo.

Criada em março de 2006, a Infinity viu suas ações despencarem de US\$ 4 para centavos de dólares ontem, com uma liquidez irrelevante de apenas milhares de dólares em negócios mensais. Da dívida total, 35% são de bonds (títulos de dívida) conversíveis com vencimento previsto para 2011, cujo pagamento será renegociado durante processo de recuperação judicial. Outros 35% são com bancos e os 30% restantes com fornecedores, leasing e antigos donos das usinas adquiridas.

Das seis unidades sucroalcooleiras controladas pela Infinity, duas estão no Espírito Santo (Cridasa e Disa), duas em Minas Gerais (Alcana e Paraíso) e uma em Mato Grosso do Sul (Usinavi). A sexta usina, a Ibirácool, no Sul da Bahia, ainda está em construção e deveria entrar em operação em 2009. Entretanto, a unidade depende de R\$ 20 milhões de investimentos para conseguir moer as 800 mil toneladas de cana já plantadas. Uma das alternativas avaliadas pela Infinity no processo de recuperação judicial é vender algum desses ativos.

Segundo Thompson-Flores, todas as outras unidades já concluídas vão processar normalmente a safra 2009/2010, que deve atingir 6 milhões de toneladas de cana. O

total representa 20% de alta sobre as 5 milhões de toneladas da safra passada, mas abaixo das 7 milhões de toneladas previstas. A capacidade total de moagem do grupo é de 8,3 milhões de toneladas. Cerca de 25% da cana será destinada à produção de açúcar, cujo preço está remunerando melhor comparado ao do álcool.

No processo de recuperação judicial, a Infinity contará com a assessoria do escritório de advocacia Felsberg e Associados e com a Íntegra Associados, especializados em processos de recuperação de empresas. Pela lei 11.101, de fevereiro de 2005, a empresa fica protegida contra ações e execuções durante 180 dias, período necessário à elaboração, apresentação e aprovação do plano de recuperação judicial junto aos credores.

Todos os 7,5 mil trabalhadores da Infinity, 5 mil deles contratados durante a safra, seguem com os salários em dia e não deve haver demissões, garantiu o presidente da companhia, Thompson-Flores. Mas, segundo informações obtidas pelo Estado, alguns executivos importantes da empresa pediram demissão ontem.

Não era novidade no mercado que a companhia não andava bem, como uma série de outras empresas do setor que sofreram com o agravamento da crise financeira mundial, a partir de setembro do ano passado. Mas de acordo com fontes, além do fator crise, a Infinity também vinha sendo castigada por decisões equivocadas de sua diretoria, inclusive de aquisições sem retornos suficientes.

A empresa é formada por grandes investidores, como o fundo Kidd & Company. Desde o início de sua fundação, a empresa demonstrou apetite invejável por ativos do setor. O objetivo era se transformar no maior grupo usineiro do País.

A Infinity foi uma das primeiras empresas criadas por investidores vindos do especulativo mercado financeiro. Além de seus acionistas, embarcaram na onda do etanol megainvestidores como George Soros e o indiano Vinod Khosla.

FRASES

Sérgio Thompson-Flores

Presidente da Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A.

"(O pedido de recuperação judicial) foi ainda uma forma de organizar as negociações com os credores e principalmente avançar com calma na procura de novos investidores"

"Com muitas usinas priorizando o açúcar, a oferta de álcool será menor e isso pode ser uma vantagem para nós, no futuro, com a equalização dos preços"

NOTÍCIA 5 – ESCÂNDALO EM NAVIRAÍ (MS): A DIGNIDADE DOS TRABALHADORES MAIS UMA VEZ PRETERIDA PELA GANÂNCIA

Noticiado pela Comissão Pastoral da Terra.

Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/12-conflitos/727-nota-publica-escandalo-em-navirai-ms-a-dignidade-dos-trabalhadores-mais-uma-vez-preterida-pela-ganancia>

Acesso em: 28 nov. 2012.

29 de julho de 2011.

Nesse Dia do Agricultor, as entidades abaixo-assinadas vêm a público esclarecer e denunciar a situação lamentável à que se chegou em Naviraí, um mês após a fiscalização do canavial da empresa Infinity, no qual foram flagradas condições degradantes de trabalho, levando à decisão de suspender as atividades. Enquanto o Judiciário multiplica sentenças contraditórias, o problema encontrado pouco se resolve e as vítimas, indígenas e migrantes, ficam a mercê do bel prazer do empregador.

É um verdadeiro escândalo a novela encenada desde o início de julho com a sucessão de decisões judiciais contraditórias, questionando a fiscalização empreendida pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho nos canaviais do grupo Infinity[i] em Naviraí (MS) e inviabilizando o resgate de 827 cortadores ali encontrados em situação análoga à de escravo.

Estão em confronto os interesses imediatos da empresa e a dignidade fundamental dos trabalhadores. Está em jogo a competência do poder público em fazer valer a lei.

No último dia 28 de junho, uma equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho coordenada pela auditora Camilla de Vilhena Bermegui e integrada por oito auditores, o Procurador do Trabalho Jonas Ratier Moreno e quatro agentes da Polícia Federal, interditou todas as frentes do corte de cana da empresa no local, por constatarem a infração de mais de 20 itens das normas trabalhistas. Com base no relatório onde concluem sobre as "condições degradantes a que estão submetidos os trabalhadores de corte manual de cana-de-açúcar, uma vez que nem o patamar mínimo de direitos relativos ao conforto e segurança no local de trabalho está respeitado", os auditores, como é de praxe nestes casos, determinaram a interdição das frentes de trabalho e a rescisão indireta dos contratos.

Após uma primeira liminar anulando a fiscalização e seus efeitos imediatos (interdição das frentes e resgate dos trabalhadores), concedida dia 5 de julho em Brasília na 20ª Vara do Trabalho da 10ª Região, em sede de mandado de segurança, por Marli Lopes da Costa de Góes Nogueira, uma juíza trabalhista distante dos fatos,

veio, no dia 13, uma decisão contrária do Tribunal Regional do Trabalho da mesma 10ª Região (suspensão de segurança), que restaurou a fiscalização e cassou a liminar: o desembargador presidente do TRT, Ricardo Alencar Machado, argumentou que "o esforço no combate ao regime de trabalho análogo ao de escravo deve reunir todos os segmentos da sociedade organizada e o valor a ser considerado, sem nenhuma dúvida, é o da preservação do trabalhador", não vislumbrando "qualquer ilegalidade nas condutas dos órgãos fiscalizadores, visto que pautadas no ordenamento legal e na preservação da dignidade da pessoa humana".

Na sequência, dia 21 de julho, atuando em função corregedora, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen, reformou a decisão do TRT e restaurou aquela de primeiro grau, desautorizando os fiscais, negando sua competência para interditar atividades em estabelecimento sob inspeção[ii] e invocando a prioridade a ser acordada à garantia da recuperação financeira da empresa[iii]. Uma interferência questionada pela Associação dos Magistrados do Trabalho (AMATRA-10[iv]). No mesmo dia, três decisões da Justiça do Trabalho do Mato Grosso do Sul (6ª Vara) tornaram sem efeito as decisões dos fiscais (rescisão dos contratos, pagamento das verbas indenizatórias, interdição das frentes de trabalho e das caldeiras, mesmo com os riscos iminentes apresentados), sob o argumento de que isso prejudicaria a sobrevivência da empresa. Ainda questionaram a autoridade dos fiscais para tomar tais medidas.

Resultado: a fiscalização continua suspensa e os trabalhadores, submetidos a condições degradantes impostas no canavial, sem acessarem aos direitos assegurados em lei. São 542 migrantes, vindos de Minas Gerais e do Nordeste, e 285 indígenas, dos povos Guarani-Kaiowa, Guarani-Nhandeva e Terena. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI-MS), "são recorrentes no Estado os casos de trabalhadores em situação análoga à escravidão. Mais de 10 mil indígenas cumprem jornadas extensas nos canaviais. Os índios entram nessa situação porque não estão em suas terras originárias: por falta de opção, se submetem a condições degradantes nas usinas".

O Grupo Infinity não é novato no quesito trabalho escravo: além da libertação em 2008 de 64 canavieiros, em Conceição da Barra (ES), que resultou na sua inclusão (temporária) na Lista Suja do Governo Federal, já aconteceram outras duas libertações em canaviais do mesmo grupo: 25 libertados em 2008 em Pedro Canário (ES), e 288 libertados em 2009 em São Mateus (ES), na Usina Cridasa, em operação conduzida pela força-tarefa do Ministério Público do Trabalho.

Na Ação Civil Coletiva que impetraram dia 25 de julho, no intuito de rescindir os contratos trabalhistas, os procuradores do trabalho de Mato Grosso do Sul citam os próprios trabalhadores: reunidos dia 22 em assembleia (na qual ameaçaram ocupar a Usina Naviraí, onde a cana é transformada em álcool), confirmaram a situação rela-

tada pelos fiscais, descrevendo assim o tratamento degradante a que são submetidos: faltam equipamentos de proteção, os existentes estão gastos e rasgados; são obrigados a trabalhar mesmo com chuva, sem nenhuma proteção contra o mau tempo; os fiscais os ameaçam; são obrigados a recolher a cana logo após a queima da palha, com ela ainda quente; o ônibus que os transporta anda com parafusos a menos nas rodas e está em péssimas condições; no alojamento com vagas para 20 dormem 40 trabalhadores; o telhado quebrado deste alojamento permite goteiras; há apenas 12 fossas – todas com mau cheiro – para mais de 400 homens. Falaram ainda da péssima alimentação recebida, denunciando que no jantar comem as sobras do que foi servido no almoço.

Segundo o Ministério Público, isso "importa em justo motivo para a decretação da rescisão indireta dos contratos de trabalho", uma vez que os trabalhadores "foram submetidos a labor em condições degradantes, em flagrante violação às normas na área de Medicina e Segurança do Trabalho". O Juiz atendeu uma parte da demanda ao obrigar a empresa a assegurar o pagamento de alimentação e hospedagem aos trabalhadores da empresa Infinity Agrícola S/A e da Usina Naviraí S/A Açúcar e Alcool, enquanto o conflito sobre o resgate dos trabalhadores encontrados em situação degradante é decidido judicialmente. [v] Em audiência subsequente de conciliação, realizada dia 27 de julho, a empresa, sob a pressão de uma possível ocupação da usina, concordou em rescindir os contratos dos trabalhadores que não quisessem permanecer[vi].

A escravidão é uma prática abominável que a Igreja no Brasil vem denunciando desde a década de 1970 pela voz de alguns Bispos e, de modo sistemático e documentado, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O Estado brasileiro reconheceu a gravidade da situação quando, em 1995, criou o Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho – para fiscalizar e combater essa prática criminosa – e, em 2003, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, órgão colegiado vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a função primordial de monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

De 2003 até hoje foram identificados dois mil casos no país e resgatados mais de 36 mil trabalhadores, entre os quais 10.010 canavieiros (66 casos). Neste período, a Comissão Pastoral da Terra já registrou denúncias envolvendo mais de 56 mil trabalhadores "aprisionados por promessas", obrigados a trabalhar em fazendas, carvoarias e canaviais, tratados pior que animais e impedidos de romper a relação com o empregador.

Ao definir o que é trabalho análogo ao de escravo – uma violação flagrante da dignidade e/ou da liberdade do trabalhador, a lei brasileira não deixou dúvida (cf art. 149 CPB); também não deixa dúvida quanto à competência exercida pelos auditores fis-

cais do trabalho que, juntos com procuradores do trabalho e policiais federais, compõem as equipes de fiscalização especializadas, cuja qualidade mereceu repetidos elogios dentro e fora do Brasil (ainda recentemente pela OIT e pela ONU).

Segundo a CNBB[vii], o uso da propriedade como instrumento para escravizar o próximo é crime absolutamente intolerável contra a dignidade e contra a vida. É crime igualmente intolerável a busca desenfreada da rentabilidade financeira do capital, em detrimento do mínimo respeito à dignidade do trabalhador. Que justiça é essa que desconstitui de sua competência legal os fiscais da lei e privilegia os interesses do infrator? Que sociedade é esta que tolera situações tão aberrantemente desumanas? Que agronegócio é este para quem tudo é permitido?

Diante do exposto, exigimos que a Justiça volte a cumprir seu papel na erradicação do trabalho escravo e na promoção da dignidade dos trabalhadores. 28 de Julho, dia do Agricultor!

NOTÍCIA 6 – SUPERINTENDÊNCIA LIBERTA 250 TRABALHADORES EM GOIÁS

Noticiado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/delegacias/go/superintendencia-liberta-250-trabalhadores-em-goias/palavrachave/trabalho-escravo.htm>

Acesso em: 14 dez. 2012.

Brasília, 30/06/2008

O Grupo de Fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás resgatou cerca de 250 trabalhadores rurais encontrados em situação de trabalho degradante. Eles foram encontrados em usina no município goiano de Porteirão.

A operação foi iniciada no dia 13 de junho e ainda está em curso. Ela deverá ser concluída após o pagamento das verbas rescisórias, por parte do proprietário da fazenda, previsto para a próxima terça-feira (01/07). Enquanto isso, os trabalhadores aguardam em um alojamento na cidade, pago pelo empregador.

Os empregados encontrados na usina são provenientes do Nordeste, a maioria do Maranhão, e deverão ser encaminhados de volta para suas regiões. Eles foram contratados por um gato para trabalhar como plantadores e cortadores de cana-de-açúcar. Além da situação degradante de trabalho, os empregados tinham alimentação gerenciada pelo gato, com o valor das compras - muitas vezes desconhecido pelos empregados - descontado do salário.

Combate - A fiscalização do trabalho visa regularizar os vínculos empregatícios dos trabalhadores encontrados e libertá-los da condição análoga à escravidão. Desde 1995, quando foi reconhecida a existência pelo governo brasileiro, a eliminação do trabalho escravo tem sido prioridade. Naquela ocasião, foi instituído o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Escravo (GERTRAF), com o objetivo de combater a escravidão.

Em 2003 - quando o presidente Lula assumiu o governo - foi lançada uma política que visava, além do combate, a erradicação do trabalho escravo: o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), integrado por vários ministérios - entre eles o Ministério do Trabalho e Emprego - e representantes de entidades não-governamentais, como foco neste tipo de ação.

Ao serem resgatados pelo Grupo Móvel, os trabalhadores recebem as verbas trabalhistas devidas, seguro-desemprego, alimentação, hospedagem e transporte aos locais de origem.

Assessoria de Imprensa do MTE

(61) 3317 - 6537/2430 - acs@mte.gov.br

NOTÍCIA 7 – CORTADORES DE CANA SÃO LIBERTADOS DE TRABALHO ESCRAVO EM GOIÁS

Noticiado pela ong Repórter Brasil.

Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/exibe.php?id=123>

Acesso em: 14 dez. 2012.

08/04/2010

A partir do pagamento de salários com cheques sem fundo, fiscalização descobriu 143 trabalhadores aliciados por "condomínio de gatos" que trabalhavam sem descanso semanal e ocupavam alojamentos precários.

Por Bianca Pyl

O que parecia ser um mero episódio de salários pagos com cheques sem fundo escondia, conforme veio a ser constatado por equipe de fiscalização, mais um caso do trabalho escravo. Depois que um supermercado se negou a aceitar cheques recebidos como pagamento pelo plantio e corte de cana-de-açúcar em duas fazendas do grupo Sada em Aragarças (GO), trabalhadores decidiram denunciar o ocorrido à Promotoria de Justiça local.

No papel, eles tinham vínculo com a prestadora de serviços Cana Barro, que era subcontratada pela Berc Etanol e Agricultura Ltda., braço do conglomerado mineiro Sada dedicado ao agronegócio. Na prática, atuavam diretamente no cultivo de mudas e na derrubada de cana-de-açúcar em fazendas registradas em nome da Transzero Transporte, outro braço da Sada, que pretende instalar, de acordo com informações apuradas pela fiscalização trabalhista, duas usinas sucroalcooleiras na região. Alguns cortadores de cana receberam colchões; outros tiveram que dormir no chão.



Foto: SRTE/GO

Quando partiram para a checagem da situação, representantes do poder público constataram que a Cana Barro era composta por duas donas de casa, esposas de dois indivíduos que estavam à frente das contratações, que não tinham capacidade financeira para arcar com despesas trabalhistas de mais de uma centena de cortadores. "Na verdade, pode-se dizer que criaram um 'condomínio de gatos' (aliciadores de mão de obra)", explica Roberto Mendes, auditor fiscal e coordenador do grupo de fiscalização rural da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Goiás (SRTE/GO).

"Além de terceirizar serviços inseridos nas suas atividades-fins, o que não é permitido pela legislação brasileira, a empresa Berc Etanol cometeu o erro grave de contratar um terceiro totalmente incapacitado do ponto de vista administrativo e econômico", avalia Roberto. O resultado disso, segundo ele, poderia ser verificado na total desorganização documental e nos vários cheques sem fundos distribuídos pela Cana Barro (um único mercado teve prejuízo de mais de R\$ 18 mil). O salário pago pela subcontratada era inferior ao salário mínimo e era comum o atraso no pagamento dos vencimentos.



Alojamentos usados pelas vítimas estavam em estado precário de conservação. Foto: SRTE/GO

Os graves problemas não se resumiam aos salários. Os empregados tinham sido contratados de forma irregular em janeiro no Maranhão, Piauí, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Ao chegar a Goiás, foram colocados em casas e

barracos sem as mínimas condições de moradia. As casas ficavam nas cidades de Aragarças (GO), Montes Claros de Goiás (GO) e no povoado de Ponte Alta do Araguaia.

Alguns receberam colchões. Outros tiveram de dormir no chão. O aluguel e a alimentação ficavam por conta dos próprios trabalhadores. A convenção coletiva de trabalho da categoria determina que o empregador ofereça alimentação e alojamentos para contratados em localidades diferentes daquela de prestação do serviço.

Cerca de cem trabalhadores tiveram suas Carteiras de Trabalho e da Previdência Social (CTPS) retidas ilegalmente no escritório de contabilidade da Cana Barro, em Barra do Garças (MT). Outros tiveram suas CTPS extraviadas.

Nas frentes de trabalho, não havia instalações sanitárias. Os empregados não tinham acesso à água potável. As jornadas eram contínuas: de segunda a segunda, sem descanso semanal renumerado. Os cortadores eram transportados em veículos sem autorização e inspeção do órgão de trânsito.

Os "gatos" (aliciadores) cobravam pelos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que, segundo a fiscalização, não cumpriam as normas. A legislação trabalhista determina que o empregador forneça EPIs sem custos aos trabalhadores. A empresa se apropriava indevidamente do valor descontado dos empregados, que deveria ser repassado à Previdência Social, e não recolhia o valor referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



Além de receber cheques sem fundo, empregados sobreviviam sem suporte básico (Foto: SRTE/GO)

No final da operação realizada entre 10 e 24 de março, 143 trabalhadores foram libertados de condições análogas à escravidão. Além dos auditores fiscais da

SRTE/GO, a ação contou com a participação de membros da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Gerente de desenvolvimento da Sada Bioenergia, Jean Carlo esteve pessoalmente no local e efetuou o pagamento das verbas de rescisão do contrato de trabalho e das despesas com passagem e alimentação dos empregados libertados. A soma dos débitos ficou em R\$ 500 mil; 24 autos de infração foram lavrados.

O gerente disse em entrevista à **Repórter Brasil** que a empresa fez o que foi solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). "Essa situação foi um caso isolado, a empresa contratada não cumpriu as obrigações trabalhistas e pagou os trabalhadores com cheques sem fundos e gerou esse problema todo".

A empresa Berc Etanol Agricultura Ltda., parte integrante do grupo Sada, firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o MPT com o compromisso de não mais terceirizar serviços inseridos nas atividades-fim da empresa, bem como a cumprir a legislação trabalhista. Jean afirmou que a empresa não irá mais terceirizar o serviço de plantio e corte de cana.

O grupo Sada está há 30 anos no mercado e é controlado pelo empresário e político Vittorio Medioli, que já foi deputado federal pelo PSDB e pelo PV. Atualmente, está filiado ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS). A Sada tem atuação em diversos setores - fabricação de autopeças, transportes, concessionárias, setor gráfico e reflorestamento. Este ano, o grupo pretende investir R\$ 120 milhões na construção de uma planta industrial conjugada de etanol e biodiesel. Para tanto, planeja ocupar 11 mil hectares com cana e outros 5 mil com pinhão-mansão em Minas Gerais.

NOTÍCIA 8 – CHINA'S INTEREST IN FARMLAND MAKES BRAZIL UNEASY

Noticiado pelo jornal The New York Times.

Disponível em:

http://www.nytimes.com/2011/05/27/world/americas/27brazil.html?pagewanted=1&_r=3&ref=alexeibarrionuevo&_r=3&ref=alexeibarrionuevo&_r=3

Acesso em: 02 jan. 2013.

By Alexei Barrionuevo

Published: May 26, 2011

URUAÇU, Brazil — When the Chinese came looking for more soybeans here last year, they inquired about buying land — lots of it.



Daniel Kfoury for The New York Times

A new railroad line in Uruaçu, Brazil, will carry soybeans to a port for shipping to China. Brazil's economic links with China have helped it prosper, but Brazil is selling mostly raw materials.

Officials in this farming area would not sell the hundreds of thousands of acres needed. Undeterred, the Chinese pursued a different strategy: providing credit to farmers and potentially tripling the soybeans grown here to feed chickens and hogs back in China. “They need the soy more than anyone,” said Edimilson Santana, a farmer in the small town of Uruaçu. “This could be a new beginning for farmers here.” The \$7 billion agreement signed last month — to produce six million tons of soybeans a year — is one of several struck in recent weeks as China hurries to shore up its food security and offset its growing reliance on crops from the United States by pursuing vast tracts of Latin America’s agricultural heartland.

Even as Brazil, Argentina and other nations move to impose limits on farmland purchases by foreigners, the Chinese are seeking to more directly control production themselves, taking their nation's fervor for agricultural self-sufficiency overseas. "They are moving in," said Carlo Lovatelli, president of the Brazilian Association of Vegetable Oil Industries. "They are looking for land, looking for reliable partners. But what they would like to do is run the show alone." While many welcome the investments, the aggressive push comes as Brazilian officials have begun questioning the "strategic partnership" with China encouraged by former President Luiz Inácio Lula da Silva. The Chinese have become so important to Brazil's economy that it cannot do without them — and that is precisely what is making Brazil increasingly uneasy. "One thing the world can be sure of: there is no going back," Mr. da Silva said while visiting Beijing in 2009. China has become Brazil's biggest trading partner, buying ever increasing volumes of soybeans and iron ore, while investing billions in Brazil's energy sector.

The demand has helped fuel an economic boom here that has lifted more than 20 million Brazilians from extreme poverty and brought economic stability to a country accustomed to periodic crises. Yet some experts say the partnership has devolved into a classic neo-colonial relationship in which China has the upper hand. Nearly 84 percent of Brazil's exports to China last year were raw materials, up from 68 percent in 2000. But about 98 percent of China's exports to Brazil are manufactured products — including the latest, low-priced cars for Brazil's emerging middle class — that are beating down Brazil's industrial sector. "The relationship has been very unbalanced," said Rubens Ricupero, a former Brazilian diplomat and finance minister. "There has been a clear lack of strategy on the Brazilian side." While visiting China last month, Brazil's new president, Dilma Rousseff, emphasized the need to sell higher-value products to China, and she has edged closer to the United States. "It is not by accident that there is a sort of effort to revalue the relationship with the United States," said Paulo Sotero, director of the Brazil Institute at the Woodrow Wilson International Center for Scholars. "China exposes Brazil's vulnerabilities more than any other country in the world." China's moves to buy land have made officials nervous.

Last August, Luís Inácio Adams, Brazil's attorney general, reinterpreted a 1971 law, making it significantly harder for foreigners to buy land in Brazil. Argentina's president, Cristina Fernández de Kirchner, followed suit last month, sending a law to Congress limiting the size and concentration of rural land foreigners could own. Mr. Adams said his decision was not a direct result of land-buying by China, but he noted that huge "land grabs" in Latin America and sub-Saharan Africa, including China's attempt to lease about three million acres in the Philippines, had alarmed Brazilian officials. "Nothing is preventing investment from happening, but it will be regulated," Mr. Adams said. A World Bank study last year said that volatile food prices had

brought a “rising tide” of large-scale farmland purchases in developing nations, and that China was among a small group of countries making most of the purchases. Foreigners own an estimated 11 percent of productive land in Argentina, according to the Argentine Agriculture Federation. In Brazil, one government study estimated that foreigners owned land equivalent to about 20 percent of São Paulo State.

[Enlarge This Image.](#)



Daniel Kfoury for The New York Times

A farmer harvested soy in Uruaçu, Brazil.

International investors have criticized the restrictions. At least \$15 billion in farming and forestry projects in Brazil have been suspended since the government’s limits, according to Agroconsult, a Brazilian agricultural consultancy. “The tightening of land purchases by foreigners is really a step backwards into a Jurassic mentality of counterproductive nationalism,” said Charles Tang, president of the Brazil-China Chamber of Commerce, saying that American farmers had bought sizable plots in Brazil in recent years, with little uproar.

Responding to the criticism, Brazil’s agriculture minister said this month that Brazil might start leasing farmland to foreigners, given the barriers to ownership. China itself does not allow private ownership of farmland, and it cautioned local governments against granting large-scale or long-term leases to companies in a 2001 directive. China also bans foreign companies from buying mines and oil fields. But as more of its people eat meat, China is expected to increase its soybean imports, mostly for animal feed, by more than 50 percent by 2020, according to the United States Department of Agriculture. Last month, Chongqing Grains signed a \$2.5 billion agreement to produce soybeans in the Brazilian state of Bahia. Last October, a Chinese group agreed to develop about 500,000 acres of farmland in Río Negro Province in Argentina.

In both cases, Chinese officials proposed buying large tracts of land before local officials steered them toward production agreements. “We are never going to sell the land,” said Juan Manuel Accatino, the minister of production in Río Negro. Brian Willott, an American farmer who came to Brazil in 2003, said Chinese interest in buying farms had not abated. “Everywhere you go to look at a farm they say, ‘We are considering selling to the Chinese,’ ” he said. In Goiás State, nearly 70 percent of the soy grown went to the Chinese last year, and the Chinese are seeking to use about 20 million acres of pastureland that has not been cultivated for decades. “For them, the faster the better,” said Antônio de Lima, Goiás’ agriculture minister. Farmers here say they share Chinese officials’ goal of breaking the stranglehold of international trading companies like Cargill and Archer Daniels Midland. But Tan Lin, a manager at the Chinese company involved in Goiás, said he doubted Chinese companies were ready to replace them. “I don’t see that the Chinese companies working here have that expertise yet,” Mr. Tan said. But “if you can do that, it is good, of course.”

Reporting was contributed by Myrna Domit from São Paulo, Brazil, Charles Newbery from Buenos Aires, David Barboza from Shanghai and Keith Bradsher from Hong Kong.

ANEXO C – NOTÍCIAS SOBRE A USINA JALLES MACHADO S/A

NOTÍCIA 1 – CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA CONCEDE COMENDA DO MÉRITO DO AGRONEGÓCIO OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA

Publicado por: Jalles Machado S/A.

Disponível em: <http://www.jallesmachado.com.br/saladeimprensa/2009/12/camara-municipal-de-goianesia-concede-comenda-do-merito-do-agronegocio-otavio-lage-de-siqueira/>

Acesso em: 10 fev. 2013.

Vereador Altemar Carrilho; Antônio Geraldo do Couto; Presidente do conselho de Administração do Grupo Otávio Lage, Ricardo Fontoura de Siqueira; Marilda Fontoura de Siqueira; Diretor Presidente da Jalles Machado, Otávio Lage de Siqueira, e o Diretor Presidente da Goialli, Jalles Fontoura de Siqueira.

A Comenda do Mérito do Agronegócio Otávio Lage de Siqueira, concedida em sessão especial da Câmara Municipal de Goianésia, realizada na última sexta-feira, 4 de dezembro, é um reconhecimento às ações promovidas por pessoas físicas ou jurídicas em defesa do agronegócio goianesiense. A concessão da honraria, instituída em agosto deste ano, se dá por meio de decreto legislativo, e a outorga é realizada em dezembro por ocasião da data de nascimento do empreendedor e ex-governador de Goiás. Antônio Geraldo do Couto e João Manoel Borges Filho receberam da Família Lage a condecoração.

O Diretor Presidente da Jalles Machado, Otávio Lage de Siqueira Filho, afirma que a honraria é uma forma de relembrar e homenagear o ex-governador de Goiás. “Ele não se destacou apenas como político, mas também como empreendedor, principalmente no setor do agronegócio. Hoje, os agropecuaristas e produtores de Goianésia são homenageados com a Comenda que leva o nome daquele que foi uma das pessoas que mais trabalharam pelo desenvolvimento da região”, ressaltou.

Na sessão, também foram entregues títulos de “Cidadão Goianesiense” e três colaboradores da Jalles Machado receberam a condecoração. A vereadora Antônia Lacerda, do Partido Verde, concedeu o título ao gerente corporativo Ricardo Steckelberg e ao gerente de logística Amilton Moreira Andrade. O coordenador Ariosvaldo Gomes recebeu a honraria do Vereador Sebastião Ferreira, do Partido Progressista.

NOTÍCIA 2 – HISTÓRICO DA USINA JALLES MACHADO S/A

Publicado por: Jalles Machado S/A.

Disponível em: <http://www.jallesmachado.com.br/portugues/institucional.php?historico>

Acesso em: 10 fev. 2013.



Otávio Lage de Siqueira, um dos pioneiros na região do Vale do São Patrício e fundador da Jalles Machado S/A.

O empreendedor e ex-governador de Goiás, Otávio Lage de Siqueira, sempre atento ao bem-estar social e ao progresso da região, iniciou, em 1980, articulações para aquecer a economia rural de Goianésia, com a produção de cana-de-açúcar. Na época, a agricultura e a pecuária não ofereceriam postos de trabalho suficientes para os moradores do município.



Otávio Lage de Siqueira Filho, ao lado do pai, participou do desenvolvimento da empresa desde o início.

Jalles Fontoura de Siqueira, filho de Otávio Lage, era o então prefeito de Goianésia e também estava preocupado com a crise de empregos no município. Com o apoio de empresários da região, nasceu a Goianésia Álcool S/A, uma destilaria de álcool carburante, produto que, naquele período, recebia incentivos do Governo Federal por meio do Programa Nacional do Álcool — Proálcool. A empresa absorveu a mão-de-obra goianesiense e passou a movimentar a economia goiana. Em 1993, a agroindústria iniciou uma nova fase ao investir na extração do açúcar cristal. A Goianésia Álcool S/A passou a se chamar Jalles Machado S/A, uma homenagem ao pai de Otávio Lage.



Construção da Jalles Machado S/A em 1981.

A partir de então, passou a investir constantemente em tecnologia e equipamentos de última geração. Foi pioneira em Goiás na cogeração de energia a partir do bagaço da cana e foi a primeira empresa do setor sucroenergético a efetivar a venda de créditos de carbono. A empresa também investiu na produção orgânica com o objetivo de produzir alimentos mais saudáveis e ambientalmente corretos.



O fundador da Jalles Machado, Otávio Lage de Siqueira, ao lado do atual diretor-presidente, Otávio Lage de Siqueira Filho, e do governador Marconi Perillo, na inauguração da Central Termelétrica, em 2003.

Atualmente, tem sua produção de etanol anidro e hidratado, açúcar, produtos de higiene e limpeza, energia elétrica, levedura e látex crescente a cada ano. A Jalles Machado possui vários prêmios e certificações, que comprovam a qualidade dos produtos Itajá, vendidos no mercado brasileiro e exportados para a Europa, Japão, Estados Unidos, Canadá e Comunidade Judaica.

Em 2007, a Jalles Machado resolveu expandir os seus negócios e investiu na construção da Unidade Otávio Lage e da Codora Energia Ltda, localizadas também no município de Goianésia. Os empreendimentos, no valor de R\$ 410 milhões, entraram em operação em julho de 2011 e foram inaugurados em setembro do mesmo ano.

A Jalles Machado está sempre preocupada em gerar desenvolvimento para a região e é referência no setor sucroenergético nacional por aliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental.